

corporativismo
e doutrinas sociais

ESTUDOS DO SÉCULO

XX

número 16 • 2016

O corporativismo é mais do que uma palavra ou uma simples noção teórica. Conceito híper-referencial e de notória plasticidade, o seu significado tem conhecido inúmeras variantes históricas. Neste volume reúnem-se oito artigos inéditos que têm em comum o interesse dos respectivos autores pelo estudo do corporativismo histórico e a análise das ideias corporativistas na sua própria historicidade, o mesmo é dizer nos seus contextos específicos de incubação e de disputa social e política. Reflectindo a tendência geral da historiografia do corporativismo, a maioria dos textos abordam o tema do “corporativismo político”. Outros detêm-se nas questões da representação orgânica dos grupos sociais e nos processos de sindicalização obrigatória que ocuparam os fascismos corporativistas, problemas que a Ciência Política tem arrumado na noção teórica, e talvez redutora, de “corporativismo social”.

ESTUDOS DOS SÉCULO



número 16 . 2016

FUNDADOR

Luís Reis Torgal

DIRETOR

António Pedro Pita

COORDENAÇÃO

Álvaro Garrido e António Rafael Amaro

CONSELHO EDITORIAL

António Sampaio da Nóvoa – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Univ. de Lisboa

António Pedro Pita – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Didier Francfort – Université Nancy 2

Eloy Fernández Clemente – Universidad de Zaragoza

Estevão Chaves de Rezende Martins – Universidade de Brasília

Isabel Nobre Vargues – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

João Paulo Avelãs Nunes – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

João Rui Pita – Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra

Juan Antonio Rodríguez Sánchez – Universidad de Salamanca

Luís Reis Torgal – Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20

Maria Emília da Costa Prado – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Maria Manuela Tavares Ribeiro – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Mariano Esteban de Vega – Universidad de Salamanca

Mário Mesquita – Conselho Executivo da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento

AVALIADORES EXTERNOS

Ariane Landuyt – Università degli Studi di Siena

Bernard Vincent – École des Hautes Études en Sciences Sociales – Paris

Francisco Falcon – Universidade Salgado de Oliveira – Rio de Janeiro

Hipólito de la Torre Gómez – UNED-Madrid

REDAÇÃO

Investigadores e Colaboradores do CEIS20

A Revista Estudos do Século XX é uma Revista com arbitragem científica.

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Marlene Taveira

PROPRIEDADE E SEDE DA REDACÇÃO

Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20

Rua Filipe Simões, nº 33

3000-186 Coimbra

Telefone: + 351 239 708 870

Fax: + 351 239 708 871

E-mail: ceis20@ci.uc.pt

URL: <http://www.uc.pt/iii/ceis20>

corporativismo
e doutrinas sociais

ESTUDOS DO SÉCULO

XX

número 16 . 2016

Ficha Técnica

Edição e Assinaturas

Imprensa da Universidade de Coimbra
Rua da Ilha n.º 1
3000-214 Coimbra

E-mail: imprensa@uc.pt

URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

Design

António Barros

Infografia da Capa

Imprensa da Universidade de Coimbra

Paginação

PMP, Lda

Impressão e acabamento

www.artipol.net

Preço deste Número

25 euros

Periodicidade

Anual

Assinaturas

Portugal 20 euros

(Estudantes 17.50 euros)

ISSN 1645-3530

ISSN DIGITAL 1647-8622

DOI https://doi.org/10.14195/1647-8622_16

Depósito Legal 252201/06

Esta revista encontra-se indexada e catalogada na Latindex (www.latindex.unam.mx), na International Bibliography of the Social Sciences (www.lse.ac.uk/collections/IBSS/) e na European Reference Index for the Humanities - ERIH (<https://www2.esf.org/asp/ERIH/Foreword/index.asp>).

A responsabilidade dos textos é dos autores.

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR Portugal

UID/HIS/00460/2013

ESTUDOS DO SÉCULO

XX

corporativismo
e doutrinas sociais

Índice

Álvaro Garrido; António Rafael Amaro, <i>Nota de Abertura</i>	9
--	---

ARTIGOS

Fernando Rosas, <i>O Corporativismo enquanto categoria histórica</i>	19
---	----

Manuel M. Cardoso Leal, <i>A primeira experiência de representação orgânica no Parlamento em Portugal (1895-1897)</i>	25
--	----

Luciano A. Abreu, <i>Iberismo e Corporativismo: a ‘verdadeira’ Nação Brasileira segundo Oliveira Viana</i>	41
---	----

Ángeles Lario, <i>Individuo y Sociedad. La incorporación de lo social al liberalismo</i>	63
---	----

Martí Marín, <i>La democracia orgánica como forma de representación política: un análisis de las fórmulas de cooptación de procuradores en Cortes y de sus resultados</i>	89
--	----

Steven Forti, <i>El mito del corporativismo en el “fascismo de izquierda” italiano. El caso de la revista La Verità (1936-1943)</i>	113
--	-----

Manuel Romero Higes, <i>A Publicidade nos jornais portugueses no final da Monarquia: corporativismo profissional e publicidade perante a liberdade da imprensa</i>	129
---	-----

Francisco Henriques, <i>A “Organização Nacional das conservas de peixe”: economia dos interesses e ordenamento corporativo (1927-1938)</i>	145
---	-----

Nota de Abertura

Álvaro Garrido
António Rafael Amaro

Álvaro Garrido, Investigador do CEIS20 / FEUC

António Rafael Amaro, Investigador do CEIS20 / FEUC

O corporativismo é mais do que uma palavra ou uma simples noção teórica. Conceito híper-referencial e de notória plasticidade, o seu significado tem conhecido inúmeras variantes históricas. A maioria dos historiadores do corporativismo, hoje outra vez numerosos em França e persistentes em Itália, Espanha e Brasil, têm distinguido assim os dois principais tempos históricos do corporativismo:

1) O corporativismo de *Ancien Régime*, que persistiu em diversas sociedades enquanto modelo de organização socioprofissional assente nas Corporações, instituições que o liberalismo começou por abolir e proibir em finais do século XVIII, por associadas à persistência de privilégios;

2) O corporativismo moderno, doutrina conservadora e reacionária, que se apresentou como solução de “terceira via” para resolver a questão social aberta pelas sociedades industrializadas, rejeitando quer o individualismo liberal, quer o coletivismo marxista no sentido de uma paz social compulsiva.

Na sociologia dos grupos de interesse, o corporativismo é identificado com o egoísmo dos grupos de pressão e de organizações enquistadas na defesa dos seus interesses privados (mesmo que sejam de grupo ou de classe) em vez de um “interesse geral” que, por definição, se crê anticorporativo¹. Na Ciência Política, por sua vez, o corporativismo é entendido como um sistema de representação política e social que pode coabitar com diversos regimes políticos e conjugar as suas instituições e práticas com o capitalismo constituindo uma das suas múltiplas variedades².

Nesta perspetiva, é comum argumentar-se que os países que conheceram sistemas corporativos assentes num “estatismo orgânico” – leia-se conservador e autoritário – herdaram uma irrevogável cultura corporativista. A etiqueta corporativista também costuma ser usada como definição crítica de sistemas de relações profissionais pouco abertos e para definir modos de concertação social fortemente institucionalizados, nos quais o abrigo negocial do Estado ocupa um lugar importante.

Sucedem que estas gramáticas do corporativismo tendem a invocar os corporativismos históricos no mesmo plano dos societais. Nesta ótica, uns e outros são entendidos enquanto técnicas de concertação social (ou socioprofissional) suscetíveis de aplicação em qualquer sistema político ou económico.

Em sentido amplo, seguindo a definição já célebre de Philippe Schmitter, o corporativismo designa um sistema de representação de interesses cujas instituições se organizam num número limitado de categorias funcionalmente distintas e hierarquizadas, compulsórias e não concorrenciais, às quais o Estado concede o monopólio da representação em contrapartida de colaboração no exercício do controlo social e político³.

Esta aceção clássica de *corporativismo social* permite uma distinção vincada em relação ao *corporativismo político*. Conceito que o mesmo autor define como “um sistema de representação política, baseado numa visão orgânica-estatista da sociedade,

¹ Entre outros, vide Michel Offerlé, *Sociologie des groupes d'intérêt*, 2ª ed., Paris, Montchrestien, 1998.

² Peter A. Hall e David Soskice (eds.), *Varieties of Capitalism. The Institutional Foundations of Comparative Advantage*, New York, Oxford University Press, 2003.

³ Philippe Schmitter, “Still the century of corporatism?”, in Frederick B. Pike; Thomas Stritch, *The new corporatism: social-political structures in the Iberian world*, Paris, Notre Dame University Press, 1974, pp. 7-52.

em que as suas unidades “orgânicas” (família, poderes locais, associações e organizações profissionais e instituições de interesses) substituem o modelo eleitoral centrado no indivíduo e na representação e legitimidade parlamentares, tornando-se o principal ou complementar órgão legislativo ou consultivo do governo”⁴.

Menos estabelecido e mais dependente da versão dos próprios doutrinadores é o conceito de *corporativismo económico*, cujo traço mais comum às anteriores categorias teóricas reside no organicismo e na oposição do *homo corporativus*, movido pelo interesse nacional e por valores comuns, ao *homo economicus* que era próprio do capitalismo liberal⁵.

Esta variada formulação conceptual acomoda definições ou categorias analíticas conflituantes e que podem não resistir à prova. No plano da hermenêutica histórica, a distinção fundamental é binária: corporativismos autoritários e corporativismos democráticos. A noção de corporativismo é assim diversa e de vários tempos, mas tal não significa que o conceito possa ser tomado numa perspectiva trans-histórica ou deslocado do seu contexto de difusão e, sobretudo, da sua prática política mediada por instituições fortemente burocráticas.

Enquanto ideologia histórica assente na recusa da luta de classes e na defesa de uma cooperação harmónica dos grupos e interesses capaz de evitar a conflitualidade social, o corporativismo é uma ideia recente. Doutrina marcadamente interclassista, surgiu acoçada pelos socialismos que emergiram nas sociedades industrializadas do século XIX. Ancorado numa retórica essencialista mas claramente instrumental, o corporativismo foi reinventado para promover a inibição política e social do potencial conflito entre “capital” e “trabalho”. Com esse propósito concreto e reacionário, nos anos vinte declarou-se uma alternativa de representação política autoritária à democracia liberal e ao comunismo. A ideologia corporativa nasceu embebida na luta que se travou, na Europa do século XIX e durante as primeiras décadas do século XX, para que o Estado encontrasse uma resposta sistémica, anti-individualista, anti contratualista e não revolucionária para a “questão social”.

Cremos que esta sumária definição oferece a vantagem de uma maior historicidade, na medida em que remete para o fenómeno dos corporativismos históricos que diversos autores designam por “corporativismos reais”. Na sua historicidade contemporânea, o corporativismo foi, na realidade, um dispositivo político de combate à democracia parlamentar e ao sindicalismo revolucionário; um modelo de representação política anti-individualista; uma nova forma de representação dos interesses organizados que alimentou um processo de difusão transnacional das instituições angulares das ditaduras fascistas. A integração do sindicalismo no Estado revelou-se a ideia central do corporativismo enquanto doutrina e a tarefa prioritária do corporativismo enquanto regime.

É sobretudo desta vertente do corporativismo, das suas respostas compulsivas à “questão social” e à ameaça dissolvente dos sindicalismos revolucionários, que trata este número da revista *Estudos do Século XX*. Deliberadamente, a natureza dos estudos

⁴ Id., *ibidem*.

⁵ Carlos Bastien e José Luís Cardoso, “From *homo economicus* to *homo corporativus*: A neglected critique of neoclassical economics”, *The Journal of Socio-Economics*, nº 36, 2007, pp. 120-127.

aqui reunidos é ampla e internacional. Procura-se oferecer perspectivas comparadas e proporcionar aos leitores interpretações críticas do fenómeno corporativista. Acresce a expressividade do tópico mais insistente e angular do movimento corporativo internacional: a pretensão organicista das direitas antiliberais e anticomunistas. Esta utopia reacionária, presente em todos os discursos de natureza corporativista ou proto corporativista, foi além do ideário social-cristão e neotomista de harmonia dos corpos sociais e jogou-se no plano político, nos fascismos corporativistas, nas suas instituições de governo dos interesses e de sindicalização forçada do trabalho e do capital. Acossada pela crise das instituições liberais, pelo antiparlamentarismo e pela ameaça do bolchevismo, a Europa dos anos vinte e trinta viu crescer as tentativas políticas de amarrar os interesses ao governo das nações. Dentro e fora dos regimes fascistas foram inventadas formas de representação dos grupos socioprofissionais e de institucionalização das oligarquias de interesse num “espaço político nacional”.

O conjunto de artigos que aqui se publicam sobre o tema do corporativismo resulta de uma chamada que fizemos nesse sentido. Corresponderam investigadores de diversos países, precisamente daqueles onde foi mais intensa a chama das ideias corporativistas e mais evidente a sua tradução concreta no tecido social e nas instituições políticas.

A variedade de temas dos artigos que aqui se apresentam diz bem da renovada expressão que o fenómeno histórico do corporativismo encontrou nas Ciências Sociais, em geral, e na História, em particular. Por ilusórios que sejam estes sinais, é certo que durante os últimos anos, especialmente em 2016, foram publicadas diversas obras individuais e coletivas sobre o tema do corporativismo⁶. Adormecido na sua memória sombria, o tema parece ter regressado à História, seja porque alguns historiadores lançaram o alerta, seja porque se trata de uma problemática relevante, dotada de uma natureza transnacional que se cruza com o campo imenso da historiografia dos fascismos, além da história política e das instituições e mesmo da História económica. Não por acaso, recentemente, organizaram-se seminários internacionais, concretizaram-se projectos financiados e criaram-se redes de investigação sobre este tema. Estas iniciativas apontam para uma re-historicização deste “facto social total” cujas interpretações parecem sempre inacabadas ou mesmo insatisfatórias.

⁶ Num plano internacional e comparativo, além das revistas que têm incluído dossiers temáticos sobre o assunto, destacamos as seguintes obras: Didier Musiedlak (ed.), *Les Expériences Corporatives dans L'Aire Latine*, Berne, Peter Lang, 2010 ; António Costa Pinto e Francisco Palomanes Martinho (orgs.), *A Vaga Corporativa - Corporativismo e Ditaduras na Europa e na América Latina*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2016; Matteo Pasetti, *L'Europa corporativa. Una storia transnazionale tra le due guerre mondiali*, Bologna, Bononia University Press, 2016. Para o caso italiano, mas incorporando uma contextualização internacional, veja-se Alessio Gagliardi, *Il corporativismo fascista*, Bari, Editori Laterza, 2010. Sobre o caso português numa perspectiva comparada, ver Daniel Serapiglia, *La via portoghese al corporativismo*, Roma, Carocci, 2011; Fernando Rosas e Álvaro Garrido (introd. e coord.), *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*, Coimbra, Almedina, 2012; Álvaro Garrido, *Queremos uma Economia Nova! Estado Novo e corporativismo*, Lisboa, Círculo de Leitores/ Temas & Debates, 2016.

A edição do presente número da revista *Estudos do Século XX* insere-se nesta dinâmica. Alguns dos artigos aqui publicados resultam de um debate importante que teve lugar na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, em janeiro de 2015, no âmbito do congresso internacional *A Era do Corporativismo: Regimes, Representações e Debates*, uma coorganização do IHC e do CEIS20.

Não foi nossa intenção organizar um número temático dedicado ao tema do corporativismo, mas sim reunir um conjunto interessante de artigos sobre a matéria, tanto quanto possível originais e de âmbito internacional. Agradecemos a todos os investigadores que corresponderam ao apelo e aos *referees* que os avaliaram.

Neste volume reúnem-se oito artigos inéditos que têm em comum o interesse dos respetivos autores pelo estudo do corporativismo histórico e a análise das ideias corporativistas na sua própria historicidade, o mesmo é dizer nos seus contextos específicos de incubação e de disputa social e política.

Refletindo a tendência geral da historiografia do corporativismo, a maioria dos artigos abordam o tema do “corporativismo político”. Outros detêm-se nas questões da representação orgânica dos grupos sociais e nos processos de sindicalização obrigatória que ocuparam os fascismos corporativistas, problemas que a Ciência Política tem arrumado na noção teórica – e talvez redutora, na medida em que toma à letra uma expressão dos próprios corporativistas – de “corporativismo social”.

A abrir o volume, apresenta-se uma estimulante reflexão de Fernando Rosas que encerra um manifesto historiográfico cujo sentido subscrevemos. Segue-se um artigo de Manuel Cardoso Leal sobre a primeira experiência portuguesa de representação política de tipo corporativo ensaiada no contexto da crise finissecular de Oitocentos e de erosão do sistema partidário da Monarquia liberal. A problemática do nacionalismo e da representação orgânica ocupa o texto de Luciano Aronne de Abreu que versa a doutrinação social do intelectual conservador e integralista Oliveira Viana, um dos principais doutrinadores do corporativismo brasileiro acolhido no regime de Getúlio Vargas (1937-1945). Ángeles Lario propõe uma leitura transversal da refundação do “social” quer no âmbito das doutrinas europeias que pugnaram por um “novo liberalismo” – a exemplo dos solidaristas franceses e de outras correntes chegadas ao socialismo cristão –, quer na sua difusão através nas escolas de Direito da Espanha republicana. Segue-se um texto de Martí Marín que propõe uma fecunda interpretação do papel das Cortes Espanholas – o parlamento corporativo que funcionou de 1942 a 1977 – nas suas relações com a *Falange* e com as oligarquias do poder franquista. Igualmente original é o artigo de Steven Forti que, adotando uma perspetiva de história da cultura política do fascismo italiano, coloca em evidência o papel das esquerdas fascistas e da revista *Verità* na propaganda das ideias corporativas. O volume fecha com dois artigos de natureza distinta. O primeiro, de autoria de Manuel Romero Higes, sobre liberdade de imprensa e corporativismo profissional nos finais da Monarquia, e o segundo, de autoria de Francisco Henriques, sobre a cartelização corporativa da indústria de conservas de peixe iniciada em 1927, no começo da Ditadura Militar, e concluída nos anos trinta, em pleno Estado Novo.

Na sua diversidade, todos os artigos aqui publicados sobre o tema do corporativismo evidenciam as vantagens de uma história crítica do fenómeno. A natureza dogmática

do objeto exige uma epistemologia vigilante. Neste como noutros temas de grande densidade doutrinária, a análise histórica só será fecunda se procurar submeter a ideologia totalizante do corporativismo a um esforço de interpretação sobre as suas finalidades instrumentais sem esquecer as singularidades nacionais dos sistemas que se reclamaram corporativos. Pensamos terem sido estes os fundamentos teóricos subjacentes aos estudos aqui reunidos.

ARTIGOS

O Corporativismo enquanto categoria histórica

Fernando Rosas

Fernando Rosas, (Lisboa, 1946) é professor catedrático jubilado da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Investigador no Instituto de História Contemporânea da mesma instituição, do qual foi fundador e Presidente da Direcção entre 1994 e Fevereiro de 2013.

Publicou variadas obras como autor. Dirigiu, coordenou e é co-autor de várias obras na área da sua especialidade, a História do século XX. Entre as mais recentes destacam-se: *Corporativismo, Fascismos e Estado Novo*, Coimbra, Almedina, 2012 (em colaboração com Álvaro Garrido); *Salazar e o Poder. A Arte de Saber Durar* (2012); *Estado Novo e Universidade. A perseguição aos Professores*, em co-autoria (2013); *O Adeus ao Império. 40 Anos de Descolonização Portuguesa*, co-coordenador (2015).

Foi deputado à Assembleia da República em 2000 e 2001 e de 2005 a 2010.

Email: fernandorosas.ihc@fcsh.unl.pt

https://doi.org/10.14195/1647-8622_16_1

O CORPORATIVISMO ENQUANTO CATEGORIA HISTÓRICA

Este texto dirige o seu debate para os significados do retorno do corporativismo ao estudo da História contemporânea, em geral, e à História do Estado novo português, em particular. Procurando uma hermenêutica do corporativismo enquanto conceito histórico, esta reflexão realça a ligação umbilical das ideias corporativistas aos fascismos do período de entre as duas guerras mundiais, quer ao fascismo-movimento quer aos fascismos-regime. Contestando as perspectivas des-historicizadas do corporativismo, salientam-se as suas principais finalidades instrumentais.

Palavras-chave: Corporativismo; Fascismo; Estado Novo; Historiografia.

THE CORPORATISM AS A HISTORICAL CONCEPT

This text address the debate to the meanings of the return of corporatism issue to the studies on contemporary History, in general, and to the Portuguese New State's History, in particular. Looking for an hermeneutic of corporatism as a historical concept, this essay highlights the strong connection between the corporatist ideology and the fascisms from the inter-war period, considering the double perspective of the "fascist-movement" and those of the "fascist-regimes". Refusing the a-historic perspectives of corporatism, we put in evidence its instrumental goals.

Key-words: Corporatism; Fascism; New State; Historiography.

Keywords: Place, Locale, Informational territorialization, Control

LE CORPORATISME COMME CATÉGORIE HISTORIQUE

Ce text envisage un débat sur le retour du corporatisme aux études d'Histoire Contemporaine, en général, et aussi dans l'Histoire de L'État Nouveau portugais, en particulier. A là fin de chercher une herméneutique du corporatisme comme catégorie historique, ce essais coloque en évidence la relation entre l'ideologie corporatiste et les fascismes du période d'entre les deux guerres mondiales, considérant le double perspectif du "fascism-mouvement" et, aussi bien, des "fascismes-régimes". On refuse ici des perspectives non-historiques du corporatisme et on coloque en évidence sont finalités instrumentales.

Mots-clés: Corporatisme; Fascisme; État Nouveau; Historiographie.

Partilho com outros historiadores do corporativismo uma abordagem que tem defendido o regresso ao estudo do corporativismo, considerado enquanto fenómeno histórico e categoria conceptual histórica, social e política, isto é, só entendível no contexto histórico que o produziu. Mais concretamente: a crise dos sistemas liberais do ocidente na transição do século XIX para o século XX, a ameaça da massificação política a que ele visa responder e os regimes fascistas que o concretizam como política social e económica efetiva.

Afasto-me, por isso, de dois tipos de aproximação ao fenómeno do corporativismo que considero lançarem mais nevoeiro do que luz acerca do seu estudo:

- Por um lado, as abordagens que des-historicizam o estudo do corporativismo, que o cortam do seu contexto histórico de inteligibilidade que foram os regimes fascistas e que, de alguma forma, o reinventam como uma técnica histórica de regulação social, reduzindo-a (o termo é de Álvaro Garrido) a uma “taxonomia das políticas de regulação social”, despida de ideologia e de contexto.

- Por outro lado, entendo que o estudo do corporativismo como política efetiva – e o corporativismo foi política efetiva no poder durante 41 anos em Portugal, entre 1933 e 1974 – tem sido de alguma forma condicionado e limitado por uma espécie de propensão metafísica a tratá-lo unicamente nas suas dimensões ideológicas e doutrinárias (e à luz das definições ou autodefinições que dele fazem os doutrinadores ou as próprias instituições do sistema), a enredar-se em intermináveis debates sobre a “pureza” dos corporativismos nacionais – tudo isso prejudicando o conhecimento concreto da sua intervenção política, económica e social.

Penso, por isso, seguindo a conhecida e essencial distinção que Renzo De Felice propunha para o estudo dos fascismos (enquanto movimento/enquanto regime) que seria de utilidade introduzir um *distinguo* similar no estudo do corporativismo: enquanto narrativa doutrinária e ideológica das direitas católicas, antiliberais e autoritárias e enquanto instrumento de intervenção política e administrativa dos regimes que nele se inspiraram para governar e realizar a “nação orgânica”. Sobretudo, porque o corporativismo enquanto regime reveste com frequência uma lógica aparentemente errática quanto à sua racionalidade económica e social, só discernível no estudo do funcionamento concreto dos sistemas nacionais e pela comparação histórica entre as suas várias experiências.

O Contexto Histórico

Parece ser hoje ponto assente na historiografia que a emergência da época dos fascismos nos anos 20/30 do século XX teve como pano de fundo a primeira crise histórica dos sistemas liberais oligárquicos do ocidente. A crise de legitimidade que minava as instituições, evidenciada desde os finais do século XIX pelo impacto da massificação da política, seria drasticamente agravada pelos efeitos arrasadores da Grande Guerra, pela sucessão de crises sistémicas do capitalismo em 1921 e, sobretudo, pela Grande Depressão de 1929. Mas a onda de revoluções, greves e agitações operárias

que varre a Europa na sequência da revolução russa de Outubro de 1917, esmorecia já na primeira metade dos anos 20, derrotados os movimentos revolucionários ou de massas fosse pela repressão, pela precipitação ou pela desmobilização que as crises económicas e financeiras do pós guerra iam semeando num operariado severamente castigado pelo desemprego, a inflação, as perseguições policiais, o terrorismo fascista nascente e o desânimo.

Na realidade, esse foi o quadro de pré-condições em que emergiram e se impuseram no poder os regimes fascistas nos países da periferia europeia: o refluxo geral do movimento operário; uma crise económica que pressionava as classes dominantes das economias mais débeis ou mais debilitadas para soluções radicais contra o operariado organizado e o demoliberalismo, seduzidas pela eficácia da violência terrorista dos movimentos fascistas para atingir esses fins; a rendição de grande parte do liberalismo conservador a essa aliança contra revolucionária, como condição essencial. Esse processo de fascitização unia, num regime anti-liberal, anti-democrático e anti-socialista de novo tipo a velha direita nacional-corporativa, os novos movimentos fascistas e largos setores da direita liberal. Os fascismos enquanto regimes, em quase todos os países da periferia europeia, e na Alemanha empurrada por ela pela derrota e pelo Tratado de Versalhes, seriam o fruto dessa aliança, de pesos e correlações diferentes em cada um, entre direitas oligárquicas e o aríete fascista.

Parece pois existir historicamente uma ligação clara entre a crise e a contrarrevolução fascista na Europa de entre-guerras. No fundo, nos países periféricos ou periferizados, a crise multimoda do capitalismo colocava às burguesias uma tripla urgência: suprimir duradouramente a ameaça da agitação e subversão social promovida pelo operariado organizado; dotar-se de um governo livre de empecilhos liberal-parlamentares que interviesse com autoridade e estabilidade na regulação da vida económica no sentido da proteção e maximização dos seus interesses e dos lucros, e estabelecer um regime político ditatorial capaz de eliminar toda a oposição aos projetos de expansão e acumulação no plano interno e de maior ou menor irredentismo imperial no plano externo. Esse é o cerne funcional dos regimes fascistas.

Convirá precisar que os movimentos fascistas do pós-guerra não trazem às coligações contra-revolucionárias que integram com as direitas tradicionais nenhuma novidade doutrinária relativamente ao magma organicista, nacionalista, corporativista, autoritário, há muito existente. O que trazem de específico tem a ver com a agudização da crise: o culto e a prática da violência tendencialmente irrestrita, formalmente condicionada ou limitada nos Estados de Direito (apesar de protegida pela cumplicidade das polícias e das forças armadas na agonia do liberalismo), e indispensável para o ataque, sem limitações legalistas, às organizações operárias, socialistas, comunistas e até católicas. Trazem ainda a moderna propaganda de massas e o discurso populista, essencial para a captação de apoios “plebeus” e nas classes intermédias às soluções contra-revolucionárias. E fazem a apologia de um novo tipo de chefia carismática, ou seja, de um novo tipo subversivo de legitimação do poder, assente não no sangue, não na urna ou sequer no conservadorismo elitista tradicional, mas na capacidade dos chefes “naturais” ou predestinados se imporem como tal, pela sua capacidade de interpretar o sentimento profundo e difuso da nação ou da “raça” e de o cumprir e executarem como destino comunitário. Ou seja, carreavam bases de massas e soluções instrumentais radicais

inovadoras, colocadas ao serviço da eficácia de uma doutrina e de um programa, no essencial há muito consolidado no campo das direitas anti-liberais.

O triplo propósito do Corporativismo

Quer isto dizer que, no contexto histórico da emergência dos regimes de tipo fascista, se se quiser, da fascistização das ditaduras anti-liberais, antidemocráticas e anti-socialistas que geralmente os precedem, o corporativismo surge fundamentalmente como um instrumento político e económico com um triplo propósito.

Em primeiro lugar, como um expediente de supressão violenta da luta de classes, uma solução autoritária de liquidação da conflitualidade social, de eliminação da agitação social e das ameaças revolucionárias da classe operária, “disciplinando-a” de acordo com os diferentes padrões nacionais de enquadramento, proibindo as greves e acabando com a liberdade de expressão e associação dos movimentos políticos e sindicais do trabalho. Ou seja, um instrumento, em todo o lado, de subordinação do trabalho ao capital.

Em segundo lugar, a organização corporativa e “para-corporativa”, sem grandes preocupações com os paradigmas de autonomia e de associação dos seus doutrinadores, foi um instrumento central de regulação estatal dos impactos da crise económica, de arbitragem intersectorial dos vários interesses oligárquicos e de recuperação económica do seu processo de acumulação que o Estado livremente interpretava como “interesse nacional”, condicionando o mercado e a liberdade dos agentes patronais à realização desse objetivo.

Em terceiro lugar, na sua complexa diversidade de organismos primários e intermédios, em Portugal, a organização corporativa foi também um instrumento central de inculcação ideológica, de vigilância política e de padronização de comportamentos nos quotidianos do trabalho e dos lazeres do mundo industrial, rural, piscatório e da função pública e corporativa, o que é o mesmo que dizer, um aparelho central do controlo totalizante da sociedade portuguesa.

Por isso me parece tão discutível essa recuperação descontextualizante do corporativismo como um neo-corporativismo “de associação”, “contratual”, feito equivalente da contratação social corrente nas sociedades capitalistas. Historicamente e politicamente há diferenças essenciais entre os dois conceitos. O corporativismo, enquanto regime concreto, foi uma tentativa de solucionar e eliminar pela força a conflitualidade social, decorrente de uma conceção organicista e totalizante da sociedade, em que a luta de classes surgia como um comportamento anómalo e desviante relativamente à “ordem natural das coisas” que preexistia ao Estado e devia ser integrado por ele, extirpando essas patologias subversoras. Nesse sentido, não há corporativismos democráticos. O que há nas democracias é contratualismo, ou seja, negociação entre sujeitos distintos e conflitantes, decorrente de um confronto que se aceita como inevitável e normal e que procura encontrar, com mais ou menos dificuldades, os seus pontos de equilíbrio. Não se trata, como, de alguma forma, surge implícito na narrativa “neo-corporativa”, de uma harmonia essencialista entre o capital e o trabalho heteroimposta pela ordem de um qualquer ente orgânico. Nas sociedades democráticas há gestão plural e democrática dos conflitos de classe (quando há) e não o reencontro, subliminarmente sugerido

pela abordagem neocorporativa, como uma “ordem natural” que finalmente encontra os seus caminhos políticos e económicos de emergência.

Parece-me, aliás, oportuno salientar que no neoliberalismo enquanto teoria e prática dominante das políticas económicas e sociais do capitalismo dos dias de hoje, há realmente um certo regresso doutrinal ao corporativismo como filosofia de organização social. O “there is no choice” da Sr^a Thatcher, feito tendência hegemónica a partir dos anos 80, tem significado a tentativa de naturalização, isto é, de imposição, de uma nova ordem económica e social em nome de uma visão unívoca e totalizante da sociedade em que não haveria alternativa à regressão social e à drástica sujeição do trabalho ao capital, porque isso decorre inevitavelmente de uma ordem natural das coisas sem alternativa. Um “fim da história”, uma coerção potencial que só dispensou até agora a violência explícita porque (contrariamente à época dos fascismos) não há uma ameaça revolucionária a acompanhar a crise financeira.

Gostaria de terminar com uma palavra de homenagem ao nosso colega Manuel de Lucena, o pioneiro dos estudos sobre corporativismo em Portugal. Ele propôs-nos nos seus escritos um estimulante silogismo: “nem todos os corporativismos foram fascistas, todos os fascismos foram corporativistas”. Permitia-me, talvez, uma precisão: todos os corporativismos do século XX, enquanto regimes, foram fascistas. É só nesse contexto histórico se podem completamente entender.

A primeira experiência de representação orgânica no Parlamento em Portugal (1895-1897)

Manuel M. Cardoso Leal

Manuel M. Cardoso Leal é licenciado em Economia pela Universidade do Porto (1966-1971) e pós-graduado no VII International Course on European Integration, pelo Europa Instituut, da Universidade de Amsterdão (1972-1973). Desenvolveu a carreira profissional como economista, incluindo funções de gestão, consultoria, ensino e políticas. Em 2016, obteve o grau de doutor em História Contemporânea, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com a tese *A Rotação Partidária em Portugal. A Aprendizagem da Alternância Política (c. 1860-1890)*, depois de ter obtido o grau de mestre em História Contemporânea, pela mesma Faculdade, em 2011. Tem livros e artigos publicados sobre temas de Economia e de História Contemporânea. Email: manuelc.leal@gmail.com

https://doi.org/10.14195/1647-8622_16_2

A PRIMEIRA EXPERIÊNCIA
DE REPRESENTAÇÃO ORGÂNICA
NO PARLAMENTO EM
PORTUGAL (1895-1897)

A primeira experiência de representação orgânica no Parlamento em Portugal ocorreu ao abrigo do decreto de 28/3/1895, que reservava às «classes produtoras» uma quota de 60 deputados (metade do total), limitando a 40 a quota de funcionários públicos e a 20 a de médicos e advogados.

Esta reforma suscitou logo grande oposição, não por causa das quotas, mas por introduzir grandes círculos sem representação de minorias tornando impossível aos partidos da oposição elegerem qualquer deputado, de tal modo que estes partidos se abstiveram na eleição de 1895. Nesta eleição as classes mais representadas foram as dos proprietários agrícolas (31 deputados) e dos interesses da indústria e comércio (17). Em 1896 foram abolidos os grandes círculos eleitorais; e em 1897, depois de uma eleição que ainda manteve as quotas por classes, as quotas foram abolidas por uma nova lei.

O falhanço desta experiência organicista deveu-se a duas razões principais: falta de autenticidade, pois foi mais um expediente de luta política, revestido de ideias em voga, do que um projeto coerente; e falta de real necessidade dos interesses que visava defender, os quais depressa perceberam que, estando fora do Parlamento, podiam exercer melhor pressão política.

Palavras-chave: representação política de interesses; organicismo; corporativismo

THE FIRST EXPERIENCE OF
ORGANICIST REPRESENTATION
IN THE PARLIAMENT
IN PORTUGAL (1895-1897)

The first experience of organicist representation in the Parliament in Portugal occurred under Decree of March 28, 1895, which offered to «productive classes» a share of 60 deputies (half of the total), being 40 the maximum share of public servants and 20 of physicians and lawyers.

This reform rose a strong opposition, not because of the shares, but due to the large electoral circles without representation of minorities which made impossible to the opposition parties the election of any deputy. These parties refused the election of 1895, in which the most represented classes were rural proprietors (31 deputies) and industry and trade interests (17). In 1896 the large electoral circles were abolished and in 1897, after an election that still maintained the shares by classes, these shares were abolished by a new law.

The failure of this organicist experience was due to two main reasons: lack of authenticity, since it was more a political expedient, under trending ideas, than a coherent project; lack of a true need of the interests supposed to be protected, once these interests soon understood they would make a more efficient political pressure being out of the Parliament.

Key words: political representation of interests; organicism; corporatism

LA PREMIÈRE EXPÉRIENCE
DE REPRÉSENTATION
ORGANICISTE DANS LE
PARLEMENT AU PORTUGAL
(1895-1897)

La première expérience de représentation organiciste dans le Parlement au Portugal est arrivé à l'abri du décret de 28/3/1895, qui reservait aux «classes productrices» une quote de 60 députés (la moitié du total), limitant à 40 la quote de fonctionnaires publiques e à 20 celle de médecins et avocats. Cette réforme a soulevé une grande opposition, non pour les quotes, mais pour les grands cercles sans représentation des minorités qui devenaient impossible aux partis de l'opposition l'élection d'un seul député. Ces partis s'ont refusé à participer à l'élection de 1895, dans laquelle les classes les plus représentées ont été les propriétaires agricoles (31 députés) et les intérêts de l'industrie et du commerce (17). En 1896 les grands cercles électorales ont été abolis; et en 1897, après une élection qui a maintenu les quotes pour classes, ces quotes ont été abolies para une nouvelle loi.

L'insuccès de cette expérience organiciste s'a justifié pour deux raisons: manque d'autenticité, car c'était plus un expédient de lutte politique, revêtu d'idées en vogue, qu'un projet cohérent; et manque d'une réelle nécessité des intérêts qu'elle attendait protéger, parce qu'ils ont compris que, en étant au dehors du Parlement, ils pouvaient faire une pression politique plus efficace.

Mots-clés: représentation politique d'intérêts; organicisme; corporativisme

Pretende-se neste artigo descrever e avaliar a primeira experiência de representação orgânica em Portugal, ocorrida em 1895-97 ao abrigo de um regime eleitoral estabelecido pelo decreto de 28/3/1895, que reservava às «classes produtoras» uma quota de 60 deputados (metade do total). A experiência abrangeu as eleições de 1895 e de 1897 e as sessões legislativas de 1896 e de 1897 (parte), até lhe ser posto fim pela lei de 21/9/1897. Aconteceu, portanto, antes do regime de Sidónio Pais, ao qual mais usualmente se atribui tal primeira experiência de representação de interesses, ao abrigo do decreto nº 3997, de 30/3/1918, que introduziu na composição do Senado representantes das províncias e de várias categorias profissionais¹.

O contexto

Suscita alguma perplexidade que, sendo o conceito de representação orgânica essencialmente crítico e alternativo dos valores do liberalismo, a sua primeira aplicação em Portugal tenha sido feita dentro do próprio sistema liberal e por um dos seus partidos mais representativos, o Regenerador. E a perplexidade aumenta por tal novidade se enquadrar num conjunto de reformas importantes que, em 1895, anularam os progressos políticos alcançados antes de 1890: um novo regime eleitoral anulou o quase sufrágio universal (masculino) que vinha desde 1878 e anulou a representação das minorias que desde 1884 assegurava maior equilíbrio entre os partidos; uma reforma administrativa inverteu os esforços descentralizadores de códigos anteriores; e uma reforma constitucional devolveu ao rei os poderes de dissolução e adiamento da Câmara dos Deputados e de nomeação de pares do reino, que lhe tinham sido diminuídos em 1885.

Estava-se num novo ciclo político, caracterizado pelo pessimismo, desencadeado por um conjunto de fatores que por volta de 1890 haviam convergido, em especial, o «Ultimato Inglês» e uma grave crise financeira que chegou à bancarrota. Novas ideias circulavam pondo em causa os valores parlamentares em que assentava o sistema político, criticavam-se os partidos tradicionais, faziam-se apelos à maior intervenção do rei D. Carlos, subido ao trono desde final de 1889.

As críticas ao modelo de representação baseado no sufrágio individual e ao sistema partidário característicos do liberalismo, acompanhadas de alguma sugestão de alternativas no sentido organicista, já tinham percorrido o século XIX, dentro de perspetivas quer conservadoras quer progressistas². Em Portugal, a proposta mais elaborada de representação orgânica pertenceu a Oliveira Martins, no texto «As eleições»³, segundo um esquema de representação da sociedade, dividida em instituições, classes e meio

¹ P. O. [Paulo Otero] – «Corporativismo político», em *Dicionário da História de Portugal*, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica, vol. VII, Lisboa, Figueirinhas, 1999, pp. 425-431; e MIRANDA, Jorge – *Manual de Direito Constitucional*, tomo I, Coimbra, Coimbra Editora, 1997, pp. 291-292

² P. O. [Paulo Otero] – «Corporativismo político», p. 425-431; e LEAL, Ernesto Castro, «Tradições organicistas: ideias políticas e práticas de representação na República Portuguesa (1910-1926)», *Espacio, Tiempo y Forma*, nº 27, Facultad de Geografía y Historia de la UNED, Madrid, 2015, pp. 39-40 e 57

³ MARTINS, Oliveira – «As eleições», [1878], in *Obras Completas, Política e Economia I (1868-1878)*, Lisboa, Guimarães & Cª Editores, 1957, p. 275-330

natural e moral. Foi feita a propósito das eleições de 1878, nas quais precisamente o sistema liberal deu um sinal de vitalidade ao alargar o direito de voto até quase ao sufrágio universal masculino. No ano em que aderiu ao Partido Progressista, 1885, Martins compatibilizou os dois tipos de representação, remetendo a representação de base organicista para a Câmara dos Pares⁴; depois, tendo esta Câmara passado a incluir 50 pares eletivos, cinco dos quais em representação das escolas superiores, propôs que outras classes fossem igualmente representadas, nomeadamente a magistratura (Relações de Lisboa e do Porto), as associações comerciais de Lisboa e do Porto e as assembleias distritais dos maiores contribuintes⁵.

No período crítico pós-1890, a rotação bipartidária, que na década anterior equilibrara o sistema político, deixou de funcionar: sucederam-se três governos extrapartidários aos quais coube enfrentar as questões da relação com a Inglaterra e da crise financeira. Os velhos partidos estavam mais divididos do que nunca: o Regenerador ressentia-se ainda das mortes de Fontes Pereira de Melo, em 1887, e de quem mais se afirmara como seu sucessor mais provável, Lopo Vaz, em 1892. No início de 1893 pareceu ter-se regressado ao bipartidarismo com a entrada em funções de um Governo regenerador presidido, não pelo chefe do partido, Serpa Pimentel, mas por Hintze Ribeiro, tendo João Franco como ministro do Reino de grande influência, este era uma espécie de «copresidente do Conselho», com poder de interferir nas decisões dos outros ministros⁶, e foi na verdade, o grande promotor das reformas arrasadoras de 1895.

O ano 1893 decorreu com relativa acalmia, tendo o Governo alcançado um acordo com os credores externos afetados pela bancarrota do Estado português. No final do ano, todavia, o ambiente político começou a azedar-se: em Dezembro, o Governo promoveu a dissolução da Câmara dos Deputados e em Janeiro de 1894 dissolveu as associações Comercial, Industrial e dos Lojistas de Lisboa, que tinham realizado um comício proibido, no Coliseu dos Recreios, contra o aumento dos impostos. Mas depois de novas eleições realizadas em Abril de 1894, em vez de abrir a Câmara dos Deputados em Maio, o Governo adiou-a para Outubro. Logo os partidos da oposição, Progressista e Republicano, formaram a União Liberal, a qual enviou uma petição de protesto ao rei e, em Julho, publicou um manifesto a apelar ao boicote ao pagamento dos impostos. Em Outubro, a Câmara dos Deputados abriu «no meio de confronto e berraria», sendo encerrada «em tumulto», no final de Novembro de 1894⁷.

O ambiente era propício ao confronto de ideias de reforma, refletindo diferentes perspetivas de esquerda e de direita. Em Junho, em assembleia-geral (congresso), no Porto, com 2000 delegados, o Partido Progressista aprovou diversas propostas de lei (de sistema eleitoral com círculos uninominais, de liberdade de imprensa, de associação e de reunião, etc) e de revisão da Carta constitucional no sentido de limitar os poderes

⁴ MARTINS, Oliveira – «Advertência», Política e Economia Nacional, Porto, Magalhães e Moniz Editores, 1885, p. XI

⁵ MARTINS, Oliveira – Os Pares eletivos», A Província, de 31/3/1887, in Obras Completas, A Província, vol. IV, Lisboa, Guimarães Editores, 1959, p. 67-70; e «A Câmara dos Pares», O Repórter, de 27/7/1888, in Obras Completas, O Repórter, vol. II, Lisboa, Guimarães Editores, 1957, p. 185-186

⁶ RAMOS, Rui – João Franco e o fracasso do reformismo liberal, p. 65; e RAMOS, Rui – D. Carlos, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2006, p. 137

⁷ RAMOS, Rui – D. Carlos, pp. 138-142 e 148

do rei. Mas as ideias de reforma do Governo eram bem diferentes, quer quanto ao conteúdo quer quanto ao método: mantendo o Parlamento fechado, o Governo publicou, em 1895, diversos decretos ditatoriais, com destaque para um Código administrativo centralizador (3/3), a reforma eleitoral (29/3), a extinção de 54 municípios (15/7); e a reforma da Carta visando o reforço dos poderes do rei (25/9). Foi nesta reforma eleitoral que surgiu a novidade da representação das classes produtoras.

A reforma eleitoral de 1895 e as reações que suscitou

Já em Novembro de 1894 tinham circulado rumores de que o Governo, em particular o ministro João Franco, pretendia um novo sistema eleitoral para livrar o governo do «sistema de acordos a que se via obrigado»⁸. No mês seguinte, um relatório do Governo apresentava algumas ideias para «aperfeiçoar o regime eleitoral», entre as quais a de «implantar o princípio das incompatibilidades», porque os «representantes das forças vivas do país» estavam «excluídos, expulsos da assembleia popular», e o Parlamento tornara-se «tudo menos a representação genuína dos interesses nacionais»⁹.

O decreto eleitoral de 28/3/1895 invocava a crise do regime parlamentar «em quase todas as nações da Europa»; apontava numerosos «defeitos» na legislação em vigor, por exemplo: o «descrédito das comissões de recenseamento», a «inabilidade dos candidatos por acumulação, instrumento de combinações partidárias», a «deprimente influência da representação das minorias na organização dos partidos, repercutindo-se nos conflitos parlamentares» e em «transações e acordos»; o fato de o nosso Parlamento ser «o único não sujeito ao princípio das incompatibilidades». Pretendia o decreto «transformar o Parlamento na representação legítima e proporcional dos fundamentais interesses do país, das suas forças vivas, das suas classes produtoras, associando os elementos primordiais da nossa vitalidade nacional à marcha dos negócios públicos»¹⁰. Alguns destes defeitos, referentes por exemplo ao «inadequado» recenseamento, à eleição por acumulação de votos e aos acordos prévios favorecidos pela representação das minorias, eram reconhecidos também pelos defensores da reforma de 1884, por exemplo, o chefe progressista José Luciano de Castro¹¹.

As principais inovações do decreto de 28/3/1895 foram as seguintes: suprimiu a qualificação de «chefe de família», o que se traduziu na redução do corpo eleitoral para pouco mais de metade; reduziu o número de deputados de 170 para 120; fixou quotas máximas para os funcionários públicos (40) e para as profissões liberais, médicos e advogados (20), ficando 60 reservados para as classes produtoras; reorganizou os recenseamentos, aumentando o controle do executivo; alargou as inelegibilidades; e aboliu os círculos uninominais, voltando ao escrutínio de lista em grandes círculos distritais sem representação das minorias.

⁸ Tempo, 25/11/1894, in RAMOS, Rui – D. Carlos, p. 141

⁹ Relatório citado na Tarde, 7/1/1895

¹⁰ Diário do Governo, 30/3/1895, pp. 841-849

¹¹ LEAL, Manuel M. Cardoso – José Luciano de Castro. Um Homem de Estado (1834-1914), Edições Colibri / Câmara Municipal de Anadia, 2013, p. 165

A imprensa progressista criticou de imediato o Governo «traidor às instituições que nos regem», que «talhou ditatorialmente a mortalha do sistema representativo entre nós»; apontou «O doido que arrasta o governo e o rei no caminho vertiginoso das suas loucuras». E avisou o rei: «o nosso dever é dizer-lhe que está sendo iludido e que esse caminho que vai trilhando é dos mais perigosos para um rei constitucional»¹².

Pelo contrário, a reforma foi saudada pelo jornal regenerador (afeto a Franco) como «uma nova era de disciplina partidária e cívica em Portugal», que «preparou uma representação orgânica e proporcional das classes», abrindo o Parlamento a «elementos novos» que haviam de «tonificar a nossa decadente vida política», «livrar o Parlamento da casta de burocratas e bacharéis» e «abri-lo à representação genuína de cidadãos independentes e produtores»; não lhe faltava a retórica contra «a oligarquia dos partidos»¹³, que soava estranha, vinda de um dos partidos centrais do sistema político.

A questão mais polémica da reforma, «a maior infâmia», «uma desgraça para as oposições», conforme escreveu o jornal progressista, estava na «adoção exclusiva do escrutínio de lista em círculos enormes que chegam até aos 14 representantes, sem a menor representação de minorias». Era um sistema que tornava praticamente impossível a eleição de deputados pelos partidos da oposição e que, segundo o mesmo jornal, não era adotado nesses termos «em nenhum país»¹⁴. Ao mesmo tempo, o decreto dissolveu a Câmara dos Deputados. Isso levou a Comissão Executiva do Partido Progressista a convocar uma assembleia-geral, antecipando que a maioria dos seus membros, «todos menos um», eram «a favor da abstenção eleitoral»¹⁵.

Nunca antes tal abstenção acontecera. Inquieto, o jornal governamental lembrava as vitórias progressistas em vários círculos nas eleições anteriores. Havia rumores de que o ministério oferecera a José Luciano de Castro a vitória em um ou dois dos novos círculos, mas o jornal progressista considerava falsas as notícias de origem ministerial sobre acordos entre o Governo e o Partido Progressista, «Adivinha-se em tais boatos uma maneira ardilosa de desacreditar as oposições»¹⁶. Cada um dos partidos da oposição sentia-se diretamente visado por esta reforma eleitoral: segundo um jornal republicano, ela devia-se aos «progressos do Partido Republicano» nas eleições em Lisboa, «que intimidaram já os defensores da Monarquia»; mas para o jornal progressista, «Não é contra o Partido Republicano que se fez a reforma», «É uma lei de exceção feita de caso pensado contra o Partido Progressista, como partido liberal»¹⁷.

Mais tarde, o jornal progressista daria a sua versão de alguns episódios antecedentes: «Falámos ao rei», «Dissemos-lhe quanto era inconveniente para o país e perigosa para as instituições a rutura da trégua política», «Não fomos ouvidos. Os nossos conselhos foram desprezados»; «veio a primeira dissolução e com ela uma série de violências»; «Apelámos então para o país», realizando comícios, «Respondeu-nos a troça governamental»; «Nesta situação nos procuraram intermediários officiosos, pedindo-nos em nome do Governo que nos prestássemos a colaborar numa reforma

¹² Correio da Noite, 30/3 e 1 e 2/4/1895

¹³ Tarde, 4 e 8/4/1895

¹⁴ Correio da Noite, 3/4/1895

¹⁵ Correio da Noite, citado em Tarde, 1/4/1895; Correio da Noite, 4/4/1895

¹⁶ Correio da Noite, 15/4/1895

¹⁷ Vanguarda, 29/3/1895; Correio da Noite, 20/4/1895

da legislação eleitoral», «Seguir-se-ia o acordo nas eleições»; «Repelimos as propostas ministeriais e fizemos saber aos ministros e ao chefe de Estado que provavelmente o Partido Progressista se absteria das eleições se pela segunda vez fosse dissolvida a Câmara dos Deputados e decretada a reforma eleitoral»¹⁸.

Um dos jornais mais empenhados na tarefa de convencer os Progressistas a não se absterem nas eleições, dizendo que «sem grande esforço» eles poderiam ganhar seis deputados no distrito de Aveiro, era o *Novidades*, do ex-progressista Emídio Navarro – interessante é que este jornal passava por ser veículo das preocupações do rei¹⁹. Mas o jornal progressista mostrava-se intransigente: «O Governo oferece-nos um acordo»; «Pois bem: rejeitamo-lo *in limine*»²⁰.

A abstenção nas eleições foi calorosamente aprovada na assembleia-geral (congresso) do Partido Progressista: «Devemos abster-nos?», perguntou José Luciano de Castro; «Sim», foi a resposta; «Deve o Partido Progressista dissolver-se?»; «Nunca». O partido vivia o ambiente de resistência de outros tempos: António Cândido recordou «a luta heroica de 1878 com Fontes Pereira de Melo em que saímos vencedores». No encerramento, José Luciano proclamou as «convicções monárquicas» do partido, «mas da monarquia de regime constitucional representativo e não de um regime de doidos que nos governam», porque «acima da monarquia está a liberdade»²¹.

Os Progressistas insistiam na sua «lealdade monárquica», face às dúvidas que o rei teria sobre tal lealdade, por causa da coligação com os Republicanos, o que, segundo o jornal *Novidades*, «que se dá ares de órgão do paço», lhes poderia custar a «eterna exclusão do poder». E explicavam que a «coligação liberal» se formou «unicamente para pugnar pelo restabelecimento da legalidade», pois «quem rompe com a Carta não são os Progressistas nem outros grupos que fazem parte da coligação, inclusive os Republicanos, mas sim o Governo». Em breve, todavia, o jornal progressista já falava em «aliança transitória» com os Republicanos²².

O Governo prosseguiu no seu plano de reformas, sem o Parlamento: alterou a própria Carta para reformar a Câmara dos Pares (decreto de 25/9/1895) e propôs outras alterações constitucionais, devolvendo ao rei poderes que lhe tinham sido reduzidos no Ato Adicional de 1885; ao mesmo tempo fixou a data da eleição dos deputados, conferindo poderes constituintes à futura câmara²³. O Partido Progressista reagiu mal, tanto contra o Governo, «permite-se mais uma vez alterar descaradamente a Carta e os seus Atos Adicionais», como contra o rei: «A Coroa tudo sancionou, tudo concedeu! E agora para cúmulo faz decretar novos decretos em que altaneiramente se declara ficarem revogadas ou alteradas importantes disposições da Constituição e pelas quais se converte a Câmara dos Pares em assembleia dos magnates dum partido», «Não acatamos». E previu: «A sua obra cairá no meio da irrisão e do desprezo geral. E cairá sem grande esforço»²⁴.

¹⁸ Correio da Noite, 18/6/1895

¹⁹ Correio da Noite, 23/4 e 10/5/1895

²⁰ Correio da Noite, 23, 24 e 27/4/1895

²¹ Correio da Noite, 5/5/1895

²² Correio da Noite, 8, 10 e 20/5 e 18/6/1895

²³ Tarde, 26/9/1895

²⁴ Correio da Noite, 26 e 27/9 e 1/10/1895

Por informação do jornal ministerial, sabia-se que os candidatos eram, na maior parte, proprietários rurais, «homens independentes», «muitos hoje arredados da política»²⁵. O jornal progressista criticou a presença de «comandantes militares» nas listas de deputados, nomeados pelo Governo «em nome da disciplina», prevendo que os «ilustres generais» fossem «sujeitos às críticas mais acerbas, às discussões mais apaixonadas em que o seu prestígio e o seu brio militar está em litígio»; e denunciou que «As listas têm sido todas forjadas no ministério do Reino, colaborando nelas apenas o sr João Franco, como ditador supremo». Se os candidatos «são obra do sr João Franco», «damos os parabéns a S. Exa», respondeu o jornal ministerial²⁶.

As eleições de 1895 e a câmara eleita

O jornal afeto ao Governo regozijou-se com as eleições, feitas «sem qualquer pressão, completamente livre, sem chapeladas» – estranho seria que assim não fosse, em eleições sem luta. Também se regozijou por ter saído das urnas «a genuína expressão da vontade nacional», uma «câmara composta das forças vivas da nação», na qual estava «assegurada uma forte maioria ao Governo, embora não maioria partidária»²⁷. Mas ficou «vexado»²⁸ pela baixíssima participação eleitoral, sobretudo nas zonas urbanas. Com isso se regozijou o jornal progressista, chamando-lhe «revolução do desprezo», «um notabilíssimo acontecimento da mais alta significação política»²⁹.

Antes do final de 1895, soube-se do fim da Coligação Liberal: nascera como «união de todas as forças liberais para resistirem ao inimigo comum», após o encerramento arbitrário das Cortes pelo Governo; fez-se uma reunião da oposição no centro do Partido Progressista, os Republicanos disseram-se «resolvidos a associar-se à campanha em que íamos entrar»; «aceitámos a cooperação do Partido Republicano dentro da legalidade»; «veio a segunda dissolução»; «resolvemos abster-nos; os Republicanos também, sem combinação connosco»; «Foi um erro a Coligação Liberal? Não, foi apenas uma necessidade imposta pelas violências e atentados do Governo»³⁰.

Nas vésperas da abertura da câmara eleita, o jornal progressista clamou: «Falsas Cortes», falsos representantes do povo», «Que autoridade tem esse Parlamento onde não aparece uma só voz de todos os outros partidos da nação?» O jornal recordou as reformas de 1884-85, que «acompanharam os progressos da democracia», e elogiou Fontes Pereira de Melo, «o prestigioso chefe do Partido Regenerador», que «não ousou fazer reformas políticas sem que nelas interviesse o Partido Progressista, que o ameaçara da sua abstenção. Foi nesse intuito que se celebrou o célebre acordo que deu lugar à lei eleitoral de 1884 em que a oposição progressista obteve a representação das

²⁵ Tarde, 28/8/1895

²⁶ Tarde, 8/11/1895; Correio da Noite, 7 e 11/11/1895

²⁷ Tarde, 18/11/1895

²⁸ Diário Popular, 19/11/1895 e Economista, 24/11/1895, in RAMOS, Rui – João Franco e o fracasso do reformismo liberal, p. 93

²⁹ Correio da Noite, 18/11/1895

³⁰ Correio da Noite, 16/12/1895

minorias e todas as garantias daquele notável diploma. Compare-se o procedimento do sr Fontes com a orientação dos seus minúsculos sucessores»³¹.

Qual a composição, por classes e profissões, desta Câmara dos Deputados eleita em 1895? O jornal ministerial descreveu-a «composta de elementos de capital e de trabalho, representando os interesses da agricultura, da propriedade, da indústria, do comércio e das profissões liberais, numa justa proporção», «sem dependências políticas, sem submissões partidárias»³². Na sessão de abertura foram lidas a relação dos deputados eleitos que eram advogados (11) e médicos (4) e a relação dos que eram magistrados (3) e funcionários públicos (31)³³. Os 31 funcionários distribuíam-se 15 por vários ministérios e organismos públicos, mais seis lentes do ensino superior, quatro generais e um almirante, três membros do clero e dois da Caixa Geral de Depósitos. Na segunda sessão foram proclamados 114 deputados³⁴, que incluíam os 49 das relações acima referidas mais 65 novos nomes, faltando seis dos círculos coloniais. Nestes 65 é que estava incluída a maioria dos 60 representantes das classes produtoras.

Com a ajuda do Dicionário Biográfico Parlamentar, foram identificadas as profissões dos 65 nomes. Com a reserva de nem sempre ser clara a qualidade em que foram eleitos por alguns terem várias profissões, conclui-se que: 31 eram proprietários agrícolas (12 dos quais também advogados, escritores e magistrados); 17 tinham profissões ligadas ao comércio e indústria (15) e à banca (2), sediados em Lisboa (9), no Porto (4) e em outras regiões (4); alguns destes deputados tinham tido funções diretivas em mandatos anteriores das associações Comercial, Industrial e de Lojistas de Lisboa que agora estavam dissolvidas; havia ainda nomes dispersos por outras ocupações, incluindo mais elementos das profissões sujeitas a quota (funcionários públicos, advogados e médicos). Não havia representantes da classe operária.

É interessante comparar com a representação de interesses estabelecida, duas décadas depois, pelo Governo de Sidónio Pais, no decreto nº 3997, de 30/3/1918: foi aplicada não na Câmara dos Deputados (onde se manteve o sufrágio individual) mas na segunda Câmara, o Senado, composto por 58 representantes das províncias e 29 representantes de seis categorias profissionais: Agricultura (10), Indústria (5), Comércio (4), Serviços Públicos (3), Profissões Liberais (3) e Artes e Ciências (3). Além disso, o decreto estabeleceu que estes representantes deviam ser eleitos pelas respetivas associações, o que lhes dava maior legitimidade (incluindo representantes do operariado a ser eleitos pelos seus sindicatos)³⁵. O decreto de 1895 não foi tão longe e definiu «apenas em linhas gerais» a representação de classes, talvez porque lhe faltavam as importantes associações de Lisboa que o próprio Governo tinha dissolvido.

O nome de uma comédia que então passava em Lisboa, «O Solar dos Barrigas», foi atribuído à nova Câmara dos Deputados, cobrindo-a de ridículo logo de início³⁶. Para agravar o descrédito, desde cedo se percebeu que a oposição, ou algo semelhante, estava reduzida a três deputados, ou pouco mais, nomeadamente: Dias Ferreira, um

³¹ Correio da Noite, 30/12/1895

³² Tarde, 3/1/1896

³³ Diário da Câmara dos Deputados, 3/1/1896, p. 2

³⁴ Diário da Câmara dos Deputados, 7/1/1896, p. 3-4

³⁵ Diário do Governo, 30/3/1918, I Série, pp. 292-309

³⁶ Correio da Noite, 17/1/1896

veterano que nunca pertencera aos principais partidos e dirigira o pequeno Partido Constituinte; Mariano de Carvalho, ex-ministro progressista já desligado do partido; e João Arroio, ex-ministro regenerador. Dias Ferreira preferia a legislação anterior e classificou aquela ditadura que produzira tão importantes reformas, como «única na nossa história constitucional, pois que alterou a Constituição»³⁷.

O fim da aliança Progressistas-Republicanos fez parte da reconciliação de José Luciano com o rei, consumada na reunião do Conselho de Estado de 26 de Março de 1896³⁸. O rei estaria decepcionado com o Governo regenerador, a quem tanto protegera e por duas vezes concedera a prerrogativa régia da dissolução, permitindo que em dois anos e meio, desde Julho de 1893, o Parlamento estivesse aberto apenas dois meses³⁹. Franco previu que não continuaria no Governo muito mais tempo⁴⁰.

Então o Governo propôs a revisão do tão polémico regime eleitoral que ele mesmo decretara em 1895. E os deputados foram chamados a discutir uma nova reforma que repunha os círculos uninominais (exceto em Lisboa e no Porto), eliminando os polémicos grandes círculos sem representação das minorias, embora mantendo a representação por classes. «Agora os pseudo-deputados condenam-se a si próprios, reconhecendo como prejudicial a lei que os gerou», disse o jornal progressista: «Eis-nos vingados», «O Governo está na agonia»⁴¹.

No debate, Arroio estranhou «a facilidade» com que se sucediam as reformas eleitorais, achou «incompreensível» que homens novos, como Hintze e Franco, tivessem posto «de parte» as reformas «que eram uma glória do Partido Regenerador», e defendeu que a representação das minorias, consagrada na lei de 1884, «não é um favor feito à oposição mas condição indispensável do bom governo, pois não pode haver bom governo sem uma larga fiscalização». E sugeriu que aquele Governo, que «atraíu os as tradições do seu partido», matou os próprios pais⁴². Em resposta, João Franco justificou as reformas; resumiu as críticas da opinião à lei de 1884 (as eleições substituídas por acordos, a câmara com maioria de funcionários públicos e a falta de uma lei de incompatibilidades); mas também reconheceu a superficialidade desta experiência de «representação de classes», que no decreto de 1895 ficara definida «apenas em linhas gerais», pois não havia uma fórmula de especializar as classes, nem indicadores para avaliar a importância, a extensão e o valor de cada classe; conveniente era que a classe do funcionalismo não dominasse exclusivamente o Parlamento⁴³.

A situação do Governo Hintze/Franco tornou-se mais precária no Verão de 1896 com a crise financeira agravada. Constava que só a necessidade de sujeitar José Luciano a uma quarentena de respeitabilidade impedia o rei de despedir imediatamente o Governo⁴⁴. No início de Fevereiro 1897, quando os câmbios continuavam «descendo de

³⁷ Diário da Câmara dos Deputados, 28/1/1896, p. 103-104

³⁸ RAMOS, Rui – D. Carlos, p. 153

³⁹ RAMOS, Rui – João Franco e o fracasso do reformismo liberal, p. 93-94; e D. Carlos, p. 145

⁴⁰ Tarde, 17/1/1896, in RAMOS, Rui – João Franco e o fracasso do reformismo liberal, p. 98

⁴¹ Correio da Noite, 20 e 21/4/1896

⁴² Diário da Câmara dos Deputados, 30/4 e 1/5/1896

⁴³ Diário da Câmara dos Deputados, 1/5/1896

⁴⁴ Jornal do Comércio, 29/12/1896, in RAMOS, Rui – João Franco e o fracasso do reformismo liberal, 93

uma forma assustadora», acentuando «a baixa dos nossos fundos», o jornal progressista empurrou o Governo: «Embora!»⁴⁵ Dali a dias, o Governo pediu a demissão.

Logo que formou novo Governo, José Luciano de Castro anunciou a dissolução do «Solar dos Barrigas». Mas prometeu não fazer ditadura, donde caberia às novas câmaras a «missão patriótica» de fazer várias reformas então anunciadas: da lei eleitoral, da lei de imprensa, da amnistia para crimes de abuso de liberdade de imprensa, da divisão administrativa, etc⁴⁶. Ou seja: os novos deputados seriam eleitos ao abrigo da lei em vigor, que mantinha as quotas por classes. Foram também publicados alvarás a restaurar as dissolvidas associações Comercial, Industrial e dos Lojistas de Lisboa e um decreto a aceitar reclamações contra a divisão das circunscrições administrativas e judiciais, visando restaurar os municípios extintos⁴⁷.

As eleições de 1897 e o fim da representação por classes

Feitas as eleições, em Maio de 1897, o jornal progressista congratulou-se não só com o resultado «lisonjeiro» para o seu partido mas também porque em Lisboa a eleição foi «muito mais concorrida» que em 1895⁴⁸. Respeitou-se o formalismo da lei eleitoral em vigor, mas não se procurou os representantes das classes produtoras; e verificando-se que o número de funcionários públicos eleitos excedia o limite de 40, fez-se entre eles o sorteio previsto na lei, que determinou o afastamento de 11 deles. Foram então organizadas eleições suplementares para as 11 vagas⁴⁹, nas quais todos os afastados foram reeleitos, pelo que tiveram de declarar se optavam pelos seus empregos ou pela cadeira de deputado. Pouco tempo esperaram para que uma nova lei fosse aprovada, revogando os limites fixados aos funcionários públicos e aos médicos e advogados. E logo puderam tomar posse dos seus lugares.

O debate da lei eleitoral de 1897 decorreu cordato. O relatório da maioria progressista até considerou «bem-intencionada» a lei que enquadrara a representação por classes; e dedicou-se a justificar por que havia tantos funcionários públicos no Parlamento português, mais do que nos outros países. Na Inglaterra e na França poucos ou nenhuns funcionários havia nos seus parlamentos; na França havia uma proibição de eles serem deputados; na Itália e na Espanha eram abrangidos por inelegibilidades e por sorteios se excedessem certos limites. Mas «a Inglaterra tem uma aristocracia potente, que estuda, governa e sabe governar», «o mesmo se diga da burguesia em França»; ao passo que «num país como o nosso, onde é raro que o proprietário, o industrial e o comerciante tenham elevados estudos, uma câmara principalmente recrutada entre essas classes seria, pelo menos por enquanto, uma classe humilde e submissa, sem resistência, e é uma máxima do direito público que o que não serve para resistir não serve para apoiar»; «Em boa doutrina eleitoral, o que deve desejar-se é que o povo saiba eleger e

⁴⁵ Correio da Noite, 2/2/1897

⁴⁶ Correio da Noite, 8/2/1897

⁴⁷ Correio da Noite, 11 e 15/2/1897

⁴⁸ Correio da Noite, 3/5/1897

⁴⁹ Correio da Noite, 16/8/1897

possa eleger; e se há forças vivas e homens preponderantes na sociedade, é perante o sufrágio que elas se devem sustentar e fazer valer; e por isso que são preponderantes, a urna lhes dará razão, e corrigirá o excessivo número de funcionários, advogados e médicos, que se apresentarem nos colégios eleitorais. E assim, pelos meios regulares e próprios da índole dos governos representativos, se conseguirá o que a lei pretende obter por artifícios mais ou menos violentos»⁵⁰.

João Franco justificou a sua reforma: até 1870 em grande parte os membros da Câmara dos Deputados não eram empregados públicos, depois chegou a três quartos; «se nas classes produtoras não há pessoal devidamente habilitado e instruído para formar o núcleo e a base da representação nacional, é porque têm sido afastadas dando só ingresso ao elemento burocrático». Todavia, o mais interessante foi ter confessado o «grande trabalho» que tivera de «trazer à Câmara dos Deputados os representantes mais valiosos das grandes classes produtoras e do comércio»; «na maior parte deles encontrei grande resistência como repugnância»⁵¹.

O chefe do Governo reforçou os argumentos do relatório: em Espanha e Itália havia inelegibilidades para certas categorias de funcionários e havia também sorteio; «mas nestas duas grandes nações, as classes industrial e comercial e a do professorado particular podem fornecer ao Parlamento representantes em número suficiente para discutir as leis»; e «num pequeno país como o nosso, onde a maior parte das ilustrações e aptidões estão no funcionalismo, decretar a incompatibilidade dos empregados públicos com as funções parlamentares é decretar a abolição do Parlamento». Manifestou pouco apreço pela qualidade da câmara eleita sob o signo da representação orgânica: «na câmara anterior não figuraram homens tão distintos, de tão variadas aptidões, que deixassem atrás de si um rasto luminoso na história parlamentar do nosso país». E elogiou as câmaras anteriores, em que a maioria era de funcionários: «foi nelas que se praticaram maiores atos de abnegação»; por exemplo, em 1892, quando «a câmara foi chamada a votar a lei da salvação pública»⁵².

Quanto ao Partido Republicano, toda esta evolução política agravou as suas divisões internas e fragilizou os membros do Diretório que se tinham comprometido na União Liberal com os Progressistas. Com o fim desta aliança e a subida ao poder do Partido Progressista, avultou uma linha fortemente hostil ao Governo progressista e à sua política colonial e a fazer revelações sobre dinheiro que os Progressistas teriam dado aos Republicanos com fins conspirativos⁵³. De tal modo que o jornal progressista lançou «um repto» aos Republicanos que provassem que José Luciano de Castro tivera com eles «ocultos conluíus» e avisou-os que não continuassem a agitar a opinião pública, que o Governo não lho admitirá⁵⁴. No Congresso do Partido Republicano, realizado em Coimbra, em Setembro de 1897, um novo Diretório foi eleito, o qual, por sua vez, elegeu Manuel de Arriaga como seu presidente.

⁵⁰ Diário da Câmara dos Deputados, 14/8/1897, relatório, p. 656-659

⁵¹ Diário da Câmara dos Deputados, 14/8/1897, João Franco, p. 659-664

⁵² Diário da Câmara dos Deputados, 2/9/1897

⁵³ RAMOS, Rui – D. Carlos, p. 154

⁵⁴ Correio da Noite, 24 e 27/7/1897

Conclusão

A representação por classes de 1895-97 foi efémera, não criou raízes e caiu no esquecimento por duas ordens de razões: faltar-lhe autenticidade e consistência; e não corresponder a uma real necessidade dos interesses que visava defender.

A experiência afigurou-se artificial e improvisada. Pretendia representar as associações empresariais, mas pouco antes dissolvera as importantes associações de Lisboa, ou seja, só lhe interessavam as associações que não enfrentassem o Governo. Pretendia corrigir os defeitos da legislação eleitoral, em especial o de ter transformado as eleições em acordos entre os chefes partidários, mas transformou na prática as eleições em escolhas pessoais do ministro do Reino, caso para dizer «pior a emenda que o soneto». Pretendia substituir os partidos, mas foi promovida por um dos partidos centrais do sistema político. Também Rui Ramos, que integra as reformas de João Franco na tradição reformista liberal, reconhece que «correspondiam a um expediente político mais do que a um projeto coerente»⁵⁵; que «os ministros escolheram», entre múltiplos «projetos de reforma em circulação», «o que mais lhes convinha no momento, mesmo contradizendo o que tinham anunciado»⁵⁶.

Isto leva a pensar se a representação política de interesses não terá sido acima de tudo uma roupagem para cobrir a eterna luta pelo poder, fosse para submeter a oposição protagonizada pela aliança de Progressistas e Republicanos, fosse para acentuar o domínio do executivo sobre a câmara legislativa, ou até para clarificar o poder dentro do Partido Regenerador entre Franco e Hintze. Ao reformar as próprias reformas de 1895, Franco confirmava a suspeita de que não tinham passado de um «truque político»⁵⁷.

O «parlamento corporativizado» que Franco pretendeu formar em 1895⁵⁸ não basta para identificá-lo com o corporativismo adotado no século XX em Portugal e em outros países; mas não há dúvida de que, com tais reformas inigualitárias, ele assumiu uma posição vincada de direita, tendo em conta o critério defendido por Bobbio de distinguir direita e esquerda pela diferença de atitude em relação à igualdade⁵⁹. Se Franco se inspirou em certos meios da esquerda⁶⁰, com eles partilhou alguma tendência para o radicalismo. A direita por ele interpretada demarcou-se da esquerda moderada do Partido Progressista, mas demarcou-se também, fortemente, da direita moderada da anterior geração do seu partido chefiada por Fontes Pereira de Melo.

Impressiona a ligeireza com que Franco realizou, por decreto ditatorial, reformas tão importantes, que desmantelaram o património do seu Partido Regenerador, mesmo havendo precedentes de «ditadura», que, todavia, nunca tinham atingido, entre os partidos rotativos, as leis eleitoral e constitucional. Algumas destas reformas já se situaram, pelo seu conteúdo e pelo seu método, nas margens do sistema liberal.

⁵⁵ RAMOS, Rui – D. Carlos, p. 142

⁵⁶ RAMOS, Rui – João Franco e o fracasso do reformismo liberal, p. 95-96

⁵⁷ RAMOS, Rui – João Franco e o fracasso do reformismo liberal, p. 99

⁵⁸ RAMOS, Rui – João Franco e o fracasso do reformismo liberal, p. 86

⁵⁹ Norberto Bobbio, *Direita e Esquerda*, Lisboa, Editorial Presença, 1994, p. 76 e 82

⁶⁰ RAMOS, Rui – João Franco e o fracasso do reformismo liberal, p. 85-87

Por isso, estes anos 1895-97 não podem ser considerados dentro da rotação bipartidária que caracterizara o período estável e progressivo da Regeneração (1851-90), porque tal rotação assentara no compromisso em torno das leis fundamentais⁶¹. A enérgica oposição do Partido Progressista às reformas de 1895 mostrou que não seria fácil anulá-lo; donde o falhanço da experiência organicista mostrou também a força do bipartidarismo em Portugal. De facto, só a partir de 1897, quando o Governo progressista se comprometeu a restaurar o «império da lei», evitando recorrer à ditadura, é que a rotação bipartidária, interrompida em 1890, foi retomada.

A experiência organicista de 1895-97 falhou também porque não correspondia a uma necessidade sentida pelos interesses que era suposto proteger. Os «representantes mais valiosos das grandes classes produtoras e do comércio» não aderiram em geral com entusiasmo aos convites para serem deputados, conforme Franco reconheceu. E, uma vez no Parlamento, não sentiram a experiência como gratificante, pelo contrário, ter-se-ão até sentido de mãos amarradas para exercerem a sua influência. No caso dos proprietários agrícolas, já tinham experiência de exercer pressão eficaz organizando congressos agrícolas que, em 1888 e 1889, tinham levado à aprovação de leis protecionistas da produção de cereais. Poucos anos depois, em 1899, quando obtiveram o reforço do regime protecionista da cerealicultura, confirmaram que a sua pressão era mais eficaz estando fora do Parlamento do que dentro dele.

Referências Bibliográficas

- BOBBIO, Norberto, *Direita e Esquerda*, Lisboa, Editorial Presença, 1994
- Correio da Noite*, Lisboa, 1895-97
- Diário da Câmara dos Deputados*, Lisboa, 1895-97
- Diário da Câmara dos Pares*, Lisboa, 1895-97
- Diário do Governo*, Lisboa, 1895 e 1918
- Dicionário Biográfico Parlamentar, 1834-1910*, dir. Maria Filomena Mónica, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais / Assembleia da República, 2004, 2005, 2006
- José Luciano de Castro. *Correspondência Política (1858-1911)*, org. Fernando Moreira, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais / Quetzal Editores, 1897
- LEAL, Ernesto Castro, «Tradições organicistas: ideias políticas e práticas de representação na República Portuguesa (1910-1926)», *Espacio, Tiempo y Forma*, nº 27, Facultad de Geografía y Historia de la UNED, Madrid, 2015, p. 37-58
- LEAL, Manuel M. Cardoso – José Luciano de Castro. *Um Homem de Estado (1834-1914)*, Lisboa, Colibri Editores / Câmara Municipal de Anadia, 2013
- LEAL, Manuel M. Cardoso – A rotação partidária em Portugal. *A Aprendizagem da Alternância Política (c. 1860-1890)*, tese de doutoramento, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2016
- MARTINS, Oliveira – «As eleições», 1ª ed. 1878, *Obras Completas, Política e Economia I (1868-1878)*, Lisboa, Guimarães & Cª Editores, 1957, pp. 275-330

⁶¹ LEAL, Manuel M. Cardoso, *A Rotação Partidária em Portugal. A Aprendizagem da Alternância Política (c. 1860-1890)*, tese de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2016

- MARTINS, Oliveira – «Advertência», Política e Economia Nacional, Porto, Magalhães e Moniz Editores, 1885
- MARTINS, Oliveira – «Os Pares eletivos», A Província, de 31/3/1887, em Obras Completas, A Província, vol. IV, Lisboa, Guimarães e C^a Editores, 1959, 67-70; e «A Câmara dos Pares», O Repórter, de 27/7/1888, em Obras Completas, O Repórter, vol. II, Lisboa, Guimarães e C^a Editores, 1957, 185-186
- MIRANDA, Jorge – Manual de Direito Constitucional, tomo I, Coimbra, Coimbra Editora, 1997
- P. O. [Paulo Otero] – «Corporativismo político», Dicionário da História de Portugal, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica, vol. VII, Lisboa, Figueirinhas, 1999, pp. 425-431
- RAMOS, Rui – João Franco e o fracasso do reformismo liberal (1884-1908), Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2001
- RAMOS, Rui – D. Carlos, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2006
- Tarde, Lisboa, 1895-97
- Vanguarda, Lisboa, 1895

Iberismo e Corporativismo: a ‘verdadeira’ Nação Brasileira segundo Oliveira Viana

Luciano A. Abreu

Luciano Aronne de Abreu, Professor do Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Investiga na área da História, com ênfase em História do Brasil República, atuando principalmente nos seguintes temas: História do Rio Grande do Sul, Era Vargas e Autoritarismo. É autor dos livros *Getúlio Vargas: a construção do mito* (1997) e *Um Olhar Regional sobre o Estado Novo* (2007). É ainda organizador das obras *História e Ideologia: perspectivas e debates* (2009) e *Estado e Desenvolvimento: política e relações internacionais no Brasil Contemporâneo* (2010), *Autoritarismo e Desenvolvimento: conceitos e práticas* (2013), *Autoritarismo e Cultura Política* (2013), *Segunda Legalidade: registros históricos e jornalísticos* (2014) e *De Vargas aos Militares: autoritarismo e desenvolvimento econômico no Brasil* (2014).

Email: luciano.abreu@pucrs.br

https://doi.org/10.14195/1647-8622_16_3

IBERISMO E CORPORATIVISMO: A 'VERDADEIRA' NAÇÃO BRASILEIRA SEGUNDO OLIVEIRA VIANA

O presente estudo tem por objetivo compreender, a partir do pensamento de Francisco José de Oliveira Viana, um dos principais intelectuais conservadores brasileiros da geração dos anos 1920-40, os fundamentos e o sentido do que então eles diziam ser a 'verdadeira' nação brasileira, ao mesmo tempo enfatizando suas origens e identidade lusas e o seu futuro corporativo como ideal de organização e desenvolvimento da sociedade brasileira. Para tanto, o texto a seguir foi dividido em três momentos: breve reflexão sobre a História como mestra da política, como a definia Oliveira Viana; discussão sobre as origens lusas da originalidade e dos males do Brasil; breves apontamentos sobre o corporativismo como futuro da nação.

Palavras-chave: Iberismo; Corporativismo; Oliveira Viana

IBERISM AND CORPORATISM: THE 'TRUE' BRAZILIAN NATION ACCORDING TO OLIVEIRA VIANA

This study aims to understand, from the thought of Francisco José de Oliveira Viana, one of Brazil's main conservative intellectuals of the generation of the 1920-40, the fundamentals and the meaning of what they called themselves the 'true' Brazilian nation, while emphasizing its origins and Iberian identity and its corporate future as ideal organization and development of Brazilian society. Therefore, the following text was divided into three stages: brief reflection on history as master of politics, as defined Viana; discussion of the Iberian origins of originality and the evils of Brazil; brief notes on corporatism as the future of the nation.

Keywords: Iberism; corporatism; Viana

IBÉRISME ET CORPORATISME: LA «VRAIE» NATION BRÉSILIENNE SELON OLIVEIRA VIANA

Cette étude vise à comprendre, à partir de la pensée de Francisco José de Oliveira Viana, un des principaux intellectuels conservateurs du Brésil de la génération des années 1920 aux années 1940, les fondements et le sens de la supposément «vraie» nation brésilienne. Au même temps, ces intellectuels mettaient l'accent sur ses origines en rapport à l'identité lusitaine et discutaient l'avenir corporatif comme forme idéale d'organisation et de développement de la société brésilienne. Donc, le texte a été divisé en trois étapes : brève réflexion dans l'idée d'histoire en tant que maître de la politique, tel comme définit par Vianna ; discussion sur les origines lusitaines de l'originalité et des problèmes brésiliens; brèves notes sur les modèles de corporatisme dans l'avenir de la nation.

Mots-clés: ibérisme; corporatisme; Oliveira Vianna

A década de 1920 foi de grande efervescência no Brasil, não apenas no sentido de contestar seus modelos então hegemônicos de produção cultural e de ordenamento social e político, mas também no sentido de se propor alternativas para a superação dos seus problemas e para a construção de uma ‘verdadeira’ nação brasileira, como diziam os intelectuais conservadores da chamada “geração dos anos 1920-40” (PECAUT, 1989: 22). De um lado, a ocorrência de diversas greves operárias (1917), a fundação do Partido Comunista Brasileiro (1922), a realização da Semana de Arte Moderna de São Paulo (1922), e a revolta dos Tenentes (1922) podem ser vistos como exemplos da crescente insatisfação da sociedade com a realidade social e política então vigentes no Brasil. De outro lado, colocando-se na condição de porta-vozes da nação e procurando responder às suas muitas demandas, diversos políticos e intelectuais realizaram no Congresso Nacional, na imprensa ou mesmo por meio da publicação de obras de cunho “científico” um amplo debate com vistas a construir no país uma nova ordem social e política, uma ‘verdadeira’ nação moderna e unificada.

Nesse sentido, o presente estudo não tem a pretensão de avançar na análise dos variados movimentos de contestação acima citados e suas reivindicações, o que já foi objeto de um grande número de obras da historiografia¹. Diferentemente, tem-se aqui por objetivo compreender os fundamentos e o sentido da ‘verdadeira’ nação brasileira, onde suas origens lusas e o seu futuro corporativo se encontram no pensamento dos intelectuais conservadores da já citada geração dos anos 1920-40, da qual Oliveira Viana se constitui no seu principal representante².

A História como mestra da política

Os estudos a respeito do pensamento de Oliveira Viana e de sua geração intelectual são muitos e variados, especialmente a respeito do modo como eles se colocavam diante da sociedade do seu tempo e da construção do seu futuro. Tais estudos foram muito difundidos, sobretudo, a partir dos anos 80 do século XX, talvez porque o Brasil vivesse naquele momento o fim de um longo período de ditadura militar e, como homens do seu tempo, historiadores e cientistas sociais se voltaram para o passado em busca das raízes do autoritarismo brasileiro. Em comum, muitos estudiosos associaram suas origens ao Estado Novo de Vargas, sendo Oliveira Viana apontado como seu

¹ Greves operárias (1917), Semana de Arte Moderna (1922) e Movimento Tenentista (1922) são exemplos dos variados tipos de movimentos ocorridos no Brasil ao longo dos anos 1920. A respeito de cada um deles, ver: QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. *Estratégias e Identidades: relações entre governo estadual, patrões e trabalhadores nas grandes greves da Primeira República em Porto Alegre (1917-1919)*. Porto Alegre: UFRGS, 2012. Tese. BIONDI, Luigi. *Entre Associações Étnicas e de Classe: os processos de organização política e sindical dos trabalhadores italianos na cidade de São Paulo (1890-1920)*. São Paulo: UNICAMP, 2002. Tese. REZENDE, Neide Luzia de. *A Semana de Arte Moderna*. São Paulo: Ática, 2006. CARONE, Edgar. *Tenentismo: acontecimentos, personagens, programas*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1975. BORGES, Vavy Pacheco. *Tenentismo e Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

² Ao longo desse estudo, serão analisadas somente as obras de Oliveira Viana publicadas entre os anos de 1920 e 1945, quando ocorre o fim do Estado Novo de Getúlio Vargas – regime político de tipo autoritário e com traços corporativos. Tais obras, desde “Populações Meridionais do Brasil” até “Problemas de Direito Sindical”, serão sempre e unicamente estudadas em suas primeiras edições.

principal teórico. Diferentes, porém, foram suas definições a respeito desse regime e do seu intelectual, sendo o primeiro associado às ideias de autoritarismo, fascismo e corporativismo, enquanto o segundo foi visto ora como herdeiro de uma tradição de pensamento conservador advinda do Visconde do Uruguai, ora como precursor de uma nova tradição de pensamento autoritário que se faria hegemônica justamente durante o Estado Novo.

Nesses termos, ainda que o regime de Vargas não seja uma mera transposição do pensamento de Oliveira Viana para sua prática política, pode-se considerar que os modelos político e social do Estado Novo são resultantes do amplo debate político e intelectual que então ocorria no país sobre o seu futuro como nação. A seguir, portanto, deve-se primeiro avançar na definição desse contexto intelectual e das ideias de Oliveira Viana para, num segundo momento, discutir em que medida o Estado Novo se aproximou, ou não, do modelo político proposto por Viana e do seu ideal da ‘verdadeira’ nação brasileira.

Sobre o pensamento de Oliveira Viana, José Murilo de Carvalho diz que vários dos seus pontos centrais “enraizavam-se na tradição brasileira e não estrangeira”, enfatizando que o próprio autor reconhecia sua dívida “com alguns de seus predecessores, particularmente com Alberto Torres e Sílvio Romero”. Entretanto, Carvalho diz acreditar que o seu pensamento está ligado a uma família intelectual muito anterior a esses autores, de longa descendência³. Diz ele: “Falo de uma linha de pensamento que começa com Paulino José Soares de Souza, o Visconde do Uruguai, passa por Sílvio Romero e Alberto Torres, prossegue com Oliveira Viana, e vai pelo menos até Guerreiro Ramos” (CARVALHO, 1993: 18). Já Bolívar Lamounier, ao contrário, associa a obra de Oliveira Viana a uma nova tradição de pensamento político autoritário que teria se formado no Brasil a partir da Primeira República. De um modo geral, diz Lamounier, os intelectuais dessa tradição adotam em suas obras uma estrutura narrativa que se inicia “com amplas reflexões histórico-sociológicas sobre a formação colonial do país, estende-se no diagnóstico do presente – no caso, a República Velha – e culmina na proposição de algum modelo alternativo de organização político-institucional” (LAMOUNIER, 2006: 371). A esse respeito, embora admita que as origens desse conjunto de obras, sua estrutura narrativa e as preocupações dos seus autores remontam aos tempos do Império – Tavares Bastos, Joaquim Nabuco e Sílvio Romero, por exemplo – Lamounier diz que vai ser apenas com as obras de “Alberto Torres, Oliveira Viana, Azevedo Amaral e Francisco Campos, para mencionar alguns de seus representantes mais notáveis, que a tradição de pensamento autoritário adquire uma configuração específica” (LAMOUNIER, 2006: 371).

³ Gildo Marçal Brandão se propõe a compreender em seus estudos o que chamou de “linhagens do pensamento político brasileiro”. Em sua versão conservadora, diz que sua origem intelectual “remonta em boa medida ao Visconde do Uruguai e a Oliveira Viana”. Já o liberalismo atual estaria em linha de continuidade com o diagnóstico de Tavares Bastos, passando pela tese de Raimundo Faoro e desembocando na (des) construção de um Estado “que rompa com sua tradição ibérica e imponha o predomínio do mercado”. Não se pretende aqui avançar na análise dessas matrizes e de suas origens, nem tampouco aprofundar o amplo debate historiográfico existente a esse respeito, mas tão somente situar nesse contexto o pensamento de Oliveira Viana. A esse respeito, ver: BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do Pensamento Político Brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 2007.

De sua parte, ao situar o pensamento de Oliveira Viana na mesma família intelectual de Visconde do Uruguai⁴, José Murilo de Carvalho procura compreender as relações estabelecidas pelo autor entre o passado e o futuro do país, entre suas origens ibéricas e a utopia corporativa por ele proposta. Embora idealizasse o mundo rural brasileiro, Carvalho diz que a utopia de Oliveira Viana não implicava numa volta ao passado e seu patriarcalismo rural, e sim na construção de uma sociedade harmônica e cooperativa, com base nos tradicionais valores do iberismo. A esse respeito, diz Carvalho, em termos negativos o iberismo pode ser entendido “como a recusa de aspectos centrais do que se convencionou chamar de mundo moderno. É a negação da sociedade utilitária individualista, da política contratualista, do mercado como ordenador das relações econômicas”. Já em termos positivos, pode ser entendido como “um ideal de sociedade fundada na cooperação, na incorporação, no predomínio do interesse coletivo sobre o individual, na regulação das forças sociais em função de um objetivo comunitário” (CARVALHO, 1993: 23).

Bolívar Lamounier, por sua vez, compreende o olhar de Oliveira Viana sobre o passado como uma espécie de diagnóstico dos problemas do presente, ao mesmo tempo em que este também serviria como argumento para a construção no país de um modelo político e institucional de tipo autoritário. Em sua opinião, Oliveira Viana e os demais intelectuais ligados à tradição de pensamento político autoritário tinham em vista a ação política, sendo claros seus objetivos de influir sobre os acontecimentos e persuadir as elites políticas e culturais da época. Em suas palavras, diz Lamounier, a transformação do pensamento político naquele período deve ser entendida “como a formação de um sistema ideológico orientado no sentido de conceituar e legitimar a autoridade do Estado como princípio tutelar da sociedade” (LAMOUNIER, 2006: 384). A esse sistema, que Lamounier define pelo conceito de “ideologia de Estado”, em contraponto direto à chamada “ideologia de mercado”, o autor atribui “o intento de domesticar o mercado, e particularmente o princípio de mercado atuante nas relações políticas” (LAMOUNIER, 2006: 385). Dentre suas características, Lamounier destaca o predomínio do princípio estatal sobre o de mercado, a visão orgânico-corporativa da sociedade, o objetivismo tecnocrático, a visão autoritária do conflito social, a não-organização da sociedade civil, a não-mobilização política, o elitismo e o que o autor chama de *Leviatã* benevolente, ou seja, o Estado (*Leviatã*) visto como “o guardião e a força vital de uma sociedade igualmente benevolente, ‘cordial’ e cooperativa. Ele é benevolente porque a reflete em suas boas qualidades, e porque a corrige, severa mas afetuosamente, nas más” (LAMOUNIER, 2006: 400).

Dito isso, quer seja Oliveira Viana visto como herdeiro ou precursor de uma dada tradição de pensamento, deve-se aqui enfatizar que suas ideias e as de sua geração intelectual visavam não apenas a reflexão teórica, mas, sobretudo, a ação política e a construção no Brasil de um novo modelo de Estado. Segundo Daniel Pécaut, ao

⁴ Os principais pontos em comum identificados por José Murilo de Carvalho nas obras de Visconde do Uruguai e Oliveira Viana seriam: 1) a preocupação com o estudo do Brasil; 2) a associação entre as ideias de centralização e liberdade e de descentralização e opressão; 3) a distinção entre direitos políticos e direitos civis. A esse respeito ver: CARVALHO, José Murilo de. *A Utopia de Oliveira Viana*. In Élide Rugai Bastos e João Quartim de Moraes. *O Pensamento de Oliveira Viana*. Campinas: UNICAMP, 1993.

contrário de solicitarem sua mão protetora, Viana e sua geração se colocaram a serviço do Estado, dispostos a auxiliá-lo “na construção da sociedade em bases racionais”. Participando das funções públicas, ou não, eles mantiveram uma linguagem que é a do poder, proclamando “em alto e bom som a sua vocação para elite dirigente” (PÉCAUT, 1990: 22). Nesse mesmo sentido, Nilo Odália destaca ainda o caráter engajado ou fundante das reflexões e concepções de Oliveira Viana e sua geração sobre o passado nacional. Isso porque, em sua definição, esse conhecimento seria “o fundamento, a origem e, mesmo, a explicação de projetos e de medidas políticas práticas de um indivíduo, de uma empresa, de um Estado, para atingir fins determinados” (ODÁLIA, 1997: 121). Assim, diz o autor, a proposta política de Oliveira Viana estaria fundada num conhecimento do passado que se pretendia científico, numa história de caráter pragmático e que, “por ser verdadeira, ou pretensamente verdadeira, pode nos desvendar o caminho da realidade futura, prevista ou que se pretende modelar, consciente ou inconscientemente” (ODÁLIA, 1997: 126).

Em suas próprias palavras, referindo-se às relações entre história e política, Viana diz terem razão os historiadores da escola de Ranke e Mommsen que fazem da história não propriamente a “mestra da vida”, como queria Cícero, mas principalmente “a mãe e a mestra da política”. Afinal, diz ele, cada povo tem “a sua maneira própria de ser e de existir – e essa maneira só a história, pela comparação das diversas fases evolutivas de cada um, é capaz de definir com precisão” (VIANA, 1923: 28). A seguir, portanto, deve-se refletir sobre o modo como Oliveira Viana compreende as raízes lusas do passado nacional brasileiro e suas implicações no presente e no futuro da nação, na construção de uma nova sociedade harmônica e corporativa.

As origens Lusas da originalidade e dos males do Brasil

Em busca da nossa maneira própria de ser e de existir, pode-se dizer que Oliveira Viana e outros dos seus contemporâneos⁵ estabeleceram uma intrincada trama de ideias, preconceitos e pressupostos sobre o passado colonial brasileiro em busca das suas origens. A esse respeito, Maria Stella Bresciani diz que a maioria dos intérpretes do Brasil tem situado no contraponto entre nós e os outros o fundamento de suas leituras do passado brasileiro, conferindo um tom de ressentimento provindo de um sentimento de inferioridade em relação às suas origens: “o da natureza inadequada e o dos homens menos qualificados, daí os resultados pouco elogiáveis” (BRESCIANI, 2005: 104). Assim, segundo Bresciani, a negatividade e a carência se constituiriam numa espécie de lugar-comum⁶ em toda a produção acadêmica e literária sobre o

⁵ Pode-se citar o exemplo de intelectuais como Paulo Prado, Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freire. A esse respeito ver: BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O Charme da Ciência e a Sedução da Objetividade: Oliveira Viana entre os intérpretes do Brasil*. São Paulo: UNESP, 2005, cap. 2.

⁶ Segundo Maria Stella Bresciani, ‘lugar comum’ não deve ser entendido no sentido de meros clichês e banalidades, mas como lugares do ‘comum’, ou seja, “um fundo compartilhado e ideias, noções, teorias, crenças e preconceitos, permitindo a troca de palavras, argumentos sobre uma comunidade política efetiva” (Myriam R; D’Allones, apud BRESCIANI, 2005: 41). A esse respeito ver: BRESCIANI, Maria Stella

Brasil: “nossa identidade se constitui na falta, naquilo que não tivemos, na ausência de predicados, na incapacidade de triunfar. Há um vazio a ser preenchido, se possível for” (BRESCIANI, 2005: 108).

Deve-se observar, no entanto, o caráter ambivalente dessas interpretações sobre o passado nacional, associando a originalidade da nação brasileira tanto aos pontos negativos quanto positivos das suas origens ibéricas. Em termos negativos, a cultura lusa da personalidade resultaria na “tíbieza das formas de organização que implicassem solidariedade e ordenação”; sua repulsa “ao culto e à moral do trabalho” resultaria no rebaixamento das “virtudes ativas” do trabalho manual em favor das “virtudes inativas”; a cega obediência lusa resultaria na nossa “disposição para cumprir ordens”; o caráter rotineiro dos portugueses levaria os latifúndios a não apresentarem grandes progressos técnicos; e sua falta de orgulho de raça faria dos brasileiros um povo mestiço. Em termos positivos, a sensibilidade, a mobilidade e a singular capacidade de adaptação dos ibéricos seriam suas principais qualidades⁷.

No caso de Oliveira Viana, mais especificamente, sua ambiguidade diante do passado não deve ser confundida com uma visão negativa de nossas origens lusas. Ao contrário, ele até mesmo idealiza o passado colonial brasileiro ao afirmar que a colonização do Brasil teria sido iniciada por fidalgos da mais alta nobreza portuguesa e que, mais adiante, colonos de origem plebeia teriam realizado a obra de adaptação ao ambiente que resultaria na ruralização da sociedade colonial, com base nos latifúndios. Após a independência, entretanto, a dispersão dos latifúndios e o poder concentrado pela aristocracia da terra seriam vistos de forma negativa por Oliveira Viana, como entraves à unificação e construção da nação brasileira. Segundo Bernardo Ricupero, “a avaliação de Oliveira Viana sobre o latifúndio se modifica de acordo com o momento histórico que analisa”. Na colônia, seria “o principal instrumento para a adaptação do colono português ao ambiente americano”; após a independência, dada sua autossuficiência, o latifúndio seria visto por ele como o “impedimento mais sério para a tarefa de unificação nacional que então se imporia” (RICUPERO, 2010: 83). Nesse mesmo sentido, mas referindo-se de forma mais ampla ao significado do passado colonial na obra de Oliveira Viana, Arno Wehling diz que este teria representado a possibilidade do autor afirmar suas teses centrais: “a força do clã rural, a inorganicidade social e a plasticidade dos estadistas portugueses que, ao contrário dos políticos ‘idealistas’ do Império, que perseguiam a unidade, adaptaram-se à diversidade das formas regionais de poder” (WEHLING, 1993: 80).

A esse respeito, pode-se dizer que o olhar de Oliveira Viana sobre o passado não foi o de um historiador que apenas busca reconstruir os acontecimentos e o seu sentido. Ao contrário, sendo a história de Oliveira Viana a “mestra da política”, ela deveria responder aos problemas do seu tempo e se voltar para o futuro, para a construção de

Martins. *O Charme da Ciência e a Sedução da Objetividade: Oliveira Viana entre os intérpretes do Brasil*. São Paulo: UNESP, 2005

⁷ Estas características foram sintetizadas a partir da comparação que Maria Stella Bresciani faz das visões de Sérgio Buarque de Holanda, Oliveira Viana e Gilberto Freire sobre o colonizador português. Não se pretende aqui avançar nessa análise, apenas indicar essas características geralmente associadas às nossas origens lusas. A esse respeito ver: BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O Charme da Ciência e a Sedução da Objetividade: Oliveira Viana entre os intérpretes do Brasil*. São Paulo: UNESP, 2005, cap. 2.

uma nova nação no Brasil. Nesse sentido, sua ambiguidade diante do passado talvez se devesse ao caráter muitas vezes instrumental de suas referências, conforme as diferentes teses e projetos que procurou defender ao longo de sua extensa e variada obra. De um lado, mas sem pretender se fixar ou retornar a esse passado, Oliveira Viana destaca os valores ibéricos de nossa identidade e o caráter rural de nossa formação histórica. De outro, reconhecendo as carências daí resultantes na construção da moderna nação brasileira e a necessidade de sua superação, Oliveira Viana defenderia a partir de 1930 a implantação no Brasil de um modelo corporativo, ao mesmo tempo capaz de preservar os valores tradicionais da sua identidade, de superar a dispersão dos latifúndios e de construir no país uma nação verdadeiramente harmônica e integrada.

Nos tempos coloniais, diz Oliveira Viana, a sociedade então em formação, “dispersa, incoerente, revolta, gira em torno do domínio rural. O domínio rural é o centro de gravitação do mundo colonial. Na disseminação geral da população, lembra um pequeno núcleo solar com as suas leis e a sua autonomia organizada” (VIANA, 1920: 56). Em suas origens, segundo Oliveira Viana, esse tipo de sociedade e a formação dos latifúndios teriam resultado da alta mobilidade e da capacidade de adaptação dos portugueses às condições próprias do meio americano, marcado por sua extraordinária latitude, como ele se referia às características geográficas do território brasileiro.

Nesse sentido, Oliveira Viana destaca o caráter fidalgo e racialmente superior dos primeiros colonizadores lusos, o que explicaria os hábitos de grandeza por ele observados entre a nobreza territorial de São Paulo e Pernambuco, onde haveria “um escol considerável de fidalgos de sangue, descendentes autênticos das mais notáveis e ilustres casas da península” (VIANA, 1920: 11). Mas haveria também outra camada de colonizadores, formada por “elementos plebeus, lavradores do Minho, de Trás os Montes, das Beiras, da Estremadura – homens sóbrios e honrados, embora de poucas posses (...). É remediada, a princípio, depois é abastada” (VIANA, 1920: 13).

Nos primeiros séculos da colonização, porém, essa elite fidalga teria sofrido o choque entre os “hábitos mundanos” da sua vida de corte e urbana e o “meio bravia e áspero” em que agora penetravam, entre o espírito peninsular (centrípeto) e a nova tendência americana (centrífuga). Aos poucos, especialmente a partir do III século da colonização, essa camada fidalga seria absorvida pela camada plebeia e a vida urbana sofreria um retraimento na colônia, levando os colonizadores a organizar sua vida social de um modo próprio, até então inédito aos portugueses (VIANA, 1920: 14-16). Nessa nova sociedade ruralizada, Oliveira Viana diz que “das tradições da antiga nobreza peninsular nada lhes resta, senão o culto da família e da honra” (VIANA, 1920: 18-19).

Ao contrário, portanto, “do luxo e das sedas dos séculos I e II”, Oliveira Viana diz que a vida rural se impôs no Brasil por força das circunstâncias, fixando esse sentimento na psicologia da sociedade brasileira, cujas preferências estariam então ligadas ao domínio rural, com seus gados, canaviais, cafezais, engenhos e escravidão numerosa. Assim, o brasileiro se afirmaria como “um homem do campo à maneira antiga. O instinto urbano não está na sua índole; nem as maneiras e os hábitos urbanos” (VIANA, 1920: 21-22). Ainda assim, como acima já referido, a aristocracia rural brasileira refletiria nos seus “sentimentos e volições” as qualidades mais “instintivas e estruturais” da alma peninsular, as quais formariam “ainda hoje o melhor do nosso caráter” (VIANA, 1920: 39). Assim, diz Oliveira Viana, as principais qualidades do homem rural brasileiro

seriam sua fidelidade à palavra dada, a probidade, a respeitabilidade e a independência moral (VIANA, 1920: 43-44). Deve-se observar, entretanto, que esses mesmos valores não seriam partilhados pelas camadas plebeias em que, “pela profusa mistura de sangue inferiores”, se opera “uma desorganização sensível na moralidade” (VIANA, 1920: 40).

Essas mesmas questões sobre os valores e o caráter ibérico da identidade brasileira seriam reforçadas por Oliveira Viana em “Pequenos Estudos de Psicologia Social (1921)”, onde o autor diz que o caráter nacional está “íntegro e incorruptível”, guardando “a pureza da têmpera primitiva”. Mais uma vez, esses valores seriam associados pelo autor às características rurais de nossa sociedade, mesmo em suas áreas urbanas mais cultas e civilizadas. A esse respeito, diz Oliveira Viana, “das nossas vinte e uma capitais a maioria não é composta senão de aldeias em ponto grande, oferecendo, pela índole da sua gente e aspectos dos seus costumes, uma feição francamente rural”. Além disso, diz ele, a maior parte das nossas populações das cidades “é formada de elementos saídos do mundo rural que as circunda e envolve”. Por fim, lembra o autor, as populações urbanas do sul e do norte somam “mais ou menos, dois milhões e meio de almas, cabendo, por isso, os vinte milhões restantes (cerca de 90%) à massa rural” (VIANA, 1921: 18). Apesar disso, o autor critica entre os seus contemporâneos a tendência “das classes superiores e dirigentes do país a se concentrarem nas capitais”, o que resultaria numa “crise intensa e extensa nos seus meios profissionais de subsistência” e na aparente “degeneração do caráter nacional”.

Naquele contexto, porém, a “reação renovadora” do Brasil não estaria, para Oliveira Viana, em militarizar o povo, como então sugeriam os defensores do serviço militar obrigatório, nem na implantação no país de um modelo corporativo, como ele próprio defenderia anos mais tarde, mas sim na volta às nossas antigas virtudes. Em suas palavras, diz ele: “é na renovação desse velho culto nacional da terra opima e nutritiva, culto em que se formaram e definiram os atributos melhores e mais preciosos da nossa índole étnica. É nisto que está a grande obra a empreender-se para ‘regenerar’ o nosso caráter e para ‘nacionalizar’ a nossa alma” (VIANA, 1921: 21).

Nesse sentido, diz o autor, ainda que todos os brasileiros sejam mais ou menos voltados para o viver rural e doméstico, os mineiros seriam os que melhor exprimiriam “os aspectos mais brandos da nossa índole nacional” (VIANA, 1921: 30). Isso porque, segundo ele, “os contingentes peninsulares entram na formação da gente mineira em condições muito particulares – mais densos, menos dispersivos, mais puros. Daí o serem os mineiros, dentre os vários grupos regionais das nossas populações, talvez aquele em que mais se conservam os aspectos lusitanos da nossa cultura” (VIANA, 1921: 50). Em outras palavras, conclui Oliveira Viana, o tradicionalismo mineiro representaria as expressões mais típicas do caráter nacional e, portanto, mantê-las “dentro das formas evolutivas da civilização” seria “o ideal de um povo consciente da sua personalidade e orgulhoso do seu espírito” (VIANA, 1921: 52).

Em “Evolução do Povo Brasileiro (1923)”, como em suas obras anteriores, Oliveira Viana destaca como características marcantes da sociedade colonial brasileira o seu caráter rural e o caldeamento racial, ambas decorrentes da grande capacidade de adaptação e de miscigenação do povo português. Estes, ao chegarem ao Brasil e encontrarem “uma população de aborígenes ainda na idade da pedra polida” (VIANA, 1923: 48), foram levados a abandonar seu espírito comercial e se dedicarem à exploração agrícola. Ao

contrário, porém, das suas pequenas propriedades peninsulares, os portugueses deram origem no Brasil a uma sociedade baseada no latifúndio, dadas as origens aristocráticas dos seus primeiros colonizadores e o objetivo da metrópole de explorar riquezas, e não exatamente de colonizar o território.

De um lado, as origens aristocráticas dos primeiros colonizadores teriam tornado o ambiente menos propício à pequena propriedade e à pequena cultura, pois “esta é essencialmente democrática. O pequeno proprietário é um trabalhador braçal e realiza, com as forças da própria família, os serviços necessários à cultura”. Já os fidalgos, ao contrário, vêm de uma sociedade de tradição feudal onde “só o serviço das armas é nobre, só ele honra e classifica. Falta-lhes aquele sentimento da dignidade do labor agrícola” (VIANA, 1923: 52). De outro lado, contudo, a fim de explorar suas riquezas, a metrópole teria adotado o princípio de só conceder sesmarias às “pessoas que possuam meios para realizar a exploração delas e fundar engenhos” (VIANA, 1923: 53).

Na sociedade colonial, portanto, a terra teria se tornado elemento de distinção e classificação social, sendo o domínio dos engenhos, por sua estrutura mais complexa e custosa, restrito aos “tipos mais representativos das grandes qualidades da raça: é aí que estão os homens de mais capacidade, de mais prestígio, mais bem dotados para a vida pública” (VIANA, 1923: 62). Entre estes – os senhores, e os escravos, que se constituíam na base produtiva das grandes propriedades, havia a classe dos pastores, que viam no pastoreio uma forma de conquistar a terra e se classificarem, e a dos “rendeiros de domínio”, como Oliveira Viana se referia aos brancos pobres e mestiços livres que se agrupavam em torno do senhor de engenho, “formando um bloco de grande coesão que constitui o clã fazendeiro” (VIANA, 1923: 66). Nesse sentido, os engenhos concentrariam uma grande quantidade e diversidade de pessoas e raças⁸ e se constituiriam numa “pequena sociedade, complexa, heterogênea, poderosamente estruturada”, formando núcleos autônomos e dando à sociedade colonial “um aspecto ganglionar e dispersivo, de extrema rarefação” (VIANA, 1923: 65).

Já em suas obras posteriores, especialmente a partir de “O Idealismo da Constituição (1927)”, Oliveira Viana não se mostraria mais preocupado em destacar as nossas origens coloniais, seu caráter rural e a superioridade e capacidade de adaptação dos colonizadores portugueses, e sim as carências delas decorrentes para a construção da

⁸ Não se pretende aqui avançar na discussão de Oliveira Viana sobre a questão racial na formação da sociedade brasileira. A esse respeito, o autor define o Brasil como “um vasto campo de fusão de raças”, onde brancos, negros e índios “cruzam-se e recruzam-se em todos os sentidos, dois a dois, três a três, em todos os pontos do ecúmeno” (VIANA, 1923: 107). Sobre os portugueses, o autor os define por sua formação étnica complexa, identificando nos tempos coloniais dois grupos bem caracterizados e distintos: “um, loiro, alto, dolicóide, de hábitos nômades e conquistadores; outro, moreno, de pequena estatura, dolicóide ou branquióide, de hábitos sedentários e pacíficos”. Sobre os primeiros, Oliveira Viana diz que “os elementos dolicóides e loiros preponderam na classe aristocrática: na nobreza militar e feudal da península. Os elementos morenos, dolicóides ou branquióides, formam a base das classes médias e populares” (VIANA, 1923: 109-110). No Brasil, seus primeiros colonizadores seriam do grupo dolicóide loiro, de espírito mais aventureiro, que teriam originado sua aristocracia rural. Já as correntes ulteriores de colonização, diz o autor, teriam sido formadas por elementos “da raça celtibérica, morena e de pequena estatura”, que emigram somente “quando as condições do novo habitat oferecem já garantias de segurança e possibilidades de triunfo fácil” (VIANA, 1923: 116). Para saber mais, ver: VIANA, Oliveira. *Evolução do Povo Brasileiro*. São Paulo: Monteiro Lobato, 1923, segunda parte.

nação brasileira após a independência. A partir de então, ainda que o autor não deixe de valorizar e até idealizar esse passado colonial, suas referências a ele passam a ser cada vez mais associadas aos problemas do presente e à sua necessidade de superação com vistas ao futuro.

De um lado, o autor reitera sua visão fundante e idealizada do passado e de nossas origens ibéricas, dizendo que do conhecimento “mais íntimo, mais concreto, mais objetivo, mais científico, das nossas coisas, do nosso meio, da nossa história, de todo esse glorioso esforço pesquisador, uma nova cultura americana, própria, nativa, genuína, surgirá e florescerá (...)”. Essa cultura, diria ainda Oliveira Viana, “será o florão mais radiante da nossa grandeza. Nela iremos encontrar as fontes mais puras do nosso idealismo de onde manará, para satisfazer a nossa sede de renovação, uma corrente perene, rica de inspirações genuinamente americanas” (VIANA, 1927: 148). De outro lado, porém, o autor se reporta justamente ao mau exemplo português para criticar os Republicanos brasileiros e seu idealismo. Nesse caso, Oliveira Viana cita Eça de Queiroz, para quem “os males de Portugal eram devido, uns, ao próprio temperamento do povo português, outros, ‘traduzidos do francês’”. De mesma forma, diz ele, nossos Republicanos seriam “excelentes tradutores de males estranhos; péssimos intérpretes dos nossos próprios males” (VIANA, 1927: 26-27).

A esse respeito, deve-se aqui lembrar do caráter político e engajado da obra de Oliveira Viana e dos demais intelectuais de sua geração. Nesse sentido, portanto, suas críticas ao chamado idealismo das elites e sua superação em nome da construção da “verdadeira nação brasileira”, não seriam eventuais, mas uma constante em seus estudos.

Desde “Populações Meridionais do Brasil (1920)”, por exemplo, o autor dizia que “há um século estamos sendo como os fumadores de ópio, no meio de raças ativas, audazes e progressivas. Há um século estamos vivendo de sonhos e ficções, no meio de povos práticos e objetivos. Há um século estamos cultivando a política do devaneio e da ilusão diante de homens de ação e de preta (...)” (VIANA, 1920: XI). Como alternativa, caberia ao Brasil tomar “a resolução corajosa de mudar de métodos – métodos de educação, métodos de política, métodos de legislação, métodos de governo”. Em outros termos, diria o autor, “devemos doravante jogar com fatos, e não com hipóteses, com realidades, e não com ficções, e, por um esforço de vontade heroica, renovar nossas ideias, refazer a nossa cultura, reeducar o nosso caráter” (VIANA, 1920: XII).

Para tanto, como acima já se explicitou, o passado se constituiria para Oliveira Viana no melhor instrumento para conhecer o nosso meio, as nossas coisas e as nossas gentes, ao mesmo tempo reconhecendo e valorizando suas origens ibéricas e identificando as carências daí resultantes, uma espécie de diagnóstico dos seus problemas e condição para que, doravante, se pudesse jogar com fatos e não com hipóteses. Nesse sentido, ao se referir aos tempos pós-independência, Oliveira Viana passaria a ver suas heranças coloniais de forma negativa, especialmente os latifúndios, a insolidariedade social e a ausência do Estado, questões diretamente associadas entre si e que, portanto, devem ser compreendidas em suas mútuas relações.

No caso dos latifúndios, como bem apontou Bernardo Ricupero, eles seriam então vistos pelo autor como o maior impedimento à unificação da nação. Em suas próprias palavras, Oliveira Viana diz que “nós somos o latifúndio”, mas este “isola o homem; o dissemina; o absorve; é essencialmente anti-urbano”, estiola a “solidariedade vicinal” e

reforça os laços de família, que passam a absorver “toda a vida social em derredor. O grande senhor rural faz da sua casa solarenga seu mundo. Dentro dele passa a existência como dentro de um microcosmo ideal: e tudo é como se não existisse a sociedade” (VIANA, 1920: 41). O latifúndio, portanto, teria uma função simplificadora da sociedade colonial, devido à sua independência e autossuficiência econômica. Em síntese, diz Oliveira Viana, “nem classe comercial, nem classe industrial, nem corporações urbanas. Na amplíssima área de latifúndios agrícolas, só os grandes senhorios rurais existem. São os grandes domínios como que focos solares: vilas, indústrias, comércio, tudo se ofusca diante da sua claridade poderosa” (VIANA, 1920: 130).

Em termos sociais, seu resultado seria a constituição de relações frouxas e pouco estáveis entre os senhores e os trabalhadores livres, foreiros ou sitiantes, além de impedir a formação no Brasil de uma classe média no sentido europeu da expressão, como esclarece Oliveira Viana. De um lado, por ter a posse de escravos, o senhor pouco precisava desses trabalhadores; de outro, devido à amenidade do clima tropical e o excesso de terras disponíveis, “a vida se torna empresa fácil” e há também grande facilidade de deslocamento para esses trabalhadores (VIANA, 1920: 137). Nesse sentido, as instituições de solidariedade social seriam escassas no Brasil, sendo os clãs fazendeiros sua única forma de solidariedade ao longo de quatro séculos de história. Segundo o autor, além do isolamento dos latifúndios, a inexistência de qualquer tipo de pressão seria ainda um outro importante fator de insolidariedade nos tempos coloniais: “nenhuma pressão poderosa – vinda do alto: do poder; vinda de baixo: da classe inferior; vinda de fora: do inimigo interno e externo – obriga os nossos mansos e honestos matutos, desde o primeiro século até hoje, a mutualizarem os seus esforços na obra de defesa comum”. Em suma, diz Oliveira Viana, “fora da pequena solidariedade do clã rural, a solidariedade dos moradores, especialmente a solidariedade dos grandes chefes do mundo rural, os fazendeiros, jamais se faz necessária” (VIANA, 1920: 173).

Nesse caso, a solidariedade dos clãs seria ainda mais reforçada pela anarquia branca e pela ausência do Estado da sociedade colonial. Segundo Oliveira Viana, a concentração das classes inferiores em torno da nobreza rural não se daria por fatores de natureza pastoril, religiosa ou militar, e sim para se proteger da chamada anarquia branca que dominava toda a sociedade rural brasileira, de alto a baixo. Em outras palavras, esclarece o autor, naquela sociedade o Estado e suas instituições seriam incapazes de amparar e assegurar a integridade dos cidadãos sem fortuna. Seriam exemplos dessa anarquia a parcialidade e o facciosismo da Justiça, a arbitrariedade dos capitães-mores e o partidarismo das corporações municipais. Assim, diz o autor, “as instituições de ordem política e administrativa, ou mesmo instituições de ordem privada e social não amparam os cidadãos sem fortuna; não os ampara a solidariedade parental ou a solidariedade de classe; essa função só é exercida de forma eficiente pelo fazendeiro local”. De sua parte, o senhor territorial tem “como seu mais vivo pundonor, rebater a injúria por ventura feita aos seus rendeiros pelo proprietário vizinho ou pela autoridade local”. Da parte dos clientes, haveria “o dever da fidelidade absoluta, mantido com nobreza cavalheiresca por esses humildes campônios: desde o dever de prestar, se for preciso, auxílio material na defesa do patrono até a obrigação iniludível de votar no candidato do chefe” (VIANA, 1920: 163).

Tal situação seria agravada também pela ausência do Estado em muitas regiões do Brasil colonial, dadas as condições próprias de exploração e ocupação do seu território, sendo a expansão colonizadora geralmente mais rápida que a expansão dos poderes públicos. Em suas palavras, Oliveira Viana diz que “entre nós o poder público tem uma marcha mais remorada do que a massa social, cujos movimentos incumbe a ele regular e dirigir. Há uma visibilíssima discordância, ainda hoje sensível, entre a área demográfica e a área política, entre a área da população e o campo de eficiência da autoridade pública” (VIANA, 1920: 210).

Em outras palavras, como acima já se sugeriu, pode-se dizer que os diferentes olhares de Oliveira Viana sobre o passado colonial brasileiro – ora negativo, ora positivo – não são exatamente paradoxais, mas guardam certa coerência com a sua visão sobre o contexto e as condições de criação da nação brasileira, no século XIX, e com o seu ideal de uma nova e “verdadeira nação” a ser construída no século XX. Nesse sentido, portanto, os latifúndios, a insolidariedade social (solidariedade limitada aos clãs) e a ausência do Estado não seriam, em si mesmas, negativas, mas relativas a cada um dos momentos históricos por ele analisados. Se, nos tempos coloniais, estas características foram positivas e adequadas aos objetivos coloniais portugueses, nos tempos monárquicos e republicanos, ao contrário, elas se constituíram em heranças negativas com vistas à união nacional brasileira. Nesses termos, como seria então possível conciliar nossas origens ibéricas e as heranças desse passado, as quais não se poderia negar, com a construção da nação e a superação do seu atraso em relação aos por ele chamados povos práticos e objetivos?

Nos tempos monárquicos, como enuncia Oliveira Viana já em sua obra de estreia, essa função política teria sido exercida pela Coroa, a quem coube garantir o triunfo definitivo da nação e do poder central sobre os caudilhos locais (chefes de clãs). Segundo ele, no IV século o Rei é o “agente mais prestigioso, mais enérgico, mais eficaz do sincretismo nacional. O poder central deve a ele, com a sua unidade e a sua ascendência, a sua consolidação e estabilidade” (VIANA, 1920: 249). Naquele contexto, marcado ainda por um forte separatismo provincial e um vivace caudilhismo local, o Rei seria o “regulador supremo do jogo dos partidos, o grande dominador dos clãs, o repressor da caudilhagem nacional” (VIANA, 1920: 254). No Brasil, ao contrário da fórmula liberal britânica de que o “Rei reina, mas não governa”, os conservadores fizeram valer um novo princípio “mais adequado à nossa índole e à nossa civilização política: o princípio do poder pessoal do monarca. É a fórmula dada por Itaboraí nessa frase enérgica e imperativa, em que responde o programa dos liberais: - o Rei reina, governa e administra” (VIANA, 1920: 258). Mais do que a monarquia, portanto, a unidade da nação no Brasil seria garantida pelo próprio monarca, “o único que compreende a realidade das nossas coisas, a nossa incultura política, a artificialidade dos nossos partidos, a impossibilidade de praticar-se aqui, na sua pureza, o belo regime, que fez a glória da nação inglesa e ainda hoje lhe garante estabilidade” (VIANA, 1920: 262). Em sua opinião, conclui Oliveira Viana, D. Pedro II teria dado ao Brasil meio século de progresso, de paz, de tranquilidade e de ordem. Por meio do seu poder pessoal, diz o autor, “corrige a hostilidade, a intransigência, o exclusivismo das facções políticas. Pelo equilíbrio do seu espírito culto e prudente, modera as impaciências e os excessos reformadores, tão nocivos e perturbadores nos povos novos, como o nosso” (VIANA, 1920: 262).

Quanto às instituições monárquicas, Oliveira Viana reafirma em “Evolução do Povo Brasileiro (1923)” sua visão de que “essa construção não é má; porque sob ela o país se abriga durante mais de meio século, e cresce, e prospera, e se robustece, e se prestigia aos olhos do mundo” (VIANA, 1923: 217). Em síntese, diz ele, a obra dos estadistas da independência e do Império é ciclópica, sendo eles obrigados a modificar tudo, “tanto os métodos de política como os aparelhos de governo do período colonial, e o fazem com capacidade admirável”, sendo esta uma “luta heroica e contínua em prol da unidade nacional contra a formidável ação dispersiva dos fatores geográficos” (VIANA, 1923: 217-218). Mais uma vez, no entanto, o autor reitera o papel central do monarca para o bom funcionamento das instituições da monarquia, dizendo que os estadistas imperiais se inspiraram no princípio da intangibilidade do Rei, sua peça essencial: “com ela, jogando-a com habilidade, eles realizam as duas grande missões do poder central no país: a unificação da nacionalidade e a organização da sua ordem legal. Sem ela, não teriam realizado a primeira e, portanto, não teriam realizado a segunda: e seríamos hoje, talvez, um amontoado de pequenas repúblicas desorganizadas” (VIANA, 1923: 223).

Ainda sobre a pessoa do monarca, Oliveira Viana diria em “O Ocaso do Império” que D. Pedro II “não era um rei molengão e, menos ainda, um rei preguiçoso: atento, metucioso, exigente, cioso da exação e da regularidade”, que teria desempenhado mais a sério que nenhum outro sua vocação constitucional: “foi durante cinquenta anos o melhor empregado público do Brasil, o paradigma da classe, flor, exemplo e espelho de todos eles” (VIANA, 1925: 55). Em um balanço de sua atuação, o autor diria que “bem sentimos hoje quanto foram injustas para com ele [o Imperador] as gerações, no meio das quais viveu. (...) Nós, os de agora, lhe somos gratos pelo seu esforço indefeso de meio século em favor da bondade, da justiça e da paz. O juízo que lhe fazemos hoje, dele e do seu Reinado, é que ele, como nenhum outro brasileiro, bem mereceu a Pátria” (VIANA, 1925: 208).

Ao comparar as instituições e a ação dos estadistas coloniais e monárquicos, apesar de suas evidentes e já citadas divergências, Oliveira Viana aponta entre eles um importante ponto em comum: “ambos jogam com dados da realidade objetiva” (VIANA, 1923: 238). Embora os primeiros tivessem apenas objetivos fiscais e os segundos desejassem manter a integridade do Império e restabelecer sua ordem legal, “uns e outros inspiram-se, porém, em dados concretos e experimentais, e mantêm sempre um permanente contato com as nossas realidades” (VIANA, 1923: 238). Diferente, porém, seria a atuação dos estadistas republicanos, modelada por padrões exóticos. Nesse sentido, diria Oliveira Viana, os republicanos brasileiros não teriam respondido de forma adequada ao já citado problema de como conciliar nossas origens ibéricas e suas heranças com a construção no Brasil de uma “verdadeira nação” e a superação do seu atraso.

A esse respeito, criticando o idealismo utópico⁹ dos republicanos brasileiros, Oliveira Viana afirma que eles poderiam ter nos dado “um belo edifício, sólido e

⁹ Segundo Oliveira Viana, há duas espécies de idealismo: “o idealismo utópico, que não leva em conta os dados da experiência, e o idealismo orgânico, que só se forma de realidade, que só se apoia na experiência, que só se orienta pela observação do povo e do meio” (VIANA, 1922: 17). Sobre esses

perfeito, construído com a mais pura alvenaria nacional, e deram-nos um formidável barracão federativo, feito de improviso e a martelo, com sarrafos de filosofia positiva e vigamentos de pinho americano” (VIANA, 1922: 79-80). Isso porque a República teria sido proclamada num contexto de excepcional instabilidade e desorganização da Monarquia, quebrando os seus velhos quadros políticos e partidários, mas sem que houvesse um sentimento republicano generalizado entre o povo e a elite. Na verdade, diz Oliveira Viana, o sentimento então existente “não era o da crença na República, mas sim o da descrença nas instituições monárquicas (...); mas o certo é que essa descrença na monarquia não importava necessariamente a existência do sentimento contrário, de fé nas instituições republicanas” (VIANA, 1925: 105).

Entre as massas populares, “incultas na sua quase totalidade e também, na sua quase totalidade, dispersas na barbárie das matas e sertões”, as discussões sobre formas de governo, instituições constitucionais, monarquia, república ou democracia representavam meras “abstrações que transcendiam muito o alcance da sua mentalidade rudimentar”. Assim, diz o autor, caso as massas tivessem de crer em alguma instituição “esta seria a monarquia, ou antes, o monarca, o Imperador, entidade feita de carne e osso, que eles sabiam estar vivo e presente na Corte – mandando; e não na República, uma palavra apenas, coisa vaga, abstrata, estranha, inacessível à sua limitada compreensão” (VIANA, 1925: 106-107).

As novas formas democráticas e republicanas de governo, portanto, só encontrariam campo propício para o seu desenvolvimento entre a “elite cultivada das capitais e das cidades importantes, no patriciado da riqueza e da cultura, nos quadros de direção dos partidos, nos centros universitários e literários”, e ainda assim de forma limitada até 1888. Talvez com exceção do Rio Grande do Sul, diz Oliveira Viana, os núcleos republicanos eram ainda desorganizados e incoesos no restante do país até princípios de 1889: “estavam a seis meses do dia do seu triunfo – e ainda eram uma congênere de batalhadores escoteiros, agindo em pequenos pelotões isolados, à maneira dispersiva das guerrilhas!” (VIANA, 1925: 127). Daí sua conclusão de que o país não estava preparado para a República, nem mesmo os próprios republicanos.

Assim, pode-se dizer que o já citado idealismo utópico dos republicanos brasileiros seria devido ao seu despreparo e desorganização para a implantação do novo regime, mas também, pode-se acrescentar, a um certo encantamento que tinham com a organização política dos Estados Unidos. Nesse sentido, de forma irônica, Oliveira Viana diria que a mentalidade republicana se baseava na crença do poder das fórmulas escritas, sem considerar os elementos próprios da realidade brasileira e do seu povo. Para esses sonhadores, dizia ele, “pôr em letra de forma uma ideia era, de si mesma, realizá-la. Escrever no papel uma constituição era fazê-la para logo coisa viva e atuante: as palavras tinham o poder mágico de dar realidade e corpo às ideias por elas representadas” (VIANA, 1927: 25). Para ele, contudo, a constituição de 1891 não resumiria exatamente a realidade brasileira, mas o que havia de mais liberal nas correntes ideológicas da época: o democracismo francês, o liberalismo inglês e o federalismo americano. A seguir, mais uma vez utilizando-se de forte ironia, Oliveira Viana diria que os que se

diferentes tipos de idealismo e as causas do idealismo utópico no Brasil, ver: VIANA, Oliveira. *O Idealismo na Evolução do Império e da República*. São Paulo: Biblioteca de O Estado de São Paulo, 1922.

agrupavam em torno dos propagandistas republicanos “esperavam as bem-aventuranças da República, da democracia e da federação no mesmo estado de exaltação mística com que os camponeses que acompanhavam Jesus pelas estradas da Galileia esperavam o Reino de Deus”. Após sua implantação, porém, “para logo se levantou um sussurro de desapontamento do seio da turba fanatizada – e esse desapontamento se acentuou, com o tempo, numa permanente desilusão” (VIANA, 1927: 28-29).

Para o autor, portanto, tal desilusão e o fracasso dos ideais republicanos no Brasil seriam devidos justamente a esse desacordo entre o idealismo da constituição e a realidade nacional, considerando-se que aquela estaria baseada em pressupostos sem nenhuma objetividade possível entre nós, tais como: 1) a presunção da existência de opinião pública; 2) a presunção de que a opinião se expressa por meio de partidos. Sobre a opinião, Oliveira Viana diz que “somos um povo em que a opinião pública, na sua forma prática, na sua forma democrática, na sua forma política, não existe” (VIANA, 1927: 44). De igual forma, também não existem no Brasil verdadeiros partidos políticos, que representariam apenas os interesses de indivíduos – os chefes de clãs, e não os interesses coletivos da nação.

A única forma de organização que os governos encontram em torno de si, portanto, são os clãs facciosos, como o autor a eles se refere: “Estes é que acabam dominando-os inteiramente e reduzindo-os, por fim, a simples instrumentos dos seus interesses e ambições. Eis porque o governo do povo, idealizado pelos sonhadores da constituinte, se torna aqui apenas o governo das coteries politicantes” (VIANA, 1927: 59). A alternativa a esse modelo, porém, não adviria apenas da adoção de uma reforma política ou constitucional, mas da implantação no país de um novo regime “conveniente e adaptado ao nosso povo” (VIANA, 1927: 68), como no passado teriam feito nossos estadistas coloniais e monárquicos. Tal regime, como se verá a seguir, deveria se basear na opinião organizada das classes produtivas, a partir dos seus conselhos e sindicatos.

A Solução Corporativa e o Futuro da Nação

Ao contrário da democracia de tipo eleitoral e representativo implantada no Brasil pelos idealistas republicanos, Oliveira Viana diz que a verdadeira democracia se define como “o governo da opinião”, podendo se organizar até mesmo sem eleições ou eleitores. Segundo ele, “eleições e eleitores não são coisas principais numa democracia; são meios para atingir o fim – e não são nem o meio único, nem o melhor dos meios. O que é principal numa democracia é a existência de uma opinião organizada” (VIANA, 1927: 90). Estas, porém – opinião e democracia – seriam então inexistentes no Brasil por sua histórica ausência de solidariedade de classes ou de sentimento dos interesses coletivos. Assim, a condição para a construção no país de governos verdadeiramente democráticos e patrióticos seria justamente organizar a opinião pública: “ou isto, ou a democracia republicana no Brasil será apenas um eterno sonho” (VIANA, 1927: 61).

Para isso, entretanto, seria necessário não apenas uma simples reforma política ou constitucional, mas amplas reformas sociais e econômicas no país, sem o que a massa eleitoral não teria independência de opinião no Brasil, por sua tradicional dependência das oligarquias. Nesse sentido, esclarece Oliveira Viana, os meios mais eficazes para se

garantir a independência da opinião não seriam o sufrágio universal, a eleição direta, o voto secreto ou o self government local, e sim a “difusão do espírito corporativo e das instituições de solidariedade social”. Além destes, outros importantes meios citados pelo autor seriam também “o estabelecimento da pequena propriedade; um sistema de arrendamentos a longo prazo ou de um regime de caráter enfitêutico” e uma “organização judiciária expedita, pronta e eficaz” (VIANA, 1927: 66).

Dentre estes meios, em termos de política objetiva¹⁰, pretende-se aqui destacar a grande importância que o autor atribui aos Conselhos Técnicos e aos sindicatos no sentido de difundir o espírito corporativo, estimular a solidariedade de classes e organizar a opinião no Brasil. Segundo ele, já nos anos 1920 se podia observar um importante movimento das classes industriais e comerciais de se expressarem junto ao governo, o que seria “o primeiro passo para a constituição, com caráter permanente, junto ao poder, dos órgãos consultivos das nossas classes econômicas. Tudo está em reiterar esse expediente, torna-lo uma praxe, fixa-lo em costume, organizá-lo em tradição” (VIANA, 1927: 104).

Até aquele momento, a administração pública brasileira já havia criado três Conselhos supostamente técnicos, ainda que de caráter meramente consultivo: o Conselho Nacional do Ensino (1911), o Conselho Nacional do Trabalho (1923) e o Conselho Superior da Indústria e Comércio (1923). Mais tarde, especialmente a partir dos anos 30, vários outros conselhos e institutos seriam criados no Brasil, tais como: Conselho Nacional do Café (1931), Instituto do Açúcar e do Alcool (1933), Conselho Técnico de Economia e Finanças (1937) e Conselho Nacional do Petróleo (1938)¹¹. Esses Conselhos seriam definidos por Oliveira Viana como “colaboradores técnicos da obra administrativa dos governos” (VIANA, 1930: 186), tanto por meio de pareceres quanto de sugestões que depois deveriam ser submetidas à discussão e aprovação do Congresso Nacional. De um lado, diz o autor, o peso e a autoridade dos seus pareceres e sugestões advém da própria composição desses Conselhos, que seriam compostos de “‘competências’, de ‘especialistas’, de ‘técnicos’, colhidos, por força da própria lei, a) nas esferas da alta administração; b) nos centros da cultura especializada; c) principalmente no seio das associações de classe” (VIANA, 1930: 187). De outro

¹⁰ De acordo com o pensamento de Oliveira Viana, pode-se dizer que “política objetiva” seria aquela cujas práticas estariam fundadas nas condições reais e objetivas do país, ao contrário do chamado idealismo político. A esse respeito, ver também a nota de número 12, sobre os conceitos de idealismo utópico e idealismo orgânico.

¹¹ Apesar de serem definidos como técnicos, deve-se observar que estes Conselhos foram criados a partir do interior da administração pública brasileira, permanecendo a ela atrelados e subordinados diretamente ao governo durante todo o seu período de atuação. A própria composição desses Conselhos, conforme definido em lei, dependia da indicação ou do reconhecimento dos seus representantes pelo governo. A respeito do Conselho Nacional do Trabalho, apenas para exemplificar, sua composição seria assim dividida: dois representantes das classes operárias, dois representantes das classes patronais, seis especialistas de reconhecida competência em assuntos de organização do trabalho e da previdência social e dois representantes da alta burocracia – funcionários graduados do Ministério da Agricultura e do Ministério da Indústria e Comércio. A respeito da composição e atuação dos Conselhos Técnicos no Brasil, especialmente entre as décadas de 1930 e 1980, ver: ALBERNAZ, Cássio Alan Abreu. *Timoneiros dos Rumos da Nação: carreiras e trajetórias da elite estatal do planejamento do desenvolvimento econômico e industrial no Brasil (1934-1982)*. Porto Alegre: PUCRS, 2012. Tese de Doutorado.

lado, porém, a eficiência dos Conselhos Técnicos no Brasil seria ainda limitada por preconceitos radicados na mentalidade das elites nacionais, dentre os quais “o mais grave, o mais absurdo, o mais anacrônico é a crença na competência da onisciência dos Parlamentos e na sabedoria infusa dos homens que, em virtude do mecanismo do nosso sistema representativo, acontecem chegar ao poder” (VIANA, 1930: 192-193).

Pelo menos até o golpe do Estado Novo (1937), portanto, pode-se dizer que esses Conselhos não passavam mesmo de colaboradores técnicos dos governos, como bem definiu Oliveira Viana, com um papel secundário e subordinado às decisões dos poderes Executivo e Legislativo, a quem cabia acatar, ou não, seus pareceres e sugestões. Ainda assim, nos tempos de vigência no Brasil da democracia eleitoral e representativa, talvez se possa dizer que acatar os pareceres ou sugestões desses Conselhos representasse para o Executivo um argumento de ordem supostamente técnica para justificar suas decisões políticas e favorecer a aprovação no Parlamento dos seus projetos de governo¹². Tal atuação, porém, estaria ainda muito longe do ideal preconizado por Oliveira Viana, que atribuía aos Conselhos Técnicos e sindicatos o papel precípua de estimular a solidariedade de classes e organizar a opinião no Brasil. Assim, dizia ele, o melhor caminho para a democracia não é lutar para eleger deputados ao Parlamento, mas “desenvolver os Conselhos Técnicos e as organizações de classe, aumentar a sua importância, intensificar as suas funções consultivas e pré-legislativas, generalizar e sistematizar a praxe da sua consulta da parte dos poderes públicos” (VIANA, 1930: 201).

Já em relação aos sindicatos, deve-se observar que a definição legal de sua constituição e de suas atribuições teria sido pautada pelos “novos métodos jurídicos” preconizados pelo Direito Corporativo, que se caracterizariam “pelo seu estrito objetivismo, pelo rigoroso realismo social da sua análise e das suas construções” (VIANA, 1943: XVI). A esse respeito, ainda que não se pretenda avançar na análise de tais concepções e princípios jurídicos¹³, vale aqui destacar a polêmica havida entre o jurista Waldemar Ferreira e Oliveira Viana a respeito da criação da Justiça do Trabalho no Brasil, especialmente a respeito de sua competência normativa e dos seus critérios de solução de conflitos.

Para o primeiro, seu caráter normativo seria contrário aos princípios do Direito tradicional e da própria constituição, tanto por atribuir ao Judiciário o poder de editar normas gerais, ou seja, de legislar, quanto porque as sentenças de qualquer juiz só poderiam obrigar aos próprios litigantes, e não a terceiros. Para o segundo, ao contrário, suas divergências com Waldemar Ferreira não se referiam apenas a questões de técnica jurídica, mas expressariam um conflito entre duas concepções do Direito, a “velha concepção individualista” e a nova concepção “nascida da crescente socialização da vida jurídica, cujo centro de gravitação se vem deslocando sucessivamente do indivíduo para o grupo e do grupo para a nação, compreendida esta como uma totalidade específica” (VIANA, 1938: 7). Nesse contexto, o interesse dominante não seria mais o da obediência cega à Constituição, mas o da eficiência do serviço público. Daí a

¹² A respeito dos usos políticos de instituições técnicas por parte do governo de Vargas, tendo por referência a composição e atuação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) durante o Estado Novo, ver: ABREU, Luciano Aronne de. *Um Olhar Regional sobre o Estado Novo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

¹³ Sobre as concepções e princípios jurídicos do Direito Corporativo e a constituição da Justiça do Trabalho no Brasil, ver: VIANA, Oliveira. *Problemas de Direito Corporativo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

necessidade, portanto, da descentralização das atribuições do Estado Moderno e da criação de entidades administrativas de tipo corporativo, “com poderes para decidirem as questões afetas à sua jurisdição, não pela aplicação da regra jurídica, como nos tribunais judiciais, mas mediante critérios de pura eficiência prática” (VIANA, 1938: 54-55). Esse seria o caso, por exemplo, dos já citados Conselhos Técnicos e sindicatos e da própria Justiça do Trabalho¹⁴ que então se propunha criar.

Voltando aos sindicatos, de acordo com o ideal preconizado por Oliveira Viana, eles deveriam exercer um papel tutelar sobre a sociedade, o de ensinar os brasileiros a desenvolver o espírito de solidariedade e organizar a opinião no país. Assim, considerando a descentralização das atribuições do Estado Moderno e definindo os sindicatos de então como entidades administrativas de tipo corporativo, o autor diria que a eles caberia interagir em harmonia com o Estado, que os teria investido de poderes de autoridade pública.

Isso porque, a partir do Estado Novo (1937), foi instituído no Brasil o sindicato único por categoria¹⁵, diretamente vinculado ao Estado, com poderes para representar e celebrar convenções coletivas para toda uma categoria, e não apenas para o seu escopo de associados. Assim, diz Oliveira Viana, “desde que uma convenção coletiva é a lei da profissão ou da categoria, ela só pode emanar de uma única fonte, que é o sindicato único, autorizado legalmente a representar a categoria” (VIANA, 1943: 4-5). Em síntese, diria o autor no desenrolar de sua argumentação: “o sindicato não é outra coisa senão a associação profissional de direito privado, elevada, por uma seleção especial do Estado, à dignidade de representante da categoria toda, e, em consequência, provida de poderes bastante para, em nome do Estado, administrá-la” (VIANA, 1943: 114). Tal seria a grande originalidade do sistema sindical brasileiro em relação aos modelos europeus,

¹⁴ Sobre a Justiça do Trabalho, Oliveira Viana diz que ela não teria sido criada para julgar questões jurídicas ou de técnica jurídica, mas os conflitos coletivos de natureza econômica, embora ressalve que esta expressão é redundante porque “todo conflito coletivo é substancialmente econômico” (VIANA, 1938: 105). Sendo assim, suas sentenças devem ser também coletivas e de caráter normativo. Nesse sentido, outra peculiaridade da Justiça do Trabalho seriam os seus critérios de formulação das sentenças. Segundo Oliveira Viana, não haveria nas controvérsias coletivas “nenhum ponto pré-estabelecido, nenhuma prova pré-constituída, nenhum texto de lei ou de contrato a invocar, a que o juiz deva subordinar-se para determinar sua decisão. Há apenas uma situação de fato, para a qual tem ele que estabelecer uma regulamentação, a vigorar como se ele fosse legislador” (VIANA, 1938: 114). O Juiz do Trabalho, portanto, seria um ponderador dos interesses econômicos em conflito, um árbitro ou perito “que não decide com o apelo a regras pré-estabelecidas, a praxes assentes na jurisprudência, a lógica dos casos análogos, a princípios do direito escrito; mas de acordo com o interesse da justiça social, segundo o que lhe parece mais equitativo em cada espécie” (VIANA, 1938: 115-116).

¹⁵ Sobre o princípio da unicidade sindical, Oliveira Viana tece uma série de considerações a respeito de suas vantagens em relação ao princípio contrário, da liberdade sindical. Embora não se pretenda aqui avançar na análise dessa questão e dos seus argumentos, deve-se destacar que o sindicato único por categoria seria o mais indicado, segundo ele, para o caso brasileiro, tanto por questões de organização quanto de praticidade. Diz Oliveira Viana: “Realmente, a existência de múltiplos sindicatos da mesma categoria dentro de uma mesma área traria os seguintes inconvenientes: a) dificultaria enormemente e – o que é pior – inutilmente a constituição dos órgãos de ligação entre as duas classes – a dos patrões e dos empregados (...). b) dificultaria a aplicação e a eficiência das convenções coletivas (...). Esta pluralidade de convenções coletivas e de regimes de trabalho, oriunda da pluralidade de sindicatos, dificultaria, por sua vez, a transformação dessas convenções em regulamentos da profissão (VIANA, 1943: 52). Para saber mais, ver: VIANA, Oliveira. *Problemas de Direito Sindical*. Rio de Janeiro: Max Limonad, 1943.

em geral, e italiano, em particular, dadas as grandes diferenças de dimensões geográficas e de densidade populacional entre Brasil e Itália¹⁶. Em termos territoriais, portanto, ao contrário do modelo provincial italiano, os interesses econômico-profissionais brasileiros deveriam se organizar em três esferas – local, estadual e nacional, tendo como seus órgãos representativos os sindicatos, as Federações e as Confederações. Não fosse assim, conclui Oliveira Viana, “teríamos organizado um sistema sindical constituído de entidades profissionais de mera existência administrativa, artificiais, portanto, e sobre as quais seria ilusório e mesmo ridículo pretendermos assentar os fundamentos do nosso futuro edifício corporativo” (VIANA, 1943: 200).

Face ao exposto, pode-se dizer que o modelo sindical proposto por Oliveira Viana e seus argumentos acerca da sua originalidade nos remeteriam de volta ao passado nacional, a uma espécie de determinismo tanto do seu meio geográfico quanto da história do país. De um lado, a extraordinária latitude do seu território; de outro, o seu passado colonial e sua herança de insolidarismo social. Aos sindicatos, portanto, caberia não apenas exercer suas tradicionais funções representativas e de defesa profissional, mas uma função essencialmente educadora como alternativa para formar cidadãos conscientes dos interesses gerais e constituir a verdadeira nação brasileira, ao mesmo tempo preservando suas origens ibéricas e superando as causas do seu atraso.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Luciano Aronne de. *Um Olhar Regional sobre o Estado Novo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.
- ALBERNAZ, Cássio Alan Abreu. *Timoneiros dos Rumos da Nação: carreiras e trajetórias da elite estatal do planejamento do desenvolvimento econômico e industrial no Brasil (1934-1982)*. Porto Alegre: PUCRS, 2012. Tese.
- BIONDI, Luigi. *Entre Associações Étnicas e de Classe: os processos de organização política e sindical dos trabalhadores italianos na cidade de São Paulo (1890-1920)*. São Paulo: UNICAMP, 2002. Tese.
- BORGES, Vavy Pacheco. *Tenentismo e Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do Pensamento Político Brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 2007.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O Charme da Ciência e a Sedução da Objetividade: Oliveira Viana entre os intérpretes do Brasil*. São Paulo: UNESP, 2005.
- CARONE, Edgar. *Tenentismo: acontecimentos, personagens, programas*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1975.

¹⁶ A fim de demonstrar a originalidade do sistema sindical brasileiro e sua adequação às condições próprias da realidade nacional, Oliveira Viana irá desenvolver extensamente sua comparação com o modelo italiano. Além de destacar que o modelo brasileiro não é “uma mera imitação do sistema italiano”, o autor irá também se preocupar em afirmar o caráter não fascista e não totalitário do modelo brasileiro. A esse respeito, em síntese, diz Oliveira Viana: “o pensamento dominante da nossa nova legislação sindical, embora elaborado para servir a um regime de tipo autoritário, é o de preservar a autonomia e a liberdade associativa das categorias, reduzindo a intervenção do Estado ao estritamente necessário à preservação dos interesses gerais da Nação (...)” (VIANA, 1943: 160-161. Para saber mais a esse respeito, ver: VIANA, Oliveira. *Problemas de Direito Sindical*. Rio de Janeiro: Max Limonad, 1943, cap. XI, XII e XIII.

- CARVALHO, José Murilo de. *A Utopia de Oliveira Viana*. In Élide Rugai Bastos e João Quartim de Moraes. *O Pensamento de Oliveira Viana*. Campinas: UNICAMP, 1993.
- LAMOUNIER, Bolívar. *Formação de um Pensamento Político Autoritário na Primeira República. Uma Interpretação*. In Boris Fausto (org). *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo III. *O Brasil Republicano*, 2º vol., cap. 10. São Paulo: Difel, 1985, 3ª ed.
- ODÁLIA, Nilo. *As Formas do Mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Viana*. São Paulo: UNESP, 1997.
- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1989.
- QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. *Estratégias e Identidades: relações entre governo estadual, patrões e trabalhadores nas grandes greves da Primeira República em Porto Alegre (1917-1919)*. Porto Alegre: UFRGS, 2012. Tese.
- REZENDE, Neide Luzia de. *A Semana de Arte Moderna*. São Paulo: Ática, 2006.
- RICUPERO, Bernardo. *O Conservadorismo Difícil*. In André Botelho e Gabriela Nunes Ferreira. *Revisão do Pensamento Conservador: ideias e políticas no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 2010.
- VIANA, F. J. Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia., 1920.
- _____. *Pequenos Estudos de Psicologia Social*. Revista do Brasil - Monteiro Lobato & Co., 1921.
- _____. *O Idealismo da Evolução Política do Império e da República*. 1ª ed. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1922.
- _____. *Evolução do Povo Brasileiro*. 2ª Ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1923.
- _____. *O ocaso do Império*. São Paulo: Melhoramentos, 1925.
- _____. *O Idealismo da Constituição*. Rio de Janeiro: Terra de Sol, 1927. Período: 1927.
- _____. *Problemas de Política Objetiva*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1930.
- _____. *Problemas de Direito Corporativo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.
- _____. *Problemas de Direito Sindical*. Rio de Janeiro: Max Limonad, 1943 (Coleção Direito do Trabalho, v. 1).
- WEHLING, Arno. *O Estado Colonial na obra de Oliveira Viana*. In Élide Rugai Bastos e João Quartim de Moraes. *O Pensamento de Oliveira Viana*. Campinas: UNICAMP, 1993.

Individuo y Sociedad. La incorporación de lo social al liberalismo

Ángeles Lario

Ángeles Lario, Profesora Titular de Historia contemporánea (UNED), donde también fue investigadora del programa “Ramón y Cajal” e I3 como investigadora destacada por el Ministerio (2007). Miembro del Consejo Director y del Consejo Académico de la Cátedra institucional «Monarquía Parlamentaria» en la Universidad Rey Juan Carlos (URJC). Miembro de diferentes asociaciones de Historia. Coordinadora y participante en proyectos de investigación financiados institucionalmente. Coordinadora y miembro del comité de redacción de la revista de Historia Contemporánea *Espacio, Tiempo y Forma*. Su línea de investigación se desarrolla en torno a la construcción del Estado Contemporáneo, las formas de gobierno, los modelos políticos, el liberalismo y constitucionalismo, en estrecha relación con otras ciencias como las Políticas y Derecho Constitucional y desde la metodología de la historia de los conceptos y las culturas políticas. Autora de monografías y artículos en revistas indexadas con índice de calidad, colaboradora en obras colectivas.
Email: alario@geo.uned.es

https://doi.org/10.14195/1647-8622_16_4

INDIVIDUO Y SOCIEDAD.
LA INCORPORACIÓN DE LO
SOCIAL AL LIBERALISMO.

En el cambio de siglo desde el XIX al XX, el Estado liberal se encontró de frente con un problema surgido dentro de él mismo: el conocido como “ascenso de las masas”, la necesidad de una representación y de unas políticas para las que el liberalismo no había nacido. A partir de ahí toda reforma liberal pasó por la observación de una vida social más compleja que el mero individuo y sus derechos. A eso se llamó organicismo, y de él surgieron desde ideas totalitarias hasta ideas sociales que reformaron la propia idea liberal y posibilitó el Estado Social de Derecho.

Palabras clave: liberalismo, problema social, organicismo, Estado Social de Derecho

INDIVIDUAL AND SOCIETY.
THE INCORPORATION OF
THE SOCIAL ISSUE TO THE
LIBERALISM.

In the change of century from the XIXth to the XXth, the liberal State met abreast a problem arisen inside it itself: the acquaintance as “ascent of the masses “, the need of a representation and of a few policies for which the liberalism had not born. From there any liberal reform it passed for the observation of a social life more complex than the mere individual and his rights. To it it called *organicismo*, and from it they arose from totalitarian ideas up to social ideas that reformed the own liberal idea and it made the social State of law possible.

Keywords: Liberalism, social problem, organicismo, Social State of Law

L'INDIVIDU ET LE SOCIÉTÉ.
L'INCORPORATION DU LA
QUESTION SOCIALE DANS
LE LIBÉRALISME.

Dans le changement (échange) de siècle du XIXe au XXe, l'État libéral s'est trouvé de front avec un problème surgi à l'intérieur de lui même : la connaissance comme “avancement des masses”, la nécessité d'une représentation et des unes politiques pour lesquelles le libéralisme n'était pas né. À partir de là toute réforme libérale a passé pour l'observation d'une vie sociale plus complexe que l'individu simple et ses droits. À cela il s'est appelé *organicismo*, et ils ont surgi de lui des idées totalitaires aux idées sociales qui ont réformé la propre idée libérale et elle a facilité l'État Social de Droit.

Mots-clés: Libéralisme, problème social, organicismo, l'État Social de Droit

Individuo y Sociedad. El liberalismo ante el reto social: Del individualismo a la sociedad orgánica

“El proceso del ‘grupo’ contiene el secreto de la vida colectiva; es la llave de la democracia, la lección capital que todo individuo debe aprender, y constituye nuestra principal esperanza para la vida política, social e internacional del porvenir” (M.P. Follett, The New State. Group Organization the solution of popular government, 1926, p. 22)

Si en los momentos actuales la democracia liberal necesita una reforma en su funcionamiento, y si esa reforma parece pasar inexcusablemente por una mayor participación de la sociedad en su gobierno, mayor “virtud cívica” como dice el humanismo cívico que tiene su desarrollo en el mundo anglosajón; de esa misma forma el liberalismo también pasó por la etapa crucial de reformarse para acoger a la llamada “sociedad de masas” en los albores del siglo XX.

Esa necesidad de reforma tuvo un punto central, una tendencia general, que fue la ampliación de la base del sistema político, desde el individuo como única referencia hasta la misma sociedad que el individuo forma a través de sus comunidades, grupos y asociaciones; entonces, entre el individuo y el Estado surgió la sociedad que pasó a ser analizada como objeto mismo con vida y características propias más allá del individuo que la forma y que al organizarse y agruparse va creando otros elementos que a su vez definen la sociedad. A esta conformación de la sociedad con individuos, objetos de derechos básicos, más los grupos por ellos formados con características propias e intereses concretos, se llamó entonces organicismo; que si en algo se hizo evidente de modo indiscutible fue en la lucha social, en el enfrentamiento entre intereses contrarios dentro de la sociedad, que no afectaban a individuos aislados sino a grupos bien conformados y organizados.

Así surgió el análisis y la visión orgánica de la sociedad frente, o como complemento, de la visión meramente individualista de la misma, propia del liberalismo clásico. Cualquier método para acoger las preocupaciones sociales del momento y la participación de toda la población adulta en el autogobierno pasó por la concepción organicista de la sociedad y a veces del propio Estado.

Fue en la última parte del XIX cuando se fue conformando ya con más sentido este organicismo como alternativa liberal a la crisis que el liberalismo estaba sufriendo como ideología y como sistema político en un momento de necesidad de atender la fuerza social que pasó a ser protagonista en el mundo contemporáneo. Tomaba protagonismo el problema social, que se escapaba progresivamente de las manos del sistema liberal-parlamentario que no parecía capaz de gestionarlo.

Y es destacable que cuando se estudia la crisis del liberalismo que cundió en Europa en los primeros decenios del siglo XX, y se observan los modelos alternativos que van surgiendo tanto en el campo de las ideas políticas como de los proyectos concretos, nos encontramos con este factor que se repite: que toda reforma del liberalismo a finales del XIX y principios del XX parecía pasar inevitablemente por alguna variante de organicismo. Es algo verdaderamente significativo, y que contrasta con una tendencia bastante generalizada a enfocar esta cuestión del corporativismo desde una única perspectiva, que suele ser la de su aspecto más aparentemente exitoso, es decir, su utilización por las doctrinas antiliberales.

Efectivamente, las alternativas dentro del liberalismo también pensaron en corregir el exceso de individualismo del Estado contemporáneo; para ello no parecía posible otro modo que considerar la existencia de grupos en la sociedad, que podían verse en su funcionamiento como órganos que componen un cuerpo.

La idea de sociedad como organismo

La comparación de la sociedad con un individuo viene de antiguo, es una imagen antropomórfica del Estado de tradición milenaria, asociando el organismo humano con el social.

Se encuentra ya en Platón, Aristóteles (que al hablar de la ciudad decía que “Destruído el todo, no habrá pies ni manos”), Séneca (decía que somos miembros de un inmenso cuerpo), lo adoptó el primer cristianismo, cuando Pablo de Tarso en su “Epístola a los Corintios” habló del “cuerpo místico”, y lo continuaron entre otros Agustín de Hipona y Tomás de Aquino. El corporativismo caracterizó a la Edad Media¹.

La tradicional visión orgánica medieval de la sociedad, el carácter federal de sus estados, la señala Otto Friederich Von Gierke, historiador y abogado alemán de la segunda mitad del XIX, pionero en el estudio de los grupos sociales y la importancia de las asociaciones, como la base de la democracia orgánica, de los cuerpos intermedios –estamentos, asociaciones y gremios–, además de espaciales: familia, parroquia, municipio, feudo, reino, imperio. De modo que ningún ciudadano conectaba directamente con la soberanía, sino a través del grupo.

El rompimiento de este mundo medieval, de cuerpos intermedios, y el proceso de individualización inorgánica de la sociedad, se produjo primero con la reforma religiosa del XVI y se culminó con las revoluciones liberales desde finales del XVIII. Fue de nuevo con las consecuencias sociales del capitalismo, del liberalismo radicalmente individualista, cuando se repensó el organicismo.

Se puede decir que la salida natural del liberalismo y su exceso de individualismo en el momento de ascenso de las masas –como se dio en denominar esta época desde finales del XIX– es el organicismo, tanto por tradición –lo que había antes–, como por razón al analizar el conjunto social. Por ello, a finales del XIX y en la gran crisis del liberalismo de comienzos del XX, los modelos alternativos a aquél tuvieron como referencia el organicismo, en atención a una sociedad más compleja. Y así, aunque lo que nos resulta más conocido es lo que más eco tuvo en nuestra época fuera del liberalismo, el que dio lugar a las nuevas ideologías antiliberales de los 20 y 30; lo que aquí se viene destacando ya repetidas veces es que no sólo ellas se acogieron al organicismo, sino que éste fue común en todo proyecto de reforma de la época, también liberal.

¹ Eduardo Fuentes Ganzo, *Hermandades en Castilla: fraternidades, cofradías y hermandades concejiles en los territorios de la Corona de Castilla en el marco del corporativismo medieval, siglos XI al XV*. Tesis doctoral. UNED 2000.

Es útil la clasificación que Elías Díaz hizo del organicismo en 1967, que resumo e interpreto en tres fundamentalmente:

1. la tradicionalista que vuelve la mirada a antes del liberalismo.

Para ellos la representación en Cortes es mucho más que la corporativa y de intereses, está la de los “reinos” –Gil Robles, Vázquez de Mella, Aparisi, hablaron de “autarquía nacional” o “sociedalismo”, Pradera habló de “Estado Nuevo”. Instituciones tradicionales y principios cristianos.

2. La totalitaria, que mira hacia delante, hacia después del liberalismo, que quiere sortear el liberalismo y sobre todo su posible aceptación de lo social, y asocia el organicismo a corporativismo, en el que el hombre individual queda absorbido en el Gran Todo que es la Nación o el Estado, por lo que el nacionalismo es una característica central de los fascismos.

3. La que corrige el liberalismo para incluir el aspecto social, basada fundamentalmente en el krausismo, con una visión agnóstica, racionalista y universalista, que se engrosó con la aparición de la sociología positiva y los progresos de la biología y el darwinismo.

La que aquí nos interesa, ya es evidente, es de la tercera, la que desde dentro del liberalismo quiere corregirlo, ampliarlo, adaptarlo a las nuevas exigencias sociales, el nuevo liberalismo o liberalismo social.

La reforma liberal. El liberalismo social

El liberalismo social o nuevo liberalismo surgió en Europa a finales del XIX como respuesta a las debilidades del liberalismo inorgánico para responder a las cuestiones sociales y los movimientos que amenazaban el Estado de Derecho. Se intentaba superar el excesivo individualismo otorgando carácter orgánico y solidario a la sociedad, y se buscaba favorecer la intervención del Estado para conseguir los mínimos básicos que armonizarían la vida social.

Las principales corrientes del liberalismo social se dieron en Inglaterra con el *New Liberalism*, entre los idealistas de la Escuela de Oxford a cuya cabeza se encuentra Thomas Hill Green (1836-1882), catedrático de filosofía moral en la Universidad de Oxford que propuso frente al concepto clásico de libertad negativa o no coerción -libertad de-, la libertad positiva o capacidad de poder ejercer los derechos del individuo -libertad para-, que condujo a un replanteamiento de las funciones del Estado² -el líder liberal Asquith estudió con Green en Oxford y su gobierno y el de Lloyd George introdujeron esta corriente liberal-. Aunque hay que citar también a John Atkinson Hobson (1858-1940), su principal teórico fue Leonard Trelawny Hobhouse (1864-1929), profesor de la London School of Economics, que acuñó el término de “Liberal socialismo” y habló ya claramente del papel del Estado para lograr una distribución de la riqueza más justa, cuya principal obra *Liberalismo*, publicada en 1911, se tradujo en España en 1927 en la colección Labor en la sección IX dedicada a “Política” para “fijar los caracteres esenciales de las grandes corrientes políticas contemporáneas”, y “se ha elegido para definir el Liberalismo.... un eminente liberal inglés, profesor de Sociología

² Su principal obra es *Lectures of the principles of Political Obligations*, publicadas póstumamente en 1886.

en la Universidad de Londres, quien, extrayendo del movimiento liberal las últimas consecuencias, acierta a darnos un perfecto cuadro de lo que el Liberalismo significa cuando sus ideas se someten a la prueba sentimental de las normas de justicia y a la prueba real de la vida humana y de sus diversos factores de progreso”³.

En Francia con el Solidarismo abanderado por Alfred Fouillée (*La Science Social Contemporaine*, Paris 1880 -traducido en 1894 por Adolfo Posada-, Célestin Bouglé (*Le Solidarisme*, Paris 1907) y, sobre todos, Léon Bourgeois, también organicista, también centrado en la importancia de la enseñanza para el progreso democrático y social, con la ambición de incorporar la clase trabajadora a las instituciones⁴. El solidarismo atiende a esta necesidad del momento, basándose en los nuevos avances del cientifismo aplicados al positivismo y a la sociología, buscando las leyes que expliquen el desarrollo social, y analizando la sociedad como un conjunto orgánico formado por individuos, equilibrando la libertad individual y los derechos sociales. El solidarismo, la solidaridad, es un límite al “laissez-faire” y al excesivo individualismo, un fundamento para la intervención del Estado, una forma de hacer convivir los grupos sociales en armonía; estaba en la línea de las nuevas corrientes liberales del momento, de los reformadores sociales. Sus representantes más ajustados son el Partido Radical y el Partido Radical Socialista.

En España a través del krausoinstitucionalismo, corriente krausista del liberalismo social que encabezaron por esas fechas Francisco Giner de los Ríos y Gumersindo de Azcárate, y que venía de mediados del siglo XIX desde la incorporación de la filosofía de Krause a España por Sanz del Río, y la fundamentación en ella de un proyecto

³ Leonard Trelawney Hobhouse (1864-1929), Jurista, sociólogo, filósofo y político británico, principal teórico del new liberalism, ocupó la primera cátedra de sociología en la Universidad inglesa: Hobhouse, Leonard Trelawney, *Liberalismo* [1911]. Traducción de la tercera edición inglesa por Julio Calvo Alfaro, Editorial Labor, Barcelona 1927; la cita en “advertencia al lector” (existe una edición reciente con estudio preliminar a cargo de José Luis Monereo Pérez, Granada, Editorial Comares, 2007). M. Freeden, *The New Liberalism. An Ideology of Social Reform*. Clarendon Press, Oxford, 1978. R. Bellamy (ed.), *Victorian Liberalism. Nineteenth-century Political thought and practice*. Routledge. London 1990. Id., *Liberalism and Modern Society. An historical argument*. Polity Press, Cambridge/Oxford 1992.

⁴ Sobre el solidarismo, véase José Luis Monereo Pérez y J. Calvo González, “Estudio preliminar” Leon Duguit, *Manual de Derecho Constitucional*, Granada, Comares, 2005; C. Bouglé, *Le Solidarisme*, Paris, Girard et Brière, 1907; del mismo autor, *Solidarisme et libéralisme*, Paris, E.Cornély, 1904; en José Luis Monereo Pérez, “El pensamiento sociopolítico y pedagógico de Francisco Giner de los Ríos (II)” Universidad de Granada, artículos: <http://www.ugr.es/~redce/REDCE16/articulos/10JLMonereo.htm>, npp, 63: “Así se puede afirmar, en palabras de Duguit, que “El solidarismo jurídico-social, como corriente de pensamiento, mantenía una concepción organicista de la sociedad”, Cfr. L. Duguit, *Soberanía y libertad*, trad. José G. Acuña, Madrid, Francisco Beltrán, 1924, pp.226-227... Y de lo que se trata, con Durkheim, es de fomentar la solidaridad orgánica o por división del trabajo que une a los individuos, miembros de una misma sociedad, por contraposición a la solidaridad mecánica: “Toda sociedad puede ser comparada a un gran taller cooperativo en el que cada uno tiene cierta tarea que cumplir, para que puedan ser fabricados los productos destinados a asegurar la realización de las diversas necesidades de cada partícipe. A cada individuo se impone el deber social, por el hecho mismo de que forma parte de esta verdadera sociedad cooperativa, de desarrollar su actividad individual según sus capacidades propias, para asegurar, lo mejor posible y en lo que le concierne, mediante el cambio de servicios, la realización de las necesidades de cada uno” (op. cit., p.231). En esta línea de pensamiento, afirma “la legitimidad de la intervención del Estado en la reglamentación del trabajo”, pues “tiene conexión directa con el concepto solidarista de la libertad” (op. cit.,p.240). Durkheim, *L’éducation sociale*, 1925.

político de reforma liberal que fuera capaz de incorporar la nueva cuestión social que surgió con el liberalismo económico⁵.

Así es que el New Liberalism, el liberalismo social y el krausoinstitucionismo, componen esta corrección orgánica del liberalismo, conjugando lo individual con lo social.

España y la reforma liberal: El Krausismo

Fue Ahrens, discípulo de Krause (éste nació en 1781 y fue alumno y protegido de Fichte en la universidad de Jena, y de Schelling -que lo persiguió- entre 1797 y 1801) en la Universidad de Göttingen en sus clases de filosofía que impartía desde 1824, quien desarrolló sistemáticamente la filosofía krausista y fue su principal divulgador; publicó su Curso de Derecho Natural en 1839, habiendo fallecido ya tempranamente su maestro. Este curso fue traducido al inglés, al italiano, al húngaro, al portugués y al castellano ya en 1841 la primera vez, y en sucesivas traducciones hasta 1906. Esta filosofía estuvo en boga en Europa hacia la mitad del siglo XIX.

Ahrens, años después de su Curso de Derecho Natural, participó en la Asamblea de Francfort de 1848 (había participado también en la revolución de 1830), y en esa ocasión defendió ya la segunda cámara de intereses (propuesta clásica de nuestros liberales sociales de los años veinte del siguiente siglo). Él mismo sostiene que es el primer autor alemán que defiende la representación de intereses⁶. Propone la representación en grados, partiendo de la familia, sigue la asamblea municipal “que no puede faltar en ningún estado civilizado”, y sin desdeñar otros niveles que puedan surgir (los editores señalan los partidos), continúa con la asamblea provincial “que en todo gran Estado es indispensable”; el siguiente nivel (señalan los editores para España los “antiguos reinos”), la “Dieta común”, lo considera difícil en Estados con diversas nacionalidades, “de manera que la unidad y subsistencia total del Estado, primera condición para que llene su alta misión histórica, no padezca menoscabo por ello”. A ello se añade la representación de “todas las clases y profesiones socialmente organizadas” siguiendo la misma graduación. Y es en el apartado V, cuando establece el modo de representar en el orden jurídico y político, cuando dice que debe organizarse una “asamblea doble”,

⁵ Elías Díaz, *La filosofía social del Krausismo español*, Cuadernos para el Diálogo, Madrid 1973. Id. *Estado de Derecho y sociedad democrática*, Cuadernos para el Diálogo, Madrid 1979. Id. «Krausismo e institución libre de enseñanza: pensamiento social y político», en *Jornadas homenaje a Giner de los Ríos*. Universidad de Jaén, 1999. Id., *Gumersindo de Azcárate, Minuta de un Testamento, 1876, con estudio preliminar de Elías Díaz desde su edición de 1957 hasta la más actual de Comares de 2004*. Laporta, F.J., *Adolfo Posada: Política y sociología en la crisis del Liberalismo español*, Cuadernos para el Diálogo, Madrid 1974. José López Álvarez. «La naturaleza del krausoinstitucionalismo», en *Jornadas homenaje a Giner de los Ríos*. Universidad de Jaén, 1999. Gustavo H. Prado, *El grupo de Oviedo en la historiografía y la controvertida memoria del krausoinstitucionismo asturiano*. Krk ediciones. Oviedo, 2008.

⁶ Enrique AHRENS, *Enciclopedia Jurídica o exposición orgánica de la ciencia del Derecho y del Estado*, versión directa del alemán (1855) con notas y estudios de Francisco GINER, Gumersindo de AZCÁRATE, y Augusto G. de LINARES, profesores de la Institución Libre de Enseñanza. tomo III, “la representación pública”, en nota a pie de página 1, p. 336: <http://fama2.us.es/fde//ocr/2006/enciclopediaJuridicaT3.pdf>. Librería de Victoriano Suárez, Madrid, edición de 1880. Recogido por Capellan, ob. cit., p. 99 en nota 22

“conforme al llamado sistema bicameral”⁷. En España se defenderá esta representación por los krausistas y especialmente desde la cátedra de Derecho Político de Madrid, tanto por Vicente Santamaría de Paredes como por su sucesor Adolfo Posada.

Mientras tanto, la sociología daba sus pasos, en el sentido de que la sociedad tenía su propia regla, que no era sólo la suma de sus partes sino un ente complejo sujeto a leyes propias, tal y como sostuvo Durkheim (1858-1917) y constituyó la base de su método (organicismo comunitarista). Pero ese ente social podía ser entendido como un cuerpo de modo simbólico, como una metáfora para explicar su comportamiento, y no como una analogía absoluta⁸.

Así lo consideró Spencer, que aplicó el evolucionismo biológico de Darwin a la sociología; en “el organismo social”, publicado en *The Westminster Review* en 1860, recogido en *Principios de Sociología* en 1876 y en 1892 en su *Ensayos*, sostuvo la teoría política organicista como una metáfora -por la interdependencia entre las partes “por diferentes que sean desde otros puntos de vista estos dos tipos de agregados”-, siendo evidente la existencia de muchos aspectos que no tenían correspondencia entre ambos tipos, el biológico y el social; entre otras cosas, dice Spencer, “las (partes) que forman la sociedad son libres”; del mismo modo “subrayó enfáticamente la vida de los individuos junto a la vida del conjunto que forman”, y así especifica algo que merece la pena copiar aunque sea algo más largo: “Aunque la condición discreta de un organismo social no impida la subdivisión de funciones y la interdependencia de sus partes, impide sin embargo la diferenciación por la cual una parte deviene un órgano con sentimientos y pensamientos, mientras que otra acaba siendo insensible.... Existe, por consiguiente, una diferencia básica entre las dos clases de organismos... al no existir un órgano social que concentre la sensibilidad... la sociedad existe para beneficio de sus miembros, no sus miembros para beneficio de la sociedad. Y ha de recordarse que por muy grandes que sean los esfuerzos para la prosperidad del cuerpo político, sus demandas no significan nada en sí mismas sino sólo en la medida en la que incorporan las demandas de sus componentes individuales”⁹, observándose así claramente la influencia y permanencia del liberalismo y su atención al individuo como base misma de la sociedad¹⁰. Será en el mismo sentido en el que los krausistas españoles defiendan el organicismo, como veremos más adelante en Adolfo Posada.

En España fue donde mayor desarrollo tuvo esta corriente krausista que complementa el liberalismo clásico con la atención a la sociedad y sus características y exigencias; lo introdujo Sanz del Río que viajó a Alemania a conocer la filosofía de Krause, colocando

⁷ Id. pp. 331-332

⁸ Reseña de LUIS LLOREDO ALIX Universidad Carlos III de Madrid al libro de Gregorio ROBLES MORCHÓN, *La influencia del pensamiento alemán en la sociología de Émile Durkheim* Thomson Aranzad i, Navarra, 2005, 196 pp. En *Derechos y Libertades*, n. 15, época II, junio 2006. pp. 307-317

⁹ Herbert Spencer, ¿Qué es una sociedad? una sociedad es un organismo. *Principles of Sociology*. part II. file:///C:/Users/HP_Propietario/Desktop/Dialnet-QueEsUnaSociedad-1131147.pdf. párrafo 217, p. 236, 239, 242. Véase “Herbert Spencer organicista”. Miguel Beltrán Villalva: file:///C:/Users/HP_Propietario/Desktop/Dialnet-HerbertSpencerOrganicista-1131145.pdf. Id. *El organismo social*, traducido por Miguel de Unamuno, editado en *La España Moderna*, s.f. (1899).

¹⁰ Para la misma posición entre los krausistas españoles, se observa claramente en el estudio que hace Manuel Núñez Encabo de Sales y Ferré: *El nacimiento de la Sociología en España: Manuel Sales y Ferré*, Editorial Complutense, Madrid 1999; pp. 295-296

Adolfo Posada el antecedente directo del krausismo en 1844, el año de su estancia en Heidelberg (“jefe de la escuela krausista española” lo llama Vidart), y se extendió desde el último cuarto del XIX hasta el comienzo de la guerra civil cuando se dispersaron sus miembros más destacados, fundamentalmente en Hispanoamérica. La vuelta de Sanz del Río, que publicó en 1850 su primera obra conocida sobre Krause: *Lecciones sobre el sistema de filosofía analítica de Krause*,¹¹ supuso la fundación del núcleo krausista en torno a su cátedra, a la que, como recordó Giner, no sólo acudían sus discípulos, sino gente formada, “profesores, escritores, académicos, políticos”, así Fernando de Castro, profesor de universidad y seguidor suyo; igualmente Francisco de Paula Canalejas, Castelar, Morayta; y todavía más tarde Salmerón, Moret, Gumersindo de Azcárate, Giner de los Ríos, Vidart, Sales y Ferré... El momento álgido del krausismo se produjo con Giner de los Ríos.¹²

Vidart nos cuenta cómo “La influencia de las modernas teorías de la filosofía alemana comenzó a manifestarse en España por los años de 1850, ya en algunos artículos de periódicos, ya, y más principalmente, en las explicaciones orales de varios catedráticos de nuestras universidades y en las discusiones de los ateneos y academias científicas. Estos trabajos pasaron casi desapercibidos hasta que dos publicistas, cuya importancia política es innegable, comenzaron a popularizar, más bajo el aspecto social que bajo el filosófico, las teorías sobre el progreso enseñadas por la escuela hegeliana.”, y cita el escrito de Pi y Margall *la reacción y la revolución, estudios políticos y sociales*, 1855; el de Emilio Castelar, *Historia de la civilización en los primeros cinco siglos del cristianismo*, 1858; su folleto *La fórmula del progreso*, 1858; y sus artículos de controversia con Campoamor y Valera; y sobre todos el discurso en el Ateneo sobre el progreso en 1861.¹³

El influjo de Ahrens para la filosofía española y el Derecho Político, lo relata en sus memorias de manera nítida Joaquín María Sanromá como profesor de Filosofía entre 1854 y 1858, reconociendo que el Derecho político entre nosotros era prácticamente inexistente entonces¹⁴.

En cuanto a la aplicación política del krausismo, destaca en el siglo XIX Francisco de Paula Canalejas, que es quien en la segunda generación de krausistas lleva la teoría política hacia el liberalismo avanzado¹⁵. A pesar de ser ya doctor, en 1860 acudía las noches de los martes y los jueves a las clases que, sobre las teorías del filósofo alemán

¹¹ Diez años más tarde apareció por segunda vez esta obra, ampliada y corregida bajo más meditado pensamiento, y cambiado su título en esta forma: *C. Ch. F. Krause. Sistema de la filosofía. Metafísica. Primer parte. Análisis*.

¹² Véase la *Breve historia del Krausismo español* de Adolfo Posada, escrita hacia 1925 desde dentro del movimiento, puesto que él mismo es krausista, Universidad de Oviedo, 1981, p. 30-31. La referencia de Vidart, véase notas siguientes.

¹³ Luis Vidart Schuch (1833-1897) (por estas fechas era secretario de la Sección de Ciencias Morales y Políticas del Ateneo de Madrid, puede verse lo que de él dice Menéndez Pelayo), *La Filosofía Española. Indicaciones bibliográficas*, IV. El Krausismo. Breves indicaciones sobre el estado actual de la filosofía en España, págs. 167-168, Imprenta Europea, Madrid 1866; 406 pp. <http://www.filosofia.org/aut/vid/fe13.htm>

¹⁴ *Mis memorias*. Madrid, Tipografía de los hijos de M.G. Hernández, 1894, tomo II, pág. 288, según cita de Gonzalo Capellán de Miguel, “Liberalismo armónico...” ob.cit., p. 93

¹⁵ Véase Gonzalo Capellán de Miguel, “Liberalismo armónico. La teoría política del primer krausismo español (1860-1868), *Historia y Política*, nº 17 (2007)

Karl Krause, daba Julián Sanz del Río a un grupo de intelectuales entre los que se encontraban el ex ministro Luis Pastor, el profesor y luego rector de la Universidad Central, Fernando de Castro, el ingeniero Agustín Pascual, y los más jóvenes Nicolás Salmerón, González Linares, Ruiz de Quevedo, Castelar, Azcárate y Giner de los Ríos, entre otros. Era en la Universidad Central, donde estaba a cargo de la asignatura de doctorado “Historia de la Filosofía”, desde la que transmitía la nueva filosofía krausista.

Ésta era una de las más seguidas en España según cuenta Luis Vidart en 1866, y presenta a Canalejas como «uno de sus más aventajados discípulos»; le dedica un apartado en *La filosofía española* después de tratar de Sanz del Río:

“Cuando vio la luz pública el *Sistema de la Filosofía* del Sr. Sanz del Río, uno de sus más aventajados discípulos, el Sr. D. Francisco de Paula Canalejas, escribió en la *Crónica de Ambos Mundos* (septiembre de 1860) un profundo juicio crítico, donde después de exponer el estado intelectual de la Europa Latina, rechaza por incoherentes las doctrinas hegelianas, enseñadas en los libros de Vacherot y de Vera; dice que Gioberti “yace olvidado bajo el peso de sus paradojas y contradicciones”, que Rosmini no cuenta discípulos, y que Proudhon cambia de ideas según lo exige el carácter de sus polémicas, y presenta como remedio a tamaña confusión científica las serias y sintéticas teorías del sistema de Krause (178). / Comparando en este artículo al Sr. Sanz del Río con los otros expositores del racionalismo armónico en las naciones neo-latinas, Ahrens y Tiberghien, levanta el autor español por cima de ambos, como muy superior en la precisión científica que acierta a dar a sus escritos, calidad de subido mérito y gran conveniencia, sobre todo en España, donde el menosprecio de los estudios filosóficos hacen que se confundan lastimosamente nombres y sistemas de diversa y aun contradictoria índole, sin escuchar los preceptos que nacen del métodos y organismo científico. / El Sr. Canalejas ha publicado en las revistas y periódicos no pequeño número de artículos sobre distintos puntos filosóficos; y también ha impreso un discurso pronunciado en el Ateneo de Madrid, sobre el Estado actual de la filosofía en las naciones latinas (1861), cuyas apreciaciones, en su mayor parte exactas y cuya elocuencia didáctica lo hacen muy digno de los repetidos aplausos que alcanzó del numeroso público que tuvo el gusto de escucharle.”¹⁶.

En octubre de 1861, siendo catedrático de la Universidad de Valladolid, emprende la publicación, como director, de la *Revista Ibérica de ciencias, política, literatura, artes e instrucción pública*.

Fue así como Canalejas formó parte de la primera hornada de krausistas salidos de la escuela de Sanz del Río, y el más activo de ellos; junto con Francisco Fernández González, Federico de Castro, Valeriano Fernández Ferraz, Vicente Romero Girón y Miguel Carmona. Ellos fueron los encargados de transmitir la nueva filosofía de su maestro. El propio Canalejas fue uno de los defensores de estas teorías en el Ateneo y en la prensa, en donde publicó en 1860 un artículo titulado «La escuela krausista

¹⁶ Luis Vidart Schuch (1833-1897), *La Filosofía Española. Indicaciones bibliográficas*, IV. El Krausismo. Breves indicaciones sobre el estado actual de la filosofía en España, págs. 177-178, Imprenta Europea, Madrid 1866; 406 pp. <http://www.filosofia.org/aut/vid/fe13.htm>

en España», en el que se hacía eco del libro *Ideal de la humanidad para la vida*, que acababa de publicar Sanz del Río -catecismo de todo krausista, dice Núñez Encabo¹⁷.

Un año después, en 1861, funda la Revista Ibérica de Ciencias, Política, Literatura, Artes e Instrucción Pública, junto a su hermano José, a su cuñado Miguel Morayta como editor responsable del primer número y los krausistas Gregorio Cruzada Villamil como secretario y Francisco Fernández. Dicha revista surge a partir de La Razón, que había dejado de publicarse en 1861¹⁸. Se trataba de una publicación semanal, que tampoco tendría mucha vida, pues su último número saldría en 1863. Canalejas, como director, firmó la «Advertencia» del primer número, que es un manifiesto del krausismo ante la situación política que vive España en aquella época. El primer artículo que le seguía era de su maestro, Julián Sanz del Río, «Generación de los sistemas filosóficos». De modo que queda remarcada la ideología de la revista, que en los detalles que pueden leerse en su entrada digital se advierte que, en relación con la primera, es

“La empresa periodística más relevante del nuevo credo liberal y progresivo fundamentado en el primer krausismo español, que influirá de manera determinante en las décadas posteriores. La publicación estará dirigida por el catedrático Francisco de Paula Canalejas (1834-1883), y en la misma tendrán un papel destacado Ricardo Alzugaray, Antonio Angulo Heredia, Gregorio Cruzada Villamil y Miguel Morayta, quienes ya habían editado previamente, con el mismo signo cultural e intelectual renovador, La razón (1855-1856 y 1860-1861)”¹⁹.

Una larga nómina de intelectuales se sumará con sus artículos y ensayos a este proyecto de renovación del pensamiento español en los diferentes campos del conocimiento (historia, filosofía, política, literatura, sociología, economía, etc.), como José Canalejas Casas, Francisco Fernández González, Antonio Ferrer del Río, Juan Valera o José Amador de los Ríos, entre otros muchos.

En números de casi un centenar de páginas y con frecuencia quincenal (aparece los días 1 y 15), comienza a publicarse el 15 de octubre de 1861 y acaba el uno de junio de 1863, formando sus 41 entregas una colección de siete tomos, que abarca dos cursos académicos. En los dos últimos volúmenes, correspondientes al primer semestre de 1863, se añade a su título la indicación de ser “órgano hispano-cubano”, a la misma vez que Revista ibérica... se hace bilingüe al aumentar su nutrido número de colaboradores portugueses.

Además de los artículos, inserta una serie de crónicas políticas, científico-literarias y una revista portuguesa, y cuenta con una sección bibliográfica. En la colección también se inserta el Boletín de instrucción pública. Cada tomo cuenta con el correspondiente

¹⁷ Manuel Núñez Encabo, *El nacimiento de la Sociología en España...* ob.cit. p. 18: Lo que dice el autor de Sales y Ferré sobre el rechazo tanto al liberalismo individualista como al socialismo colectivista, es lo que representa la filosofía política del krausismo y del liberalismo social que proponen, “la democracia social con un Estado protector”.

¹⁸ Gonzalo Capellán de Miguel, “Liberalismo armónico. La teoría política del primer krausismo”. ob.cit., p. 100. En este artículo analiza estas publicaciones krausistas.

¹⁹ <http://hemerotecadigital.bne.es/details.vm?q=id%3A0003762739&lang=en>

sumario y la nómina de redactores y colaboradores. La revista también sufrió los graves inconvenientes de la restrictiva ley de imprenta²⁰.

Con el triunfo de la revolución “gloriosa” en 1868, los krausistas toman las riendas de la dirección universitaria; Sanz del Río, que había sido expulsado de la universidad un año antes en la conocida como “primera cuestión universitaria” por no plegarse a la política religiosa del gobierno, manteniéndose a favor de la independencia y libertad religiosa que defienden los krausistas frente a la política vaticana reflejada en el Syllabus y la Encíclica Quanta Cura de 1864, rechazó el rectorado pero aceptó ser Decano de la Facultad de Filosofía, muriendo al año siguiente, en 1869.

España y la reforma liberal en el cambio de siglo

Con la Restauración borbónica tuvo lugar en 1875 la conocida como “segunda cuestión universitaria”, siendo expulsados de la universidad varios de los profesores krausistas, entre ellos Giner de los Ríos. Para entonces, estaba consolidada la doctrina política reformista que cuajó en varios proyectos durante la Restauración, tanto a nivel educativo (Institución Libre de Enseñanza, marzo de 1876, Liga de Educación Política...), como social (Instituto de Reformas Sociales), como político (Partido Reformista de Melquíades Álvarez -decía Posada que “aunque no me propongo exponer ni defender en este libro el programa o la labor de un partido, del reformista tendría que ser”, pues fue senador reformista por Oviedo²¹), periodístico (diario El Sol, revista España), e intelectual (generación de 1914). En esta época el krausismo se pasa por el tamiz del institucionismo y tiene su figura principal en Giner de los Ríos. Su centro más importante se encontraba en la Universidad de Oviedo, pero también en la Universidad de Madrid, en el Ateneo y en la Academia de Ciencias Morales y Políticas. La Institución Libre de Enseñanza era, decía Menéndez Pelayo en 1891, “refugio actual de los krausistas”, muchos de los cuales en esas fechas se habían pasado al positivismo²².

Los principios institucionistas destacaban la educación como medio fundamental para la práctica eficaz de la democracia -la regeneración había de partir de la reforma educativa-, y de los principios básicos del krausismo, es decir, la ética y el organicismo. Eran los principios que regían la propia Institución y que aparecen reflejados en los diferentes discursos con que se inauguraban los cursos de la misma (Giner de los Ríos en el de 1880-1881), así como en sociólogos, juristas, catedráticos de Derecho como Sales y Ferré, Adolfo Posada o Vicente Santamaría de Paredes; en proyectos políticos reformistas de Melquíades Álvarez²³, en algunos políticos liberales, como Canalejas y

²⁰ <http://hemerotecadigital.bne.es/issue.vm?id=0003762740&search=&lang=en>

²¹ Adolfo Posada, *la reforma constitucional*, Librería general Victoriano Suárez, Madrid 1931, p. 1

²² Carta de Marcelino Menéndez Pelayo a Pierre Henry Cazac, 24 de septiembre de 1891, *Epistolario*, digitalizado. Referenciado en: <http://www.filosofia.org/mon/kra/>

²³ Sobre el partido reformista véase Manuel Suárez Cortina, *El gorro frigio. Liberalismo, Democracia y Republicanismo en la Restauración*, Biblioteca Nueva, Madrid 2000, pp. 314 y ss. Id. *El reformismo en España. Republicanos y reformistas bajo la monarquía de Alfonso XIII*. Siglo XXI, 1986.

Moret, y los políticos socialistas institucionistas, como Julián Besteiro y Fernando de los Ríos, que confluyen en el diario El Sol, desde su fundación en 1917, como veremos²⁴.

Gumersindo de Azcárate²⁵ nacido en León en 1840, jurista, historiador y político krausista, publicó Minuta de un Testamento (Ideario del Krausismo liberal) en 1876, seguida de una serie de publicaciones de gran relevancia; fue uno de los más destacados promotores en España de esta filosofía política en el contexto del sistema político de la Restauración; defensor de un liberalismo reformista, con todo lo que ello implica, defendió desde fecha tan temprana la solución bicameral con representación diferenciada, para los grupos sociales en el Senado “puesto que no siendo la sociedad un mero compuesto de individuos, no estaría debidamente representada si, a la par que aquellos mandan sus diputados al Congreso o Cámara Baja, no constituyeran otro cuerpo los distintos organismos e instituciones sociales, como la iglesia, la universidad, la industria, la provincia, el municipio, etc.”; del mismo modo lo defendieron Vicente Santamaría de Paredes y Adolfo Posada²⁶.

Otra reforma solicitada de modo recurrente en el contexto de la crisis del parlamentarismo que sufre Europa desde el cambio de siglo, fue la necesidad de eficacia del poder Ejecutivo. En ese sentido, Azcárate escribió en 1885 El régimen parlamentario en la práctica, y antes, en 1878 ya había analizado “el poder del Jefe del Estado. En Francia, Inglaterra y los Estados Unidos”. Lo cierto es que la actitud de este krausismo práctico al que pertenece Azcárate permitió realizar propuestas de reforma del liberalismo superando las reticencias de los sectores liberales más ortodoxos al promover la intervención del poder público en el campo social.

Por ello resulta comprensible la pretensión de este pensamiento de ser un “puente de plata” entre el liberalismo y el socialismo, surgiendo conexiones con diversas corrientes de pensamiento, y en concreto con sectores del socialismo moderado en España. Así, en el seno del socialismo español de la época aparecen nombres ligados al krausismo, como el de Julián Besteiro (1870 - 1940), Fernando de los Ríos Urruti (1879 - 1949) o Rodolfo Llopis (1895 - 1983), los cuales tienen una concepción de la sociedad próxima al organicismo defendido por los krausistas.

Desde el campo del Derecho, para los fines de este artículo, destacan Vicente Santamaría de Paredes y Adolfo Posada. Son deudores de los Principios de Derecho Político de Giner de los Ríos como el propio Posada reconoce.

Vicente Santamaría de Paredes nació en 1853, fue catedrático de Derecho Político y Administrativo, diputado y senador por el partido liberal y ministro de Instrucción

²⁴ A. Capitán Díaz, *Republicanism and education in Spain (1873-1951)*, Madrid, Dykinson, 2002. Francisco Giner de los Ríos, “Discurso inaugural del curso 1880-81”, en *Ensayos*, Madrid, Alianza, 1969, en José Luis Monereo Pérez, “El pensamiento sociopolítico y pedagógico de Francisco Giner de los Ríos (II)” Universidad de Granada, artículos: <http://www.ugr.es/~redce/REDCE16/articulos/10JLMonereo.htm>.

²⁵ Puede verse Gonzalo Capellán de Miguel, *Gumersindo de Azcárate: Biografía intelectual*. Junta de Castilla y León, 2005

²⁶ Gumersindo de Azcárate, *El self-government y la Monarquía doctrinaria*, Madrid, 1877, p. 147. Vicente Santamaría de Paredes, *Curso de Derecho Político*, 9ª edición en 1913. Posada halla en los *Principios de Derecho Natural* de Giner de los Ríos y Calderón, de 1873, la fuente de la tradición de la doble representación en España: J. Larraz López, “La crisis del liberalismo”, discurso leído el 16 de octubre de 1965 en el Instituto de España; p. 9

Pública y Bellas Artes en el gobierno de Moret bajo el reinado de Alfonso XIII, del que fue profesor de Derecho. En 1896 publicó una obra relacionada directamente con nuestro objeto de estudio: El concepto de organismo social, recogiendo la corriente imperante, como él mismo reconoce, en la ciencia política del momento, el organicismo. Fue lo que consideró adecuado para conmemorar el lustro de la fundación de la Real Academia de Ciencias Morales y Jurídicas (discurso del 24 de mayo), donde presentó la cuestión, lo que da cuenta de la importancia y protagonismo que tenía el tema para los que se movían en esa órbita del conocimiento y, como Santamaría, en la del krausismo. El autor justifica el tema como un “balance del movimiento intelectual en nuestro siglo de las ciencias morales y políticas”, y considera que “alrededor de esta idea (el organismo social) gira todo el pensamiento científico del siglo actual... en sus tentativas de crear un nuevo régimen que satisfaga cumplidamente las exigencias de los fines sociales, y en sus aspiraciones a concertar los adelantos de las Ciencias físico-naturales con el progreso de las morales y políticas”²⁷.

Tenemos aquí el proyecto político y social surgido en torno al krausismo y a los avances científicos propios de la época, que serviría para transformar el liberalismo en sentido social, corrigiendo el exceso de individualismo de la primera hora. Citando a Hegel al hablar de “la unidad social frente al atomismo individualista”, se refiere a todos los que fueron preparando “la formación de las teorías sociales y políticas conocidas con el nombre de orgánicas”, citando a Shelling y Krause “desde el campo de la metafísica”, a Ahrens, Tiberghien, Röder “de la escuela krausista”, y “las poderosas corrientes” del naturalismo, la “llamada Psicología del Estado”; y dentro de los estudiosos del Estado, a Bluntschli y Zachariä, “que tanto extrimaron la comparación del Estado con el organismo humano”, mientras Schmitthenner, Waitz y Fricker “consideraron al Estado como un organismo meramente ético”; en cualquier caso, resume, “la idea de lo orgánico, concebida bajo tal o cual de sus aspectos, y merced a una u otras de las influencias expresadas, impera en la Ciencia política contemporánea”.

Claro que no olvida la aparición de la Sociología “entendida como ciencia del organismo social”, la teoría de la evolución aplicada a la sociedad “sostenida ya por Comte (fundador de la Sociología o inventor de su nombre)”, divulgada por Darwin y Hückel con tal éxito que hoy, dice, no se concibe ser sociólogo sin ser evolucionista y utilizar el lenguaje de las ciencias naturales -“influencia avasalladora”-, en referencia a Herbert Spencer, Schäffle, Fouillée, entre otros. Pero no lo asume sin crítica, y habla, citando a Gumplowicz, de “lamentables exageraciones” en el estudio del Estado, hasta tal punto que dice siguiendo al citado autor que “Podría afirmarse que hasta hoy las ideas científico-naturales han producido en juristas, políticos y sociólogos efectos de embriaguez y alucinación”. Es decir, ya Santamaría de Paredes muestra el diferente uso que del concepto “orgánico” se está haciendo a finales del XIX: “cada cual lo emplea bajo la inspiración de las doctrinas que profesa... refiriéndose otros a determinados tipos de organización natural que arbitrariamente eligen para modelar a su gusto la sociedad y el Estado”. ya Lotze profetizó que “grande será la responsabilidad de esa palabra el día del Juicio, si es cierto que entonces habrá de darse cuenta de todas las palabras ociosas”.

²⁷ Vicente Santamaría de Paredes, *El concepto de organismo social*, Librería de Fernando Fe, Madrid 1896, pp. 7-8

Emilio Labuleye dedica el capítulo nueve de su libro último (*Le Gouvernement dans la démocratie*, 1891) a refutar la aplicación de la idea de organismo a la sociedad” pues además se corría el riesgo de hablar de “cosas que conocen imperfectamente” (“La société n’est pas un organisme”). También P. Leroy Beaulieu habló de “los lamentables errores que engendran (esas comparaciones)” (*L’Etat moderne et ses fonctions*, 1890); y Krieken escribió una monografía para mostrar que no puede haber una doctrina orgánica del Estado por la indeterminación misma del concepto de organismo dentro de las Ciencias naturales (*Della cosiddetta teoria organica dello Stato*, 1892²⁸).

Pues a pesar de todo ello, Santamaría considera que no se puede renunciar a ese concepto que fue el punto de convergencia de los más diversos campos para “conciliar lo individual con lo social, lo racional con lo histórico y lo físico con lo moral”. Para sacarle el merecido provecho puesto que responde a una realidad, entiende que lo primero que debe hacerse es “fijar con precisión el concepto”, especialmente, y esto es lo interesante, para establecer la compatibilidad del organismo social y la libertad²⁹. Esto, una vez más, nos pone en la pista del uso liberal que de ese concepto hace esta ideología, frente al que hicieron las doctrinas totalitarias. Y así lo defenderá explícitamente Adolfo Posada.

Adolfo Posada nació en 1860 en Oviedo, y en 1893-1894 publicó la obra que entre las múltiples que tiene en su haber más se reeditó, su *Tratado de Derecho Político*, que él mismo reconoció que giraba en torno al magisterio de Giner y sus *Principios de Derecho Político*; pero es de especial interés para lo que tratamos la especie de compendio de su ideario político que significa su obra *La reforma constitucional*, que escribió en 1930 y terminó y publicó justo con el fin de la monarquía en 1931. Comenzó siendo catedrático de Derecho Político en la universidad de Oviedo, que se convirtió en un importante centro krausista, luego pasó a Madrid a la cátedra de Derecho Municipal -área fundamental en la doctrina organicista liberal-, y fue en 1918 cuando sustituyó en la cátedra de Derecho Político a Santamaría de Paredes.

Posada basa toda su renovación ideológica y su pensamiento jurídico en la necesidad de adaptar la una y el otro a las exigencias del avance social y la transformación que la sociedad fue sufriendo con el desarrollo del liberalismo; la sociología fue referencia cotidiana en estos autores, y Posada publicó en 1908 *Principios de Sociología*. Consecuencia directa es el carácter social de su pensamiento, manifestándose en primer lugar en la petición de derechos sociales incorporados a los tradicionales derechos individuales del hombre y el ciudadano: “la vida moderna actual exige no sólo la garantía de todos los derechos de 1789, sino la de los nuevos derechos nacidos de la evolución de la vida social”, citando expresamente la Constitución de Weimar, como no podía ser menos, puesto que introdujo en Europa la declaración de los citados derechos “elaborada bajo el influjo, muy preponderante de la democracia social”, (en América se adelantó la Constitución mexicana de 1917). Pero, advierte con Mirkine-Guetzévich, que es una época “en que ningún partido político puede ignorar la cuestión social. En el siglo XX, el sentido social del derecho no es ya una doctrina... es la vida misma”, el Estado

²⁸ Id., pp. 9-15

²⁹ Id. p. 16

no sólo debe defender “la independencia jurídica de los individuos”, sino que “debe crear un mínimo de condiciones necesarias para garantizar su independencia social”; el nuevo derecho político no puede ocuparse ya únicamente de la persona individual, sino además -importante la suma- de la “persona social”³⁰, “haciéndose cargo del valor y del influjo de los grupos, órganos de los intereses superindividuales (sociales, sería mejor)”. Así es que propone que en la declaración de derechos, se sume a la seguridad personal y de la propiedad -a la que hay que incorporar su carácter social, puesto que “desde el punto de vista social y de la solidaridad creciente ha experimentado profundas transformaciones”-, a la igualdad de los españoles ante las leyes y los derechos y libertades fundamentales de la personalidad y del ciudadano, otros tres artículos que serían “De las condiciones esenciales de la vida social del hombre, especialmente en relación con el mundo del trabajo, formulando en la Constitución las normas esenciales que definen hoy ya, con un alcance que puede estimarse como universal, la situación jurídica de los trabajadores en todos los Estados civilizados”; seguidamente propone establecer la “función social de la enseñanza, teniendo en cuenta las exigencias de una democracia organizada y el supremo interés nacional de elevar el nivel de la cultura de los ciudadanos”; en ese sentido publicó Pedagogía. Del mismo modo, entre los deberes de éstos ya no sólo se han de incluir los políticos sino también los sociales.

Consideración especial tiene en este ideario y reforma del Derecho Político, el sufragio y la representación, desdoblando ésta en “representación política y representación social”, en “electores individuales” y “electores corporativos”; dos cámaras con poderes diferenciados y en caso de conflicto con prevalencia del Congreso, amparadora del interés general, y sólo él podría ser disuelto:

“De un lado, se ha de recoger y reafirmar el sufragio político, pero reducido a su misión de órgano específico de opinión, y de acción decisiva en la esfera de su competencia. De otro, es necesario incorporar a la estructura constitucional los grupos o agrupaciones formadas por la comunidad de historia, de inclinaciones o de interés, y representativas de fuerzas diferenciadas, sea por razones geográficas -Municipios, regiones-, sea por motivos económicos, culturales, profesionales, naturalmente cuando los grupos hayan logrado una organización definida que autorice a considerarlos como órganos de democracia, o sea del cuerpo social -que diría Schäffle”, y antes en Ahrens³¹.

³⁰ Giner de los Ríos publicó *La persona social*, en 1899, incluido en sus *Obras Completas* en dos tomos, el v. VIII-IX, de 1923-1924. En esta edición se dice que “En el orden jurídico, constituye este de La persona social el fruto, tal vez más jugoso y duradero, del pensamiento de su autor en la segunda época de su vida universitaria, y viene a representar en ella lo que los Principios de Derecho Natural en la primera.”

³¹ Adolfo Posada, *La reforma constitucional*, ob.cit., pp. 82-85, 138-145. Cita en p. 139 y 145. Entre sus referencias fuera de España, aparecen las publicaciones del momento en distintos lugares de Europa o América; cita, por ejemplo la obra de V. Herring, *Group Representation before Congress*, Baltimore, 1929, y el prólogo a ella de Willoughby “considerando el problema en relación con la estructura política americana, estima que, en efecto, “de modo general, puede decirse que las Legislaturas americanas, como ahora están constituidas, se hallan en razonables condiciones para expresar la voluntad general”. Pero no cuentan con los medios adecuados para que la voluntad particular de los intereses especiales “pueda ser autorizadamente definida”: p. 108. Por supuesto es referencia el “maestro de Harvard” L. Lowell, *Public opinion and Popular Government*. Además de los clásicos de la época como Leon Duguit, Dendias, Nolde, Mirkine-Guetzévitch, Durkheim, Spencer, etc.

Para esta última consideración, se basa en lo ya entrevisto en todo su argumentario, que es la nueva entidad propia que adquiere la sociedad, que se manifiesta en esos momentos en el sindicalismo, y que, por ello, requiere una representación orgánica. Pero hablar de representación “orgánica”, ya se advirtió que requiere matizaciones, debido al carácter que adquirió en la historia posterior en el paso de la metáfora organicista a la concepción biológica de la sociedad; por ello el mismo Posada se pregunta seguidamente: “¿cómo transformar la estructura política oficial y real, a fin de utilizar, en el Estado y por él, las nuevas y poderosas organizaciones, sin que se produzca un rompimiento revolucionario en el proceso político del régimen representativo?”; y más adelante, en los años 40, expresó rotundamente que esta filosofía política “no conduce ciertamente a un Estado totalitario, sino a un Estado jurídico, construido sobre la idea de libertad, condición esencial para la realización del rico y complejo destino humano”³².

Ya lo había dejado meridianamente claro Ahrens cuando dijo que “Este liberalismo de manera alguna exige el sacrificio de la libertad; lo que hace es añadir a ella los complementos necesarios de la razón y la asociación”³³, pues añadamos que la propia organización interna de estos organismos requería una base democrática, en la que todos los individuos que lo conformarían deberían votar para elegir el representante de sus intereses en las Cortes, sin ningún otro tipo de interferencia externa.

Posada establece que “la doctrina del Estado debe interpretar la transformación que Mr. Lowell resume, y recoger la expresión que es de la nueva realidad social, a fin de rehacer las bases de la organización política.” porque entiende que “la doctrina se (ha) adelantado a los hechos al distinguir Sociedad y Estado y al afirmar que aquélla no es un agregado de individuos, sino organismo (Spencer) constituido merced al enlace íntimo de actividades sociales diferenciadas (Krause, Ahrens, Schäffle, Gierke, Giner...)”³⁴; el objetivo básico es “la incorporación al Estado con participación el Gobierno -en sentido amplio- de los intereses sociales, de las fuerzas socialmente organizadas, que forman de manera espontánea la estructura real de la nación española, iniciando así un avance hacia la organización política de la democracia”. Por eso es importante la reforma constitucional, para “organizar un Parlamento representativo y eficaz, ... poner a tono la composición de las Cortes con las transformaciones reales de la vida nacional y con la estructura de sus fuerzas o elementos sociales. Para abrir cauces adecuados a las inquietudes reales y a las necesidades patentes de los núcleos o formaciones locales -municipios y regiones”.

Es, pues, a través de la representación, como ha de incorporarse al Estado la nueva realidad social, “las nuevas formas de la personalidad y de la vida colectiva”, haciéndolas participar directamente en las instituciones donde deberían tener su lugar: “que se determine la naturaleza de las instituciones de las Cortes, en las que se ha de

³² Adolfo Posada, *Breve historia del krausismo español*, edición de la Universidad de Oviedo, 1981, p. 43. Véase el estudio de Elías Díaz, *Estado de Derecho y sociedad democrática*, cuando dice que “En el XIX todavía resultaba posible conciliar –aunque no sin dificultades– organicismo y liberalismo”, antes de que se pasara de “un posible liberalismo de grupos de carácter organicista... a una entificación totalitaria del organismo jerárquicamente superior... la nación”, Cuadernos para el Diálogo, Madrid 1979, p. 63.

³³ Citado por Mariano García Canales, *Teoría de la representación en la España del siglo XIX (de la crisis de la Restauración a 1936)*, Universidad de Murcia, 1977, p. 58.

³⁴ Adolfo Posada, *La reforma constitucional*, ob. cit., pp. 115-116

procurar recoger los elementos que la vida nacional ofrece”, pues “El problema de la representación política y social en el Estado se impone al político de acción con verdadero apremio”. Cuando pide “incorporar a la estructura constitucional... los elementos los elementos individuales y sociales”, hace referencia expresa a sindicatos, corporaciones, agrupaciones. Éstos deben tener “voz y el influjo debido” -no por vías subterráneas- como intereses colectivos con organización específica al lado del “interés general”, intereses profesionales y de la “producción”: “intereses que entre nosotros funcionan oficialmente al margen de las instituciones políticas representativas, o bien subrepticamente, engendrando las corruptelas que tanto han contribuido a la crisis del prestigio del régimen parlamentario y no parlamentario”. Y en esta sustancial diferencia que interesa destacar en este artículo, entre el organicismo como principio general en el camino del liberalismo a la democracia, y la aplicación partidista del mismo de modo totalitario en los años veinte, hay que remarcar el interés de Posada en “impedir que los intereses organizados -los profesionales, los de la producción-, con el desastre de egoísmos que supone su creciente influjo, ahogue la voz del interés general, que no es una abstracción, sino la realidad misma de la vida nacional”³⁵.

Y lo pone en el contexto de las reformas que se fueron haciendo en Europa -hay que anotar la incorporación en el Senado de la Constitución española de 1876 de una parte de representación orgánica- e incluso en los Estados Unidos de América, al que le dedica una atención especial como ejemplo del gran crecimiento de los grupos de intereses que funcionan fuera de la Constitución pero dentro del régimen representativo, faltándoles “el freno de la opinión” y la responsabilidad -el lobby, o “tercera cámara”, el Whashington lobbism- pero también como ejemplo de las diferentes mejoras constitucionales -interpretaciones del juez Marshall, la Unwritten Constitution, las enmiendas 17 y 19-, o en la América hispana -la Constitución mexicana y la de Uruguay de 1917, la presidencialista de Chile en 1925, etc.-, tanto en estados como Bélgica o Grecia -1927- e Inglaterra, como los nuevos surgidos tras la I Guerra Mundial (Hungría -1926-, Austria -1929, “Consejo de los países y de las profesiones”-, Rumanía), sin contar con los que iban acabando con el régimen constitucional, como la Italia fascista -puesto que Rusia tanto con los zares como con Lenin permanece fuera del régimen constitucional-, en la “demostración evidente de la realidad y gravedad de la crisis institucional e ideológica (de)... Europa”³⁶.

Ejemplo de incorporación de los intereses a la vida oficial del Estado fue la Constitución de Weimar en su artículo 165, que recoge los diferentes Consejos obreros y Consejos económicos, siendo el Consejo económico del Reich representante de la organización profesional sin mandato imperativo “para ejercer directamente su influjo político” -un tercer parlamento según Delbruck-. Pero además de las reformas constitucionales se fueron creando instituciones que preludivan esa necesidad de variar la representación meramente individual, especialmente los consejos económicos, industriales de varios estados alemanes (Prusia, Baden), el propio Instituto de Reformas

³⁵ Adolfo Posada, *La reforma constitucional*, ob. cit., pp. 104 y ss, 138-145. Parece repetirse con total actualidad para hoy día en España, igualmente referido a la representación en las Cortes, en el Senado, en este caso únicamente de la representación territorial.

³⁶ Adolfo Posada, *La reforma constitucional*, ob. cit., pp. 3 y 9-10, 15, 117-132.

Sociales español (1903-1904, bajo presidencia de Azcárate), el Conseil Economique francés (1925) dedicado a preparar proyectos económicos, “embrión de un verdadero Parlamento sindical”, en palabras de Duguit, con algunos políticos partidarios de avanzar más y llegar a una Cámara de intereses, como M. Millerand y M. de Jouvenel. En Inglaterra, la ley de 4 de abril de 1920 autorizó los Consejos de obreros –Works Councils–, aunque los más corriente es el asesoramiento por parte del poder político por grandes comisiones de profesionales y especialistas –Comisión Guedes de 1918, Joint Industrial Conference de 1919–, con el detalle de que el Congreso anual de las Trade Unions, según Dendias, “podría quizá considerarse como algo parecido a una representación, o mejor a una cuasi representación de los intereses”, pues elige un comité parlamentario con significativas funciones; lo mismo puede decirse de la Federación de las Industrias Británicas formada después de la I Guerra³⁷.

La divulgación de la reforma: síntesis de sus principios

Si a veces en la época se pensaba que muchos krausistas “abusaban de la jerigonza germanesca” y que no era fácil entenderlos: “confesemos que con ser las doctrinas de Krause las primeras que de modo oficial se importaron a nuestra patria, aparte de Federico de Castro, Romero Girón, González Serrano y alguno otro, nadie entiende una palabra de krausismo. Perdón: temo haber extremado la idea. Quiero decir que nadie trata a Krause con intimidad suficiente”³⁸, sus versiones políticas – como también lo fueron tal y como hemos visto sus versiones jurídicas y de Derecho Político– fueron muy bien representadas; no sólo en un partido político, el Partido Reformista, sino en la prensa diaria, el diario El Sol.

Esta “utilidad” socio-política más que filosófica del krausismo ha sido reconocida así:

“El krausismo español no fue una escuela estrictamente filosófica, sino un complejo movimiento intelectual, religioso y político que agrupó a la izquierda burguesa liberal y propugnó la racionalización de la cultura española. Sus partidarios cultivaron con especialidad los temas de ética, derecho, sociología y pedagogía, y promovieron un vasto movimiento de educación popular que cuajó en la Institución Libre de Enseñanza (v.). Más que una filosofía fue el krausismo español un estilo de vida que sustituyó los supuestos tradicionales de la religiosidad española por una moral austera, el cultivo de la ciencia y una religión semisecularizada”³⁹.

³⁷ Adolfo Posada, La reforma constitucional, ob. cit., p. 124-125

³⁸ José Verdes Montenegro, “Nuestros hombres de Ciencia. Salmerón” (1889): <http://www.filosofia.org/aut/002/1889hc02.htm>. Por interesante añadido su observación sobre cómo se hacía entonces la historia: “Si en vez de un bazar de insustanciales curiosidades fuese la Historia una ciencia natural, un estudio de la evolución de la humanidad constituido por el propio modo que la embriología...”

³⁹ Ricardo Sánchez Ortiz de Urbina, “Krausismo”, en Enciclopedia de la Cultura Española, tomo 3. Editora Nacional, Madrid, 1966, pp. 825-826

El diario El Sol⁴⁰, nacido en el mismo año de la gran crisis de 1917, representó en la prensa diaria la defensa de ese ideario liberal reformista, la necesidad de avanzar hacia lo social y de reformar la Constitución para ello, especialmente en la cuestión de la representación política y orgánica. Según Posada, desde 1917 “la revolución -por culpa de quienes tenían y tienen el deber de no azuzarla-, no es una hipótesis absurda, es, por el contrario realidad latente... bajo el influjo anarquizante de la calamitosa dictadura”, y cita a Giner que recordando a Ibsen decía que “donde hay que hacer la revolución es en las cabezas”⁴¹.

El Sol era un diario de intelectuales, promovido por Ortega y Gasset que representaba la fe en este *Nuevo Liberalismo*⁴² para salvar a España de dictaduras y revoluciones, tras las secuelas, comunismo y fascismo, que planteó en esos años la cuestión social. Y es que, a pesar de que el programa del partido Reformista⁴³ era completamente afín a sus ideas, este diario, más que apoyar o proponer la política de un determinado partido, como era usual en la época, proclamaba la necesidad de un acuerdo lo más amplio posible para reformar el sistema político; de ahí el intento de aunar fuerzas, aunque fueran dispares, siempre que presentaran algún indicio de procurar aquella reforma, por lo que incluso dieron la bienvenida al nacimiento del Partido Social Popular en 1922, impulsado por Osorio y Gallardo y núcleo de una posible democracia cristiana.

Ante el riesgo del fracaso final del modelo liberal y de ser superado por las doctrinas sociales, se ahondó en la necesidad de la reforma que lo capacitara para amparar las aspiraciones sociales y darles cabida institucional:

“Es en el problema social donde con más precisión que en ningún otro puede sentirse esa diferencia entre conservadores y liberales”, *El Sol*, 30 de marzo de 1921, “la política de izquierdas”.

Confluyeron en este diario las tendencias socialista liberal y la liberal social, preocupadas por conseguir una política capaz de afrontar los nuevos retos, que exigían políticas económicas más eficaces y competitivas, políticas sociales que consiguieran una relación ordenada entre el capital y el trabajo, como se decía entonces, que evitara la interrupción constante del proceso productivo debido a los reiterados conflictos que, además, podían llevar a la revolución social.

⁴⁰ Ángeles Lario, “El nuevo liberalismo en el diario independiente El Sol (1917-1923)”, *Bulletin d'histoire contemporaine de l'Espagne*, nº 1-2 (1985). Ángeles Lario, “La reforma liberal en el reinado de Alfonso XIII. La nueva cultura política. en Juan Avilés Farré (coord.), *Historia, política y cultura. Homenaje a Javier Tusell*. V.1. UNED, 2009. Ángeles Lario, “La difusión en España del Nuevo Liberalismo. El Sol y la defensa de un Estado Social de Derecho”, en Francisco Carantoña y Elena Aguado Cabezas (coord.), *Ideas reformistas y reformadores en la España del siglo XIX. Los Sierra Pambley y su tiempo*, Biblioteca Nueva, 2008. Ángeles Lario, “Masas y regímenes políticos en la España del siglo XX. Un Nuevo Liberalismo ante el ascenso imparable de las masas”, en *El siglo XX: Balance y perspectivas*. V Congreso de la AHC. Universitat de Valencia, 2000

⁴¹ Adolfo Posada, *La reforma constitucional*, ob.cit., pp. VII-IX

⁴² Melchor Almagro Sanmartín, *El Nuevo Liberalismo*, ensayo leído el 30 de mayo de 1910 en el Ateneo de Madrid, con prólogo de José Canalejas Méndez, “Liberalismo y Democracia”. José Ortega y Gasset, “La reforma liberal”, revista *Faro*, año I, 23 de febrero de 1908. Gómez de Baquero, “Hacia el nuevo liberalismo”, *El Sol*, 7 de octubre de 1923.

⁴³ Véase nota 24

Las cuestiones más relevantes que debían reformarse y el sentido en que debían hacerlo según este ideario de liberalismo social eran:

1. El individualismo radical del liberalismo, que concebía la sociedad como una suma gregaria de individuos; frente a ello, se parte de que la persona es un ser eminentemente social y solidario, y la sociedad funciona como un organismo –en línea con las vigentes teorías darwinianas- que necesita la confluencia armónica de todos sus órganos para vivir y desarrollarse; pero esos órganos sociales han de desenvolverse en un mismo nivel de libertad y autonomía sin que ninguno impere, causa fundamental de desequilibrios y luchas sociales: nada pues, de cabeza rectora que mande sobre los demás órganos, como en la versión totalitaria. Al contrario, la armonía entre individuos y grupos, regidos por la ley y el derecho en una práctica democrática –de autogobierno-, sería la garantía de la paz social. La característica orgánica de este pensamiento es la expresión más visible de su ascendencia krausista. A través de ella se intenta conjugar sin contradicciones la necesaria intervención del Estado para garantizar el autogobierno.

2. El nuevo concepto de libertad y la nueva gama de derechos del hombre. Unido a esta nueva idea de la base social del Estado, del individuo y los cuerpos sociales que va formando, va el nuevo concepto de libertad, que pasa de ser meramente “negativa” –que nadie impida hacer nada que legalmente se pueda hacer-, a ser “positiva” –que todos los individuos tengan la capacidad de ejercer su libertad y sus derechos básicos-. Es así como surge la necesidad de sumar a los derechos conocidos y admitidos, los del hombre y del ciudadano clásicos, los denominados derechos sociales (trabajo, sanidad, educación, vivienda)⁴⁴. Garantizar esa libertad positiva queda en manos del Estado, que debe velar porque se garanticen los nuevos derechos sociales.

3. El papel del Estado, que pasa de ser meramente un “policía” propio del liberalismo clásico, a ser un Estado con capacidad de intervención, por ser el encargado de garantizar el cumplimiento de todos los derechos: individuales y sociales, y de armonizar en su seno las diferentes autonomías que deben existir en un régimen democrático: individuos, grupos, regiones..., ya que de lo que se trataba era de llevar a sus máximas posibilidades el autogobierno de la sociedad a través de las instituciones que forman el Estado, y de garantizar el desarrollo en las cuestiones básicas de los individuos en la sociedad. Es la propuesta *avant la lettre* de un Estado Social de Derecho⁴⁵.

4. La representación de la sociedad en las Instituciones, que para que se adecuara al nuevo concepto de sociedad y de Estado, debía ser una representación tan compleja como la misma sociedad. Desde el momento que ésta no es un agregado inorgánico de individuos –aunque éstos sean la base fundamental-, sino que el mismo individuo, sujeto de todos los derechos, aparece integrado en agrupaciones con intereses comunes, éstas agrupaciones también deberían estar representadas de algún modo en las instituciones. Es lo que suele conocerse como representación de intereses, o técnica. Hay que tener en cuenta que en la época de entreguerras la gran mayoría de los sindicatos obreros, y de

⁴⁴ Miguel Artola, *Declaraciones y Derechos del Hombre*, Discurso leído el 2 de mayo de 1982 en su recepción por la R.A.H.

⁴⁵ POSADA, A., *La idea del Estado y la guerra europea*, Madrid 1915, p. 8

los intelectuales, eran reformistas y se agrupaban en torno a esta idea de representación, aunque fuera meramente consultiva⁴⁶.

Se denominó “técnica” a este tipo de representación, “para distinguirlas de las eminentemente políticas”, dándoles una carácter de eficacia, de las que deberían salir las comisiones permanentes para preparar la legislación “en materias que el político profesional desconoce casi o sin casi en absoluto”⁴⁷. En el diario se defiende decididamente cuando perciben que la razón de la amenaza revolucionaria es la “falta de organismos competentes, eficaces y adecuados... organismos intermedios moderadores, elementos que sirven de agentes de enlace entre los radicalismos”, por lo que, se escribe, “es ya hora de que los poderes públicos se apresuren a poner frente a frente a los diversos elementos que combaten en el terreno de los conflictos sociales. Que se conozcan, que se escuchen mutuamente, que cada uno exponga su pensamiento y presente sus demandas”⁴⁸.

El sitio de esa representación era el Senado, advirtiéndose que el Senado de la Restauración “por serlo (orgánico) parcialmente lo es injustamente”⁴⁹. Estaba esta exigencia igualmente en el programa del Partido Reformista, y tenía el sentido político de desplazar las viejas fuerzas en él representadas por las nuevas que tenían que llegar. Creen además, que esta doble representación no sólo suponía la forma más perfecta de democracia, sino que engendraría a su vez formas democráticas en los sectores económico y social. Larraz Lopez recuerda esa tradición en la Universidad de Madrid de la doble representación, donde ejercían su influjo los maestros krausistas: Desde Santamaría de Paredes, pasando por Adolfo Posada que lo sustituyó en la cátedra de la Central en 1918, hasta llegar al propio Larraz, su discípulo⁵⁰.

Quedaba perfectamente establecida la posición de término medio, armónica como gustaban decir, que adoptaba este nuevo Liberalismo, este Liberalismo social, esta Democracia liberal que por querer ser social era orgánica, en las luchas políticas de las primeras décadas del XX.

En la práctica, la manifestación política más evidente de este organicismo en España, estuvo en el anteproyecto de Senado en la II República española. Fue de inspiración del propio Adolfo Posada, en su calidad de vocal de la comisión jurídica asesora para la elaboración del anteproyecto, que presidía Ángel Ossorio y Gallardo (formado en el organicismo católico y líder del PSP, y con diario propio, *El Debate*). El posible carácter bicameral de las Cortes fue uno de los más debatidos, junto con la estructura territorial del Estado y la relación del Estado con la Iglesia. Si ya desde este diario se defendía una cámara de intereses como medio de acabar con el enfrentamiento directo fuera de las instituciones entre el capital y el trabajo, en el citado anteproyecto se propuso en el mismo sentido una segunda cámara con representación orgánica, el

⁴⁶ Monereo, ob. cit. nota 92. Véase J.PH. PARROT, *La représentation des intérêts dans le mouvement des idées politiques*, París, PUF-Les Éditions G. Grès et Cie, 1974. Mariano García Canales, *Teoría de la representación...* ob. cit.

⁴⁷ El Sol, 25 de julio de 1918, “la representación nacional”

⁴⁸ El Sol, 26 de marzo de 1919, “hacia un régimen de Justicia. Ni revolución ni represión”

⁴⁹ El Sol, 8 de abril de 1923, “la revisión constitucional”.

⁵⁰ J. Larraz López, “La crisis del liberalismo”. Discurso leído el 16 de octubre de 1965 en el Instituto de España.

Senado donde representar los intereses sociales organizados, respondiendo a los clásicos criterios de representación: el territorial y el funcional:

“...El Senado se compondrá de 250 Senadores: 50 elegidos por las Provincias o Regiones con sus Municipios; 50 por las representaciones obreras de los grupos de Agricultura, Industria y Comercio; 50 por las representaciones; 50 por las Asociaciones de profesionales liberales, y otros 50 por las Universidades, Instituciones culturales y confesiones religiosas...”.

Posada fundamentó el proyecto en la tradición constitucional española desde 1812 y la nueva cultura constitucional, y en concreto el ejemplo de Weimar. Sin embargo la doble cámara no consiguió el apoyo de las Cortes Constituyentes, que votaron en contra con 150 votos frente a los 100 a favor (27 de abril de 1931), tras la retirada de los diputados conservadores y agrarios, y el apoyo de los socialistas a una única cámara⁵¹.

Por eso se preguntaba Ossorio:

“¿Habría la República sufrido las desconfianza y agresiones de las que ha sido objeto si nuestro anteproyecto hubiera prevalecido? ¿No hubiera servido para moderar el encono de los conservadores del país? ¿No hubiera brindado mejores cauces para el concierto de los cauces contrapuestos?”. (Ángel Ossorio y Gallardo, *La España de mi vida. Autobiografía*, Grijalbo, Barcelona, 1977, p.121)⁵².

Conclusiones: Un Estado Social de Derecho

En resumen, frente a las soluciones corporativas totalitarias, el organicismo liberal propugnó un Estado Social de Derecho. Este Estado Social de Derecho fue puesto en práctica por los Estados democráticos tras la primera guerra mundial, iniciándose con la Constitución alemana de Weimar de 1919. Después de la segunda guerra mundial se impuso en la mayoría de las naciones occidentales desarrolladas. Los puntos del liberalismo que son afectados fundamentalmente son el individualismo radical y el abstencionismo estatal: “Lo que se propugna en el Estado social de derecho es un Estado decididamente intervencionista, un Estado activo dotado de un Ejecutivo fuerte.”. Esta primacía del Ejecutivo dará lugar en seguida a una cierta crítica del parlamentarismo... y también a una cierta crítica de la función de los partidos políticos y de otras instituciones consideradas básicas en el sistema liberal, autocríticas todas ellas que han contribuido muy poderosamente al perfeccionamiento de la democracia en su momento, y que ahora es a su vez causa de otros males por el exceso de ejecutivismo en el sistema, al tiempo que el funcionamiento y organización interna de los partidos derivó en la situación de alejamiento de las sociedades de sus representados, que hoy

⁵¹ Sergio Fernández Riquelme, “Ángel Ossorio y Gallardo ante la “solución corporativa” (1913-1931). el impacto histórico de la representación política del trabajo” *Historia Constitucional*, n. 10, 2009. <http://www.historiaconstitucional.com>, págs. 181-200

⁵² Sergio Fernández Riquelme, “Ángel Ossorio...”, cit.

se vive debido a su falta de democracia interna en relación al aumento de poder de la Administración, que exige una mayor fiscalización de su poder por parte de la sociedad que, tal y como hoy se sostiene por aquellos que buscan en el humanismo clásico una mayor participación social, los electores no deben limitarse a elegir sino que deben intervenir más activamente en el control político en más momentos y por más vías que la única prácticamente existente hoy día: el momento electoral.

Referencias Bibliográficas

- AHRENS, Enrique, *Enciclopedia Jurídica o exposición orgánica de la ciencia del Derecho y del Estado*, versión directa del alemán (1855) con notas y estudios de Francisco Giner, Gumersindo de Azcárate, y Augusto G. de Linares, profesores de la Institución Libre de Enseñanza. tomo III, “la representación pública”, Librería de Victoriano Suárez, Madrid, edición de 1880: <http://fama2.us.es/fde/ocr/2006/enciclopediaJuridicaT3.pdf>.
- ALMAGRO SANMARTIN, Melchor, *El Nuevo Liberalismo*, ensayo leído el 30 de mayo de 1910 en el Ateneo de Madrid, con prólogo de José Canalejas Méndez, “Liberalismo y Democracia”.
- ARTOLA, Miguel, *Declaraciones y Derechos del Hombre*, Discurso leído el 2 de mayo de 1982 en su recepción por la R.A.H.
- AZCÁRATE, Gumersindo de, *El self-government y la Monarquía doctrinaria*, Madrid, 1877.
- BELLAMY, R. (ed.), *Victorian Liberalism. Nineteenth-century Political thought and practice*. Routledge. London 1990.
- BELLAMY, R., *Liberalism and Modern Society. An historical argument*. Polity Press, Cambridge/Oxford 1992.
- BELTRÁN VILLALVA, Miguel, “Herbert Spencer organicista”: file:///C:/Users/HP_Propietario/Desktop/Dialnet-HerbertSpencerOrganicista-1131145.pdf.
- BELTRÁN VILLALVA, Miguel, *El organismo social*, traducido por Miguel de Unamuno, editado en La España Moderna, s.f. (1899).
- BOUGLÉ, C., *Le Solidarisme*, Paris, Girad et Brière, 1907.
- BOUGLÉ, C., *Solidarisme et libéralisme*, París, E.Cornély, 1904.
- CAPELLÁN DE MIGUEL, Gonzalo, *Gumersindo de Azcárate: Biografía intelectual*. Junta de Castilla y León, 2005.
- CAPELLÁN DE MIGUEL, Gonzalo, “Liberalismo armónico. La teoría política del primer krausismo español (1860-1868)”, *Historia y Política*, nº 17 (2007).
- CAPITÁN DÍAZ, A., *Republicanism y educación en España (1873-1951)*, Madrid, Dykinson, 2002.
- DUGUIT, León, *Soberanía y libertad*, trad. José G. Acuña, Madrid, Francisco Beltrán, 1924.
- DURKHEIM, Émile, *L'education sociale*, 1925.
- DÍAZ, Elías, *La filosofía social del Krausismo español*, Cuadernos para el Diálogo, Madrid 1973.
- DÍAZ, Elías, *Estado de Derecho y sociedad democrática*, Cuadernos para el Diálogo, Madrid 1979.
- DÍAZ, Elías. “Krausismo e institución libre de enseñanza: pensamiento social y político”, en *Jornadas homenaje a Giner de los Ríos*. Universidad de Jaén, 1999.
- DÍAZ, Elías, “Estudio preliminar” a *Gumersindo de Azcárate, Minuta de un Testamento*, 1876, ediciones de 1957 y la más actual de Comares de 2004.

- FERNÁNDEZ RIQUELME, Sergio, “Ángel Ossorio y Gallardo ante la “solución corporativa” (1913-1931). El impacto histórico de la representación política del trabajo” *Historia Constitucional*, n. 10, 2009: <http://www.historiaconstitucional.com>, págs. 181-200.
- FUENTES GANZO, Eduardo, *Hermandades en Castilla: fraternidades, cofradías y hermandades concejiles en los territorios de la Corona de Castilla en el marco del corporativismo medieval, siglos XI al XV*. Tesis doctoral. UNED 2000.
- FREEDEN, M., *The New Liberalism. An Ideology of Social Reform*. Clarendon Press, Oxford, 1978.
- GARCÍA CANALES, Mariano, *Teoría de la representación en la España del siglo XIX (de la crisis de la Restauración a 1936)*, Universidad de Murcia, 1977.
- GINER DE LOS RÍOS, Francisco, *La persona social*, 1899, en *Obras Completas* en dos tomos, el v. VIII-IX, de 1923-1924.
- GINER DE LOS RÍOS, Francisco, “Discurso inaugural del curso 1880-81”, en *Ensayos*, Madrid, Alianza, 1969.
- GÓMEZ DE BAQUERO, “Hacia el nuevo liberalismo”, *El Sol*, 7 de octubre de 1923.
- GREEN, Thomas Hill, *Lectures of the principles of Political Obligations*, publicadas póstumamente en 1886.
- HOBHOUSE, Leonard Trelawney, *Liberalism*, 1911, traducción de la tercera edición inglesa por Julio Calvo Alfaro, Editorial Labor, Barcelona, 1927; edición reciente con estudio preliminar a cargo de José Luis Monereo Pérez, Granada, Editorial Comares, 2007.
- LAPORTA, F.J., *Adolfo Posada: Política y sociología en la crisis del Liberalismo español*, Cuadernos para el Diálogo, Madrid 1974.
- LARIO, Ángeles, Ángeles Lario, «El nuevo liberalismo en el diario independiente El Sol (1917-1923)», *Bulletin d'histoire contemporaine de l'Espagne*, n° 1-2 (1985).
- LARIO, Ángeles, “La reforma liberal en el reinado de Alfonso XIII. La nueva cultura política. en Juan Avilés Farré (coord.), *Historia, política y cultura. Homenaje a Javier Tusell*. V.1. UNED, 2009.
- LARIO, Ángeles, “La difusión en España del Nuevo Liberalismo. El Sol y la defensa de un Estado Social de Derecho”, en Francisco Carantoña y Elena Aguado Cabezas (coord.), *Ideas reformistas y reformadores en la España del siglo XIX. Los Sierra Pambley y su tiempo*, Biblioteca Nueva, 2008.
- LARIO, Ángeles, “Masas y regímenes políticos en la España del siglo XX. Un Nuevo Liberalismo ante el ascenso imparable de las masas”, en *El siglo XX: Balance y perspectivas*. V Congreso de la AHC. Universitat de Valencia, 2000.
- LARRAZ LÓPEZ, J., “La crisis del liberalismo”, discurso leído el 16 de octubre de 1965 en el Instituto de España.
- LÓPEZ ÁLVAREZ, José, “La naturaleza del krausoinstitucionalismo”, en *Jornadas homenaje a Giner de los Ríos*. Universidad de Jaén, 1999.
- LLOREDO ALIX, Luis, “Reseña” a Gregorio ROBLES MORCHÓN, *La influencia del pensamiento alemán en la sociología de Émile Durkheim*. Thomson Aranzadi, Navarra, 2005, 196 pp. En *Derechos y Libertades*, n. 15 (2006). pp. 307-317.
- MENÉNDEZ PELAYO, Marcelino, *Epistolario*, Referenciado en: <http://www.filosofia.org/mon/kra/>.
- MONEREO PÉREZ, José Luis y CALVO GONZÁLEZ, J. “Estudio preliminar” a Leon Duguit, *Manual de Derecho Constitucional*, Granada, Comares, 2005.

- MONEREO PÉREZ, José Luis, “El pensamiento sociopolítico y pedagógico de Francisco Giner de los Ríos (II)” Universidad de Granada, artículos: <http://www.ugr.es/~redce/REDCE16/articulos/10JLMonereo.htm>.
- NÚÑEZ ENCABO, Manuel, *El nacimiento de la Sociología en España: Manuel Sales y Ferré*, Editorial Complutense, Madrid 1999.
- ORTEGA Y GASSET, José, “La reforma liberal”, revista *Faro*, año I, 23 de febrero de 1908.
- PARROT, J. PH., *La représentation des intérêts dans le mouvement des idées politiques*, París, PUF-Les Éditions G. Grès et Cie, 1974.
- POSADA, A., *La idea del Estado y la guerra europea*, Madrid 1915.
- POSADA, Adolfo, *Breve historia del Krausismo español* (aprox. 1925), Universidad de Oviedo, 1981.
- POSADA, Adolfo, *La reforma constitucional*, Librería general Victoriano Suárez, Madrid 1931.
- PRADO, Gustavo H., *El grupo de Oviedo en la historiografía y la controvertida memoria del krausoinstitucionismo asturiano*. Krk ediciones. Oviedo, 2008.
- SÁNCHEZ ORTIZ DE URBINA, Ricardo, “Krausismo”, en *Enciclopedia de la Cultura Española*, tomo 3. Editora Nacional, Madrid, 1966.
- SANROMÁ, Joaquín María, *Mis memorias*. Madrid, Tipografía de los hijos de M.G. Hernández, 1894, tomo II.
- SANTAMARÍA DE PAREDES, Vicente, *El concepto de organismo social*, Librería de Fernando Fe, Madrid 1896.
- SANTAMARÍA DE PAREDES, Vicente, *Curso de Derecho Político*, 9ª edición en 1913.
- SANZ DEL RÍO, *Lecciones sobre el sistema de filosofía analítica de Krause*, 1850; ampliada y corregida incluso en el título: *C. Ch. F. Krause. Sistema de la filosofía. Metafísica. Primer parte. Análisis*. 1860.
- SPENCER, Herbert, *Principles of Sociology*. part II. file:///C:/Users/HP_Propietario/Desktop/Dialnet-QueEsUnaSociedad-1131147.pdf.
- SUÁREZ CORTINA, Manuel, *El gorro frigio. Liberalismo, Democracia y Republicanismo en la Restauración*, Biblioteca Nueva, Madrid 2000.
- SUÁREZ CORTINA, Manuel, *El reformismo en España. Republicanos y reformistas bajo la monarquía de Alfonso XIII*. Siglo XXI, 1986.
- VERDES MONTENEGRO, José, “Nuestros hombres de Ciencia. Salmerón”, 1889: <http://www.filosofia.org/aut/002/1889hc02.htm>.
- VIDART SCHUCH, Luis, *La Filosofía Española. Indicaciones bibliográficas, IV. El Krausismo*, Imprenta Europea, Madrid 1866: <http://www.filosofia.org/aut/vid/fe13.htm>.

La democracia orgánica como forma de representación política: un análisis de las fórmulas de cooptación de *procuradores* *en Cortes* y de sus resultados

Martí Marin

Martí Marín Corbera (Sabadell, 1965). Profesor Titular de Universidad. Miembro del Departament d'Història Moderna i Contemporània, desde 1994. Miembro del Grup de Recerca sobre l'Època Franquista (GREF) y del Centre d'Estudis sobre les Èpoques Franquista i Democràtica (CEFID) desde su fundación. Especialista en el período franquista y la transición a la democracia (fascismo, franquismo, gobierno territorial, personal político, migraciones interiores, conflictividad vecinal).
Email: martin.marin@uab.cat

https://doi.org/10.14195/1647-8622_16_5

LA DEMOCRACIA ORGÁNICA
COMO FORMA DE REPRESENTACIÓN
POLÍTICA: UN ANÁLISIS DE LAS FÓRMULAS
DE COOPTACIÓN DE *PROCURADORES EN CORTES* Y DE
SUS RESULTADOS

Durante la dictadura franquista, el gobierno del autodenominado *Nuevo Estado* desarrolló el concepto de *democracia orgánica* para referirse a las instituciones que creaba, para distinguirlas de aquellas de la democracia liberal a las que pretendía sustituir. La *democracia orgánica* se presentaba como la traducción española de las doctrinas corporativistas y tradicionalistas y nada menos que la *democracia verdadera*. El presente artículo examina una de estas instituciones, el parlamento llamado *Cortes Españolas* (1942-77), inspirado tanto en la *Asamblea Nacional Consultiva* (1927-30) de la dictadura de Primo de Rivera, como en la *Camera dei Fasci e delle Corporazioni* (1939-43) de la Italia fascista. Como se deduce del análisis de las diversas fórmulas de selección de sus miembros, las Cortes sólo fueron muy parcialmente una cámara corporativa y, en cambio, fueron una representación de las propias instituciones del Estado -partido único, sindicatos oficiales, administración local, universidades- donde el peso del partido único FET y de las JONS fue determinante.

Palabras-clave: Fascismo, Corporativismo, Franquismo, Falange, Cortes Españolas, Personal político

THE *ORGANIC DEMOCRACY*
AS A FORM OF POLITICAL
REPRESENTATION: AN
ANALYSIS OF THE SELECTION
FORMULAS OF THE
“*PROCURADORES EN CORTES*” AND HIS RESULTS

During Franco's dictatorship, the government of the self-styled *Nuevo Estado* developed the concept of *organic democracy* to refer to the institutions that it was creating, in order to distinguish them from those of liberal democracy which it sought to replace. The organic democracy was presented as the Spanish translation of the traditionalist and corporatist doctrines and no less than the *true* democracy. This article examines one of these institutions, parliament called *Cortes Españolas* (1942-1977), inspired by both the *Asamblea Nacional Consultiva* (1927-1930) of the dictatorship of Primo de Rivera in 1927 and the *Camera dei Fasci e delle Corporazioni* (1939-43) of fascist Italy. As it follows from the analysis of the various forms of selection of their members, the *Cortes* were only partially a corporate camera. Instead, they were a representation of the institutions of the state (the single party, official trade unions, local government, universities, etc. .) where the weight of the single party *FET* y de las *JONS* was decisive.

Key Words: Fascism, Corporatism, Francoism, *Falange*, Spanish *Cortes*, Political Staff

LA DÉMOCRATIE ORGANIQUE
COMME UNE FORME DE
REPRÉSENTATION POLITIQUE:
UNE ANALYSE DES FORMULES DE
COOPTATION DE PROCURATEURS À
CORTES ET DES RÉSULTATS

Pendant la dictature de Franco, le gouvernement du soi-disant «Nouvel État» a développé le concept de la *démocratie organique* pour se référer aux institutions qu'il créait, afin de les distinguer de celles de la démocratie libérale qu'il cherchait à remplacer. La démocratie organique a été présentée comme la traduction espagnole des doctrines traditionalistes et corporatistes et ni plus ni moins que la *véritable* démocratie. Cet article examine l'une de ces institutions, le parlement appelé *Cortes Españolas* (1942-1977), inspiré à la fois par l'*Asamblea Nacional Consultiva* (1927-1930) de la dictature de Primo de Rivera, et la *Camera dei Fasci e delle Corporazioni* (1939-1943) de l'Italie fasciste. Comme il ressort de l'analyse des différentes formes de sélection de leurs membres, les *Cortes* n'ont été que très partiellement une chambre corporatiste. Au contraire, elles ont été une représentation des institutions de l'État (du parti unique, syndicats officiels, collectivités locales, universités, etc.) où le poids du parti unique *FET* y de las *JONS* était décisive.

Mots-clés: Fascisme, Corporatisme, Franquisme, *Falange*, *Cortes* Espagnoles, Personnel politique

Introducción

Durante la dictadura franquista, el gobierno del autodenominado *Nuevo Estado* – con la inestimable ayuda de sus propagandistas – desarrolló un tipo de formulaciones para referirse a las instituciones que creaba, en las cuales la idea de fondo era que el régimen fomentaba una fórmula de representación nueva y alternativa a la liberal-democrática y mucho más perfecta en términos de representatividad de la sociedad a la que gobernaba.¹ A esta forma de representación se la bautizó con el término *democracia orgánica* y, según los ideólogos del régimen, era la plasmación específicamente española de las doctrinas corporativistas y tradicionalistas, desarrolladas principalmente en las cuatro primeras décadas del siglo XX, es decir, la perfecta combinación de *lo nuevo* y de *la tradición*.² En la retórica gubernamental y paragubernamental la *democracia orgánica* era la democracia verdadera: los representantes formaban parte del *cuerpo* al que pertenecían sus representados, partiendo del trinomio *familia, municipio y sindicato* -actualización del planteamiento *organicista* de Vázquez de Mella *familia, municipio y región*-³ sobre el que se habían apoyado las reflexiones corporativistas del líder falangista José Antonio Primo de Rivera, desde el mismo discurso fundacional de su partido *Falange Española* en 1933:

“Nadie ha nacido nunca miembro de un partido político; en cambio, nacemos todos miembros de una familia; somos todos vecinos de un municipio; nos afanamos todos en el ejercicio de un trabajo. Pues si estas son nuestras unidades naturales, si la familia, el municipio y la corporación es en lo que de veras vivimos, ¿para qué necesitamos el instrumento intermediario y pernicioso de los partidos políticos, que para unirnos en grupos artificiales, empiezan por desunirnos en nuestras realidades auténticas?”⁴

¹ Ver, por ejemplo, S.J.MARTÍN BRUGAROLAS, *Familia, municipio y sindicato. Nuevo sistema representativo*, Ediciones del Movimiento, Madrid, 1963.

² Algunos de los fieles servidores del régimen en su fase tardía escribieron, con posterioridad a su desaparición, sobre esa *democracia orgánica* con carácter divulgativo y apologético. Hasta muy tarde los supervivientes del régimen no dejaron de hostigar con el concepto al nuevo sistema democrático derivado de la Constitución de 1978, del mismo modo que mantuvieron en pie la idea de que se trataba de un sistema mucho más acorde con *la tradición*. Un buen ejemplo lo encontramos en el falangista y ex-gobernador civil de Palencia (1972-73) José María AZORÍN ORTIZ, *Democracia orgánica*, Diosa, Barcelona, 1981, aunque probablemente el más incansable de ellos haya sido Gonzalo Fernández de la Mora (1924-2002) Ministro de Obras Públicas entre 1970 y 1974: ver Gonzalo FERNÁNDEZ DE LA MORA, “La democracia orgánica en el municipio español”, *Anales de la Real Academia de Ciencias Morales y Políticas*, núm.62, 1985, pp.81-102. El propio Fernández de la Mora y otros autores trataron asiduamente el tema con posterioridad en numerosos artículos de una revista de “curioso” título: *Razón española. Revista bimestral de pensamiento*.

³ Ver Juan VÁZQUEZ DE MELLA y FANJUL, *Obras completas*, vols.12 a 16, disponibles en la página web del Círculo Tradicionalista de Granada “General Carlos Calderón”, *Reino de Granada, Blogspot.com.es*, url: <http://reinodegranada.blogspot.com.es/2015/07/obras-completas-de-juan-vazquez-de-mella-digitalizadas.html>.

⁴ José Antonio PRIMO DE RIVERA, “Discurso pronunciado en el teatro de la Comedia de Madrid el 29 de octubre de 1933” en Agustín del Río Cisneros (comp.), *Textos de doctrina política*, Delegación Nacional de la Sección Femenina de FET y de la JONS, Madrid, 1966, p.66. Disponible en línea en *Obras completas de José Antonio Primo de Rivera* url: <http://www.rumbos.net/ocja/jaoc0011.html>.

El mencionado trinomio contenía, no obstante, un marchamo corporativista muy parcial, dado que ni la familia ni el municipio podían ser considerados corporaciones. Además no iba a incluir en su conjunto la lógica de la composición que iba a diseñarse durante la dictadura para cada supuesto parlamento, fuera éste local (el pleno municipal), provincial (la diputación) o general (las Cortes), al no incluir a lo que luego sería -como veremos- la pieza básica de todo el entramado, el partido único Falange Española Tradicionalista y de las Junta de Ofensiva Nacional Sindicalista (FET y de las JONS).⁵

En su formulación más simple, la unidad de menor tamaño en que se estructuraba *orgánicamente* la sociedad era la familia, por todo lo cual, el censo electoral debía corresponderse con el de *cabezas de familia*, autoridad máxima del núcleo de convivencia que tendía a corresponderse con el hombre que jugara *mutatis mutandis* (y discúlpese la profusión de locuciones latinas) el papel de *pater familias*: el individuo, sujeto de derechos de ciudadanía, bajo cuyo control estaban todos los bienes y todas las personas que pertenecían a la casa, según la tradición latina). Aunque se trataba mayoritariamente de hombres ello no excluía a un grupo de mujeres (viudas, solteras emancipadas, etc.) tal y como prescribía, por ejemplo, un decreto electoral de los primeros años del régimen:

“Se considerará con derecho a figurar en el Censo Electoral, por su condición de cabezas de familia, a los españoles, vecinos y mayores de veintiún años, o emancipados mayores de dieciocho, varones o mujeres, bajo cuya dependencia convivan otras personas en su mismo domicilio y que figuren inscritos con tal carácter en el Padrón Municipal”⁶

⁵ Para la aplicación de la democracia orgánica municipal ver Martí MARÍN, *Els ajuntaments franquistes a Catalunya. Política i administració municipal, 1938-1979*, Pagès editors, Lleida, 2000. Ver también el artículo de Jesús María PALOMARES IBÁÑEZ, “Las elecciones de la Democracia Orgánica: el Ayuntamiento de Valladolid (1951-1971)”, *Investigaciones históricas: Época moderna y contemporánea*, núm.25, 2005, pp.211-262. El número de monografías locales y provinciales que han analizado parcialmente el tema resulta desmesurado para una nota como esta: ver la compilación realizada en dos textos por Julián SANZ HOYA, “Jerarcas, caciques y otros camaradas. El estudio de los poderes locales en el primer franquismo”, *Historia del Presente*, núm.15, 2010, pp.9-26 y “El estudio de la dictadura en las provincias. Algunas reflexiones sobre la metodología y el estado de la cuestión”, *Congreso Internacional VII Encuentro de investigadores sobre el Franquismo, Santiago de Compostela*, Universidad de Santiago de Compostela, 2012: http://investigadoresfranquismo.com/pdf/comunicacions/mesa4/sanzhoya_4.pdf. Peor trabajadas están las diputaciones. Ver, no obstante, el caso barcelonés en Borja DE RIQUER (dir.), *Història de la Diputació de Barcelona, 1812-2005*, vol.III, 1939-2005, Diputació de Barcelona, 2ª.edición aumentada [1987]. Para las llamadas “Cortes españolas” cabe tener en cuenta principalmente el recopilatorio de legislación y listas de parlamentarios de Julio MAESTRE ROSA, *Procuradores en Cortes, 1943-1976*, Tecnos, Madrid, 1977 y la tesis doctoral de Miguel Ángel GIMÉNEZ MARTÍNEZ, *Las Cortes Españolas en el régimen de Franco. Nacimiento, desarrollo y extinción de una Cámara Orgánica*, Congreso de los Diputados, Madrid, 2012.

⁶ DECRETO de 29 de septiembre de 1945 por el que se dan normas para la formación del censo de vecinos cabezas de familia que ha de servir para la elección de Concejales, *Boletín Oficial del Estado [BOE]*, en adelante], núm. 277, de 4 de octubre de 1945, pp.2114-2117. La elección de concejales anunciada por el decreto no tuvo lugar hasta 1948, aunque el censo elaborado sirvió previamente para el referendun de 1947 sobre la “Ley de Sucesión”, ver Francisco SEVILLANO CALERO, “El Nuevo Estado y la ilusión de la «democracia orgánica». El referendun de 1947 y las elecciones municipales de 1948 en España”, *Historia Contemporánea*, núm.24, 2002, pp.355-387.

Ahora bien, el derecho de sufragio pasivo no era igualmente *universal* para los cabezas de familia y cada elección -municipales desde 1948 y a Cortes desde 1967- trajo consigo una compleja normativa que dejaba a las Juntas Electorales -nombradas desde el Gobierno central o desde el Gobierno civil, según el caso- la más completa discrecionalidad para la aceptación de candidatos, como pudieron comprobar algunos de los opositores que intentaron infiltrarse en las elecciones de 1973 en el ayuntamiento de Barcelona.⁷

Las otras dos unidades de estructuración social debían de ser el ámbito de residencia, el municipio en su unidad jurídico-administrativa de menor tamaño,⁸ y el laboral, resumido en el nuevo sindicalismo *vertical* donde se integraban, no menos *orgánicamente*, trabajadores (*productores* en el nuevo lenguaje oficial) y empresarios.⁹ Cualquier otro tipo de organización y representación que respondiera a afinidades electivas, esto es *políticas*, fue rechazado por *inorgánico* y vinculado a la única *verdadera dictadura* que cabía evitar a toda costa: la de las masas. Ello no impidió, como veremos, que -especialmente en la Cortes- se añadieran otros criterios de selección de procuradores, que ni fueron *orgánicos* ni tampoco *corporativos*.

Dado que, como todo en el régimen, el desarrollo de la estructura política empezó por lo alto, la primera institución creada a la luz de tales teorías fue la que debía corresponder al parlamento central, bautizada, con la misma intención medievalizante que había operado dentro del liberalismo hispano en el siglo XIX, como las *Cortes Españolas*. La institución fue creada por la *Ley Constitutiva de las Cortes* de 17 de julio de 1942 (*Boletín Oficial del Estado*, núm. 200, de 19 de julio de 1942) y se constituyó el 16 de marzo de 1943, en un largo proceso muy característico en su duración de los tempos que el dictador solía preferir. Se presentó públicamente como algo nuevo -claro está- però enraizado en la más profunda tradición, tal y como habían preconizado los pensadores tradicionalistas católicos desde los inicios del siglo XX y se nombró para

⁷ Un ejemplo paradigmático de esto fue el de Fernando Rodríguez Ocaña en 1973 en Barcelona que, tras conseguir ser proclamado candidato y haber ganado las elecciones en el distrito IX, vio anulada su candidatura con posterioridad por no haber entregado a tiempo un justificante de sus gastos electorales (sic.). Otro muy conocido fue el de Xavier Casasses, que tras conseguir presentarse -sin éxito- en 1971 a procurador familiar- vio invalidada su candidatura como concejal en ese mismo año de 1973 por la vía de pactar el ayuntamiento con uno de sus avaladores para que le retiraría el aval pocas horas antes de cerrarse el registro de candidatos. Ver Martí MARÍN, *Els ajuntaments franquistes a Catalunya...*, cit., pp.403-406.

⁸ Cabe considerar la existencia unidades menores que el municipio, tales como las *pedanías* (entidades locales menores dependientes del ayuntamiento de un municipio), pero estas nunca tuvieron personalidad jurídica propia.

⁹ El sindicalismo vertical es la pieza menos conocida del régimen franquista por lo que respecta a su funcionamiento interno. Ver, no obstante, aproximaciones parciales como Manuel LUDEVID, *Cuarenta años de sindicato vertical: aproximación a la Organización Sindical Española*, Laia, Barcelona, 1976; Pere YSÀS y Carme MOLINERO, *"Patria, justicia y pan". Nivell de vida y condicions de treball a Catalunya, 1939-1951*, La Magrana, Barcelona, 1985; Francisco Javier BERNAL GARCÍA, *El Sindicalismo vertical. Burocracia, control laboral y representación de intereses en la España franquista, 1936-1951*, Asociación de Historia Contemporánea y Centro de Estudios Constitucionales, Madrid, 2010 y Álex AMAYA, *El acelerón sindicalista. El aparato de propaganda de la Organización Sindical Española entre 1957 y 1969*, Centro de Estudios Constitucionales, Madrid, 2013.

presidirle al carlista integrado en FET y de las JONS Esteban Bilbao.¹⁰ Sus miembros, denominados *procuradores* para darle aún un tono medievalizante mayor, accedieron a su condición por tres conceptos: fueron procuradores *natos* aquellos que accedieron al puesto por razón de su cargo y que se renovaron por el mismo procedimiento sin atender a la duración de las legislaturas en ningún caso; fueron *designados* aquellos cuyo nombramiento fue reservado al dictador o a algún alto cargo previamente nombrado por el propio *Caudillo* -de forma inconsecuentemente *inorgánica*- y fueron *elegidos* aquellos que accedieron a la dignidad por un variopinto catálogo de elecciones parciales que fue variando con el tiempo y que nunca tuvo nada que ver con ejercicio alguno de sufragio real, dadas las limitaciones cambiantes que se introdujeron en el sufragio, tanto activo (electores) como, especialmente, pasivo (elegibles). Pese a que el régimen intentó publicitar lo contrario, ningún análisis académico se ha tomado en serio su carácter representativo y de ahí la cursiva que acompaña a cada categoría.¹¹

El modelo inicial de las *Cortes Españolas* fue una mezcla entre un caso autóctono, la Asamblea Nacional Consultiva, creada por la dictadura de Primo de Rivera en 1927,¹² y la *Camera dei Fasci e delle Corporazioni*, instituida en la Italia fascista en 1939. Sorprende, pero es un hecho incontrovertible, que no tuviera ningún protagonismo significativo en ellas quien había tenido el papel principal como teórico del corporativismo hispano, Eduardo Aunós Pérez (1894-1967), pese a que se mantuvo perfectamente activo dentro del Franquismo.¹³ La corta duración de ambas cámaras,

¹⁰ La visión de evolución progresiva hacia la *verdadera* fórmula representativa que implicaba la transformación *orgánica* en Manuel DE BOFARULL y ROMANÁ, *Las antiguas cortes, el moderno parlamento, el régimen representativo orgánico*, Tipografía de la Revista de Archivos y Museos, Madrid, 1912, de carácter tradicionalista. No por casualidad la obra fue reeditada en Alcalá de Henares en 1945 con prólogo del mencionado Presidente de las Cortes, Esteban Bilbao, de procedencia tradicionalista, pero colaborador ya de la Dictadura de Primo de Rivera e integrado en FET y de las JONS desde la Guerra civil junto con los miembros más colaboracionistas de la Comunión Tradicionalista. Ver el comentario al respecto de su reedición en Mariano GARCÍA CANALES, *La teoría de la representación en la España del siglo XX (de la crisis de la Restauración a 1936)*, Universidad de Murcia, Publicaciones del Departamento de Derecho Político, Murcia, 1977, p.100, nota 190. La obra de Bofarull está disponible, en línea, en la biblioteca virtual *Internet Archive: Digital Library of Free Books*, a partir de un ejemplar de la University of Toronto, url: <https://archive.org/stream/lasantiguascorte00bofa#page/n3/mode/2up>.

¹¹ El más reciente y completo de estos análisis en Miguel Ángel GIMÉNEZ MARTÍNEZ, *Las Cortes Españolas en el régimen de Franco...*, cit. Para un resumen de sus planteamientos -hasta 1967- ver Miguel Ángel GIMÉNEZ MARTÍNEZ, "Las primeras Cortes del Franquismo, 1942-1967: una dócil cámara para la dictadura", *Vínculos de historia*, núm.1, 2012, pp.247-270.

¹² Esta cámara ha sido abordada fundamentalmente desde un punto de vista jurídico-político en lo que se refiere a trabajos monográficos -ver Raul MORODO, "La proyección constitucional de la dictadura: la Asamblea Nacional Consultiva", *Boletín de Ciencias Políticas*, núm.13/14, 1973, pp.83-89- y sólo se encuentran juicios historiográficos sobre la misma en obras generales o temáticas sobre la dictadura. En este caso vale la pena consultar, por orden de publicación, Genoveva QUEIPO DE LLANO, *Los intelectuales y la dictadura de Primo de Rivera*, Alianza Editorial, Madrid, 1987 y Eduardo GONZÁLEZ CALLEJA, *La España de Primo de Rivera. La modernización autoritaria, 1923-1930*, Alianza, Madrid, 2005.

¹³ Eduardo Aunós había sido Ministro de Trabajo con Miguel Primo de Rivera entre 1924 y 1930, cargo desde el cual fomentó el corporativismo como doctrina del futuro, tanto como la dictadura como forma de gobierno, pero con Franco ocupó la cartera de Justicia entre 1943 y 1945, sin volver a tener verdadera presencia en estos temas. Ver Eduardo AUNÓS, *Las corporaciones del trabajo en el Estado moderno*, Biblioteca Marvá, Madrid, 1928; *El Estado corporativo: discurso pronunciado en la Unión Patriótica de Madrid, el día*

cerradas respectivamente en 1930 y 1943 impidió que pudieran aportar un modelo completo, verdaderamente contrastado por la práctica, ya que nunca pasaron de una primera legislatura. La cámara española mezclaba corporativismo y política pese a la inexistencia de un partido político de referencia -la *Unión Patriótica* nunca llegó a desarrollarse plenamente como tal-¹⁴ y la presencia normativa de representantes del ejército y de la iglesia -algo que no se repetiría en ese modo en el franquismo. La cámara italiana, como su nombre indicaba claramente a diferencia del caso español, era una mezcla de representación corporativa y política, dado que incluía un espacio reservado para los miembros del *Partito Nazionale Fascista* (PNF), aunque estos no comparecieran en el parlamento por ningún tipo de lógica corporativa. Fue el modelo inicial, especialmente por lo referido a la presencia del partido único FET y de las JONS, aunque, como en todas las influencias legislativas recibidas por el franquismo del fascismo italiano, el legislador español tuvo muy en cuenta las propias particularidades, las disfunciones en la experiencia original -algo que convirtió al régimen italiano, hasta su desaparición, en una especie de banco de pruebas permanente para la experiencia dictatorial española- y, con el tiempo, las nuevas necesidades surgidas al calor de una dictadura que fue de una mucho mayor duración y, por ello, se enfrentó a contextos cambiantes.¹⁵

Con las *Cortes Españolas* como experiencia fundacional fueron, poco a poco, reformados los pseudo-parlamentos provinciales y locales que constituían las diputaciones y los ayuntamientos, cuyos miembros hasta ese momento habían sido de nombramiento directo -según el caso- del gobernador civil o de su superior el ministro de la Gobernación. El proceso no se consumó hasta la convocatoria de elecciones municipales *por tercios* en el otoño de 1948, cuyos resultados llevaron a la toma de posesión de los nuevos plenarios municipales y provinciales en febrero de 1949. El complejo proceso seguido no alteró la verdadera naturaleza de designación -que no de elección-, en última instancia, de los miembros de los tres niveles -general, provincial y local-, simplemente facilitó la labor de su renovación periódica sin tener que atender a las tensiones que generaba el hecho de que para proceder a un nuevo nombramiento había que efectuar previamente una destitución.

Desde 1948-49 el complejo entramado de la *representación política* dentro de la dictadura apareció ordenado y con una cadencia temporal regular de renovación cada tres

16 de Abril, Talleres Gráficos de E. Giménez, Madrid, 1928; *Estudios de derecho corporativo. Seguido de dos apéndices: legislación extranjera sobre conciliación y arbitraje, legislación y movimiento sindical de los principales países*, Editorial Reus, Madrid, 1930 y *La Reforma corporativa del Estado*, Aguilar, Madrid [1935].

¹⁴ Ver, por ejemplo, Shlomo BEN AMÍ, "The Fore-runners of Spanish Fascism: Unión Patriótica and Unión Monárquica", *European Studies Review*, IX, número 1, 1979, pp.52-54; José Luis GÓMEZ NAVARRO, "La Unión Patriótica: análisis de un partido del poder", *Estudios de Historia Social*, núm.32/33, 1985, pp.93-161.

¹⁵ Para un ejercicio de comparación parcial entre las dictaduras de España e Italia ver Giuliana DI FEBBO y Carme MOLINERO (eds.), *Nou estat, nova política, nou ordre social. Feixisme i franquisme en perspectiva comparada*, Barcelona, Fundació Carles Pi i Sunyer/CEFID-UAB, 2005. Para una observación sobre el "inconsecuente" papel del partido dentro de una cámara corporativa ver Miguel Ángel GIMÉNEZ MARTÍNEZ, "Las primeras Cortes del Franquismo, 1942-1967...", cit., p.255: "El «grupo político» es tal vez el que menos se acomoda a la filosofía tradicional de unas Cortes orgánicas, pues introduce en su seno un «órgano de órganos» que no representa a ninguna entidad natural de la sociedad, sino a un partido único." p.255.

años, aunque año tras año se fueron tomando decisiones que corregían la composición y/o las formas de *elección* de *procuradores*, *diputados provinciales* y *concejales* para darles una imagen lo más *representativa* y *orgánica* posible huyendo, al mismo tiempo, de toda posibilidad de infiltración por parte de la oposición clandestina. Ese blindaje a las posibles infiltraciones se sustentó en unos métodos de elección que controlaban a través del sufragio pasivo cualquier posible acción no deseada a cargo de quienes disponían del derecho al sufragio activo. Es decir, que las elecciones se controlaban por la vía de tamizar muy cuidadosamente a los candidatos, favoreciendo situaciones en las que todos los candidatos fueran incontestablemente fieles a la dictadura e incluso en las que no hiciera falta votar, por existir el mismo número de candidatos que de puestos a cubrir por elección.¹⁶

A este conjunto de instituciones se sumó, con el tiempo, una de las más antiguas creaciones del régimen: el *Consejo Nacional de FET y de las JONS*, instituido por Ley de 19 de octubre de 1937, en plena Guerra civil. Éste organismo fue diseñado en principio como un consejo de apoyo al dictador, verdadero líder del nuevo partido único, y, en la medida en que el partido era una institución más del estado, se convirtió en parte del mismo. Rebautizado en la práctica como *Consejo Nacional del Movimiento*, fue revitalizado por Arrese en 1956, adquirió nueva actividad desde 1961 y fue transformado -de hecho y parcialmente de derecho- en una especie de segunda cámara o senado a partir de la promulgación de la *Ley Orgánica del Estado* de 1 de enero de 1967.¹⁷ La particularidad de este hecho fue, sin duda, que en el momento en que el régimen insistía con mayor fuerza en el argumento de que mantenía un sistema representativo llamado *democracia orgánica* basado en principios corporativos y con la divisa mencionada de *familia*, *municipio* y *sindicato*, se impusiera por encima de toda esa *representación* una institución propia de un partido político, por muy maquillada que fuera su condición de tal a través de la denominación de *Movimiento*, aun cuando ambos “parlamentos” tuvieran muy poco de tales.¹⁸

Por lo demás no cabe hacerse muchas ilusiones anteriores o posteriores a 1967 sobre la naturaleza de la representación, corporativa o no, dentro de la dictadura

¹⁶ Además del ejemplo citado en la nota 6, ver Martí MARÍN, *Els ajuntaments franquistes a Catalunya...*, cit., pp.209-301 y 363-416, un resumen parcial en “Franquismo y poder local. La puesta en marcha de la democracia orgánica en la Cataluña urbana, 1945-1957” en J.Tusell, S.Sueiro, J.M.Marín y M.Casanova (eds.), *El Régimen de Franco (1936-1975). Congreso Internacional. Madrid, mayo 1993*, Madrid, UNED, 1993, pp.569-579.

¹⁷ Así lo han concluido Carme MOLINERO y Pere YSÀS, *La anatomía del franquismo. De la supervivencia a la agonía, 1945-1977*, Crítica, Barcelona, 2008, pp.5 y 67-76.

¹⁸ A la hora de comparar al Consejo Nacional del Movimiento con las Cortes Miguel Ángel Giménez Martínez sostiene que la creación de la Cortes (1942-43) minimizó el papel del Consejo Nacional (1937) hasta relegarlo a un plano secundario. Ver Miguel Ángel GIMÉNEZ MARTÍNEZ, “Las primeras Cortes del Franquismo, 1942-1967...”, cit., p.252. Ello no obstante la tesis que defiende en el conjunto del artículo -y, de hecho en su obra más completa, *Las Cortes Españolas en el régimen de Franco...*, cit.- es que las Cortes tuvieron un papel ya de por sí secundario, y que estas fueron penetradas de manera notable por el partido (pp.255-256), pese a lo inorgánico del caso - como ya se ha comentado -, con lo que no alcanzamos a entender que exista diferencia de peso entre uno y otras a favor de las Cortes cuando estas no penetraron en igual medida al Consejo Nacional y visto lo establecido por Carme Molinero y Pere Ysàs en la obra citada en la nota anterior.

franquista, porque, como puede comprobarse atendiendo a las nóminas concretas de individuos que formaron parte del entramado descrito y sus vías prácticas de acceso a las mismas, la fórmula real de funcionamiento de los mecanismos de acceso a cargos *representativos* dentro del régimen atendió a un trinomio muy distinto: *cooptación, selección y designación*. La voz popular siempre tuvo muy claro que aquello que había reemplazado a la democracia no había sido otro tipo de democracia sino lo que sarcásticamente se denominaba *dedo-cracia*. Vamos a examinar, pues, brevemente, el caso de las *Cortes españolas* para comprobar cuáles fueron los resultados reales de tanta profesión de fe organicista/corporativista.

Cortes orgánicas y elegibilidad: una cortina de humo permanente.

Julio Maestre Rosa, en un breve apartado de su ya añejo libro sobre los procuradores en Cortes, ofrecía un cuadro titulado “Resumen general de procuradores natos, elegidos y designados en cada una de las diez legislaturas de las Cortes españolas” seguido de una descripción de bajo qué conceptos se agrupaban cada uno de los tres tipos de procurador.¹⁹ Según el mismo, los procuradores *designados* eran un grupo estable y menor que osciló entre un máximo de 117 en la V Legislatura (1955-58) y un mínimo de 70 en la I (1943-46), llegando a suponer igualmente un máximo del 19,3% en la III (1949-52) y un mínimo del 11,8% en la X (1971-77) en tendencia levemente decreciente. Según esa misma descripción, los procuradores *natos*, aquellos que lo eran en razón de su cargo, pasaron de ser la inmensa mayoría de la cámara desde sus inicios en la I Legislatura con una cifra de 303 hasta caer en la X y última a 121. Los *natos* habían alcanzado su máximo absoluto en la VIII (1964-67) cuando fueron hasta 315 los procuradores que así accedieron al hemiciclo, pero su tendencia histórica fue hacia el descenso en número y porcentaje, desde significar el 56,8% de la cámara en la I hasta caer en la X a sólo un 14,6%, pasando por una larga estabilidad en torno al 40% entre 1946 y 1967. Lógicamente el tercer grupo, el de los *elegidos*, habría realizado el viaje contrario, con una expansión constante, que les habría llevado del 30% inicial de 1943 a significar un 69,1% en la IX Legislatura y un 73,6% en la X y última, tras de una oscilación entre el 39,5% de la III y el 46,3% de la VI (1958-61) para todo el período intermedio.

El punto de inflexión evidente, momento en el que culminaría todo el trabajo de construcción de la *democracia orgánica* con una mayoría clara de procuradores *elegidos*, era a todas luces la IX Legislatura, iniciada en 1967 poco después de la celebración del referéndum que confirmó -como no podía ser de otro modo- la Ley Orgánica del Estado, punto de llegada legislativo de la dictadura de cara a su perpetuación. Llegados a ese momento, la representatividad corporativa no sólo habría aumentado por el crecimiento del porcentaje de los *elegidos* sino que ésta se habría visto reforzada por la ampliación de los orígenes de los mismos. En la IX Legislatura, además de los representantes *elegidos* del partido único (FET y de las JONS) -algo bien poco

¹⁹ Julio MAESTRE ROSA, *Procuradores en Cortes...*, cit., pp. 792-793, corregido para los datos de la X Legislatura en un cuadro semejante del Anexo segundo, p.837 y última de la mamotréctica publicación.

corporativo, como ya hemos comentado-, de la Organización Sindical (OSE) y de la Administración Local (municipios y diputaciones), comparecían por primera vez los llamados *procuradores familiares*, votados directamente por los cabezas de familia, en número de 108, es decir, un 14,8% del total de la cámara. Todas estas cifras al completo, en serie cronológica, están recogidas en los Cuadros 1 (división entre *elegidos*, *natos* y *designados*) y 2 (procedencia concreta de los *elegidos*: partido, sindicato, administración local, universidades, etc.).

1. Distribución de los procuradores en Cortes según su vía de acceso al cargo, 1943-1977.

Legislatura	Elegidos		Natos		Designados		Total
	Número	Porcentaje	Número	Porcentaje	Número	Porcentaje	
I. 1943-46	160	30,0	303	56,8	70	13,1	533
II. 1946-49	252	43,5	225	38,9	102	17,6	579
III. 1949-52	242	39,5	252	41,2	118	19,3	612
IV. 1952-55	247	41,7	241	40,7	104	17,6	592
V. 1955-58	310	42,9	295	40,9	117	16,2	722
VI. 1958-61	317	46,3	267	39,0	101	14,7	685
VII. 1961-64	317	44,0	295	41,0	108	15,0	720
VIII. 1964-67	334	43,9	315	41,4	111	14,6	760
IX. 1967-71	502	69,1	136	18,7	89	12,2	727
X. 1971-77	612	73,6	121	14,6	98	11,8	831

FUENTE: Elaboración propia a partir de Julio MAESTRE ROSA, *Procuradores...*,cit.

2. Distribución de los procuradores en Cortes *elegidos* según su procedencia, 1943-1977.

Legislatura	FET-JONS		OSE		Adm.Local		Universidades		Familiares		Otros		Total	
	Núm.	%*	Núm.	%	Núm.	%	Núm.	%	Núm.	%	Núm.	%	Núm.	%
I. 1943-46			97	18,2	50	9,4					13	2,4	160	30,0
II. 1946-49			110	19,0	123	21,2					19	3,3	252	43,5
III. 1949-52			114	18,6	108	17,6					20	3,3	242	39,5
IV. 1952-55			113	19,1	115	19,4					19	3,2	247	41,7
V. 1955-58	50	6,9	114	15,8	123	17,0					23	3,2	310	42,9
VI. 1958-61	50	7,3	122	17,8	124	18,1					21	3,1	317	46,3
VII. 1961-64	50	6,9	126	17,5	122	16,9					19	2,6	317	44,0
VIII. 1964-67	57	7,5	122	16,1	135	17,8					20	2,6	334	43,9
IX. 1967-71	58	8,0	141	19,4	169	23,2			108	14,9	26	3,6	502	69,1
X. 1971-77	55	6,6	169	20,3	209	25,2	46	5,5	105	12,6	28	3,4	612	73,6

* Los porcentajes han sido calculados sobre el conjunto de la cámara.

FUENTE: Elaboración propia a partir de Julio MAESTRE ROSA, *Procuradores...*,cit.

Con este último paso de los procuradores familiares se cumplía, aparentemente, con el trinomio de referencia de *familia*, *municipio* y *sindicato*, y se ofrecía por primera vez un espacio para algo que pudiera ser percibido, en sus formas externas

al menos, como unos verdaderos comicios, con campañas electorales incluidas.²⁰ No es nuestra interpretación, desde luego, ya que consideramos que desde la aprobación de la Ley Orgánica del Estado en 1966 hasta el final del Régimen, toda referencia *electoral* formó parte de una campaña orquestada desde el régimen para que esa fuera la percepción popular. Otra cosa es que, a partir de 1973 -no 1967-, la Cámara se mostró más proactiva para atender a las necesidades de proceder a la sucesión de Franco, intentando ampliar lo suficiente el consenso entre sus partidarios para que no se produjeran fracturas irremediables tras de su muerte. En una legislatura que, no hay que olvidarlo, tuvo una duración muy superior a lo normal (1971-77) y que asistió a la muerte del dictador.

Naturalmente el hecho de que la editorial que publicó el libro de Maestre Rosa fuera una empresa privada (Tecnos S.A.) no podía engañar a nadie sobre el carácter *oficial* de un trabajo realizado a la sombra de la dictadura, habida cuenta de la existencia perfectamente activa de los servicios de censura y con la excepcional circunstancia del acceso franco al Archivo de las Cortes -algo nada sencillo hasta ese momento. Es por ello que, más allá de la utilísima base de datos pre-informática que suponía la mayor parte de la publicación, esos pocos cuadros-resumen finales tenían una clara intencionalidad política: dibujar una historia de exitoso reformismo que habría llevado a un parlamento cada vez más representativo, dentro de su especificidad corporativa, a medida que el dictador cedía en su empeño intervencionista y dejaba espacio a las instituciones, algo muy en la línea de lo que venían diciendo sobre presente y futuro las principales autoridades gubernamentales a través de expresiones como la de “Después de Franco, las Instituciones”, debida al catedrático falangista Jesús Fueyo, en sus últimos tiempos de director del Instituto de Estudios Políticos, y especialmente afortunada si atendemos a hasta qué punto fue repetida.²¹

Así pues, la elegibilidad de los procuradores fue, como hemos titulado, una cortina de humo permanente, lo cual no significa un *bluff*, ya que si cambiamos “elegibilidad” por “cooptación” encontraremos que todo el juego tenía una lógica de “selección de personal” nada negligible, aunque no tuviera nada de electivo.

²⁰ Esta parece ser la interpretación a la que se adhiere Miguel Ángel Giménez, último autor que ha prestado atención al caso cuando afirma que: “Habría que esperar a 1967 para que, con ocasión de la Ley Orgánica del Estado, se diera a la Cámara una más intensa propulsión hacia la autonomía organizativa y una independencia funcional digna de consideración.” Miguel Ángel GIMÉNEZ MARTÍNEZ, “Las primeras Cortes del Franquismo, 1942-1967...”, cit., p.270.

²¹ Para este género de planteamientos que se bautizaron como “aperturistas” ver Carme MOLINERO y Pere YSÀS, “La dictadura de Franco, 1939-1975”, en J.M.Marín, C.Molinero y P.Ysàs, *Historia política, 1939-2000*, Istmo, Madrid, 2001, especialmente pp.138-154. Un ejemplo de comentario de época sobre cómo se producía satisfactoriamente la “evolución del régimen” en sus instituciones puede leerse en el editorial “Funcionan las instituciones”, *Informaciones*, 26 de septiembre de 1970, p.2. Para un ejemplo del sentido que quienes evolucionaron del franquismo a la democracia siguieron confiriendo durante años y años a la presunta “evolución” del régimen, como si los orígenes de ésta estuvieran en aquel, ver el artículo del ex-presidente del Gobierno (1981-82) Leopoldo CALVO-SOTELLO, “La Monarquía: estabilidad y cambio”, *Cuenta y razón*, núm.111, 1999.

Elegidos ¿por quién?

Aquello que la publicación de Maestre Rosa no contemplaba en ningún caso -y de ahí su carácter *oficial*- era la discusión de hasta qué punto podía considerarse elegidos de algún modo a aquellos que la letra de la ley consideraba como tales. Pero, ya fuera por voluntad del autor de ofrecer *sotto voce* una significativa información complementaria, ya fuera por querer, simplemente, facilitar al lector una mejor comprensión del proceso electoral y de su resultado en la administración local, desde la I Legislatura (1943-46) se especificaba algo nada baladí: que los representantes de los municipios provinciales -esto es, no capitales de provincia- eran generalmente [sic.] los alcaldes, hasta el punto que se explicitaba tan sólo quienes no lo eran: exactamente, tres de los cincuenta procuradores que se recogían bajo ese concepto, en 1943-46.²² Esa aclaración se repetía en nota a cada legislatura y en ella podía comprobarse que los representantes de la administración local *elegidos* solían ser, casi siempre, “curiosamente” alcaldes y presidentes de diputación y apenas de forma anecdótica concejales o diputados provinciales. El asunto transformaba completamente la noción de *elegidos* para estos individuos, que iban a representar en la X Legislatura -y última- de 1971-77, la minoría mayoritaria de la cámara, con 209 individuos, es decir el 25,2% del total. Y ello porque los alcaldes que resultaban elegidos como procuradores por el voto de sus homólogos habían sido previamente designados para ocupar el cargo de alcalde por los gobernadores civiles, a su vez nombrados por el ministro de la Gobernación. Dicho de otro modo: el ministro de la Gobernación nombraba a través de los gobernadores civiles al conjunto del censo electoral -alcaldes- y estos elegían entre sí a un representante.²³ Cuando aparecía como electo un concejal había que tener presente que, pese al complejo sistema de *elecciones por tercios* a través del cual se renovaba por mitades cada tres años la composición de los gobiernos locales -salvo el caso del alcalde, como se ha dicho-, los alcaldes negociaban con el gobernador civil a quienes podían permitir presentar su candidatura a concejales y cuáles de ellos tenían que resultar ganadores de la contienda.²⁴ Así pues, ningún concejal llegaba siquiera a ser candidato para alcanzar un escaño en las Cortes sin haber pasado sucesivos filtros. Pero no se trataba sólo de ese control previo, sino que en tanto que *representantes* de la administración local, estos individuos perdían la condición de procuradores para la que habían resultado elegidos en el momento de perder su condición de alcaldes o concejales, sin importar el momento en que se encontrara la legislatura. Es decir, que el control era también posterior: si un alcalde *estorbaba* de algún modo los designios gubernamentales se le podía cesar a discreción y ello le eliminaba también como procurador. Ni que decir tiene que la situación de los concejales era, si cabe, aún más débil porque podían ser destituidos por el propio alcalde, si bien la destitución tenía que ser ratificada *a posteriori* por el gobernador civil. La maquinaria de selección funcionó tan bien que después del incidente del verano de

²² Julio MAESTRE ROSA, *Procuradores en Cortes...*, cit., p.374.

²³ De forma parecida enjuicia a este grupo de “representantes” Miguel Ángel GIMÉNEZ MARTÍNEZ, “Las primeras Cortes del Franquismo, 1942-1967...”, cit., p.258 i ss.

²⁴ Ver Martí MARÍN, *Els ajuntaments franquistes a Catalunya...*, cit., pp.201-265 y 363-400, así como lo comentado en la nota 7.

1943, en que veintisiete procuradores firmaron una carta de petición -eminentemente sumisa y respetuosa- a Franco para que considerara la posibilidad de una pronta retirada del primer plano político, no hizo falta volver a destituir a ninguno de ellos por *insumisión* en ninguno de los diversos grupos.²⁵

No puede tomarse en serio, pues, la condición de elegidos de los representantes de la administración local, ni siquiera puede tomárseles en serio como efectivos representantes a priori de nada que no fueran las políticas dirigidas desde el aparato gubernamental. Otra cosa sería, desde luego, llegar a acceder al conocimiento de en qué invertían el tiempo los *procuradores elegidos* de la Administración Local cuando se encontraban en Madrid en período de sesiones: probablemente aprovechaban para representar algo o a alguien, sin lugar a dudas. Aunque cabría explorar un número significativo de casos para disponer de los datos exactos que confirmaran las vicisitudes de cada caso, valgan por el momento un par de ejemplos de la I Legislatura (1943-46). En ese primer episodio, los municipios de la provincia de Barcelona estuvieron *representados* por el alcalde de Sabadell, el falangista José María Marcet Coll, que lo era desde 1942, si bien ocupaba el cargo como interino desde 1940. Marcet obtuvo su nombramiento definitivo como alcalde, no por casualidad, poco después de una fastuosa recepción al dictador cuando visitó la ciudad el 27 de enero de 1942, algo que complació en extremo al gobernador civil Antonio Federico Correa Véglison, cuya estrella política era, en aquellos momentos, claramente ascendente.²⁶ Durante los meses siguientes Marcet gozó de la condición de “alcalde favorito” del gobernador: a nadie sorprendió, pues, que Marcet ganara las *elecciones* para representar a los municipios de la provincia, como tampoco que ganara posteriormente las que le condujeron a ser también diputado provincial en representación del partido judicial. Desde 1945 el cese del gobernador civil Correa Véglison y su falta de sintonía con sus dos sucesores (Bartolomé Barba Hernández, 1945-47 y Eduardo Baeza Alegría, 1947-51) hicieron que perdiera algo de peso en la política provincial (repetiría en 1946 como procurador, no obstante), hasta que la llegada al cargo de Felipe Acedo (1951-60) le devolvió a primera línea por

²⁵ El episodio vino a coincidir con el miedo que entre las filas monárquicas cundió cuando, con la II Guerra Mundial cambiando de signo, los aliados desembarcaron en Sicilia. Aunque uno de sus inspiradores asegurara en sus memorias que la acción era contundente y que la reacción del régimen no lo fue menos (multas, destituciones y confinamientos), cabría restar mucha épica a tanta contundencia en un momento en que las ejecuciones por motivos políticos aun eran algo recurrente. El episodio en términos “épicos” en Pedro Sáinz Rodríguez, *Un reinado en la sombra*, Barcelona, Editorial Planeta, 1981, pp. 123-126.

²⁶ Aunque sólo se trate de un caso, se encuentra perfectamente documentado y acontece en un espacio principal como es Barcelona. Sobre el alcalde José María Marcet Coll y las circunstancias de su ascenso político ver Martí MARÍN, *Franquisme i Poder Local. L'Ajuntament de Sabadell, 1939-1979*, Tesina, Universitat Autònoma de Barcelona, 1990 y “27 de Gener de 1942: l'apoteòsi de Franco a Sabadell”, en Borja de Riquer (dir.), *Història, Política, Societat i Cultura dels Països Catalans*, vol.10, *La llarga postguerra, 1939-1959*, Enciclopèdia Catalana, Barcelona, 1997, pp.156-157, así como su autobiografía José María MARCET, *Mi ciudad y yo. Veinte años en una alcaldía, 1940-1960*, Dúplex, Barcelona, 1963. Sobre Correa Véglison ver Javier TÉBAR, *Barcelona, anys blaus. El governador Correa Veglison: poder i política franquistes (1940-1945)*, Flor del Viento, Barcelona, 2011 y “Barcelona, años azules: la política de Correa Veglison (1940-1945)” en Javier Tébar, Manel Risques, Martí Marín, Pau Casanellas, *Gobernadores. Una aproximación biográfica al poder político franquista en Barcelona (1939-1977)*, Comares, Granada, 2015.

unos años más.²⁷ De Marcet sabemos que, en todo momento, defendió los intereses de la patronal textil lanera de la comarca del Vallès Occidental (su ciudad, Sabadell, y la vecina Terrassa reunían tres cuartas partes de la producción total del sector en la España de la época), aunque no fuera para eso para lo que había sido elegido y le correspondiera hacerlo -más bien- a los representantes corporativos del Sindicato Textil.

En ese mismo momento, en la provincia de Lleida emergía el alcalde de Tàrrrega, el también falangista José María Pagés Costart, procurador en cortes cooptado por parecidos métodos que, poco después, empezaría una larga carrera como presidente de la diputación provincial de Lleida (1946-50 y por ello, de nuevo *procurador* en la II y parte de la III Legislatura) y como gobernador civil (en Tarragona, 1950-51, Lleida, 1951-56 y Girona, 1956-62). Aunque su trayectoria no ha sido igualmente estudiada, se poseen datos más que suficientes sobre cómo llegó a convertirse, también, en *favorito* de su gobernador Juan Antonio Cremades Royo.²⁸

Eliminada como *elegida* la representación de la administración local -el *municipio* de la trilogía aludida al principio-, las cifras optimistas de Maestre Rosa descienden hasta unos mucho más modestos 20-28% entre 1943 y 1967, para efectuar, pese a todo un salto adelante entre 1967 y 1977 hasta alcanzar el máximo de 48,5% en la última legislatura. No es un descenso poco significativo, precisamente. Y mucho menos cuando hay que descartar también a quienes lo son como miembros *elegidos* para representar a las provincias dentro del Consejo Nacional del Movimiento, esto es, un mínimo de 50 individuos por legislatura. No pueden tomarse tampoco en serio las elecciones de consejeros nacionales dentro del partido, y ello por dos motivos. En primer lugar porque el censo electoral lo constituían únicamente los militantes de FET-JONS y en segundo lugar -y muy especialmente- por lo limitado de la posibilidad de ser candidato, condición reservada a muy pocas personas según el decreto que la implementó:

“Artículo 1. Segunda. - Ser o haber sido a) Jefe provincial del Movimiento, b) Consejero Nacional de FET y de las JONS, bien de libre designación o por razón del cargo ocupado; Lugarteniente General de la Guardia de Franco o Inspector Nacional de la Vieja guardia, c) Procurador en Cortes, por cualquier representación, d) Recompensado por servicios o méritos que el Mando hubiere juzgado acreedores a la concesión de la Palma de Plata.”²⁹

En otras palabras, para poder ser elegido en estos particulares comicios había que haber sido designado antes para algún alto cargo o, también altamente, condecorado por las máximas autoridades del partido único FET y de las JONS. Si sólo podían ser

²⁷ Algo más sobre la trayectoria posterior de Marcet en Martí MARÍN, “La política” en J.Calvet, E.Deu, M.Marín y J.Sala-Sanahuja, *Sabadell al segle XX*, Eumo, Vic, 2000, pp.241-248 y “El decenio bisagra (1951-60)” en Javier Tébar, Manel Risques, Martí Marín, Pau Casanellas, *Gobernadores...*, cit.

²⁸ La información sobre José María Pagés se encuentra dispersa en obras generales sobre el franquismo en Cataluña y en referencias meramente locales; demasiadas para ofrecer una nota bibliográfica con sentido.

²⁹ DECRETO de 3 de marzo de 1955 por el que se aumenta en 50 el número de Consejeros Nacionales, BOE, núm.64 de 5 de marzo de 1955. Comentarios del mismo signo a la misma en Miguel Ángel GIMÉNEZ MARTÍNEZ, “Las primeras Cortes del Franquismo, 1942-1967...”, cit.255-256.

elegidos los previamente nombrados, nos encontramos con otra rebaja en los optimistas presupuestos de la democracia orgánica en cuanto a representatividad, que hace caer los porcentajes de 1943-67 al 18-22% y el máximo de 1971-77 al 41,9%, bien lejos de la mayoría cualificada de la cámara que aparecía al principio.

Tampoco los 46 representantes de las universidades de 1971-77, los representantes de las llamadas “Instituciones culturales” -tan sólo 8 en su mejor momento de 1943-46- o los de las asociaciones, colegios profesionales y cámaras de comercio -24 en su máximo de 1971-77- se salvaban de esta particular quema. Para el caso de las universidades, fueran rectores o vicerrectores, sus representantes respondían igualmente a nombramientos gubernamentales -rectores- o ratificados por el ministerio correspondiente -vicerrectores-. Para los demás, figurar en sus respectivas juntas de gobierno partía de designaciones o elecciones marcadamente interferidas, con lo cual la X Legislatura se saldaba con sólo un 33% de *elegidos*, por debajo del 34,3% de la IX (1967-71). Todas las anteriores no superaron el 19,1% (V Legislatura, 1955-58) y tuvieron su mínimo en el 15,8% (VI Legislatura, 1958-61).

En cuanto a los procuradores familiares, la gran novedad del aparente punto de inflexión en 1967, adolecían de parecidos vicios de origen a los que hemos visto que afectaban a los consejeros nacionales de FET y de las JONS. Para ser candidato las condiciones eran leoninas:

“Artículo Octavo. [...] Para ser proclamado candidato se requerirá, además de cumplir las condiciones establecidas en los artículos quinto y sexto, reunir alguna de las siguientes: a) Ser o haber sido Procurador en Cortes. b) Ser propuesto al menos por cinco Procuradores en Cortes, que sólo podrán proponer dos candidatos. c) Ser propuesto al menos por siete o por más de la mitad de los Diputados provinciales o de los Consejeros de cada uno de los Cabildos Insulares de la propia provincia, que sólo podrán proponer un candidato. d) Ser propuesto por cabezas de familia o mujeres casadas incluidas en el Censo electoral de la respectiva provincia, en número no inferior a mil o al cero coma cinco por ciento del total del censo.”³⁰

En la corta historia de las elecciones de procuradores familiares -sólo dos convocatorias en 1967 y 1971, respectivamente- nadie consiguió ser candidato por la vía del punto d) de este artículo, el único que instituía un candidato por iniciativa popular y no hay noticias de que nadie lo consiguiera a través del c), que tampoco resultaba nada fácil, salvo complicidad de las autoridades superiores. Es decir, que una mayoría de procuradores elegidos, conseguían serlo si antes ya habían sido ocupantes *designados* o *natos* del mismo cargo o, en todo caso, si cinco procuradores en ejercicio -mayoritariamente *designados* o *natos* también- los apadrinaban. No estamos en condiciones de descartar como verdaderos elegidos a un número concreto de procuradores familiares, pero sólo un número insignificante pudo conseguir el apoyo de cinco procuradores en ejercicio que pudieran considerarse como *elegidos* a su vez, si tenemos en cuenta que tan sólo podemos adjudicar ese rasgo a un parte de los procuradores sindicales.

³⁰ LEY 26/1967, de 28 de junio de 1967, de Representación Familiar en Cortes, *BOE*, núm.156 de 1 de julio de 1967.

En 1971, por ejemplo, los 169 procuradores sindicales que recibían la consideración de *elegidos*, poniéndose todos de acuerdo previamente, sólo hubieran podido apoyar a 67 candidatos para los 105 puestos que cabía cubrir. Un ejercicio contable bien simple nos arrojaría un balance máximo de 236 *elegidos* sobre 831 procuradores, es decir, un modesto 28,4% en el punto culminante de la tan publicitada democracia orgánica. Y ello sin entrar en las notabilísimas interferencias que la Organización Sindical recibía de un estado del que era parte constitutiva desde su creación. Ningún alto cargo de la OSE lo era por elección independiente, lo que permitiría dudar de esa misma *independencia* para quienes llegaron a ocupar el puesto de procuradores en cortes bajo la rúbrica de *elegidos*. Es especialmente conocida la circunstancia de que los representantes de los trabajadores -la llamada *sección social*- se nutría de burócratas sindicales reclutados dentro de la militancia de FET y de las JONS y que no pocos de los empresarios que llegaron a procuradores -la *sección económica*- se encontraban encuadrados en las filas del partido.³¹

Una nota final permite hacer una valoración de esa independencia de criterio que debería de corresponder a un representante elegido, sin mediación de aparato político alguno. El 18 de noviembre de 1976, a dos días del primer aniversario de la muerte de Franco, se votó en la cámara el proyecto gubernamental de *Ley para la Reforma política*: como era costumbre en las Cortes, el proyecto se aprobó por una abrumadora mayoría y sólo 59 procuradores desafiaron al Gobierno votando en contra, entre ellos sólo 18 procuradores sindicales. Teniendo en cuenta que el texto que iba a votarse comportaría a corto plazo una evidente vulneración de la *Ley de Principios Fundamentales del Movimiento* cuya característica principal era la de ser “permanentes e inalterables”, para dar paso a la apertura de la Caja de Pandora de unas elecciones con partidos políticos -fueran más o fueran menos, con democracia verdadera o restringida-, el ejercicio de sumisión al gobierno fue muy notable. Porque no cabe pensar en modo alguno que quienes votaron a favor lo hicieran por convicciones democráticas precisamente. Con todo, ese fue el momento de ejercicio de mayor independencia por parte de los procuradores, a pesar de lo testimonial. Para el período 1943-67 Miguel Ángel Giménez Martínez ha constatado que “sólo en 19 dictámenes [de los 340 que se votaron] (5,6%) se pudieron encontrar más de 15 procuradores opuestos a una ley proyectada por el Gobierno”.³² La oposición al gobierno llegó a multiplicarse por cuatro, pues, en la última decisión importante de ese parlamento,

³¹ Tampoco el espacio patronal cuenta con estudios suficientes para el período franquista. Ver, no obstante, Carme MOLINERO y Pere YSÀS, *Els industrials catalans durant el franquisme*, Eumo, Vic, 1991, el apartado correspondiente al franquismo en Mercedes CABRERA y Fernando DEL REY, *El Poder de los empresarios. Política e intereses económicos en la España contemporánea (1875-2000)*, Taurus, Madrid, 2002, Glicerio SÁNCHEZ RECIO y Julio TASCÓN (eds.), *Los empresarios de Franco. Política y economía en España, 1936-1957*, Crítica, Barcelona, 2003 y Guillermo GARCÍA CRESPO, *Los empresarios y Europa. Las organizaciones patronales ante la adhesión de España a la CEE (1962-1986)*, Tesis doctoral inédita, UAB, 2015.

³² Ver Miguel Ángel GIMÉNEZ MARTÍNEZ, “Las primeras Cortes del Franquismo, 1942-1967...”, cit., p.268. Los dictámenes presentados fueron -según el mismo autor- un total de 4.415, por lo que el porcentaje de dictámenes “con oposición” fue, en realidad, del 0,4%, dado que la mayoría (4.075) se aprobaron por asentimiento. 59 opositores en 1976 cabe considerarlo como una marca estratosférica.

como fue su autodisolución -en su momento se habló de *hara kiri*-, pero siguió sin representar siquiera un 10% del conjunto de la misma.

Pasemos a considerar, por último, una vez descartado que se tratara de una cámara de elección corporativa -es decir, elegida conforme a criterios corporativos, pero elegida al fin y al cabo- de qué tipo de cámara se trató en realidad desde un punto de vista político, más allá de la consideración genérica de que fue fiel y sumisa al gobierno.

¿Cámara corporativa, cámara *tradicional*, representación del régimen en clave *familiar* o asamblea del partido único?

Ya hemos dicho suficientemente que el caso de las *Cortes españolas* del Franquismo no se trató del de una cámara corporativa: ni por composición ni por procedimiento de formación. Pasemos a analizar si es posible considerarla una cámara *tradicional* o *tradicionalista* -como ha sido defendido por algún autor- o sí, al menos, fue un fiel reflejo de la *diversidad de familias* que se ha atribuido largamente al Régimen en su composición.³³ Para ello cabe deshacer, en primer lugar, un equívoco: puede discutirse si la cámara fue o no *tradicionalista*, en el sentido de reflejar el punto de vista político de esa tendencia, pero resulta inaceptable llamarla *tradicional* como si ambas palabras fueran sinónimas. Sólo puede ser *tradicional* aquello que lleva existiendo durante mucho tiempo y que, por ello, se ha incorporado al acervo de una sociedad (esto es al “Conjunto de bienes morales, culturales o materiales de una colectividad”).³⁴ La Cortes Españolas no pudieron ser fundadas como *tradicionalistas* por definición.

En cambio, la cuestión del *tradicionalismo* sí que cabe plantearla por dos motivos: en primer lugar porque fueron ensayistas de esa procedencia quienes plantearon en primer lugar la necesidad de un parlamento organicista y vagamente corporativo,³⁵ en segundo lugar porque en el diseño de 1942 fue básico el tradicionalista Esteban Bilbao Eguía, el cual fue presidente de la institución de 1943 a 1965 y fue reemplazado por otro tradicionalista, Antonio Iturmendi Bañales entre 1965 y 1969.³⁶ No fue hasta el final del régimen que el cargo fue ocupado por un falangista *auténtico*, Alejandro Rodríguez de Valcárcel, 1969-76.

Miguel Ángel Giménez Martínez ha explicado convincentemente el proceso de creación de la institución señalando como

³³ Con argumentaciones muy distintas se ha defendido la diversidad del régimen, desde el *pluralismo limitado* que quiso ver Juan José Linz en los sesenta, a la agrupación de familias que formuló Amando de Miguel a mediados de los setenta, pasando por términos como “coalición reaccionaria”, usado por Javier Tusell en los ochenta y noventa. Ver el resumen de estos debates en Carme MOLINERO y Pere YSÀS, *El régimen franquista. Feixisme, modernització i consens*, Eumo, Vic, 2003, 2ª edición revisada y ampliada [1992]. La más reciente aportación a una lógica familiar ha sido la de Glicerio SÁNCHEZ RECIO, *Sobre todos Franco. Coalición reaccionaria y grupos políticos*, Flor del Viento, Barcelona, 2008.

³⁴ La definición procede del *Diccionario de la lengua española*, Espasa-Calpe, 2005.

³⁵ Ver, por ejemplo, Manuel DE BOFARULL y ROMANÍA, *Las antiguas cortes, el moderno parlamento...*, cit.

³⁶ Antonio Iturmendi, no obstante, había sido un colaborador cercano de Serrano Suñer de 1937 a 1942. Ver Martí MARÍN, “Los gobernadores civiles del franquismo 1936-1963: seis personajes en busca de autor”, *Historia y Política*, núm.29, 2013, pp.269-299.

“En el otoño de 1941, [Esteban] Bilbao y [José Luis] Arrese comenzaron a trabajar en un proyecto de Ley de Cortes, que respondía en lo fundamental a un ideario tradicionalista, aunque retocado desde la óptica falangista mediante «la inclusión entre sus miembros del Consejo Nacional en pleno»”³⁷

De la combinación de esfuerzos de un tradicionalista (Bilbao) y un falangista (Arrese), a la sazón Ministro Secretario General del Movimiento, es decir segundo en la jerarquía del partido FET y de las JONS, después del propio Franco, y de la marginación de quién había sido el principal valedor del proyecto fascista del mismo (Serrano Suñer) el resultado lógico sería -como señala el autor- un tradicionalismo “retocado” (muy retocado, tal y como vamos a argumentar). Lo que no parece tan lógico es que se considere que con la caída de Serrano “el camino quedó libre para los que pretendían una institucionalización del régimen desde planteamientos tradicionalistas”³⁸ porque el salto que supone es poco menos que mortal: con Serrano no desaparecieron ni los sindicatos, ni el partido único, ni los ministerios ocupados por los falangistas (José Antonio Girón en Trabajo, Miguel Primo de Rivera en Agricultura, Blas Pérez en Gobernación, Demetrio Carceller en Industria y Comercio, José Ibáñez Martín en Educación Nacional y José Luis Arrese en la Secretaría General del Movimiento, para un total de 6 sobre 13) y la presencia de los tradicionalistas no aumentó por ningún lado. Confundir a Serrano con la Falange ha sido una argumentación interesada desde muchos puntos de vista y muy presente en la historiografía española, pero la bibliografía de los últimos años ha desmentido con contundencia que se pueda ningunear a FET y de las JONS tan fácilmente de 1942 en adelante.³⁹ Cabe no olvidar que Arrese, cuyo poder e influencia llegó hasta la cumbre en el período 1942-45 y que volvería a ella en 1956-57, lejos de ser el falangista *descafeinado* que han pintado en sus memorias sus adversarios,⁴⁰ llegó a ser encarcelado por Franco en 1937 por su fidelidad a la línea de mando autónoma de *Falange Española de las JONS* que representaba Manuel Hedilla,⁴¹ mientras los sedicentes falangistas puros con Serrano a la cabeza -que no era falangista

³⁷ Miguel Ángel GIMÉNEZ MARTÍNEZ, “Las primeras Cortes del Franquismo, 1942-1967...”, cit., p.250.

³⁸ *Ibid.*, p.252.

³⁹ Para una síntesis de los planteamientos de quienes no creen que se tenga a “enterrar” tan pronto la influencia falangista, con independencia del grado de protagonismo que se le pueda conferir ver Miguel Ángel RUIZ CARNICER (ed.), *Falange. Las culturas políticas del fascismo en la España de Franco (1936-1975)*, Institución Fernando el Católico, CSIC, Zaragoza, 2013, volumen que contó con la participación de hasta dieciocho especialistas.

⁴⁰ Cabría empezar a plantear en serio los usos que se han estado haciendo de las memorias de estos individuos, nada inocentes, y con contextos de publicación muy definidos. Ver, sin pretensión de exhaustividad, Dionisio RIDRUEJO, *Escrito en España*, Losada, Buenos Aires, 1962 y *Casi unas memorias: con fuego y raíces*, Planeta, Barcelona, 1976; Ramón SERRANO SUÑER, *Entre el silencio y la propaganda. La historia como fue*, Planeta, Barcelona, 1977; Heleno SAÑA, *El franquismo sin mitos. Conversaciones con Ramón Serrano Suñer*, Grijalbo, Barcelona, 1981 y José Luis ARRESE, *Una etapa constituyente*, Planeta, Barcelona, 1982.

⁴¹ Ver Joan Maria THOMÀS, *Lo que fue la Falange. La Falange y los falangistas de José Antonio, Hedilla y la Unificación: Franco y el fin de la Falange Española de las JONS*, Plaza & Janés, Barcelona, 1999 y *La Falange de Franco. Fascismo y fascitización en el régimen franquista, 1937-1945*, Plaza & Janés, Barcelona, 2001. El autor considera que, pese a todo, el proyecto de Serrano era el más cercano a los planteamientos fascistas europeos.

sino ex-diputado de la CEDA-, se entregaban a Franco desde el primer momento. Los debates sobre *pureza ideológica* resultan esencialistas y muy poco históricos, la discusión sobre los proyectos de estos personajes no puede centrarse en quién era *más* o *menos* fascista sino sobre cuál fue su labor concreta de gobierno cuando les correspondió. Y tal discusión está lejos de haberse culminado...

Por otro lado, todos los estudios prosopográficos de amplio alcance han señalado como la presencia en los altos cargos de la política del estado del tradicionalismo fue muy pequeña y que, en cambio, la de Falange -entendiendo por *Falange* a los militantes de FE y de las JONS de antes de la Guerra civil, no de FET y de las JONS- fue muy grande.⁴² En el mismo sentido se ha pronunciado una parte notable de los estudios sectoriales y locales, con pleno consenso en la insignificancia del tradicionalismo y el papel mucho mayor -aunque desigualmente valorado- del falangismo.⁴³ Además, el caso de Esteban Bilbao como tradicionalista resulta necesario analizarlo con calma. Bilbao formó parte de la llamada *escisión mellista* -los seguidores de Juan Vázquez de Mella (1861-1928)- que abandonó el carlismo en 1918 y que colaboró con la dictadura de Primo de Rivera, pese a que su rey -Alfonso XIII- no tenía nada de tradicionalista. Hasta 1931 no se reincorporó Esteban Bilbao a la casa común del tradicionalismo que fue la *Comunión Tradicionalista* y su facción nunca fue mayoritaria ante el empuje de los integristas y de los *jaimistas*.⁴⁴ Durante el franquismo el tradicionalismo nunca pudo presentar un frente coherente y unido.⁴⁵

De todas formas no parece que el resultado fuera *muy tradicionalista* a juzgar por la presencia masiva de falangistas por la rama sindical -como no podía ser de otra manera-, por la administración local que dominaban ampliamente, por la del partido FET y de las JONS -muy poco corporativa como ya se ha dicho- y por la presencia del mismo entre los procuradores familiares y en el resto de las instituciones que aportaron miembros a la cámara. Y es precisamente eso, la masiva presencia de falangistas por encima de cualquier otro grupo, lo que nos lleva a cuestionar la idea de una cámara que, por decirlo una vez más con las palabras de Miguel Ángel Giménez:

⁴² Ver Carles VIVER-PI SUNYER, *El personal político de Franco (1936-1945)*, Vicens-Vives, Barcelona, 1978; Miguel JEREZ MIR, *Élites políticas y centros de extracción en España, 1938-1957*, CIS, Madrid, 1982 y "El régimen de Franco: élite política central y redes clientelares (1938-1957)" en A.Robles Egea (comp.) *Política en penumbra. Patronazgo y clientelismo políticos en la España contemporánea*, Siglo XXI, Madrid, 1996, pp.253-274.

⁴³ Ver, por ejemplo, Joan Maria THOMÀS, *Falange, guerra civil, franquisme. F.E.T. y de las J.O.N.S. de Barcelona en els primers anys del règim franquista*, Publicacions de l'Abadia de Montserrat, Barcelona, 1992; Glicerio SÁNCHEZ RECIO, *Los Cuadros políticos intermedios del régimen franquista, 1936-1959. Diversidad de origen e identidad de intereses*, Instituto de Cultura Juan Gil-Albert, Diputación Provincial de Alicante, 1996; Martí MARÍN, *Els ajuntaments franquistes...*, cit.; "Falange y poder local", en Miguel Ángel RUIZ CARNICER (ed.), *Falange. Las culturas políticas del fascismo...*, cit., pp.231-252 y "Los gobernadores civiles del franquismo...", cit. Con independencia de que estos autores consideren a Falange mayoritaria o no, todos coinciden en el peso muy superior de esta sobre el tradicionalismo.

⁴⁴ Ver Martín BLINKHORN, *Carlismo y contrarrevolución en España, 1931-1939*, Crítica, Barcelona, 1979, p.112

⁴⁵ Sobre la proverbial división carlista ver el caso analizado por Joan Maria THOMÀS, "Carlisme barceloní als anys quaranta: "Sivattistes", "unificats", "octavistes"", *L'Avenç*, núm.212, 1997, pp.12-17.

“Los grupos representados integraban a personas de diferentes sectores de la organización del entramado político, favoreciendo el intercambio de información entre ellos y mostrando un «mosaico» de gran valor para comprender la variedad de «familias» que habitaban en el seno de la dictadura. Los procuradores que se dieron cita en la Cámara, falangistas, católicos, tradicionalistas, monárquicos y tecnócratas, se repartieron los escaños representando fielmente el esquema de poder del régimen.”⁴⁶

Si la primera frase resulta indiscutible, la segunda resulta -cuanto menos- matizable. Todas las procedencias anunciadas se dieron cita en cámara, pero no con la misma importancia y, desde luego, no como grupos organizados dado que el mismo autor plantea que nunca se dio en ella una dinámica parlamentaria con grupos o facciones. Además la etiqueta “católico”, por ejemplo, resulta imposible de separar por completo de la de “tradicionalista”, de la misma manera que buena parte de los falangistas eran igualmente “católicos”, por no hablar de los “tecnócratas” del *Opus Dei*. Se trata de un fenómeno de intersección que ya apreció en su día Jérez Mir y que impide hablar de grupos políticos en términos *familiares* aunque sean etiquetas útiles para comprender su proceso de selección (lo que bautizó como “centros de extracción”).⁴⁷ Desde un principio el partido FET y de las JONS fue la imagen de la unidad en torno a Franco de los vencedores de la Guerra civil. El partido, siempre bajo liderazgo de falangistas *auténticos* -como Fernández-Cuesta, Arrese, Solís Ruiz, etc.-, excepto en el período de Serrano Suñer, incorporó minorías carlistas, tradicionalistas, integristas -si es que las tres se pueden separar claramente-, miembros de grupos de presión católicos como la Asociación Católica Nacional de Propagandistas (ACNDP), antiguos militantes monárquicos alfonsinos, antiguos *cedistas*, pero -sobre todo- incorporó a quienes habían colaborado activamente a ganar la guerra, aunque no procedieran de ningún partido previo. La condición de *ex-combatiente* o de *ex-cautivo* -preso de la República- dio el acceso automático al carné de militante, siempre que este se solicitara formalmente.⁴⁸

FET y de las JONS intervino decisivamente en la creación de la Cámara, ya que junto a Arrese y Bilbao, los ponentes de la Ley fueron los ministros de Gobernación, Blas Pérez, y de Educación Nacional, Ibáñez Martín, ambos falangistas, y recibieron el concurso del Instituto de Estudios Políticos (IEP), que era una institución modelada también por el partido único.⁴⁹ De ahí que el resultado fuera el de la presencia en la cámara, por vías diversas, de una mayoría aplastante de militantes del partido, aunque no todos pertenecieran a una misma facción dentro del mismo, unos procedieran de la

⁴⁶ Miguel Ángel GIMÉNEZ MARTÍNEZ, “Las primeras Cortes del Franquismo, 1942-1967...”, cit., p.270.

⁴⁷ Miguel JEREZ MIR, *Élites políticas y centros de extracción...*, cit.

⁴⁸ Sobre los ex-combatientes ver Ángel ALCALDE FERNÁNDEZ, *Los excombatientes franquistas la cultura de guerra del fascismo español y la Delegación Nacional de Excombatientes (1936-1965)*, Prensas Universitarias de Zaragoza, Zaragoza, 2014.

⁴⁹ *Ibid.*, p.252. Miguel Ángel Giménez califica al IEP de “*Brain trust* de la dictadura” pero no menciona el carácter fuertemente falangista del mismo aunque cita a varios falangistas en la lista de principales consultores del proyecto (García Valdecasas, Díaz del Corral, Francisco Javier Conde). Para una caracterización del IEP ver Nicolás SESMA LANDRÍN, *La médula del Régimen. El Instituto de Estudios Políticos: creación doctrinal, acción legislativa y formación de élites para la dictadura franquista (1939-1977)*, Tesis doctoral inédita, Instituto Universitario Europeo de Florencia, 2009.

Falange de antes de la guerra, otros de la Falange de guerra, otros de partidos diversos de la extrema derecha, otros aún de las generaciones formadas en el *Frente de Juventudes*, etc. Su pertenencia al partido los habilitaba como fieles al régimen por encima de cualquier otra consideración y los filtros para su selección como *adecuados* en cada momento y lugar. La íntima relación entre el *Estado Nuevo* y el partido FET y de las JONS, que fue uno de sus órganos constitutivos hizo lo demás: una cámara donde el estado se representaba a sí mismo y por ello donde la inmensa mayoría ocupaban cargos dentro del entramado institucional y no sólo disponía del carné del partido único, sino que había ocupado algún cargo en él -aunque fuera local o provincial- en algún momento previo a su promoción al cargo de procurador. Las *Cortes Españolas*, pues, fueron -como en Italia y con las excepciones que puedan señalarse- mucho más una cámara *dei fasci* que de las corporaciones.

Referencias Bibliográficas

- ALCALDE FERNÁNDEZ, Ángel, *Los excombatientes franquistas, la cultura de guerra del fascismo español y la Delegación Nacional de Excombatientes (1936-1965)*, Prensas Universitarias de Zaragoza, Zaragoza, 2014.
- AMAYA, Álex, *El acelerón sindicalista. El aparato de propaganda de la Organización Sindical Española entre 1957 y 1969*, Centro de Estudios Constitucionales, Madrid, 2013.
- ARRESE, José Luis, *Una etapa constituyente*, Planeta, Barcelona, 1982.
- AUNÓS, Eduardo, *Las corporaciones del trabajo en el Estado moderno*, Biblioteca Marvá, Madrid, 1928.
- AUNÓS, Eduardo, *El Estado corporativo: discurso pronunciado en la Unión Patriótica de Madrid, el día 16 de Abril*, Talleres Gráficos de E. Giménez, Madrid, 1928.
- AUNÓS, Eduardo, *Estudios de derecho corporativo. Seguido de dos apéndices: legislación extranjera sobre conciliación y arbitraje, legislación y movimiento sindical de los principales países*, Editorial Reus, Madrid, 1930.
- AUNÓS, Eduardo, *La Reforma corporativa del Estado*, Aguilar, Madrid [1935].
- AZORÍN ORTIZ, José María, *Democracia orgánica*, Dirosa, Barcelona, 1981.
- BEN AMÍ, Shlomo, "The Fore-runners of Spanish Fascism: Unión Patriótica and Unión Monárquica", *European Studies Review*, IX, número 1, 1979, pp.52-54.
- BERNAL GARCÍA, Francisco Javier, *El Sindicalismo vertical. Burocracia, control laboral y representación de intereses en la España franquista, 1936-1951*, Asociación de Historia Contemporánea y Centro de Estudios Constitucionales, Madrid, 2010.
- BLINKHORN, Martín, *Carlismo y contrarrevolución en España, 1931-1939*, Crítica, Barcelona, 1979.
- CABRERA, Mercedes y DEL REY, Fernando, *El Poder de los empresarios. Política e intereses económicos en la España contemporánea (1875-2000)*, Taurus, Madrid, 2002.
- CALVO-SOTELO, Leopoldo, "La Monarquía: estabilidad y cambio", *Cuenta y razón*, núm.111, 1999.

- DE BOFARULL y ROMANÍ, Manuel, *Las antiguas cortes, el moderno parlamento, el régimen representativo orgánico*, Tipografía de la Revista de Archivos y Museos, Madrid, 1912.
- DI FEBO, Giuliana y MOLINERO, Carme (eds.), *Nou estat, nova política, nou ordre social. Feixisme i franquisme en perspectiva comparada*, Barcelona, Fundació Carles Pi i Sunyer/ CEFID-UAB, 2005.
- FERNÁNDEZ DE LA MORA, Gonzalo, “La democracia orgánica en el municipio español”, *Anales de la Real Academia de Ciencias Morales y Políticas*, núm.62, 1985, pp.81-102.
- GARCÍA CANALES, Mariano, *La teoría de la representación en la España del siglo XX (de la crisis de la Restauración a 1936)*, Universidad de Murcia, Publicaciones del Departamento de Derecho Político, Murcia, 1977.
- GARCÍA CRESPO, Guillermo, *Los empresarios y Europa. Las organizaciones patronales ante la adhesión de España a la CEE (1962-1986)*, Tesis doctoral inédita, UAB, 2015.
- GIMÉNEZ MARTÍNEZ, Miguel Ángel, “Las primeras Cortes del Franquismo, 1942-1967: una dócil cámara para la dictadura”, *Vínculos de historia*, núm.1, 2012, pp.247-270.
- GIMÉNEZ MARTÍNEZ, Miguel Ángel, *Las Cortes Españolas en el régimen de Franco. Nacimiento, desarrollo y extinción de una Cámara Orgánica*, Congreso de los Diputados, Madrid, 2012.
- GÓMEZ NAVARRO, José Luis, “La Unión Patriótica: análisis de un partido del poder”, *Estudios de Historia Social*, núm.32/33, 1985, pp.93-161.
- GONZÁLEZ CALLEJA, Eduardo, *La España de Primo de Rivera. La modernización autoritaria, 1923-1930*, Alianza, Madrid, 2005.
- JEREZ MIR, Miguel, *Élites políticas y centros de extracción en España, 1938-1957*, CIS, Madrid, 1982.
- JEREZ MIR, Miguel, “El régimen de Franco: élite política central y redes clientelares (1938-1957)” en A.Robles Egea (comp.) *Política en penumbra. Patronazgo y clientelismo políticos en la España contemporánea, Siglo XXI*, Madrid, 1996, pp.253-274.
- LUDEVID, Manuel, *Cuarenta años de sindicato vertical: aproximación a la Organización Sindical Española*, Laia, Barcelona, 1976.
- MAESTRE ROSA, Julio, *Procuradores en Cortes, 1943-1976*, Tecnos, Madrid, 1977.
- MARCET, José María, *Mi ciudad y yo. Veinte años en una alcaldía, 1940-1960*, Dúplex, Barcelona, 1963.
- MARÍN, Martí, *Franquisme i Poder Local. L'Ajuntament de Sabadell, 1939-1979*, Tesina, Universitat Autònoma de Barcelona, 1990.
- MARÍN, Martí, “Franquismo y poder local. La puesta en marcha de la democracia orgánica en la Cataluña urbana, 1945-1957” en J.Tusell, S.Sueiro, J.M.Marín y M.Casanova (eds.), *El Régimen de Franco (1936-1975). Congreso Internacional. Madrid, mayo 1993*, Madrid, UNED, 1993, pp.569-579.
- MARÍN, Martí, “27 de Gener de 1942: l'apoteòsi de Franco a Sabadell”, en Borja de Riquer (dir.), *Història, Política, Societat i Cultura dels Països Catalans*, vol.10, *La llarga postguerra, 1939-1959*, Enciclopèdia Catalana, Barcelona, 1997, pp.156-157.
- MARÍN, Martí, *Els ajuntaments franquistes a Catalunya. Política i administració municipal, 1938-1979*, Pagès editors, Lleida, 2000.
- MARÍN, Martí, “La política” en J.Calvet, E.Deu, M.Marín y J.Sala-Sanahuja, *Sabadell al segle XX*, Eumo, Vic, 2000.

- MARÍN, Martí, “Los gobernadores civiles del franquismo 1936-1963: seis personajes en busca de autor”, *Historia y Política*, núm.29, 2013, pp.269-299.
- MARTÍN BRUGAROLAS, S.J., *Familia, municipio y sindicato. Nuevo sistema representativo*, Ediciones del Movimiento, Madrid, 1963.
- MOLINERO, Carme y YSÀS, Pere, “*Patria, justicia y pan*”. *Nivell de vida y condicions de treball a Catalunya, 1939-1951*, La Magrana, Barcelona, 1985.
- MOLINERO, Carme y YSÀS, Pere, *Els industrials catalans durant el franquisme*, Eumo, Vic, 1991.
- MOLINERO, Carme y YSÀS, Pere, “La dictadura de Franco, 1939-1975”, en J.M.Marín, C.Molinero y P.Ysàs, *Historia política, 1939-2000*, Istmo, Madrid, 2001.
- MOLINERO, Carme y YSÀS, Pere, *El règim franquista. Feixisme, modernització i consens*, Eumo, Vic, 2003, 2ª edición revisada y ampliada [1992].
- MOLINERO, Carme y YSÀS, Pere, *La anatomía del franquismo. De la supervivencia a la agonía, 1945-1977*, Crítica, Barcelona, 2008
- MORODO, Raul , “La proyección constitucional de la dictadura: la Asamblea Nacional Consultiva”, *Boletín de Ciencias Políticas*, núm.13/14, 1973, pp.83-89.
- PALOMARES IBÁÑEZ, Jesús María, “Las elecciones de la Democracia Orgánica: el Ayuntamiento de Valladolid (1951-1971)”, *Investigaciones históricas: Época moderna y contemporánea*, núm.25, 2005, pp.211-262.
- PRIMO DE RIVERA, José Antonio, “Discurso pronunciado en el teatro de la Comedia de Madrid el 29 de octubre de 1933” en Agustín del Río Cisneros (comp.), *Textos de doctrina política*, Delegación Nacional de la Sección Femenina de FET y de la JONS, Madrid, 1966.
- QUEIPO DE LLANO, Genoveva, *Los intelectuales y la dictadura de Primo de Rivera*, Alianza Editorial, Madrid, 1987.
- RIDRUEJO, Dionisio, *Escrito en España*, Losada, Buenos Aires, 1962 y *Casi unas memorias: con fuego y raíces*, Planeta, Barcelona, 1976.
- RIQUER, Borja de (dir.), *Història de la Diputació de Barcelona, 1812-2005*, vol.III, 1939-2005, Diputació de Barcelona, 2ª.edición aumentada [1987].
- RUIZ CARNICER, Miguel Ángel (ed.), *Falange. Las culturas políticas del fascismo en la España de Franco (1936-1975)*, Institución Fernando el Católico, CSIC, Zaragoza, 2013.
- SÁINZ RODRÍGUEZ, Pedro, *Un reinado en la sombra*, Barcelona, Editorial Planeta, 1981.
- SÁNCHEZ RECIO, Glicerio, *Los Cuadros políticos intermedios del régimen franquista, 1936-1959. Diversidad de origen e identidad de intereses*, Instituto de Cultura Juan Gil-Albert, Diputación Provincial de Alicante, 1996.
- SÁNCHEZ RECIO, Glicerio, *Sobre todos Franco. Coalición reaccionaria y grupos políticos*, Flor del Viento, Barcelona, 2008.
- SÁNCHEZ RECIO, Glicerio y TASCÓN, Julio (eds.), *Los empresarios de Franco. Política y economía en España, 1936-1957*, Crítica, Barcelona, 2003.
- SANZ HOYA, Julián, “Jerarcas, caciques y otros camaradas. El estudio de los poderes locales en el primer franquismo”, *Historia del Presente*, núm.15, 2010, pp.9-26.
- SANZ HOYA, Julián, “El estudio de la dictadura en las provincias. Algunas reflexiones sobre la metodología y el estado de la cuestión”, *Congreso Internacional VII Encuentro de investigadores sobre el Franquismo, Santiago de Compostela*, Universidad de Santiago de Compostela, 2012.

- SAÑA, Heleno, *El franquismo sin mitos. Conversaciones con Ramón Serrano Suñer*, Grijalbo, Barcelona, 1981.
- SERRANO SUÑER, Ramón, *Entre el silencio y la propaganda. La historia como fue*, Planeta, Barcelona, 1977.
- SESMA LANDRÍN, Nicolás, *La médula del Régimen. El Instituto de Estudios Políticos: creación doctrinal, acción legislativa y formación de élites para la dictadura franquista (1939-1977)*, Tesis doctoral inédita, Instituto Universitario Europeo de Florencia, 2009.
- SEVILLANO CALERO, Francisco, "El *Nuevo Estado* y la ilusión de la «democracia orgánica». El referendun de 1947 y las elecciones municipales de 1948 en España", *Historia Contemporánea*, núm.24, 2002, pp.355-387.
- TÉBAR, Javier, *Barcelona, anys blaus. El governador Correa Veglison: poder i política franquistes (1940-1945)*, Flor del Viento, Barcelona, 2011.
- TÉBAR, Javier, RISQUES, Manel, MARÍN, Martí y CASANELLAS, Pau, *Gobernadores. Una aproximación biográfica al poder político franquista en Barcelona (1939-1977)*, Comares, Granada, 2015.
- THOMÀS, Joan Maria, *Falange, guerra civil, franquisme. F.E.T. y de las J.O.N.S. de Barcelona en els primers anys del règim franquista*, Publicacions de l'Abadia de Montserrat, Barcelona, 1992.
- THOMÀS, Joan Maria, "Carlisme barceloní als anys quaranta: "Sivattistes", "unificats", "octavistes"", *L'Avenç*, núm.212, 1997, pp.12-17.
- THOMÀS, Joan Maria, *Lo que fue la Falange. La Falange y los falangistas de José Antonio, Hedilla y la Unificación: Franco y el fin de la Falange Española de las JONS*, Plaza & Janés, Barcelona, 1999.
- THOMÀS, Joan Maria, *La Falange de Franco. Fascismo y fascistización en el régimen franquista, 1937-1945*, Plaza & Janés, Barcelona, 2001.
- VÁZQUEZ DE MELLA y FANJUL, Juan, *Obras completas*, vols.12 a 16, disponibles en la página web del Círculo Tradicionalista de Granada "General Carlos Calderón", *Reino de Granada, Blogspot.com.es*.
- VIVER-PI SUNYER, Carles, *El personal político de Franco (1936-1945)*, Vicens-Vives, Barcelona, 1978.

El mito del corporativismo en el “fascismo de izquierda” italiano. El caso de la revista *La Verità* (1936-1943)

Steven Forti

Steven Forti (Trento, Italia, 1981), Investigador integrado en el Instituto de Historia Contemporanea de la Universidade Nova de Lisboa, entre sus publicaciones cabe destacar *El peso de la nación. Nicola Bombacci, Paul Marion y Óscar Pérez Solís en la Europa de entreguerras* (Santiago de Compostela, 2014) y, con Giacomo Russo Spena, *Ada Colau, la città in comune* (Edizioni Alegre, 2016), además de varios capítulos de libro sobre la historia política de la Europa de la primera parte del siglo XX.

Miembro de la redacción de la revista *Spagna Contemporanea*, *Tiempo Devorado* y *Atlántica XXII*, Forti colabora con diversas revistas de historia contemporánea (*Spagna Contemporanea*, *Storia e Problemi Contemporanei*, *Diacronie*, *E-Review*, *Zapruder*, *Segle XX*) y con varios periódicos y revistas de análisis político y cultura en Italia, España y Grecia (*MicroMega*, *Atlántica XXII*, *Bez*, *Avgi*, *Epohi*). Es miembro del Centre d'Estudis sobre les Èpoques Franquista i Democràtica (CEFID), de la Asociación de Historia Contemporánea (AHC), de la SISSCO, del grupo HISPONA, del Seminario Interuniversitario de Investigadores del Fascismo (SIIdF), de la Rede Internacional de Estudo do Corporativismo e da Organização de Interesses (NETCOR) y de la Red de Biografías.
Email: stevenforti@hotmail.it

https://doi.org/10.14195/1647-8622_16_6

EL MITO DEL CORPORATIVISMO EN EL “FASCISMO DE IZQUIERDA” ITALIANO.

EL CASO DE LA REVISTA *LA VERITÀ* (1936-1943)

En el artículo se analiza el mito del corporativismo en la llamada “izquierda fascista” italiana a partir de un estudio de caso, el de *La Verità*, una revista mensual publicada en Italia entre 1936 y 1943. *La Verità* fue dirigida por el exlíder comunista Nicola Bombacci y en ella colaboraron un número no desdeñable de otros exdirigentes de los partidos de la izquierda italiana que se convirtieron al fascismo después de la instauración del régimen de Mussolini. A través del análisis de las publicaciones de *La Verità* sobre la cuestión corporativa, se pone de relieve como el grupo de colaboradores de la revista, incluido su mismo director, se convirtió en un megáfono del régimen fascista y en un aparato de irradiación acrítica de la propuesta corporativa del fascismo italiano hasta el verano de 1943.

Palabras clave: Italia, fascismo, corporativismo, propaganda, *La Verità*

THE MYTH OF CORPORATISM IN THE ITALIAN “LEFT-WING FASCISM”.

THE CASE OF THE MAGAZINE *LA VERITÀ* (1936-1943)

In the article, the myth of corporatism in the “fascist left” Italian is examined from a case study, *La Verità*, a monthly magazine published in Italy between 1936 and 1943. Directed by the communist former leader Nicola Bombacci, an important number of other left wing parties former leaders converted to Italian fascism after the establishment of the Mussolini regime contribute in *La Verità*. Through the analysis of publications of the magazine on corporatism, it is highlighted as the group of contributors, including the same director, became a megaphone of the fascist regime and an uncritically apparatus of irradiation of the corporate proposal of Italian fascism until the summer of 1943.

Keywords: Italy, Fascism, Corporatism, Propaganda, *La Verità*

LE MYTHE DU CORPORATISME DANS LE «FASCISME DE GAUCHE» ITALIENNE.

LE CAS DE LA REVUE *LA VERITÀ* (1936-1943)

Dans l'article, le mythe du corporatisme est analysé dans le “fasciste gauche” italien à partir d'une étude de cas, *La Verità*, un revue mensuel publié en Italie entre 1936 et 1943. Dirigé par l'ancien dirigeant communiste Nicola Bombacci, à *La Verità* ont collaboré un nombre non négligeable d'autres anciens dirigeants des partis de la gauche convertis au fascisme italien après le établissement du régime de Mussolini. Grâce à l'analyse des publications de *La Verità* sur le problème de le corporatisme, il est souligné que le groupe de contributeurs au revue, y compris le même directeur, est devenu un porte-voix du régime fasciste et un appareil d'irradiation corporatiste du fascisme italien au même été 1943.

Mots-clés: Italie, fascisme, corporatisme, propagande, *La Verità*

El proyecto corporativo del fascismo italiano tuvo una difusión notable en los años veinte y treinta y despertó un interés extraordinario entre los contemporáneos, no solamente en Italia¹. Sin embargo, en la historiografía posterior a 1945 fueron más bien pocos los estudiosos que se acercaron a este fenómeno. Tachado en la mayoría de los casos, salvo alguna excepción, de construcción propagandística del régimen de Mussolini para conseguir el apoyo de las clases trabajadoras, hasta hace relativamente poco se le había juzgado y analizado de forma más bien superficial. Entre los años setenta y ochenta del siglo pasado, fueron las investigaciones de Renzo De Felice, en el marco de la monumental biografía del *Duce* del fascismo², y los estudios llevados a cabo por algunos de sus discípulos (Giuseppe Parlato, Francesco Perfetti³) que empezaron a poner encima de la mesa la importancia que tuvo el corporativismo tanto en el discurso y la propuesta política del fascismo italiano como en la construcción de un sistema político que se quería completamente distinto al de las democracias liberales existentes en el primer tercio del *Novecento*.

No cabe duda de que en lo que respecta al corporativismo fascista hubo una dosis relevante de propaganda. Sin embargo, pese a sus ambigüedades y sus dificultades, el corporativismo no fue solamente esto. Asimismo, como señaló Gianpasquale Santomassimo, “lo scarto tra magniloquenza del mito e pochezza delle realizzazioni pratiche” no borra el hecho de que “quel mito esercitò un’influenza di grandissimo rilievo”⁴.

Con el objetivo también de llenar este vacío historiográfico, en los últimos años los estudios dedicados al corporativismo fascista italiano han tenido un nuevo y, en cierto sentido, inesperado protagonismo. Una nueva generación de investigadores, representada por Alessio Gagliardi, Matteo Pasetti e Irene Stolzi, entre otros, han abordado desde diferentes enfoques –la historia política, la historia transnacional y comparada, la historia del pensamiento político y las culturas políticas, la historia jurídica– distintas problemáticas relacionadas con el proyecto corporativo desarrollado por el régimen de Mussolini⁵.

¹ Una primera versión de este texto se ha presentado en el International Workshop on Corporatism organizado en la Universitat Autònoma de Barcelona el 1 y el 2 de octubre de 2015.

Sobre el interés despertado en Francia por el corporativismo fascista véase, como ejemplo, PARLATO, G.: *Il Convegno Italo-francese di Studi Corporativi*, con il testo integrale degli Atti, Roma, Fondazione Ugo Spirito, 1990. Sobre la difusión del proyecto corporativo fascista fuera de las fronteras italianas, véase PASETTI, M. (ed.): *Progetti corporativi tra le due guerre mondiali*, Roma, Carocci, 2006.

² DE FELICE, R.: *Mussolini*, 8 vol., Turín, Einaudi, 1965-1997.

³ PERFETTI, F.: *Fiumanesimo, sindacalismo e fascismo*, Roma, Bonacci, 1988; PERFETTI, F.: *Il sindacalismo fascista. I. Dalle origini alla vigilia dello Stato corporativo, 1919-1930*, Roma, Bonacci, 1988; PARLATO, G.: *Il sindacalismo fascista. II. Dalla “grande crisi” alla caduta del regime (1930-1943)*, Roma, Bonacci, 1989; PARLATO, G.: *La sinistra fascista. Storia di un progetto mancato*, Bologna, Il Mulino, 2000.

⁴ SANTOMASSIMO, G.: *La terza via fascista. Il mito del corporativismo*, Roma, Carocci, 2006, pp. 17 y 11.

⁵ PASETTI (ed.): *Progetti corporativi tra le due guerre mondiali*, cit.; PASETTI, M.: *L'Europa corporativa. Una storia transnazionale tra le due guerre mondiali*, Bologna, Bononia University Press, 2016; GAGLIARDI, A.: *Il corporativismo fascista*, Roma-Bari, Laterza, 2010; STOLZI, I.: *L'ordine corporativo. Poteri organizzati e organizzazione del potere nella riflessione giuridica dell'Italia fascista*, Milán, Giuffrè, 2007. Es interesante también como otros jóvenes historiadores italianos se hayan interesado en los proyectos corporativos de otros países de la Europa de entreguerras, como el portugués del régimen salazarista. Véase, ADINOLFI, G.:

El presente texto se propone reflexionar sobre una cuestión aún poco explorada: la difusión del corporativismo en lo que se ha llamado “fascismo de izquierda” o, también, “izquierda fascista” en la Italia del periodo de entreguerras a través de un estudio de caso: el de la revista *La Verità*. Un caso, sin duda alguna, peculiar por al menos dos razones. En primer lugar, *La Verità* fue una revista minoritaria en el ámbito de las publicaciones fascistas del *ventennio* y, en segundo lugar, fue una especie de punto de encuentro de tráfugas de la izquierda al fascismo, a partir de su director, el excomunista Nicola Bombacci. Resulta en este sentido de especial interés analizar como una revista con estas características y en la cual escribieron personajes con un pasado en las filas de la izquierda –tanto comunista como socialista y también sindicalista revolucionaria– tratase la propuesta corporativa del régimen fascista italiano.

Una revista *fiancheggiatrice*

Publicada con frecuencia mensual entre abril de 1936 y junio de 1943, *La Verità* no fue una revista que brilló por su calidad teórica⁶. En ella no se encuentran interpretaciones especialmente innovadoras o análisis de cuestiones políticas, sociales o económicas que marcaron el paso. Dirigida por Nicola Bombacci⁷, *La Verità* representó más bien el reflejo a nivel propagandístico del “fascismo de izquierda”, del cual se diferenciaba por el carácter poco especializado y superficial: según Patricia Chiantera-Stutte e Andrea Guiso, “la funzione della rivista, secondo la volontà di Bombacci e dello stesso Mussolini, è infatti quella di denunciare il comunismo, esaltando le conquiste del fascismo”⁸. En los más de siete años de vida de *La Verità* hay grandes y pequeñas diferencias en la forma en que se trataron los argumentos clave (bolchevismo, fascismo, nuevo orden, Estados capitalistas, proyecto corporativo del régimen mussoliniano...), aunque se mantuvieron unas líneas interpretativas indelebles. La de las páginas de *La Verità* es una propaganda sencilla, muchas veces repetitiva y retórica. Y justamente por esta razón resulta interesante, siendo el perfecto espejo de las ideas y del lenguaje político existente en un determinado sector del régimen y de la misma sociedad italiana de

Propaganda e consenso nel Portogallo salazarista (1932-1944), Milán, FrancoAngeli, 2007 y SERAPIGLIA, D.: *La via portoghese al corporativismo*, Roma, Carocci, 2011.

⁶ Durante 1936 y 1937, se suspendió en más de una ocasión la publicación de la revista por las presiones de los sectores intransigentes del Partido Nacional Fascista (PNF) –especialmente por el secretario del partido, Achille Starace– que no querían que se diese visibilidad a un excomunista como Bombacci. Fue gracias a la intervención directa de Mussolini que la revista reanudó las publicaciones y consiguió el visto bueno del MinCulPop. Desde otoño de 1937 hasta junio de 1943 *La Verità*, que pudo sobrevivir gracias a las subvenciones del régimen, se publicó sin otras interrupciones. Véase, CHIANTERA-STUTTE, P. y GUIO, A.: “Fascismo e bolscevismo in una rivista di confine: *La Verità* di Nicola Bombacci (1936-1943)”, *Ventesimo secolo*, marzo 2003, pp. 145-170.

⁷ Sobre la trayectoria política de Nicola Bombacci del comunismo al fascismo, véase FORTI, S.: *El peso de la nación. Nicola Bombacci, Paul Marion y Óscar Pérez Solís en la Europa de entreguerras*, Santiago de Compostela, USC, 2014, cap. I. También, SALOTTI, G.: *Nicola Bombacci: un comunista a Salò*, Milán, Mursia, 2008 y, para la primera parte de su vida, hasta 1924, el exhaustivo libro de NOIRET, S.: *Massimalismo e crisi dello stato liberale. Nicola Bombacci (1879-1924)*, Milán, FrancoAngeli, 1992.

⁸ CHIANTERA-STUTTE y GUIO: “Fascismo e bolscevismo in una rivista di confine”, cit., p. 148.

finales de los años treinta y de principios de los años cuarenta. En el verano de 1941, *La Verità* se presentaba con estas palabras a sus lectores:

Alla luce delle realizzazioni e dei principi della Rivoluzione mussoliniana, studia e dibatte i problemi della giustizia sociale ed internazionale; combatte per la sempre maggiore diffusione e penetrazione delle idealità rivoluzionarie del Fascismo tra le grandi masse e divulga la conoscenza di quanto la volontà creatrice di Mussolini ha operato ed opera per l'elevazione morale e materiale del popolo lavoratore; sostiene la Causa dell'Italia proletaria e fascista impegnata nella lotta di liberazione dall'egemonia plutocratica, dal giudaismo e dal bolscevismo⁹.

Gianpasquale Santomassimo ubicó *La Verità* junto a *Il Lavoro* de Génova y la Associazione Nazionale Studi “Problemi del Lavoro” de Rinaldo Rigola, en el grupo de los “fiancheggiatori”, los socialistas que se quedaron en Italia después de 1925 y que apoyaron el fascismo en su vocación social y corporativa. Según Santomassimo, el régimen se servía de estas revistas de cara a la opinión pública extranjera, mientras estos “fiancheggiatori” pensaban sinceramente que

il corporativismo rappresentasse un'effettiva possibilità di superamento del capitalismo [...]. Compito dei socialisti ‘realisti’ era premere, dall'interno, perché la situazione evolvesse in direzione di un'‘economia organizzata’ su base corporativa e con forte connotazione di ‘socialità’¹⁰.

La Verità puede situarse dentro de aquel *stato d'animo* –más que una corriente estructurada– que fue la “izquierda fascista”. Si hasta los años setenta se dudó acerca de su existencia, los estudios del mismo Santomassimo y, sobre todo, en la segunda mitad de los ochenta de Giuseppe Parlato y Pietro Neglie, obligaron a la historiografía italiana a hacer cuentas con este heterogéneo y magmático sector del fascismo de entreguerras¹¹.

Basándose en las reflexiones de Silvio Lanaro¹², Parlato reconoció unas ideas comunes en la izquierda fascista –el antiburguesismo, el anticapitalismo, el espíritu

⁹ *La Verità*, 31 julio 1941, p. 392.

¹⁰ SANTOMASSIMO: *La terza via fascista*, cit., p. 99. A los citados por Santomassimo, podríamos añadir también el sonado caso del excalcalde socialista de Milán Emilio Caldara –que en 1934 pidió una audiencia a Mussolini para ofrecer su colaboración al régimen– y el caso aislado del exsindicalista revolucionario Arturo Labriola que en 1935 decidió regresar a Italia después de casi una década de exilio y actividad antifascista. Según Renzo De Felice, estos dirigentes se ponían “il problema di operare lealmente nella realtà del regime dal suo stesso interno e con gli strumenti che esso offriva loro, ma, al tempo stesso, in una prospettiva socialista, per non perdere completamente i contatti con le masse e per cercare di far sviluppare i germi di una vera rivoluzione sociale insita nel corporativismo”, en DE FELICE, R.: *Mussolini il duce. Gli anni del consenso, 1929-1936*, Turín, Einaudi, 1974, p. 314.

¹¹ PARLATO: *Il sindacalismo fascista. II. Dalla “grande crisi” alla caduta del regime (1930-1943)*, cit.; NEGLIE, P.: *Fratelli in camicia nera. Comunisti e fascisti dal corporativismo alla CGIL (1928-1948)*, Bolonia, Il Mulino, 1996.

¹² LANARO, S.: “Appunti sul fascismo di ‘sinistra’. La dottrina corporativa di Ugo Spirito”, *Belfagor*, 1971, pp. 577- 599.

de socialización, la concepción de la política como revolución, el rechazo de la democracia liberal– y dividió el largo *ventennio* en tres diferentes etapas cronológicas (1919-1925, 1925-1935 y 1935-1943). En la tercera etapa, que es la que nos interesa en estas páginas, Parlato advirtió otra vez la importancia del sindicato –después del fin de cualquier sueño de autonomía de los sindicatos defendido por Edmondo Rossoni con el “sbloccamento” de los sindicatos fascistas en 1928–¹³, la síntesis entre trabajo y nación y el establecimiento del mito de la izquierda nacional italiana¹⁴. Y sobre todo se conectaba con aquella segunda ola revolucionaria y la búsqueda de un fascismo distinto, de un “nuevo fascismo” después de la guerra de Etiopía y la declaración del Imperio de 1936, cuyas características eran la carga revolucionaria, la radical superación y el rechazo de la realidad prefascista, el sentido de la comunidad como misión, un fuerte populismo, un intransigente espiritualismo y una concepción de la revolución como radical transformación de la civilización¹⁵. Aunque hombres del pasado, en la mayoría de los casos irrecuperables para el régimen fascista, Nicola Bombacci y gran parte de los colaboradores de su revista pueden considerarse partícipes de este *stato d'animo* definido como “izquierda fascista” y de esta segunda ola revolucionaria, tan radical cuanto ambigua.

El corporativismo según Nicola Bombacci

En su paulatino proceso de acercamiento al fascismo que duró casi una década (1927-1936), Bombacci había mostrado un notable interés por el proyecto corporativo del régimen de Mussolini. Aunque el corporativismo no puede considerarse como una de las “pasarelas” que permitieron o facilitaron su paso de la izquierda al fascismo¹⁶, un hombre como Bombacci no podía evitar confrontarse con la propuesta de solución del conflicto de clases y de la cuestión social que el fascismo italiano lanzó tras la consolidación del régimen.

Efectivamente, pese a que la historiografía, hasta hace tres décadas, lo hubiese prácticamente borrado del mapa, Bombacci fue sin duda una de las figuras más importantes y visibles del socialismo maximalista del *biennio rosso*. Entre 1918 y 1919 controló la secretaría política del partido, en noviembre de 1919 fue elegido diputado en el Parlamento con más de cien mil votos y en las plazas de todo el centro-norte

¹³ Sobre la cuestión del “sbloccamento” de los sindicatos fascistas a finales de los años veinte, véase DE FELICE, R.: *Mussolini il fascista. L'organizzazione dello Stato fascista, 1925-1929*, Turín, Einaudi, 1968 y, con un enfoque biográfico sobre la figura de Edmondo Rossoni, exsindicalista revolucionario pasado al fascismo antes de la marcha sobre Roma, véase TINGHINO, J.J.: *Edmondo Rossoni. From revolutionary syndacalism to fascism*, Nueva York, P. Lang, 1991.

¹⁴ PARLATO: *La sinistra fascista*, cit., pp. 17-24.

¹⁵ DE FELICE, R.: *Mussolini il duce. Lo Stato totalitario, 1936-1940*, Turín, Einaudi, 1981, pp. 242- 243.

¹⁶ Acerca de las “pasarelas” que permitieron el tránsito de Bombacci y también de otros dirigentes políticos italianos, franceses y españoles de la izquierda al fascismo en los años de entreguerras, véase FORTI: *El peso de la nación*, cit., pp. 583-620. Para el caso francés, véase BURRIN, Ph.: *La dérive fasciste. Doriot, Déat, Bergery 1933-1945*, París, Seuil, 1986 y las consideraciones más amplias de STERNHELL, Z.: *Ni droite, ni gauche. L'idéologie fasciste en France*, París, Seuil, 1983 y de STERNHELL, Z., SZNAJDER, M. y ASHERI, M.: *Naissance de l'idéologie fasciste*, París, Fayard, 1989.

de la península fascinaba a las masas trabajadoras, gracias a su apasionada oratoria, tanto que se ganó el apodo de *Lenin di Romagna*. Su protagonismo consiguió superar también las fronteras italianas: en enero de 1920 presentó un proyecto de constitución de los Soviets en Italia, que fue traducido al español y publicado en la revista *España* y en opúsculo en Argentina, mientras que en el mes de abril fue el primer socialista italiano en encontrarse con los representantes bolcheviques en Copenhague y en ese mismo verano fue uno de los miembros de la delegación italiana en la Rusia soviética, donde formó parte del Segundo Congreso de la Internacional Comunista (IC)¹⁷.

Situado claramente en el sector tercerinternacionalista y filo-bolchevique del PSI, junto a Amadeo Bordiga, Antonio Gramsci, Palmiro Togliatti y Angelo Tasca, fue uno de los fundadores en enero de 1921, en Livorno, del Partido Comunista de Italia (PCd'I). En la nueva formación se situó en el ala derecha y se mostró contrario al partido sectario e ideologizado de Bordiga. Rápidamente se lo apartó de los centros directivos comunistas y tuvo que intervenir directamente la IC que, por decisión de Zinoviev, pidió su reincorporación en el partido. Sin embargo, a partir de 1924, en una fase marcada por la represión fascista, Bombacci no ocupó ningún cargo de relevancia en el PCd'I y se convirtió en una especie de enlace de los soviéticos en Italia, trabajando en la segunda mitad de los años veinte en la Embajada rusa en Roma.

Los que siguieron al verano de 1927, cuando fue expulsado oficialmente del partido por parte de los dirigentes comunistas en el exilio, fueron años de inactividad política para un Bombacci que no buscó subirse al carro del vencedor y, manteniéndose fiel a sus principios socialistas, malvivió en Roma con diferentes trabajos, una vez que se acabó la colaboración con la diplomacia soviética hacia 1930. Pero, a partir de 1933, Bombacci se acercó cada vez más al fascismo. En 1936, como se recordaba en las páginas anteriores, fundó *La Verità* y se convirtió en un ferviente propagandista del régimen de Mussolini, por el cual desarrolló una fe incondicional¹⁸. Siguió a Mussolini hasta el final, tanto en los seiscientos días de Saló, donde defendió, en frente de los obreros, las conquistas revolucionarias de la República Social Italiana, como en la huida hacia Suiza, cuando fue capturado por los partisanos, que lo fusilaron y, junto a su *Duce* y a los últimos jefes fascistas, lo colgaron por los pies en la gasolinera de la plaza Loreto de Milán.

La trayectoria política y humana de Bombacci es sin duda peculiar. En estas páginas, de todos modos, nos centramos en cómo el exdirigente comunista trató la cuestión del corporativismo fascista y no podemos adentrarnos en la compleja problemática de las razones de su tránsito de la izquierda al fascismo¹⁹. En noviembre de 1933,

¹⁷ Sobre esta etapa de la vida de Bombacci, véase también NOIRET, S.: "Nitti e Bombacci. Aspetti di un dialogo impossibile. I bolscevichi contro la rivoluzione italiana. Novembre 1919 – febbraio 1920", *Storia Contemporanea*, 3/1986, pp. 397-441 y NOIRET, S.: "Il partito di massa massimalista dal PSI al PCd'I, 1917-1924: la scalata alle istituzioni democratiche", en F. GRASSI ORSINI y G. QUAGLIARELLO (eds.): *Il Partito politico dalla grande guerra al fascismo. Crisi della rappresentanza e riforma dello Stato nell'età dei sistemi politici di massa (1918-1925)*, Bologna, Il Mulino, 1996, pp. 909-965.

¹⁸ Para estos años oscuros de la vida de Bombacci, véase también NOIRET, S.: "Per una biografia di Nicola Bombacci: contributo allo studio del periodo 1924-1936", *Società e storia*, 25/1984, pp. 591-631.

¹⁹ Para una explicación exhaustiva y una interpretación del tránsito de Bombacci de la izquierda al fascismo, véase FORTI: *El peso de la nación*, cit., pp. 41-273. También, FORTI, S.: "Partito, rivoluzione e

en una de las primeras cartas que escribió al Duce, Bombacci –en aquel momento inactivo políticamente– elogiaba el corporativismo fascista, al que consideraba la única manera para conseguir la armonía necesaria para el progreso civil y el bienestar de la sociedad²⁰. La prueba de que la afirmación de Bombacci no era un sencillo acto de *captatio benevolentiae* la encontramos en otra carta de ocho meses después. En ella el ex *Lenin di Romagna* proponía a Mussolini la creación de un centro de educación económica corporativa que habría podido “migliorare la bilancia commerciale e aiutare nel suo sviluppo e perfezionamento l’Industria Nazionale”. Bombacci se planteaba la creación de un centro que habría puesto en contacto a industriales y comerciantes para que encontraran “la via migliore per sostituire, quando sia possibile, il prodotto Estero con quello Nazionale, accontentando il consumatore e facendo l’interesse dell’economia nazionale”. Bombacci advertía que

Bisogna dare alle categorie interessate un’educazione economica corporativa in modo pedagogico, richiamando opportunamente il loro interesse. Non bisogna dimenticare che la quasi totalità dei commercianti-importatori ha nel sangue e nel cervello l’economia liberale. Bisogna dire apertamente che lo Stato Fascista corporativo quando non concorra la collaborazione effettiva delle categorie interessate, dovrà ricorrere a mezzi autoritari per regolare il Commercio Estero in rapporto a tutta la vita economica nazionale²¹.

A partir de la primavera de 1936, cuando empezó a publicarse *La Verità*, las consideraciones de Bombacci pasaron del ámbito privado de la correspondencia epistolar al debate público. En el primer editorial de la revista –escrito por Bombacci con, probablemente, la revisión y el *imprimatur* del Duce–, se afirmaba que el nuevo orden instaurado por Mussolini era la potenciación del Estado, que era el único sujeto capaz de ordenar la colectividad nacional. Se consideraba la nación como “un’espressione unitaria del suo popolo” y el ciudadano como un productor. El punto clave era la relación entre la clase y la nación: “Lo Stato Fascista Corporativo annulla il conflitto tra la Classe e la Nazione, perché innesta queste due forze nel suo stesso circuito, attraverso una nuova organizzazione geniale che gli consente di risolvere gradualmente il problema della distribuzione della ricchezza sotto il pungolo del controllo e dell’autorità dello Stato”²².

En otro artículo publicado en aquel primer número, Bombacci recalcaba cómo entre la Gran Guerra y las revoluciones rusa, fascista y nacionalsocialista la afirmación de que “per il proletariato, la sola, la vera Patria è l’internazionale di classe” no tenía ya sentido y afirmaba que el obrero y el campesino italiano “non è più plebe, è popolo. Ha acquistato la capacità spirituale per entrare nella collettività nazionale come unità

guerra. Il linguaggio politico di un transfuga: Nicola Bombacci (1879-1945)”, *Memoria e Ricerca*, 31/2009, pp. 155-175.

²⁰ Carta de Nicola Bombacci a Mussolini, 17 noviembre 1933, en Archivio Centrale dello Stato, Segreteria Particolare del Duce, Carteggio Riservato, 1922-1943 [a partir de ahora: ACS, SPD, CR, 1922-1943], leg. 74, carp. H/R, Bombacci Nicola.

²¹ Carta de Nicola Bombacci a Mussolini, 6 julio 1934, en ACS, SPD, CR, 1922-1943, leg. 74, carp. H/R, Bombacci Nicola.

²² LA VERITÀ: “In linea”, *La Verità*, abril 1936, pp. 3-7.

cosciente, attiva, eroica. È l'ora storica della Patria, per il proletariato italiano". Si la centralidad de la *vexata quaestio* clase/nación y patria/internacionalismo era evidente y previsible para un excomunista que había abrazado el fascismo, en las palabras de Bombacci destacaban también la sustitución del término de proletariado por el de pueblo y la presencia del nuevo sintagma "colectividad nacional". El director de *La Verità* declaraba que a principios del siglo XX fue el estado liberal y no los socialistas quién negó la patria, mientras que el estado fascista corporativo de Mussolini había dado una patria también a los trabajadores elevándolos al nivel de los otros ciudadanos. De esta manera, la sustitución de la clase por la nación llegaba a ser un hecho tangible en el lenguaje de Bombacci: "Non la classe ma le nazioni, nel lontano domani, si daranno la mano. Questo secolo [...] ha una missione: formare le collettività nazionali con l'aderenza ad esse del 100 per cento dei suoi cittadini"²³.

Éste sería el eje de la interpretación de Bombacci también en los años siguientes, marcados por una actitud cada vez más militarista e imperialista del régimen fascista con el decisivo apoyo ofrecido a las tropas franquistas en la Guerra Civil española, la firma del Pacto de Acero con la Alemania nazi, la anexión de Albania y la intervención en la Segunda Guerra Mundial al lado de Hitler²⁴. Tanto que, en un opúsculo publicado pocos meses antes de la caída del régimen el 25 de julio de 1943, el director de *La Verità* consideraba el nuevo orden corporativo como "il potenziamento dello Stato, regolatore assoluto, esclusivo della collettività nazionale": eliminando los conflictos entre las clases y entre la nación y las clases, el corporativismo había superado el liberalismo y el socialismo "porta[ndo] il lavoro in questo secolo verso una più alta giustizia sociale". Según Bombacci, el fascismo realizó el principio "la tierra para quien la trabaja" al conseguir que no se considerara más al campesino como "un servo, un paria, un proletario salariato ma un collaboratore attivo della produzione" que debía participar de la división del producto, de la misma manera que el propietario. Este experimento de "alta collaborazione nazionale e sociale" realizado con las reformas mussolinianas representaba para Bombacci "quel socialismo sano ed umano che rigetta i concetti schiavisti del bolscevismo". De ahí deducía que solo Roma –y no Moscú– superaba en la realidad y en el espíritu las fronteras de la revolución Francesa: Moscú era "l'ultimo grandioso episodio della rivoluzione borghese", mientras que Roma "continua la marcia ascensionale della civiltà cristiana ed umana", siendo "il primo esperimento di una nuova grande rivoluzione mondiale che ha per base la giustizia e il lavoro"²⁵.

Los otros colaboradores de *La Verità*

Bombacci no fue el único que escribió, en las páginas de *La Verità*, sobre el corporativismo. Más de un colaborador de la revista y, especialmente, los que venían

²³ BOMBACCI, N.: "I lavoratori e la collettività nazionale", *La Verità*, abril 1936, pp. 29-31.

²⁴ Véase, entre otros CANDELORO, G.: *Storia dell'Italia moderna*. Vol. IX: *Il fascismo e le sue guerre (1922-1939)*, Milán, Feltrinelli, 1981.

²⁵ BOMBACCI, N.: *I contadini nell'Italia di Mussolini*, Roma, 1943, pp. 21, 32, 34.

de una experiencia política en las formaciones de la izquierda italiana y que se habían convertido al fascismo mussoliniano, escribieron sobre el experimento corporativo y propagandaron su mito, tal y como quería el mismo régimen fascista. Efectivamente, como se decía al principio de éstas páginas, *La Verità* fue una especie de lugar de encuentro de tránsfugas al fascismo, debido también a viejas amistades y a redes de contactos que venían de la época de la Italia pre-fascista. Además de los de Bombacci, en los siete años de vida de la revista, encontramos también artículos publicados de algunos exsindicalistas revolucionarios como Walter Mocchi, Alibrando Giovannetti y Giovanni Bitelli, excomunistas como Angelo Scucchia, Giovanni Di Legge, Giovanni Guidi, Bruno Ricci, Ezio Riboldi y Mario Malatesta, exsocialistas como Alberto Malatesta, Mario Guarnieri y Silvio Barro o figuras con una trayectoria zigzagueante que se acercaron en algún momento al marxismo, como Dino Fiorelli²⁶.

En febrero de 1937, Giovanni Guidi y Angelo Scucchia –dos jóvenes excomunistas lígures que habían estado enviados al confinamiento político a finales de los años veinte y que habían estado liberados por su conversión al fascismo en 1933 y 1934, respectivamente²⁷– afirmaban creer en el corporativismo como principio y medio para la realización de la justicia social y como superación del capitalismo y del socialismo, y juzgaban a este último y al comunismo como “superate ideologie” antirrevolucionarias que convirtieron la aspiración de la justicia social en “l’esasperazione e l’illusione erette a sistema”²⁸. Tres años más tarde, el mismo Scucchia consideraba que en Italia, gracias a Mussolini, la lucha entre capital y trabajo se había superado con el corporativismo que definía un “sistema giuridico-economico di nuovi rapporti sociali alla cui base signoreggia l’etica rivoluzionaria veramente umana del fascismo”: así “la giustizia

²⁶ Queda todavía por escribir una prosopografía completa de los cuadros socialistas y comunistas que pasaron al fascismo entre la Primera y la Segunda Guerra Mundial. Una primera aproximación, aunque más centrada en el caso de Nicola Bombacci, se puede encontrar en FORTI: *El peso de la nación*, cit. Véase también, FORTI, S.: *Tránsfugas. Un análisis biográfico de la cuestión del tránsito de la izquierda al fascismo en la Italia de entreguerras*, en YSÀS SOLANES, P. (ed.), *Europa, 1939. L’any de les catàstrofes. Actes del Congrés* [CD-ROM], Barcelona, CEFID-UAB, CCCB, Fundació Carles Pi i Sunyer, 2009. Por lo que concierne los recuerdos de quien compartió militancia con algunos de estos dirigentes políticos, véase las memorias novelizadas del comunista Otello Terzani en INNOCENTI PERICCIOLI, A.: *Giorni belli e difficili. L’avventura di un comunista*, Milán, Jaca Book, 2001.

²⁷ La trayectoria política de Angelo Scucchia resulta extremadamente interesante. Detenido con tan sólo 19 años en 1927, con la acusación de propaganda comunista en la empresa Breda, fue condenado a seis años de cárcel, donde por un periodo compartió también celda en Turi con Antonio Gramsci, con quién polemizó duramente, acusándole de “oportunismo” y de desviacionismo socialdemocrático desde posiciones de extrema izquierda. Liberado en 1932, fue detenido otra vez en 1933 y enviado a la isla de Ponza. Ahí, en la primavera de 1934, después de una profunda crisis interior, se convirtió al fascismo y abjuró del internacionalismo. Liberado en 1934, empezó una prolífica carrera periodística y colaboró estrechamente como informador con la policía fascista y con los servicios reservados de la República Social Italiana. En la segunda posguerra Scucchia limpió su pasada actividad política y consiguió el carnet del Partido Socialista, y continuó así la actividad periodística. En los años setenta, escribió algunos opúsculos desde posiciones de izquierda dentro del PSI y participó en la recuperación de la figura de Gramsci, revalorizando el intelectual que tanto había criticado en las cárceles fascistas. Véase, FORTI: *El peso de la nación*, cit., pp. 61-62. También, FRANZINELLI, M.: *I tentacoli dell’Ovra. Agenti, collaboratori e vittime della polizia politica fascista*, Turín, Bollati Boringhieri, 1999, pp. 292-298, 409-410.

²⁸ SCUCCHIA, A. y GUIDI, G.: “Per la polemica militante”, *La Verità*, febrero 1937, pp. 113-115.

sociale divenuta missione del nuovo Stato si trasferì dal piano delle classi a quello delle Nazioni”²⁹.

También el escritor de Prato Dino Fiorelli tomó la palabra respecto al corporativismo en las páginas de *La Verità*. Fiorelli tuvo una trayectoria zigzagueante entre marxismo y fascismo en su juventud: se afilió muy joven al Partido Nacional Fascista (PNF), pero lo abandonó en 1924. Como su conciudadano Curzio Malaparte, fue un polemista muy apreciado, participó en el movimiento de Strapaese –fundando la revista *Strabisenzio* en 1929-1930– y por sus posicionamientos políticos controvertidos, que se movieron entre el *frondismo* y una blanda oposición al régimen, fue enviado al confinamiento político en la isla de Ponza entre 1934 y 1937³⁰. Tras el regreso del confinamiento, Fiorelli volvió también al redil del fascismo y colaboró en *La Verità*. En un artículo de junio de 1938, el escritor de Prato comparaba la ilusión comunista y la realidad del corporativismo italiano. Mientras la URSS no era “un esempio che possa illudere o insegnarci qualcosa; ma soltanto un ammonimento”, el fascismo no era “una rivoluzione compiuta, esaurita”, ni “‘accentramento capitalistico’, capitalismo di Stato, supercapitalismo”, sino “una rivoluzione in atto” y “orientamento, disciplinamento delle forze produttive, adattamento alla realtà verso una superiore concezione collettivistica della vita”³¹.

Los que dedicaron más artículos al tema del corporativismo fueron dos viejos exsindicalistas revolucionarios, Alibrando Giovannetti y Walter Mocchi. El primero militó en las filas socialistas hasta 1914, cuando pasó al sindicalismo revolucionario. Neutralista convencido, Giovannetti se mantuvo firme en su antimilitarismo durante y después del primer conflicto mundial; durante el *biennio rosso* se convirtió en un enérgico organizador de la Unión Sindical Italiana (USI), indiferente a los cantos de sirena del sindicalismo nacional que pondría los cimientos de los sindicatos fascistas³². Su militancia en el sindicalismo revolucionario siguió hasta la ilegalización de la USI en 1925 y fue solo entre 1927 y 1929 que se acercó al régimen fascista, cuando, gracias al jerarca Michele Bianchi, también exsindicalista revolucionario, y al mismo Mussolini, encontró trabajo en el periódico por antonomasia del régimen, *Il Popolo d'Italia*, en la sección histórico-biográfica, dirigida por otro exsocialista, Alberto Malatesta³³.

Giovannetti mostró un especial interés por la cuestión social durante toda su larga colaboración con *La Verità* con una serie de artículos dedicados también al sindicalismo, a la relación entre capital y trabajo, a la superación del salario y al derecho del trabajo. En las palabras de Giovannetti, el corporativismo llegaba a ser una versión actualizada del sindicalismo de preguerra: una profunda transformación económica

²⁹ SCUCCHIA, A.: “La fine del capitalismo”, *La Verità*, 31 agosto 1940, pp. 361-362.

³⁰ PELLEGRINI, E. y GUERRIERI, F. (eds.): *Scrittori pratesi del Novecento da Malaparte a Veronesi. Antologia*, Florencia, Polistampa, 2009, pp. 461-462.

³¹ FIORELLI, D.: “Illusione bolscevica e concretezza Corporativa”, *La Verità*, 30 junio 1938, pp. 350-358.

³² Sobre los sectores del sindicalismo revolucionario italiano que fueron intervencionistas en la guerra colonial de Libia de 1911-1912 y en la Gran Guerra y que aceptaron la nación, creando los presupuestos por el surgimiento del sindicalismo fascista, véase CARLI, M.: *Nazione e rivoluzione. Il “socialismo nazionale” in Italia: mitologia di un discorso rivoluzionario*, Milán, Unicopli, 2001 y PASETTI, M.: *Tra classe e nazione. Rappresentazioni e organizzazione del movimento nazionale-sindacalista (1918-1922)*, Roma, Carocci, 2008.

³³ Véase, FORTI: *El peso de la nación*, cit., pp. 84-85.

que permitiera a las masas un ascenso social era la condición imprescindible para la directa participación de las masas en la vida pública y política, la cual se podía lograr solo a través de los sindicatos y no a través de los partidos, que no eran nada más que organizaciones burguesas³⁴. Era la vieja oposición entre partido y sindicato que Giovannetti ponía otra vez en primer plano y que estaba presente en las teorizaciones y las polémicas de la izquierda fascista.

Distinta es la trayectoria política del napolitano Walter Mocchi, que, tras una etapa de intenso compromiso político entre finales del siglo XIX y comienzos del siglo XX –fue uno de los dirigentes más activos de la corriente sindicalista revolucionaria del PSI, al lado de Arturo Labriola–, abandonó la política activa en 1906 para dedicarse a la profesión de empresario teatral, entre Italia, Argentina y Brasil. En 1926 obtuvo el carnet del PNF, pero fue sólo a partir de mediados de los años treinta que se acercó otra vez al mundo de la política, colaborando con *La Verità* y, en el ocaso del fascismo, en el Ministerio de la Cultura Popular de la República de Saló³⁵.

En 1937, en las páginas de la revista dirigida por Bombacci, Mocchi analizaba la historia del corporativismo después de la marcha sobre Roma, criticando el desequilibrio a favor de la patronal y lamentando los posibles riesgos de una futura burocratización del nuevo sistema con la apertura de la Camera dei Fasci e delle Corporazioni³⁶. Según Mocchi, el corporativismo era “la soluzione della Questione Sociale per un maggior rendimento della Produzione e una più equa Ripartizione” y se oponía, en la lucha ideológica mundial, al supercapitalismo que “nella forma di una Plutocrazia ebraica-massonica, [si ammantava] dei paludamenti della democrazia parlamentare [e] si propone di mantenere il suo predominio Economico e Politico”³⁷.

Como Giovannetti, éste empresario teatral *sui generis* entrelazaba las realizaciones del fascismo con la teoría y la práctica del sindicalismo, de cuya corriente revolucionaria había sido dirigente. Según Mocchi, los sindicalistas revolucionarios de principios de siglo pensaban que el proletariado “in regime politico borghese capitalista” debía actuar directamente para ganar la resistencia de la patronal y de un estado que apoyaba a los industriales y a los agrarios. Con el régimen fascista se había modificado por completo el contexto: con la creación del estado corporativo, que permitía armonizar la relación entre proletariado y patronal gracias al concurso del estado, la guerra de clases se había transformado en un error. Mocchi consideraba central el pensamiento sindicalista del primer Mussolini y de Filippo Corridoni, además del papel del partido que estaba al servicio de la revolución³⁸.

En el mismo periodo, este hiperactivo exsindicalista revolucionario exponía los mismos conceptos en una serie de cartas dirigidas a Mussolini, donde ponía el problema

³⁴ GIOVANNETTI, A.: “Il sindacalismo e la democrazia”, *La Verità*, 31 agosto 1938, pp. 471-475.

³⁵ Para la biografía de Mocchi, véase FORTI: *El peso de la nación*, cit., pp. 70-71.

³⁶ MOCCHI, W.: “La Camera dei Fasci e delle Corporazioni”, *La Verità*, enero 1937, pp. 15-22.

³⁷ MOCCHI, W.: “Ritorno da Parigi”, *La Verità*, 28 febrero 1939, pp. 85-90.

³⁸ MOCCHI, W.: “Il sindacalismo: come divenni sindacalista”, *La Verità*, 31 marzo 1943, pp. 90-96; MOCCHI, W.: “Sindacalismo. I due rischi della Corporazione”, *La Verità*, 30 abril 1943, pp. 129-134; MOCCHI, W.: “Sindacalismo: il Partito”, *La Verità*, 31 mayo 1943, pp. 167-170. Joven dirigente sindicalista revolucionario intervencionista, Filippo Corridoni murió en octubre de 1915 en las trincheras del Carso. El fascismo lo convirtió en un mártir *ante litteram*.

social en primer plano y daba centralidad a la polémica antiburguesa. Mocchi sostenía que si el error del comunismo fue el de ampararse solo en el proletariado, el posible error del fascismo era el de dejar todo en manos de la burguesía a través de la llamada colaboración de clase. Acuñando entonces la expresión de “socialismo fascista” –que habría tenido un cierto éxito en la segunda mitad del siglo XX entre sectores del neofascismo que reivindicaban los orígenes revolucionarios del movimiento fundado por Mussolini–, Mocchi proponía eliminar todas las formas de propiedad capitalista y plutocrática y crear la Comunidad Europea –única defensa frente al panamericanismo y el panbolchevismo– que se debería haber animado no solo con la fuerza, sino con ideales de justicia para todos. Los pilares de esta construcción debían ser los sindicatos de trabajadores: para realizar “il Regno del Lavoro e della Giustizia Sociale”, en las palabras de Mocchi, se debía limitar la propiedad privada e individual y el mismo intervencionismo estatal, para evitar los riesgos de burocratización³⁹.

Un megáfono del régimen

Este breve *excursus* sobre cómo en *La Verità* se ha tratado la cuestión del corporativismo muestra la falta de análisis en profundidad por parte de la redacción de la revista de una problemática extremadamente vasta y compleja. No se encuentran referencias a los debates teóricos existentes en Italia y en ámbito internacional sobre el sistema corporativo, ni estudios de temáticas concretas para su posible aplicación. Bombacci y los demás colaboradores de la revista hicieron unas continuas profesiones de fe, relacionándolas con sus trayectorias políticas y con sus anteriores militancias en la izquierda, y aceptaron el mito del corporativismo sin vacilaciones. *La Verità* se convirtió así en una especie de megáfono del régimen, al repetir incansablemente, hasta los últimos días, sus consignas propagandísticas, sobre todo en lo que concierne a la cuestión social, de la cual el corporativismo venía siendo la solución propuesta por el fascismo.

Por estas razones, en sus páginas aparecían, casi sin intermediación, algunas de las características del mito corporativista. En primer lugar, la idea de que el corporativismo fuese la superación de la lucha de clases y un verdadero avance para los trabajadores y la población en su totalidad; una consideración que venía siendo la demostración de que el fascismo era la superación y la verdadera realización del socialismo. En segundo lugar, la convicción de que las condiciones de vida de la Italia fascista corporativa eran incomparablemente mejores de las de la Unión Soviética comunista; de esta forma, se demostraba otro asunto: que la única verdadera revolución realizada en el mundo salido maltrecho de las trincheras de la Primera Guerra Mundial era la de Roma y no la de Moscú. En tercer lugar, la idea de que el corporativismo fascista fuese la única vía para superar las debilidades y el mal funcionamiento de la democracia liberal y del parlamentarismo, controlados por la burguesía y esclavos del sistema capitalista.

Desde este punto de vista, es evidente la sintonía de las interpretaciones del grupo de *La Verità* con las de otros sectores de la izquierda fascista. Así fue también, por

³⁹ Carta de Walter Mocchi a Mussolini, 15 mayo 1943, en ACS, SPD, CR, RSI, leg. 11, carp. 58.

ejemplo, en la polémica antiburguesa que se ligaba a la transformación totalitaria del régimen, con la militarización de la sociedad y las leyes raciales⁴⁰. Sin embargo, la sintonía fue evidente particularmente en dos cuestiones. La primera fue el interés mostrado por el experimento soviético: hasta el comienzo de la operación Barbarroja en junio de 1941 no fueron pocos los miembros de la izquierda fascista que consideraron posible que el eslogan oficial del régimen “Roma o Moscú” podía convertirse en “Roma y Moscú”. Piénsese en las famosas declaraciones de Ugo Spirito en el Congreso de estudios sindicales y corporativos de Ferrara en mayo de 1932. Pero ya antes, por poner solo dos ejemplos, Berto Ricci, en diciembre de 1927, consideraba que la verdadera anti-Roma no era Moscú sino Chicago, mientras que en 1931 Romano Bilenchi afirmaba que el bolchevismo se activó simultáneamente al fascismo en contra del “mondo capitalista, liberale, democratico, borghese, materialista, nelle sue forme corporee, cioè nei suoi istituti, e sopra tutto nel suo spirito”⁴¹. En la lectura que de la cuestión daba la izquierda fascista, los puntos en común entre fascismo y comunismo eran sobre todo un juicio negativo del capitalismo como estructura económico-social, de la burguesía como clase portadora de aquellos valores e intereses y de la democracia parlamentaria como institución política. El heterogéneo grupo de la izquierda fascista miraba con interés a la URSS por la sustitución del sistema individualista con un sistema colectivo, aunque se condenaba la reducción materialista del hombre. Una interpretación que ofrecía también el grupo de *La Verità*.

La segunda cuestión fue el renovado interés por el sindicato y su relación con el partido. Tras la aprobación del orden corporativo en 1934 y el fin de la hipótesis de Spirito de la corporación propietaria, el sindicato se configuró como el punto de contacto entre el sistema de la producción, las instituciones públicas y el mundo del trabajo. A nivel teórico se recuperó una visión corridoniana del sindicato y la figura de Sorel, volviendo a plantearse la relación partido-sindicato. Dentro de la izquierda fascista en la segunda mitad de los años treinta se delinearon dos proyectos: la concepción fascista de la propiedad privada y el problema de la superación del salario. La idea de fondo era presionar para que se realizara una verdadera revolución social fascista con la superación de la lógica capitalista y la participación del trabajador en la gestión de la empresa. Los artículos del excomunista Ezio Riboldi y sobre todo de Alibrando Giovannetti en *La Verità* se conectaban con unas consideraciones y propuestas presentes en otras revistas y entornos (los proyectos de Chilanti, Curiel y Fontanelli en *Il Lavoro Fascista*, los de Rigola en *I problemi del Lavoro*, los de *Il Lavoro* de Génova): todos compartían la sensación de que el fascismo se encontraba en una “svolta epocale”, un momento en que se podía dar una perspectiva revolucionaria al régimen y se podía crear un fascismo más místico, más social, más espiritual y antiburgués⁴².

Finalmente, las analogías entre el grupo de *La Verità* y la izquierda fascista eran evidentes también en la utilización del lenguaje. Sea suficiente en estas páginas un ejemplo. Agostino Nasti en 1933 dedicaba un artículo en *Critica fascista* a la colectividad

⁴⁰ BUCHIGNANI, P.: *La Rivoluzione in camicia nera. Dalle origini al 25 luglio 1943*, Milán, Mondadori, 2006, pp. 338-343.

⁴¹ SANTOMASSIMO: *La terza via fascista*, cit., pp. 141-167, 197-204.

⁴² PARLATO: *La sinistra fascista*, cit., pp. 129-149.

nacional fascista, creadora de una sociedad de masas que eliminaría las diferencias. Nasti señalaba que “La vita moderna è “collettiva”: è agita da masse e gruppi. [...] Soggetto della storia è ormai la collettività nazionale, sia che essa si determini e agisca attraverso l’organismo dei gruppi [...] sia che essi si affidi a un Capo da cui si senta espressa compiutamente e a cui rimetta la propria volontà”⁴³. Unas palabras que no pueden no recordar las de Bombacci de finales de los años treinta.

La experiencia de *La Verità*, este peculiar *ralliement* de exdirigentes de izquierda convertidos al fascismo, representó el reflejo a nivel propagandístico del “fascismo de izquierda”, del cual se diferenciaba, como se ha puesto de relieve, por el carácter poco especializado y superficial. Podemos así afirmar que, en su calidad de megáfono del régimen fascista, el grupo de *La Verità* fue también un aparato de irradiación de la propuesta corporativa del fascismo italiano⁴⁴. Una propuesta que en sus páginas se había transformado, acriticamente, en un mito al cual creer.

Referências Bibliográficas

- ADINOLFI, G.: *Propaganda e consenso nel Portogallo salazarista (1932-1944)*, Milán, FrancoAngeli, 2007
- BOMBACCI, N.: *I contadini nell'Italia di Mussolini*, Roma, 1943
- BURRIN, Ph.: *La dérive fasciste. Doriot, Déat, Bergery 1933-1945*, París, Seuil, 1986
- CANDELORO, G.: *Storia dell'Italia moderna*. Vol. IX: *Il fascismo e le sue guerre (1922-1939)*, Milán, Feltrinelli, 1981
- CARLI, M.: *Nazione e rivoluzione. Il “socialismo nazionale” in Italia: mitologia di un discorso rivoluzionario*, Milán, Unicopli, 2001
- CHIANTERA-STUTTE, P. y GUIISO, A.: “Fascismo e bolscevismo in una rivista di confine: *La Verità* di Nicola Bombacci (1936-1943)”, *Ventesimo secolo*, marzo 2003, pp. 145-170
- DE FELICE, R.: *Mussolini il fascista. L'organizzazione dello Stato fascista, 1925-1929*, Turín, Einaudi, 1968
- DE FELICE, R.: *Mussolini il duce. Gli anni del consenso, 1929-1936*, Turín, Einaudi, 1974
- DE FELICE, R.: *Mussolini il duce. Lo Stato totalitario, 1936-1940*, Turín, Einaudi, 1981
- FORTI, S.: “Partito, rivoluzione e guerra. Il linguaggio politico di un transfuga: Nicola Bombacci (1879-1945)”, *Memoria e Ricerca*, 31/2009, pp. 155-175
- FORTI, S.: *Tránsfugas. Un análisis biográfico de la cuestión del tránsito de la izquierda al fascismo en la Italia de entreguerras*, en YSÀS SOLANES, P. (ed.), *Europa, 1939. L'any de les catàstrofes. Actes del Congrés* [CD-ROM], Barcelona, CEFID-UAB, CCCB, Fundació Carles Pi i Sunyer, 2009
- FORTI, S.: *El peso de la nación. Nicola Bombacci, Paul Marion y Óscar Pérez Solís en la Europa de entreguerras*, Santiago de Compostela, USC, 2014
- FRANZINELLI, M.: *I tentacoli dell'Ovra. Agenti, collaboratori e vittime della polizia politica fascista*, Turín, Bollati Boringhieri, 1999

⁴³ NASTI, A.: “Civiltà collettivistica”, *Critica fascista*, 15 agosto 1933, pp. 301-302.

⁴⁴ La propuesta corporativa del fascismo italiano no era evidentemente la única existente en la Europa de entreguerras. Para una panorámica de los diferentes tipos de corporativismo, véase, entre otros, PASETTI: *L'Europa corporativa*, cit.

- GAGLIARDI, A.: *Il corporativismo fascista*, Roma-Bari, Laterza, 2010
- INNOCENTI PERICCIOLI, A.: *Giorni belli e difficili. L'avventura di un comunista*, Milán, Jaca Book, 2001
- LANARO, S.: "Appunti sul fascismo di 'sinistra'. La dottrina corporativa di Ugo Spirito", *Belfagor*, 1971, pp. 577- 599
- NEGLIE, P.: *Fratelli in camicia nera. Comunisti e fascisti dal corporativismo alla CGIL (1928-1948)*, Bologna, Il Mulino, 1996
- NOIRET, S.: "Per una biografia di Nicola Bombacci: contributo allo studio del período 1924-1936", *Società e storia*, 25/1984, pp. 591-631
- NOIRET, S.: "Nitti e Bombacci. Aspetti di un dialogo impossibile. I bolscevichi contro la rivoluzione italiana. Novembre 1919 – febbraio 1920", *Storia Contemporanea*, 3/1986, pp. 397-441
- NOIRET, S.: *Massimalismo e crisi dello stato liberale. Nicola Bombacci (1879-1924)*, Milán, FrancoAngeli, 1992
- NOIRET, S.: "Il partito di massa massimalista dal PSI al PCd'I, 1917-1924: la scalata alle istituzioni democratiche", en F. GRASSI ORSINI y G. QUAGLIARELLO (eds.): *Il Partito politico dalla grande guerra al fascismo. Crisi della rappresentanza e riforma dello Stato nell'età dei sistemi politici di massa (1918-1925)*, Bologna, Il Mulino, 1996, pp. 909-965
- PARLATO, G.: *Il sindacalismo fascista. II. Dalla "grande crisi" alla caduta del regime (1930-1943)*, Roma, Bonacci, 1989
- PARLATO, G.: *Il Convegno Italo-francese di Studi Corporativi*, con il testo integrale degli Atti, Roma, Fondazione Ugo Spirito, 1990
- PARLATO, G.: *La sinistra fascista. Storia di un progetto mancato*, Bologna, Il Mulino, 2000
- PASETTI, M. (ed.): *Progetti corporativi tra le due guerre mondiali*, Roma, Carocci, 2006
- PASETTI, M.: *Tra classe e nazione. Rappresentazioni e organizzazione del movimento nazionale-sindacalista (1918-1922)*, Roma, Carocci, 2008
- PASETTI, M.: *L'Europa corporativa. Una storia transnazionale tra le due guerre mondiali*, Bologna, Bononia University Press, 2016
- PELLEGRINI, E. y GUERRIERI, F. (eds.): *Scrittori pratesi del Novecento da Malaparte a Veronesi. Antologia*, Florencia, Polistampa, 2009
- PERFETTI, F.: *Fiumanesimo, sindacalismo e fascismo*, Roma, Bonacci, 1988
- PERFETTI, F.: *Il sindacalismo fascista. I. Dalle origini alla vigilia dello Stato corporativo, 1919-1930*, Roma, Bonacci, 1988
- SALOTTI, G.: *Nicola Bombacci: un comunista a Salò*, Milán, Mursia, 2008
- SANTOMASSIMO, G.: *La terza via fascista. Il mito del corporativismo*, Roma, Carocci, 2006
- SERAPIGLIA, D.: *La via portoghese al corporativismo*, Roma, Carocci, 2011
- STERNHELL, Z.: *Ni droite, ni gauche. L'idéologie fasciste en France*, París, Seuil, 1983
- STERNHELL, Z., SZNAJDER, M. y ASHERI, M.: *Naissance de l'idéologie fasciste*, París, Fayard, 1989
- STOLZI, I.: *L'ordine corporativo. Poteri organizzati e organizzazione del potere nella riflessione giuridica dell'Italia fascista*, Milán, Giuffrè, 2007
- TINGHINO, J.J.: *Edmondo Rossoni. From revolutionary syndacalism to fascism*, Nueva York, P. Lang, 1991

A Publicidade nos jornais portugueses no final da Monarquia: corporativismo profissional e publicidade perante a liberdade da imprensa.

Manuel Romero Higes

Manuel Romero Higes, Grupo Museum I+D+C, Facultad de Ciencias de la Información Universidad Complutense de Madrid. Doctorando en Comunicación, Publicidad y Relaciones públicas en la Universidad Complutense de Madrid (2014-2016), desarrolla su tesis doctoral en la Facultad de Ciencias de la Información: “La publicidad en la península ibérica durante la eclosión periodística del siglo XIX”, bajo la dirección del Dr. Arturo Colorado Castellary. Miembro del equipo de investigación de la Universidad Complutense de Madrid “Museum I+D+C” (Facultad de Ciencias de la Información). Laboratorio de Cultura Digital y Museografía Hipermedia, integrado en el Campus de Excelencia Internacional y en la Red Internacional sobre Estudios Digitales de la Cultura Artística.
Email: manrom03@ucm.es

https://doi.org/10.14195/1647-8622_16_7

A PUBLICIDADE NOS JORNAIS PORTUGUESES NO FINAL DA MONARQUIA: CORPORATIVISMO PROFISSIONAL E PUBLICIDADE PERANTE A LIBERDADE DA IMPRENSA

ADVERTISING FROM THE EARLY TWENTIETH CENTURY IN THE PORTUGUESE NEWSPAPERS DURING THE CRACKDOWN ON PRESS AT THE END OF THE MONARCHY: PROFESSIONAL CORPORATISM AND ADVERTISING TO PRESS FREEDOM

LA PUBLICITÉ DU DÉBUT DU XXÈME SIÈCLE DANS LES JOURNAUX PORTUGAIS PENDANT LES MESURES RÉPRESSIVES CONTRE LA PRESSE À LA FIN DE LA MONARCHIE: CORPORATISME PROFESSIONNEL ET PUBLICITÉ DEVANT LA LIBERTÉ DE PRESSE

Neste artigo analisa-se a repressão contra a imprensa periódica portuguesa (os jornais), na fase final da monarquia, afrente da importância dos anúncios no desenvolvimento dos jornais, cujas receitas de publicidade tornam possível a redução no preço da cópia, e desta maneira facilitavam o acesso da imprensa periódica às classes populares. Este cenário favoreceu que muitos dos novos jornais de circulação surgiram, apesar da perseguição da imprensa livre e que mesmo na primeira década do século XX, quando aconteceu o final da Monarquia Portuguesa —e com ela o final da repressão— é quando há uma produção de mais de 3.200 periódicos em Portugal. No entanto, a ascensão dos meios de comunicação social em Portugal, no início do século XX, não pode ser analisada sem ter conta a inserção dos anúncios, que permite a redução dos preços dos jornais e a expansão social a seguir. Além disso, os avanços técnicos na impressão também se refletem na publicidade, os quais são mais atraentes para os anunciantes e os leitores, dando-se nesta fase, uma idade de ouro da publicidade na imprensa, que logra isolar-se da repressão e mesmo desenvolver-se na Primeira República.

Palavras-chave: publicidade, imprensa periódica, a liberdade de imprensa, jornalismo, Portugal.

This article analyzes the repression against the Portuguese periodical press in the final stage of the monarchy against the importance of the advertising spots for the development of newspapers, whose advertising incomes made possible the reduction in the price of the copy, thus facilitating the access of popular classes to newspapers. Despite the persecution of free press, this scenario allowed the emergence of many new circulation newspapers, as well as the production of more than 3,200 newspapers in Portugal in the first decade of the twentieth century, when the Portuguese monarchy ended, bringing as well the end of the repression. Therefore, the rise of the Portuguese social media in the early twentieth century cannot be analyzed without taking into account the insertion, which allowed the cheapening of newspapers and, consequently, their social expansion. The technical advances in printing are also reflected in advertisements, making them more attractive to both advertisers and readers. All this made from this stage a golden age for advertising in press, which attained the isolation from repression and the development in the First Republic.

Keywords: advertising, periodical press, press freedom, journalism, Portugal.

Cet article analyse la répression contre la presse périodique portugaise pendant l'étape finale de la monarchie contre l'importance des avis dans l'évolution des journaux, dont leurs revenus publicitaires permettent la réduction du prix de l'exemplaire, en facilitant ainsi l'accès des classes populaires à la presse journalistique. Ce scénario permet, malgré la persécution de la presse libre, l'apparition d'un grand nombre de journaux de nouvelle circulation et la production de plus de 3200 publications journalistiques en Portugal dans la première décennie du XXème siècle, lorsque la fin de la monarchie est produite et aussi la fin de la répression. Pourtant, l'essor de la presse social portugaise du début du XXème ne peut pas s'analyser sans prendre en considération l'insertion des avis publicitaires, ce qui permet la baisse des prix des journaux et, par conséquent, son expansion sociale. Les progrès techniques dans l'impression se reflètent aussi dans les avis, ce qui les rend plus attractifs tant pour les annonceurs que pour les lecteurs. C'est pour tout ça que ce stade devenait un âge d'or pour la publicité en presse, qui réussit à s'isoler de la répression et à se développer dans la Première République.

Mots-clés: Publicité, presse périodique, liberté de presse, journalisme, Portugal.

1. Introducción

La última década del siglo XIX en Portugal está marcada por la interrupción de las libertades sociales y por la persecución contra las corrientes libertarias, que se intensificaron en el cambio de siglo ante la amenaza para la monarquía de los movimientos republicanos que emergían en el país. La etapa final de la corona lusa supuso, del mismo modo, una represión contra la prensa periódica portuguesa, en pleno apogeo, así como contra la propia labor de sus profesionales. Esta etapa de represión se inició en 1890 y tuvo en 1896 con la “*Lei dos anarquistas*” del gobierno de Hintz Ribeiro su momento más álgido. Los impedimentos para ejercer un periodismo libre se extendieron hasta 1910 con la llegada de la Primera República, que supuso el fin de las medidas represivas impuestas por la monarquía.

Dentro de este contexto en el que se enfrentan el desarrollo de la prensa en Portugal y las acciones monárquicas contra su libertad, hemos de destacar la importancia de la inclusión de anuncios en la prensa que se abre paso ante la llegada del siglo XX. Los ingresos publicitarios posibilitan la reducción en el precio del ejemplar, facilitando que las clases populares, y no únicamente las privilegiadas, puedan acceder a la prensa periódica y con ella, a la información que les brinda.

Este nuevo modelo de prensa barata tuvo su origen en la iniciativa de *Diário de Notícias*, que en 1865 fue el primer periódico portugués que se lanzó a un precio reducido de 10 reales, apoyando parte de su financiación en la inclusión publicitaria, en lugar de hacerlo principalmente sobre la venta de ejemplares como se venía haciendo en el país hasta ese momento. Aunque el gobierno comenzara a imponer impuestos sobre los anuncios a partir de 1885, no se frenó la presencia de anuncios en la prensa portuguesa, que fue incrementándose paulatinamente a medida que las condiciones de la competencia empresarial la hicieron más necesaria, y pese a que la revolución industrial en Portugal se ralentizó debido a las continuas crisis económicas que sufrió el país durante el final de la monarquía. Portugal comienza el siglo XX con un sistema económico dependiente del exterior, con un sector primario desarrollado, uno secundario anquilosado, y un creciente aumento de la deuda pública en un país que sufría crisis económicas periódicas¹. Este escenario adverso no impidió que aparecieran un número elevado de periódicos de nueva circulación, y que en la primera década del siglo XX, cuando se aproxima el final de la monarquía portuguesa —y con ello el final de la represión—, hubiera una producción de más de 3200 publicaciones periódicas en Portugal; 136 de ellas en 1901, primer año del siglo². La eclosión de la prensa portuguesa en los principios del siglo XX no puede analizarse sin tener en cuenta este aumento de la inserción publicitaria, que permite el abaratamiento de los periódicos y su consiguiente expansión social. Los avances técnicos en la impresión que llegan con el siglo XX también tienen su reflejo tanto en el aumento de las tiradas como en

¹ MONTAGUT, Eduardo – *Los problemas de la industrialización en el Portugal decimonónico*. [Em linha], atual. 17 jul. 2015. [Consult. 1 mai. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.publicoscopia.com/cultura/item/4516-los-problemas-de-la-industrializacion-en-el-portugal-decimononico.html>.

² MOTTA DE SOUSA, José Manuel; MARIANO VELOSO, Lúcia Maria – *História da imprensa periódica portuguesa: subsídios para uma bibliografia*. Catálogos e bibliografias. Coimbra : Biblioteca Geral da Universidade, 1987. p. 29, 33.

las características de los anuncios, haciéndolos más atractivos tanto para anunciantes como para lectores. Es cierto que se da en esta etapa una edad dorada de la publicidad en prensa que logra aislarse de la represión aplicada por la monarquía y desarrollarse en la Primera República de una forma paralela a la evolución de la industria de la prensa periódica. Esta situación implica a su vez importantes alteraciones en el desarrollo de las profesiones articuladas a la prensa, cuyo desempeño pasa a ser más dependiente de factores económicos, y no tanto de ideas políticas o afinidades a los poderes del gobierno. Teniendo en cuenta este contexto, vamos a exponer la situación de la prensa durante la etapa final de la monarquía portuguesa, partiendo de la expansión de la publicidad en los periódicos y teniendo en cuenta las medidas represivas contra sus profesionales.

2. Contexto histórico

Para abordar este estudio, debemos destacar como antecedente la eclosión de la prensa periódica en la segunda mitad del siglo XIX, motivada por los avances industriales, de comunicaciones y de transporte. En Portugal se desarrolló especialmente entre 1865 y 1889, favorecida por la abolición, en 1886, de algunas restricciones establecidas anteriormente a la prensa. La última década del siglo XIX comienza con una doble crisis; por una parte la colonial en África, con especial influjo en Angola y Mozambique, y por otra, la económica, originada en gran medida por la declaración de la república en Brasil y sus efectos en las finanzas de la corona portuguesa. El país entra en el siglo XX en una situación complicada, ante un escenario de caos financiero y político con varios frentes, destacando los movimientos republicanos, que iban ganando adeptos en el país y que amenazaban el sistema monárquico de Carlos I, que había sido coronado en 1889.

El 29 de marzo de 1890, el gobierno de don Carlos decreta de nuevo restricciones contra la prensa, comenzando una época abrupta para los periódicos portugueses, marcada por una lucha entre los poderes públicos y el periodismo que cambiará el panorama futuro de ambos. La prensa sería duramente controlada debido a la importancia de los periódicos en la propaganda revolucionaria de este periodo.

El 31 de agosto de 1891 se produce una importante revuelta republicana en Oporto que, aunque fue reprimida con firmeza, sembró las bases para el declive del régimen monárquico en los años siguientes. Los movimientos republicanos ganaron multitud de adeptos, y la prensa social tuvo mucho protagonismo en su difusión durante los años siguientes. Entre 1896 y 1900 se recrudecen las persecuciones mediante la llamada “*Lei dos anarquistas*” de 13 de febrero en 1896, etapa en la que se cometen un gran número de atentados contra los ciudadanos³ bajo el amparo de la nueva legislación. La “*Lei dos anarquistas*” supuso también duras restricciones contra la libertad de

³ CHAVES, António Rego – *Por que não mataram João Franco (Rocha Martins). Incensuráveis*. [Em linha], atual. 2007. [Consult. 1 jun. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<https://sites.google.com/site/incensuraveis/por-que-nao-mataram-joao-franco-rocha-martins>>.

expresión, así como nuevos motivos para incrementar la represión hacia la prensa, especialmente la revolucionaria.

En 1906, cuando Carlos I advierte que la posición de los republicanos avanza poderosamente en la sociedad portuguesa, se encomienda a la solidez de João Franco, que había dado pruebas de su firmeza como diputado del Partido Regenerador, siendo ministro de Hacienda, Obras Públicas y del Reino, cargo que ocupó entre 1893 y 1897, siendo máximo responsable de la “*Lei dos anarquistas*”.

El gobierno de João Franco, bajo la corona de Carlos I, aplicó un régimen autoritario que impuso una dura represión social y que no hizo sino aumentar el sentimiento anárquico de las bases republicanas. Esta represión tuvo como consecuencia indirecta el asesinato en 1908 del rey Carlos I y de su príncipe heredero en la *Praça do Comércio* de Lisboa a manos de los revolucionarios. El nuevo rey, Manuel II, culpó de los sucesos al gobierno dictatorial de João Franco, que fue destituido, pero el sentimiento revolucionario había tomado ya la sociedad portuguesa y el rey no pudo frenar el empuje del movimiento republicano que dio inicio a la revolución. En 1910 se proclamó la República y Manuel II tuvo que exiliarse en el Reino Unido.

La revolución del 5 de octubre en Lisboa supuso el fin de la Monarquía y dio inicio a una República parlamentaria que se extendería hasta 1926. La Primera República portuguesa se caracterizaría por una gran inestabilidad política, en dieciséis años se sucedieron nueve presidentes y 45 gobiernos, no exentos de continuas conspiraciones y varios golpes de estado. La llegada de la República también supone el fin de las medidas represivas impuestas por la monarquía, así como la suspensión de los procesos judiciales contra la prensa. El 28 de octubre de 1910 se establece mediante reglamento el derecho de expresión del pensamiento para el periodismo, estipulándose que su ejercicio es libre, independiente de caución, censura o autorización previa⁴.

3. La prensa de principios de siglo XX en Portugal

En la primera década del siglo XX la prensa cobra mucha importancia en los países industrializados al lograr cierta independencia económica y adquirir poder corporativo frente al estado. Los periódicos se convierten en el principal medio de información para una sociedad más plural. Para ello, se tienen que dar unas circunstancias que en Portugal son algo tardías al confluir en esta etapa el final de la monarquía portuguesa y el auge de la prensa social. Uno de los requisitos principales que debe darse para el desarrollo del nuevo modelo de prensa en el siglo XX es el abaratamiento de los periódicos, que conlleva una mayor dependencia de los anuncios en las publicaciones y una mayor tirada. Con ello, la prensa llega a un público más global, incluyendo a las clases populares. En Portugal, tenemos que remontarnos a 1865, cuando aparece *Diário de Notícias*, primer periódico con un precio ajustado a 10 reales, convirtiéndose en el más accesible para las clases populares y en el más apreciado por los anunciantes. Con *Diário de Notícias* irrumpe en Portugal el nuevo modelo de diario que sentará

⁴TENGARRINHA, José – *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. 2ª. ed. Lisboa : Caminho, 1989. p. 260. ISBN 9789722103961.

las bases de la prensa popular del siglo XX: sin afinidades políticas, con contenido principalmente noticioso y con un apoyo financiero centrado en la publicidad y en la venta a pie de calle. En el mismo año de su aparición, comienzan a surgir periódicos que copian este modelo, entre ellos, las tres cabeceras que aparecerían con el nombre de *Jornal de Notícias*: dos en Lisboa y una en Oporto. En 1875 se contaban en Portugal más de una treintena de diarios a 10 reales a imagen de *Diário de Notícias*, convirtiéndose en el siglo XX, en el modelo de prensa en el que se miran la mayoría de los periódicos portugueses. Pese a las restricciones impuestas, en Portugal adquiere mucha relevancia este nuevo estándar de prensa que reclama su poder como principal informador del estado llano en el comienzo del siglo XX. En 1901, el escritor, periodista y bibliógrafo Brito Aranha realiza un balance de los periódicos que sobreviven al cambio de siglo y señala los siguientes, entre los que por entonces llevaban más de 30 años publicándose: En Lisboa: *A revolução de Setembro*, de 1840; *Jornal da Sociedade Farmacêutica Lusitana*, de 1836; *Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa*, de 1835; *A Nação*, de 1847; *Revista Militar*, de 1849; *Jornal do Comércio*, 1853; *Diário de Notícias*, de 1865; *O Popular*, 1868; al que debemos añadir *A voz do Operario*, de 1879, que también tuvo su sede en Lisboa. En Oporto: *O Comércio do Porto*, de 1854 y *O Primeiro de Janeiro*, de 1869. En Coímbra: *O Conimbricense*, fundado en 1845; *O Instituto*, de 1852 y *Tribuna Popular*, de 1856. En Valença: *O Noticioso*, que nació en 1869. En Aveiro: *O Campeão das Províncias*, de 1859. Fuera del continente europeo, Aranha cita los siguientes: *O Açoriano Oriental*, de 1835 (San Miguel); *O Faialense*, de 1857 (Horta); *O Atlântico*, de 1862 (Horta); *A Persuasão*, de 1862 (Punta Delgada); *O Direito*, de 1857 (Madeira); y en las colonias del continente americano: *O Ultramar*, de 1859 e *Índia portuguesa*, fundado en 1861⁵.

El primer diario portugués que logra mantenerse con sus propios recursos y perdurar durante el siglo XX es *Jornal do Comércio*, fundado en 1852 en Lisboa como *Paquete comercial*, y que más tarde tomaría el título de *Folha Comercial de Praça de Lisboa*. En 1853 toma su nombre definitivo como *Jornal do Comércio*⁶. Este periódico desaparece en 1976 siendo el decano de los diarios portugueses continentales⁷. Después de su cese, reaparece en una breve etapa para, más tarde, recuperar su cabecera como revista económica mensual tras 30 años sin publicarse. Teniendo en cuenta las publicaciones aparecidas en las colonias, debemos tomar *Açoriano Oriental*, fundado en San Miguel el 18 de abril de 1835⁸, y aún en activo, como el decano de los periódicos portugueses.

Los medios de comunicación que se enfrentaron al estado monárquico con más fuerza fueron los periódicos de propaganda libertaria, pese a que la mayoría de cabeceras no consiguió mantenerse debido a las restricciones de la “*lei dos anarquistas*”. Fueron en su mayoría periódicos efímeros que no pudieron hacer frente a las persecuciones de los poderes monárquicos. También se intensificó la prensa republicana, que de igual modo estuvo fuertemente controlada por las autoridades monárquicas. Podemos

⁵ Ibídem, p. 185.

⁶ MARTINS, Rocha – *Pequena história da imprensa portuguesa*. Lisboa : Inquérito, 1941. p. 57.

⁷ ALTABELLA, José – Desaparece *Jornal do Comercio*, decano de la prensa portuguesa. *Diario ABC*. Madrid. (5 de septiembre de 1976) 23.

⁸ MARTINS, Rocha – *Pequena história da imprensa portuguesa*. Lisboa : Inquérito, 1941. p. 98.

destacar entre ellas algunas publicaciones que lograron perdurar cierto tiempo, como *O Século*, periódico nacido en Lisboa en enero de 1881, que se mantuvo hasta 1977, y que sería uno de los medios de comunicación más importantes en la prensa portuguesa del siglo XX. En 1902, una decena de redactores de *O Século* fundan *O Diário*, con el fin de propagar las ideas del Partido Republicano⁹. Cabe destacar también, la tenacidad de un semanario de movimiento revolucionario llamado *Povo de Aveiro*, que logró publicar desde 1882 hasta 1941. Entre 1886 y 1896, fecha de la introducción de la ley contra los anarquistas, se publicaron más de una veintena de publicaciones de corte libertario o anarquista, los que lograron sobrevivir por más tiempo fueron: *A Garlopa*, Lisboa, 1886; *A Revolução Social*, fundado en Oporto en 1887; *O Rebelde*, Lisboa, de 1889; *A Revolta*, de 1889, también nacido en Oporto; *A Revolta* (2ª série), de 1892, publicado en Lisboa y *A Propaganda*, que comenzó a publicarse en Lisboa en 1894¹⁰. En Lisboa se publicó, además, en 1880 una hoja federativa periódica llamada *Vanguarda*, de bastante repercusión para el movimiento republicano. Una publicación imprescindible para la propaganda revolucionaria fue la fundada por João Pinheiro Chagas, *A Marselhesa*¹¹, que contenía un suplemento de caricaturas y que fue lanzada en Oporto en 1890. Este medio fue continuamente denunciado y perseguido por los órganos monárquicos, por lo que su director tuvo que exiliarse en París tras ser encarcelado¹². Podemos destacar otras publicaciones periódicas en el ámbito revolucionario como *A folha do povo*, que publicó de 1881 a 1907 y *A Patria*, diario que se fundó en Lisboa en 1890¹³.

La represión contra las publicaciones revolucionarias se intensificó con la promulgación de la “*Lei dos anarquistas*” de 1896, que permite meter en prisión a todo el que «apoie, defenda ou incite, oralmente ou por escrito, a acção subversiva ou que professe as doutrinas anarquistas». La prensa tenía prohibidos derechos básicos en la comunicación libre como informar sobre los atentados, las investigaciones policiales o los procesos judiciales bajo la amenaza de la suspensión, el secuestro de las publicaciones y una multa de 500 mil reales que pagaban los impresores. La justicia portuguesa deportaría a Timor, Mozambique y Guinea-Bissau a todos los trabajadores peligrosos o simplemente, sospechosos. En la clandestinidad salieron algunos periódicos de ideas anarquistas como *O Petardo Anarquista*, surgido en Aveiro en 1896, y *O Revoltado*, que aparecería en Coímbra en el año 1898. Ya en el siglo XX se publicarían clandestinamente *O Germinal*, en 1900, en Lisboa y *O Agitador*, en Oporto, en 1901. Hasta el año 1906 la lucha contra la prensa se recrudece, suprimiéndose cuatro de los periódicos más combativos: *4 de setembro*, *Pátria*, *Lanterna* y *O Paiz*¹⁴. En 1908

⁹ TENGARRINHA, José – *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. 2ª. ed. Lisboa : Caminho, 1989. p. 237. ISBN 9789722103961.

¹⁰ *Ibidem*, p. 243.

¹¹ Rocha Martins cita la publicación de João Pinheiro “*A Marselhesa*” con el título de “*República portuguesa*”.

¹² MARTINS, Rocha – *Pequena história da imprensa portuguesa*. Lisboa : Inquérito, 1941. p. 80

¹³ BIBLIOTECA NACIONAL; RAFAEL, Gina Guedes; SANTOS, Manuela – *Jornais e Revistas Portugueses do Século XIX. Vol. II*. Lisboa : Biblioteca Nacional, 2002. p. 160 ISBN 9789725653142.

¹⁴ BARROS, Julia Teresa Pinto De Sousa Leitão de – *O Jornalismo Político Republicano radical. O Mundo (1900-1907)* [Em linha]. Lisboa : Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova

aparece la publicación anarquista más longeva: *A Sementeira*, que aguantó hasta 1919 en publicación mensual y que, pese a ser suspendida y perseguida, reunió a los colaboradores más comprometidos con los movimientos de la revolución¹⁵.

También en el ámbito revolucionario apareció *A Luta*, que publicó de 1900 a 1920; y más tarde, *A capital*, que se fundó en 1907. El 16 de septiembre de 1900 aparece *O Mundo*, que fue el periódico republicano radical de mayor repercusión en el periodo revolucionario, siendo el tercero más leído de Lisboa tras *O Século* y *Diário de Notícias*. Entre 1900 y 1905 *O Mundo* sería prácticamente el único jornal de Lisboa sujeto a períodos de censura, querellas y secuestros¹⁶. Más tarde, y ya con las bases de la Primera República aparece *A República*, de Antonio José de Almeida, fundado en 1911¹⁷.

También ven la luz varios periódicos monárquicos, la mayoría en Lisboa. Entre los que aún se publicaban en la primera década del siglo XX podemos destacar *Popular*, publicado en Lisboa entre 1896 y 1907, antecedente de *Diário Popular*¹⁸; *A Opinião*, que estuvo activo entre 1892 y 1910¹⁹; *Novidades*, que publicó en un extenso periodo de 1885 a 1964²⁰; y *Diário Illustrado*, publicado en Lisboa entre 1872 y 1911²¹.

4. La publicidad como eje de la prensa social

Pese a que desde 1715, en la *Gazeta de Lisboa*, podemos encontrar publicidad en la prensa periódica portuguesa, la eclosión de los anuncios en prensa no se da hasta finales del siglo XIX, cuando la publicidad encontró las circunstancias apropiadas para consolidarse como actividad profesional y crear las estructuras de una ocupación cuyo ingreso principal será, a partir de entonces, resultado del negocio publicitario. Crecerán alrededor de la prensa algunas actividades relacionadas con los anuncios, pero más adelante, con la profesionalización del oficio, surgirán empresas especializadas en gestionar la publicidad²².

Ya en la primera década del siglo XX la prensa ejerce su predominio en todos los países industrializados. Los periódicos se convierten en el medio idóneo para

de Lisboa, 2014, atual. jul. 2014. [Consult. 12 jun. 2016]. Disponível em WWW:<URL:https://run.unl.pt/handle/10362/13094>. p. 147.

¹⁵ TENGARRINHA, José – *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. 2ª. ed. Lisboa : Caminho, 1989. p. 243. ISBN 9789722103961.

¹⁶ BARROS, Julia Teresa Pinto De Sousa Leitão De – *O Jornalismo Político Republicano radical. O Mundo (1900-1907)* [Em linha]. [S.l.] : Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2014, atual. jul. 2014. [Consult. 12 jun. 2016]. Disponível em WWW:<URL:https://run.unl.pt/handle/10362/13094>. P. 160.

¹⁷ MARTINS, Rocha – *Pequena história da imprensa portuguesa*. Lisboa : Inquérito, 1941. p. 86

¹⁸ BIBLIOTECA NACIONAL; RAFAEL, Gina Guedes; SANTOS, Manuela – *Jornais e Revistas Portugueses do Século XIX. Vol. II*. Lisboa : Biblioteca Nacional, 2002. p. 181. ISBN 9789725653142.

¹⁹ *Ibidem*, p. 140.

²⁰ *Ibidem*, p. 130.

²¹ BIBLIOTECA NACIONAL; RAFAEL, Gina Guedes; SANTOS, Manuela – *Jornais e Revistas Portugueses do Século XIX Vol. I*. Lisboa : Biblioteca Nacional, 1998. p. 257. ISBN 9789725652299.

²² EGUIZÁBAL, Raúl – *Historia de la publicidad*. 2ª ed. Madrid : Fragua, 2011. p. 159. ISBN 9788470744204.

promocionar cualquier producto o servicio, independientemente del tipo de público al que se quisiera llegar.

En el caso de la evolución de los anuncios en la prensa portuguesa, debemos destacar la irrupción de *Diário de Notícias*, que cambiará el concepto de la publicidad en los medios impresos lusos del siglo XX que se desarrollan con la publicidad como soporte financiero. *Diário de Notícias*, fundado en las oficinas de *Tipografia Universal*, ubicadas en la *Rua dos Calafates* de Lisboa, fue el primer periódico portugués que vio la luz a 10 reales, precio muy inferior al del resto de cabeceras diarias. Su programa inicial apareció el 29 de diciembre de 1864, y su primer número, el 1 de enero de 1865 con el título completo de “*Diário de Notícias, Noticiário Universal*”²³. Este nuevo periódico inaugura un sistema de anuncios dirigido a todas las clases sociales, convirtiéndose en el máspreciado por los anunciantes de entre todos los medios portugueses. Los fundadores fueron el periodista José Eduardo Coelho y el dueño de *Tipografia Universal*, Tomás Quintino Antunes. *Diário de Notícias* se inspiró en *La Correspondencia de España*, aparecido en 1849; y en *Petit Parisien*, rotativo francés de 1876. Este nuevo modelo de diario popular había surgido algunos años antes en Estados Unidos con la aparición, en 1833, del *New York Sun*²⁴. *Diário de Notícias* intentó mantenerse políticamente neutro y su contenido pretendía ser estrictamente noticioso en un contexto en el que la mayoría de las cabeceras estaban ligadas a algún ámbito político. En su número inaugural se presentaba la nueva publicación de este modo: “*Uma compilação cuidadosa de todas as notícias do dia, de todos os países e de todas as especialidades (...) Eliminando o artigo de fundo, não discute política, nem sustenta polémica*”²⁵. Aunque *Diário de Notícias* permitía suscripciones, no constituyeron su financiación principal, ya que se sustentó mediante la publicidad y la venta a pie de calle por vendedores de prensa diaria, creándose una nueva profesión en torno a la periódico que se mantuvo en las aceras de Portugal hasta la segunda mitad del siglo XX. Tal fue el éxito de *Diário de Notícias*, que poco más de un mes después de su aparición comenzaron a publicarse periódicos que copiaban al detalle su modelo e incluso buscaban nombres similares, fue el caso de *Jornal de Notícias*, de Oporto y otras dos cabeceras con el mismo nombre aparecidas en Lisboa. En 1875 había más de 30 diarios a 10 reales que seguían el modelo de *Diário de Notícias*, lo que nos puede dar una idea de su repercusión y del cambio que se estaba produciendo en la prensa portuguesa.

La reducción en el precio del ejemplar fue posible gracias a las inclusiones publicitarias. A finales del siglo XIX y principios del XX, los anuncios en la prensa periódica crecen de forma exponencial. Los diarios portugueses se encontraban en tercer lugar en cuanto a los que más publicidad contenían en Europa. *Diário de Notícias* llegaría a insertar 686 anuncios en un solo número (en 1885), pero el incremento sería mayor ya en el siglo XX, en 1913 se llegarían a publicar en un número, un total de 1395

²³ MARTINS, Rocha – *Pequena história da imprensa portuguesa*. Lisboa : Inquérito, 1941. p. 62.

²⁴ BARRERA, Carlos – *Historia del Periodismo universal*. Barcelona : Ariel, 2004. p. 90. ISBN 9788434413009.

²⁵ TENGARRINHA, José – *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. 2ª. ed. Lisboa : Caminho, 1989. p. 215. ISBN 9789722103961.

anuncios²⁶. El 1 de julio de 1914, en una sola página del diario se acumularía la cifra impactante de 642 anuncios²⁷.

En 1882 la inserción publicitaria en *Diário de Notícias* tenía un precio de 20 reales por línea y se pagaba un impuesto de 10 reales (Decreto de 26 de noviembre de 1885). Pese a ello, los anuncios pasan en esta transición de siglo a convertirse en la cuota más importante de los rendimientos económicos de la prensa periódica, que hasta entonces, se sustentaba primordialmente de la venta de los ejemplares y de las suscripciones. Pero el impuesto sobre los anuncios no supuso el único impedimento, en Portugal no fue sencilla la introducción de la publicidad, en primer lugar por la falta de dinamismo económico, y en segundo lugar, por las reticencias de los propios empresarios hacia las ventajas de la publicidad. Para fomentar en estos ámbitos la inclusión publicitaria, surgieron las agencias de anuncios; la primera de la que tenemos constancia en Portugal fue *Agência primitiva de Anúncios*, que tuvo un contrato especial con *Diário de Notícias*²⁸ desde 1868.

Una vez perfeccionado el método de producción masiva que la maquinaria ofrecía a la prensa, la organización periodística se centra en lograr el interés de todas las opiniones, la comprensión por parte de un número más amplio de la sociedad, el abaratamiento del ejemplar, y la expansión de la publicidad en su doble vertiente: anunciante y lector. La relación entre coste y precio se convertirá en la cuestión central del negocio de la prensa²⁹. Ya en el siglo XX, se imponen los medios de impresión de la rotativa y la linotipia, que mejoran la producción de la prensa, haciéndola aún más barata y accesible a todas las clases sociales. Los periódicos, entendidos ahora como negocio debido a la conversión de los empresarios en anunciantes, así como la transformación del público en consumidor de anuncios al mismo tiempo que de contenidos de información, hacen posible que en el comienzo del siglo XX la aparición de la publicidad moderna se asocie, principalmente, al medio más relevante del momento: la prensa de masas.

5. La organización corporativa de la prensa y su evolución como *Cuarto poder*

Una vez expuesta la situación de la prensa en el final de la monarquía, así como la importancia de la eclosión publicitaria que le otorga independencia financiera y acceso a un público más amplio, hemos de destacar las peculiaridades de la organización de la prensa en el siglo XX, y la incipiente llegada de las profesiones relacionadas con la publicidad. Esta asociación hará que la prensa, como ente corporativo, cobre, a lo largo del siglo XX, un autoridad frente al estado que será conocida como “el cuarto poder”.

²⁶ *Ibidem*, p. 225-226.

²⁷ DA CUNHA, Alfredo – *O diário de notícias : a sua fundação e os seus fundadores : alguns factos para a história do jornalismo português*. Ed. comemorativa do cinquentenário do Diário de notícias ed. Lisboa : Tipografia Universal, 1914. p. 55.

²⁸ TENGARRINHA, José – *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. 2ª. ed. Lisboa : Caminho, 1989. p. 226. ISBN 9789722103961.

²⁹ CHARTIER, Roger; ESPEJO, Carmen – *La aparición del periodismo en Europa: comunicación y propaganda en el Barroco*. Madrid : Marcial Pons, 2012. p. 274-275. ISBN 9788492820672.

Para ello es necesario el impulso de una clase profesional en torno a la prensa, y específicamente, la creación de una corporación paralela destinada a la publicidad, entendida como una actividad organizada y no, únicamente como la aparición de anuncios en los periódicos como se había tratado hasta finales del XIX. Es por ello, que en el siglo XX, se puede delimitar la publicidad a una actividad empresarial de carácter comunicativo que se manifiesta con la existencia de anuncios³⁰. Anteriormente, se consideraba una actividad económica menor, no demasiado rentable y que aún no era determinante en la comercialización de bienes o servicios, y menos aún en los hábitos de elección del consumidor. A finales del XIX crecerán alrededor de la prensa algunas actividades relacionadas con la publicidad, pero más adelante, en el siglo XX, con la profesionalización del oficio, surgirán empresas especializadas. El hecho de obtener sus ingresos exclusivamente de la publicidad, servirá de iniciativa para hacer de ella un elemento imprescindible para los editores de periódicos, inmersos en un entorno cada vez más competitivo, pero idóneo para su desarrollo³¹. Los medios de comunicación de masas van ganando poder frente al estado ya que se convierten en corporaciones —o grupos corporativos— independientes tanto en ideología como en recursos económicos.

Los problemas económicos y sociales derivan en problemas políticos, pero no tanto en ideologías, sino en circunstancias laborales, sociales y propósitos técnicos. Ante una sociedad dividida en capitalistas y socialistas, el corporativismo surge como un elemento para combatir los problemas sociales entre operario y empresario, concebidos como entidades de trabajo y de capital. El hecho sociológico y el episodio económico situaban a la corporación como el instrumento para una política social a veces sometida a los imperativos de ucronías gremialistas o utopías industriales³².

A finales del XIX los periódicos solían ser creados por iniciativa de un pequeño grupo de personas con las mismas ideas políticas, o por sociedades sin ánimo de lucro. Comenzaban con poco capital, y contactaban con círculos afines que les aseguraran un número de interesados. Cuando se aseguraban un mínimo de suscriptores, lanzaban la publicación. Todos los periódicos tenían un redactor responsable, cuyo nombre estaba asociado a la publicación y a sus ideas, por lo que en su mayoría, estaban dominados por intereses políticos. La inclusión masiva de publicidad en prensa, la reducción en el precio del ejemplar y las mejoras técnicas libera, en cierto modo, la organización industrial de la prensa. Esta evolución conlleva también importantes variaciones en el desarrollo de la profesión periodística, que también pasa a ser más dependiente de factores económicos, y no tanto de ideas políticas o afinidades a los poderes del gobierno. El mayor problema para los profesionales de la prensa portuguesa fue que el rápido desarrollo de la industria no era compatible con los límites legales a la libertad de prensa impuestos por la monarquía y además, había que enfrentarse a diversos

³⁰ EGUIZÁBAL, Raúl – *Historia de la publicidad*. 2ª edición ed. Madrid : Fragua, 2011. p. 199. ISBN 9788470744204.

³¹ *Ibidem*, p. 219.

³² FERNÁNDEZ RIQUELME, Sergio – La historia del corporativismo en Europa: Aproximación a las formas jurídico-políticas de representación del trabajo. *Diálogos Revista Electrónica de Historia*. ISSN 1409-469X. 13:1 (2012) p. 161. [Consult. 12 mai. 2016]. Disponível em WWW:<URL: <http://revistas.ucr.ac.cr/index.php/dialogos/article/view/6368/6071>>.

problemas asociados a esta innovación técnica en un gremio con poca preparación práctica.

Podemos situar el mes de agosto de 1846 como precedente en Portugal de los movimientos corporativistas en torno a la prensa, ya que es cuando se reúnen en el Conservatorio Real de Lisboa algunos periodistas y hombres de letras que, convocados por José Estêvão y Almeida Garrett, fundan la “*Liga o Associação Promotora dos Melhoramentos da Imprensa*”. Por primera vez, la prensa unida se levantaba en defensa de sus derechos. Uno de los puntos que se acordaron en el memorándum que se redactó más tarde fue la neutralidad política en asuntos literarios y artísticos. También se trató la situación de otro grupo relacionado, el de los tipógrafos. Se pidió el desarrollo de la enseñanza técnica en este campo, ya que se apuntaba la falta de preparación e incultura de este sector como una de las causas principales del atraso en el avance de la prensa portuguesa³³. A partir de 1871, el movimiento operario portugués entra en una ruptura con la sociedad y abandona la fase mutualista, apoyándose en los movimientos socialistas internacionales. Se refleja en los periódicos operarios que destacan las luchas de la clase trabajadora, ejerciendo una importante influencia en los movimientos socialistas. En 1886 se desarrollarían los movimientos anarquistas, que también usan la prensa propia para lanzar sus ideas a la sociedad. Estos movimientos libertarios fueron el pretexto para promulgar, en 1896, la “*Lei dos anarquistas*” que tanto afectó a la libertad de prensa portuguesa. A medida que avanza la primera década del siglo XX es visible un distanciamiento entre el movimiento republicano y el operario, salpicado con continuas polémicas y desencuentros³⁴.

Como ejemplo de la situación laboral que este desarrollo supuso, hemos de destacar las dificultades tanto laborales como políticas que tuvo que afrontar *Diário de Notícias*, siendo una de las más graves, la denominada *lucha de los tipógrafos* de 1904³⁵. Debido al desarrollo de la prensa en el siglo XX, los tipógrafos serían el eslabón más débil de la cadena, trabajando hasta 12 horas en unas condiciones pésimas y con sueldos mínimos. Hasta 1902 existió una asociación de operarios gráficos en Lisboa, llamada *Liga das Artes Gráficas*, aunque sus acciones eran casi nulas³⁶, más tarde aparecerían nuevas asociaciones que lucharían con más éxito por los derechos de los tipógrafos. Los empresarios ejercerían represiones contra los operarios, produciéndose importantes luchas reivindicativas como consecuencia de las contradicciones del régimen capitalista³⁷.

Cuando la situación de la prensa se recrudece con la llegada del dictador João Franco, las asociaciones de periodistas de Lisboa y Oporto envían un mensaje de

³³ TENGARRINHA, José – *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. 2ª. ed. Lisboa : Caminho, 1989. p. 193-194. ISBN 9789722103961.

³⁴ *Ibidem*. p. 243-244.

³⁵ MATOS E LEMOS, Mário; BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – *Notícia: O Diário de Notícias faz hoje 150 anos* [Em linha], atual. 29 dez. 2014. [Consult. 8 mai. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.bnportugal.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=991: noticia-o-diario-de-noticias-faz-hoje-150-anos-29-dezembro-2014&catid=164:2014&Itemid=1012>.

³⁶ TENGARRINHA, José – *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. 2ª. ed. Lisboa : Caminho, 1989. p. 230-231. ISBN 9789722103961.

³⁷ *Ibidem*, p. 226.

protesta al parlamento, fechado el 19 de diciembre de 1906, para solicitar el cese de la represión contra la prensa, pero no consiguen frenar la persecución auspiciada por la monarquía. El 21 de enero de 1908 se recrudece la situación con la encarcelación de los periodistas João Chaga y França Borges, que logran huir a España, donde Borges publicaría *O espectro do Mundo*, desde la ciudad de Badajoz³⁸. Como se expone, la organización industrial de la prensa condiciona, a su vez, el desempeño del periodista, mucho más orientado a la redacción y al ámbito noticioso, y alejado de los asuntos técnicos y económicos de la prensa, pero sobre todo, no identificado necesariamente con las ideas que defendía en sus artículos en épocas anteriores en las que formaba parte del negocio en todos sus ámbitos. Ahora es un trabajador más y su misión es atraer al público lector³⁹, por lo que el gobierno ve en los periodistas una amenaza como propagador de ideas que alimenten a las clases populares.

Es importante, para conocer la evolución histórica del sistema corporativo del siglo XX, tener en cuenta a aquellas instituciones que lo antecedieron, y a las cuales podemos referirnos como corporaciones. Sin embargo, en sus propios comienzos, y aunque hablamos de organizaciones precursoras, no tenían definidas todavía las finalidades del corporativismo. Dentro del marco histórico y de las fases fundamentales a través de las cuales se desarrolló el sistema corporativo, podríamos diferenciar, atendiendo a los hechos, por un lado, las propias instituciones y por otro, los diversos sistemas que las representan. La diferencia que existe entre las corporaciones del pasado y las corporaciones modernas se deben, fundamentalmente, a que las primeras corresponden al concepto del principio corporativo, y las segundas, al del sistema corporativo⁴⁰. En el siglo XX, como sistema corporativo, la prensa logrará un impulso de la libertad, conquista de derechos fundamentales, y de la democracia como nueva forma de gobierno. Los periódicos, pasan a ser reconocidos como un medio de denuncia de las injusticias sociales, formándose la concepción del “*cuarto poder*” que aún hoy mantienen los soportes de comunicación, y que, como institución social, se desarrollan en el siglo XX, cuando podemos atribuir un sistema corporativo asociado a la prensa. Este proceso de construcción social a través de la producción mediática es básico en el estudio del origen y la evolución de la prensa como sistema, ya que son de gran relevancia para entender la necesidad que tiene el hombre de comunicarse hacia públicos cada vez mayores⁴¹ y con ello, ejercer ese poder.

³⁸ PIZARROSO QUINTERO, Alejandro – *História da imprensa*. Lisboa : Planeta editora, 1996. p. 363. ISBN 9727310451.

³⁹ TENGARRINHA, José – *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. 2ª. ed. Lisboa : Caminho, 1989. p. 240. ISBN 9789722103961.

⁴⁰ CEVEDO MARÍN, Miguel Omar – *Sindicalismo y corporativismo* [Em linha] [Consult. 20 mai. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<http://m.monografias.com/trabajos75/sindicalismo-corporativismo/sindicalismo-corporativismo2.shtml>>.

⁴¹ SILVA, Rodrigo Carvalho da – *História do jornalismo: evolução e transformação* [Em linha] [Consult. 14 mai. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.insite.pro.br/2012/julho/historia_jornalismo_evolucao.pdf>.

6. Conclusiones

En el marco expuesto, destacamos la inclusión de la publicidad en la prensa periódica portuguesa como un hecho que acerca la prensa a las clases populares en una etapa crucial para las libertades de la población más vulnerable. Las corporaciones alrededor de la prensa tuvieron que adaptarse a diferentes contextos y restricciones en una época en la que los periódicos, si bien estaban preparados para reclamar su protagonismo ante la sociedad sobre sus intereses, debían hacer frente al poder de un gobierno represivo que daba sus últimas muestras de autoridad. Es por ello que en el análisis exponemos una etapa de gran número de periódicos efímeros en el que únicamente resistieron aquellos medios que supieron establecer alianzas o hacer valer su poder mediático frente a la autoridad monárquica. Se destaca que, en la primera década del siglo XX, el nuevo modelo de prensa de masas cobra especial importancia en los países industrializados debido a que logra independencia económica y adquiere un poder corporativo frente al estado como principal medio de información para una sociedad más plural. No se trata de un hecho centrado en Portugal, haciendo un recorrido por los países libres de Europa, entre 1870 y 1914, se contemplan las mismas características generales: crecimiento del número de periódicos y de lectores, aumento de los gastos, aumento, cada vez mayor, de los anuncios que pagan estos gastos, así como una competencia feroz⁴².

Esta evolución de la prensa colaboró a un avance en la libertad de la sociedad, que ganaría en derechos fundamentales desde el momento en el que los periódicos pasan a ser reconocidos como medio para la denuncia de las injusticias sociales. Además, colaboraría en gran medida a adoptar una república democrática como nueva forma de gobierno en Portugal.

Podría decirse que en la actualidad hemos heredado de esta etapa de convergencia entre prensa y publicidad otros aspectos del periodismo de masas no tan positivos, ya que la sociedad se encuentra expuesta a unos medios de comunicación globalizados que, en ocasiones, defienden los intereses del capitalismo y que se encuentran influenciados por factores económicos que sobrepasan, en numerosas ocasiones, el derecho a la información.

Referencias Bibliográficas

- ALTABELLA, José – Desaparece Jornal do Comercio, decano de la prensa portuguesa. *Diario ABC*. Madrid. (5 de septiembre de 1976) 23.
- BARRERA, Carlos – *Historia del Periodismo universal*. Barcelona : Ariel, 2004. 417 p. ISBN 9788434413009.
- BARROS, Julia Teresa Pinto De Sousa Leitão de – *O Jornalismo Político Republicano radical. O Mundo (1900-1907)* [Em linha]. Lisboa : Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2014, atual. jul. 2014. [Consult. 12 jun. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<https://run.unl.pt/handle/10362/13094>>.

⁴² GEORGES, Weill – *El periódico: orígenes, evolución y función de la prensa periódica*. México D. F. : Unión Tipográfica Editorial Hispano Americana, 1979. p. 195. ISBN 9684389205.

- BIBLIOTECA NACIONAL; RAFAEL, Gina Guedes; SANTOS, Manuela – *Jornais e Revistas Portugueses do Século XIX Vol. I*. Lisboa : Biblioteca Nacional, 1998. 479 p. ISBN 9789725652299.
- BIBLIOTECA NACIONAL; RAFAEL, Gina Guedes; SANTOS, Manuela – *Jornais e Revistas Portugueses do Século XIX. Vol. II*. Lisboa : Biblioteca Nacional, 2002. 427 p. ISBN 9789725653142.
- CEVEDO MARÍN, Miguel Omar – *Sindicalismo y corporativismo* [Em linha] [Consult. 2 mai. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<http://m.monografias.com/trabajos75/sindicalismo-corporativismo/sindicalismo-corporativismo2.shtml>>.
- CHARTIER, Roger; ESPEJO, Carmen – *La aparicion del periodismo en Europa: comunicacion y propaganda en el Barroco*. Madrid : Marcial Pons, 2012. 281 p. ISBN 9788492820672.
- CHAVES, António Rego – *Por que não mataram João Franco (Rocha Martins)*. Incensuráveis [Em linha], atual. 2007. [Consult. 1 jun. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<https://sites.google.com/site/incensuraveis/por-que-nao-mataram-joao-franco-rocha-martins>>.
- DA CUNHA, Alfredo – *O diário de notícias : a sua fundação e os seus fundadores : alguns factos para a história do jornalismo português*. Ed. comemorativa do cinquentenário do Diário de notícias ed. Lisboa : Tipografia Universal, 1914. 347 p.
- EGUIZÁBAL, Raúl – *Historia de la publicidad*. 2ª edición ed. Madrid : Fragua, 2011. 527 p. ISBN 9788470744204.
- GEORGES, Weill – *El periódico: orígenes, evolución y función de la prensa periódica*. México D. F. : Unión Tipográfica Editorial Hispano Americana, 1979. 325 p. ISBN 9684389205.
- MALTEZ, José Adelino – *Corporativismo A expressão portuguesa corporativismo comporta uma pluralidade de significações* [Em linha], atual. 2004. [Consult. 2 mai. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<http://maltez.info/respublica/topicos/aaletrec/corporativismo.htm>>.
- MARTINS, Rocha – *Pequena história da imprensa portuguesa*. Lisboa : Inquérito, 1941. 114 p.
- MATOS E LEMOS, Mário; BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – *Notícia: O Diário de Notícias faz hoje 150 anos* [Em linha], atual. 29 dez. 2014. [Consult. 8 mai. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.bnportugal.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=991:noticia-o-diario-de-noticias-faz-150-anos-29-dezembro-2014&catid=164:2014&Itemid=1012>.
- MONTAGUT, Eduardo – *Los problemas de la industrialización en el Portugal decimonónico* [Em linha], atual. 17 jul. 2015. [Consult. 1 mai. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.publicoscopia.com/cultura/item/4516-los-problemas-de-la-industrializacion-en-el-portugal-decimononico.html>>.
- MOTTA DE SOUSA, José Manuel; MARIANO VELOSO, Lúcia Maria – *História da imprensa periódica portuguesa: subsídios para uma bibliografia*. Catálogos e bibliografias. Coimbra : Biblioteca Geral da Universidade, 1987. 252 p.
- PIZARROSO QUINTERO, Alejandro – *História da imprensa*. Lisboa : Planeta editora, 1996. 703 p. ISBN 9727310451.
- FERNÁNDEZ RIQUELME, Sergio – La historia del corporativismo en Europa: Aproximación a las formas jurídico-políticas de representación del trabajo. *Diálogos Revista Electrónica de Historia*. ISSN 1409-469X. 13:1 (2012) 151–178. [Consult. 12 mai. 2016]. Disponível em WWW:<URL: <http://revistas.ucr.ac.cr/index.php/dialogos/article/view/6368/6071>>.

- SILVA, Rodrigo Carvalho da – *História do jornalismo: evolução e transformação* [Em linha]
[Consult. 4 mai. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.insite.pro.br/2012/julho/historia_jornalismo_evolucao.pdf>.
- TENGARRINHA, José – *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. 2ª. ed. Lisboa : Caminho, 1989. 352 p. ISBN 9789722103961.

A “Organização Nacional das conservas de peixe”: economia dos interesses e ordenamento corporativo (1927-1938)

Francisco Henriques

Francisco Henriques - Licenciado em História pela Universidade da Cantábria (Espanha), Mestre em História Contemporânea pela Universidade Nova de Lisboa e doutorando no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa/ Programa Interuniversitário de Doutoramento em História com bolsa FCT (PD/BD/105840/2014). Autor de *A Baleação e o Estado Novo. Industrialização e organização corporativa* (2016). Email: franciscomaiahenriques@gmail.com

https://doi.org/10.14195/1647-8622_16_8

A “ORGANIZAÇÃO NACIONAL DAS CONSERVAS DE PEIXE”: ECONOMIA DOS INTERESSES E ORDENAMENTO CORPORATIVO (1927-1938)

O projecto de reorganização estatal da indústria de conservas de peixe coincide com o período de formação das bases institucionais do Estado Novo e o impacto moderado da crise internacional em Portugal. Neste artigo procuramos demonstrar como a prévia “economia dos interesses” conserveiros procurou conter os efeitos de crise no sector em meados dos anos vinte e de como esses interesses se viriam a identificar com as soluções autoritárias preconizadas por Salazar em 1931. Na interpretação desta conjuntura daremos especial atenção às pressões dos mercados externos sobre a “cadeia de oferta” das conservas de peixe, antes e depois da Grande Depressão, para compreender o alcance e limite dos processos de “cartelização estatal”.

Palavras-chave: Indústria de conservas; Mercados internacionais; Intervenção estatal; Grande Depressão; Nacionalismo económico.

THE “ORGANIZAÇÃO NACIONAL DAS CONSERVAS DE PEIXE”: INTEREST GROUPS AND CORPORATISM (1927-1938).

The project of state-led reorganization of the canning industry occurred along with the institutional construction of the new authoritarian regime and the moderate impact of the international crisis in Portugal. In this article we argue that previous interest groups activity in the canning industry tried to resolve the crisis effects in the sector during the 20's and they would later join the authoritarian solutions defended by Salazar in 1931. While interpreting this conjuncture, special attention will be given to the effects of international markets in the fish supply chain, both before and after the Great Depression, to understand better the limits and goals of state-led cartelization.

Keywords: Canning industry; International markets; State interventionism; Great Depression; Economic nationalism.

L' « ORGANIZAÇÃO NACIONAL DAS CONSERVAS DE PEIXE » : ECONOMIE DES INTERES ET ORDRE CORPORATIF (1927- 1938)

Le projet de réorganisation de l' industrie des conserves de poisson coincide avec l' période de formation des bases institutionnelles du *Estado Novo* et l' impact modérée de la crise international au Portugal. Dans cet article, nous voulons montrer comme le précédente « économie des intérêts » s' est efforcé a répondre a la crise de l'industrie dans les années 20 et s' en identifiée avec les solutions autoritaires préconisées par Salazar en 1931. Dans la interprétation de cet conjuncture, nous prenons en considération les pressions des marchés extérieurs sur le « chaîne d'approvisionnement » des conserves de poisson, avant et depuis de la Grande Dépression, pour comprendre la portée et des limites de la « cartellisation étatique ».

Mots-clés: Industrie des conserves ; Marchés extérieurs ; Intervention de l' Etat ; Grande Dépression.

1. Introdução

Este exercício pretende contribuir para a discussão sobre as bases de implantação social do novo regime autoritário português. O problema, tal como o formulou Philippe Schmitter, está em compreender se os alicerces do novo regime têm *origem social*, a partir do recrutamento ou cooptação de indivíduos e “interesses”, *contexto económico* de resposta às dificuldades conjunturais da economia, ou *origens políticas* caracterizadas pela crise de legitimidade parlamentar e a assunção de um poder ditatorial mobilizador¹. A observação empírica prova que estas categorias não se excluem. A indústria de conservas de peixe – uma das principais exportações e fonte de emprego no país dos anos trinta – será um bom exemplo para verificar como interesses previamente organizados se confrontaram como um novo modelo de Estado antiliberal e como uns e outros se posicionaram face às pressões criadas pela crise internacional.

A questão dos interesses tem sido, directa ou indirectamente, largamente debatida na historiografia. A proposta mais desenvolvida encontra-se em N. L. Madureira: frente à fragmentação intrasectorial e os conflitos de interesse dos movimentos patronais, o salazarismo propôs integrar grupos sociais e económicos na tomada de decisões ao mesmo tempo que definia o Estado como instância central de arbitragem². A indústria de conservas, com um modelo de crescimento abrupto e incapaz de se autorregular nos anos vinte, teria sido a oportunidade para os corporativistas defenderem uma solução anti-individualista que absorveu as propostas de “cartelização” e se tornou numa visão permanente da sociedade³. Esta tese pressupõe a dinâmica do associativismo liberal e a sua progressiva dissociação do regime republicano, quer através da imprensa quer de projectos políticos alternativos, como já havia notado A. J. Telo⁴. Diferente é a postura de K. Schwartzman, para quem as causas do colapso democrático se encontravam nas propensões estruturais portuguesas, numa “economia desarticulada” incapaz de induzir efeitos positivos de crescimento entre os sectores produtivos, sintoma da sua condição semiperiférica⁵.

Estas e outras explicações serão válidas para explicar a ascensão do regime autoritário mas atribuem uma importância relativa, senão minoritária, ao impacto da Grande Depressão em Portugal. A causa, como veremos, poderá estar na visão tradicional dos efeitos benignos da crise internacional. Uma abordagem comparada indica que a crise foi um argumento para o ensaio de novas culturas industriais em França, Grã-Bretanha

¹ SCHMITTER, Philippe C - *Portugal: do autoritarismo à democracia*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 1999, p. 106 e ss.

² Veja-se as conclusões de MADUREIRA, Nuno L. - *A economia dos interesses: Portugal entre as guerras*. Lisboa, Livros Horizonte, 2002.

³ MADUREIRA, Nuno L. - «Cartelization and Corporatism: Bureaucratic Rule in Authoritarian Portugal, 1926-1945» in *Journal of Contemporary History*, 42.1 (2007), 79-96.

⁴ TELO, António J. , *Decadência e queda da I República Portuguesa*. Lisboa, Regra do Jogo, 1980, Vol. II, p. 36-42.

⁵ SCHWARTZMAN, Kathleen C - *The Social Origins of Democratic Collapse: The First Portuguese Republic in the Global Economy*. Lawrence, , University Press of Kansas, 1989, P. 83-90.

e Estados Unidos, apesar de os esforços não terem tido sucesso nos anos seguintes⁶. Para já, importa reforçar que este foi um momento de desordem que abriu hipóteses à legitimação da intervenção do Estado na economia segundo propósitos de protecção nacionalista; e que essa intervenção privilegiaria os sectores mais conectados aos mercados externos como as conservas e a pesca em geral.

2. Os interesses conserveiros e a República

Entre 1885 e 1900, a indústria conserveira cresceu a uma média anual de 8%, bem acima da produção industrial do país⁷. Essa tendência prolongou-se, de forma menos intensa, entre 1900 e 1930, acompanhando as exportações mundiais que quase triplicaram⁸. Na base do crescimento encontra-se, em primeiro lugar, a disponibilidade de sardinha. Apesar de incerta e migratória, a abundância de sardinha atraiu as conserveiras francesas à costa peninsular nas últimas décadas de Oitocentos frente à escassez do recurso na Bretanha. Em segundo lugar, a produção não se dirigiu ao mercado interno, mas quase exclusivamente à exportação, tornando-se competitiva pela especialização dos recursos marinhos.

Todavia, é preciso notar que as conservas de peixe estão expostas a uma complexa “cadeia de oferta”. O peixe é duplamente um recurso marinho vivo e uma matéria-prima transformada, comercializada e consumida⁹. Transformações endógenas como a inovação tecnológica na actividade extractiva da pesca poderão não ser suficientes para explicar o seu crescimento. Se, por um lado, a irregularidade da oferta coloca dúvidas sobre a hipótese de a indústria conserveira poder ter sido um “sector de ponta” da industrialização portuguesa entre 1860 e 1913, como sugere J. Reis¹⁰, o seu desenvolvimento no período entreguerras deve atender tanto ao comportamento da procura externa como às políticas internas e externas que incidiram sobre o comércio externo português.

⁶ DOBBIN, Frank - “The social construction of the Great Depression: Industrial policy during the 1930s in the United States, Britain, and France”, in *Theory and Society*, 22.1, 1993, 1-56.

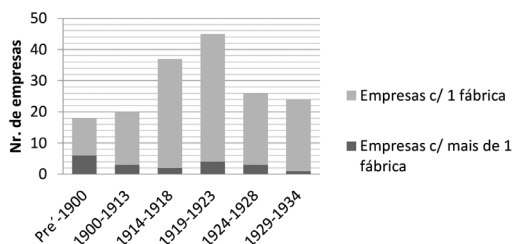
⁷ Cf. REIS, Jaime - “O atraso económico português em perspectiva histórica (1860-1913)”, *Análise Social*, vol. XX (80), 1984, p. 7-28.

⁸ CARMONA BADÍA, Xoán - “Crecimiento y competitividad internacional en la industria española de conservas de pescado 1900 - 1936” [Inédito], Universidad de Santiago de Compostela, 1991, p. 115.

⁹ REID, Chris - “Evolution in the Fish Supply Chain”, in STARKEY, David J; HEIDBRINK, Ingo (eds.) - *History of North Atlantic Fisheries*, Vol. 2, German Maritime Studies, 2012, p. 27 - 58.

¹⁰ REIS, Jaime - “O atraso...”, p. 19/20.

Quadro I. Data de criação das empresas conserveiras existentes em Portugal em 1934.



Fonte: “Relatório de Gerência do Consórcio Português de Conservas de Sardinha” in *Boletim dos organismos económicos criados pelo Ministério do Comércio e Indústria*, nº 2, volume I, Lisboa, 1935.161-166.

Um cadastro industrial de 1934 revela bem o efeito transformador da Guerra a partir da iniciativa empresarial: cerca de metade das conserveiras tinha sido fundada entre 1914 e 1923. Apesar das dificuldades típicas da economia de guerra, o conflito teve um efeito multiplicador, revelando, porém, um padrão de crescimento assimétrico, semelhante às indústrias oitocentistas de algodão e lanifícios¹¹. Com efeito, é nos anos vinte que surgem algumas grandes empresas e outras se consolidam e ampliam o raio de acção, junto a uma extraordinária pulverização de pequenos estabelecimentos de antigos soldados, funcionários e comerciantes. Em consequência, o sector passou a ter uma crónica infrautilização da capacidade instalada (só em 1935 é que atingiu os 50 %) favorecida pela aleatoriedade das capturas¹².

A causa e consequência desse efeito multiplicador é, mais uma vez, a especialização nas capturas de sardinha, acentuada pela introdução de novas embarcações com propulsão mecânica e artes de cerco dirigidas às espécies pelágicas (sardinha, carapau, cavala e outros). O uso intensivo de trabalho masculino e feminino na pesca e na transformação do peixe criou relações de interdependência com agregados familiares a depender totalmente da “economia sardinha”¹³.

As maiores dificuldades prendiam-se com o acesso às matérias-primas, o azeite e a folha-de-Flandres (ferro estanhado para fabrico das latas). Portugal, produtor de azeite e estanho, importava azeites com baixo teor de acidez de Itália e Espanha, com incentivos fiscais desde 1881, mas a partir dos anos vinte enfrentou várias dificuldades derivadas dos efeitos da guerra, suspeitas de desvio para o mercado interno e a

¹¹ Cf. O capítulo “Diversidade e crescimento industrial” em PEREIRA, Miriam Halpern - *Diversidade e assimetrias: Portugal nos séculos XIX e XX*. Lisboa, Impr. de Ciências Sociais, 2001.

¹² A Associação Industrial Portuguesa [AIP] registava em 1926 cerca de 400 fábricas (sensivelmente o dobro de 1934) e 59 mil trabalhadores. Cf. *Relatórios da Direcção da Associação Industrial Portuguesa*, 1926, p. 43.; BARBOSA, António M. P. - *Sobre a indústria de conservas em Portugal*. Lisboa, Editorial Império, 1941, p. 64.

¹³ Para um registo pioneiro de “ciência social” sobre estas populações marítimas, cf. POINSARD, Léon - *Le Portugal inconnu*. Paris: aux bureaux de la “Science sociale, 1910. e DESCAMPS, Paul - *Le Portugal, la vie sociale actuelle*. Paris, Firmin-Didot, 1935. Que não seria muito diferente das vilas bretãs descritas por DUBOIS, Xavier - *La révolution sardinière: pêcheurs et conserveurs en Bretagne Sud au XIXe siècle*. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2004.

crescente protecção aos óleos coloniais. A folha-de Flandres era quase toda importada de Inglaterra, pelo menos até 1925. Em 1936, estimava-se uma importação de 30,5 toneladas de folha, das quais 15 seriam consumidas nas fábricas de conserva com um valor de 35 mil contos. Embora vários países produtores tivessem de importar ferro ou estanho para produzir a folha de Flandres (Noruega, EUA e Itália), em Portugal a indústria só seria projectada durante a Segunda Guerra Mundial¹⁴.

É perante esta debilidade estrutural que os interesses conserveiros se reforçam em torno das associações comerciais e industriais¹⁵. A capacidade de mobilização dos operários conserveiros para forçar a regulamentação das horas de trabalho e a limitação de emprego de mulheres e aprendizes também terá servido de motivação para a organização dos conserveiros¹⁶. Porém, a partir dos anos vinte levanta-se uma nova série de preocupações relacionadas directamente com as consequências da Primeira Guerra Mundial. Além da contração da procura externa que a desvalorização do escudo não conseguiu evitar, a indústria é afectada pelos sucessivos aumentos da carga fiscal sobre as exportações¹⁷. A progressiva estabilização económica e financeira da República não atenuou a instabilidade política: a imprensa conserveira é um bom exemplo de como os ciclos de inflação-deflação deterioraram as bases de apoio social do regime¹⁸.

A peculiaridade deste sector está na coincidência entre o colapso da República e os anos de maior crise de sardinha. No biénio 1923-1924, o valor médio das capturas rondou os 151 mil contos, caindo no triénio 1925-1927 até 90 mil contos¹⁹. A somar à escassez e subida de preços do peixe, a revalorização do escudo contribuía para a perda de competitividade e implicava uma rarefacção de moeda que iria suspender as facilidades de crédito aos industriais. Importa notar que os últimos governos republicanos não ficariam indiferentes a nenhum destes problemas²⁰.

¹⁴ LEPIERRE, Charles - “Estudo da Folha de Flandres usada na indústria portuguesa de conservas de peixe”, Separata da Academia das Ciências de Lisboa, 1939. A produção de folha-de-flandres será o primeiro passo para a instalação da indústria siderúrgica em Portugal. Cf. PEREIRA, João Martins - *Para a história da indústria em Portugal, 1941-1965: adubos azotados e siderurgia*. Lisboa, Impr. de Ciências Sociais, 2005). p. 121 -138.

¹⁵ Veja-se, por exemplo, a representação da Associação Comercial e Industrial de Olhão sobre a falta de azeite e a paralisação das fábricas (*Diário das Sessões da Câmara dos Deputados*, 15.02.1921, p. 4); ou o agradecimento conjunto das associações de Matosinhos, Lagos, Faro, Portimão, Peniche e Olhão sobre as concessões referentes à isenção de impostos sobre o pescado (*Ibidem*, 18.08.1924, p. 3)

¹⁶ Cf., entre outros, VALENTE, Vasco Pulido - “Os conserveiros de Setúbal (1887-1901)”, *Análise Social*, Vol. XVII, 67/69 (1981), p. 615-78.

¹⁷ *Diário do Governo*, I Série, decretos 6:667 (08.04.1920), 8:280 (22.07.1922), 8:575 (11.01.1923); 9:601 (16.04.1924); 10:016 (15.08.1924).

¹⁸ Cf. os editoriais dos fabricantes de conservas de Setúbal em *A Indústria*, 1923-1925, e TELO, António J. - *Primeira República. II, Como cai um regime*. Lisboa: Presença, 2011, p. 119-131.

¹⁹ *Estatísticas da Pesca Marítima no Continente e Ilhas Adjacentes*, Ministério da Marinha, vários anos. O volume de sardinha desembarcada só é fornecido a partir de 1927.

²⁰ Sobre a lei bancária de 1925 e o plano de protecção às indústrias de 1924, cf. REIS, Jaime - “A Caixa Geral de Depósitos como instrumento de política económica: o período entre as duas guerras” in *Análise Social*, Vol. XXXII, nº 141, p. 263. E o plano de “vantagens indirectas” para as conservas criado pelo Ministro das Finanças: GUEDES, Armando Marques - *Cinco Meses No Governo*. Porto: Liv. Chardron, 1926. p. 282-286.

Mais que uma oposição unívoca às reformas do regime parlamentar, houve uma pluralidade de estratégias para afrontar a aguda crise, algo que não seria perceptível se apenas lermos os decretos de reorganização estatal dos anos 30. Em praticamente todos os países produtores, ocorreram nesse período acordos entre empresas para mitigar os efeitos da subida de preço do pescado e a expansão de concorrentes (Japão e EUA) nos mercados importadores²¹. Em Portugal, as estratégias podem dividir-se em dois grandes grupos: a autorregulação, por via de acordos de preços de exportação, criação de marcas únicas e fabrico de subprodutos. É o caso, por exemplo, da Sociedade Portuguesa de Conservas (1923-1925) em Setúbal e a União de Conserveiros de Matosinhos (1926-1932). Por outro lado, destaca-se a actuação da Secção de Pescas e Conservas da Associação Industrial Portuguesa (AIP). Enquanto as primeiras formalizavam grupos espontâneos e de adesão voluntária para conceder benesses aos seus membros, a AIP actuava como grupo de pressão aos poderes públicos, reclamando aos ministros da tutela benefícios fiscais, alterações legislativas e acordos comerciais²².

No rescaldo da crise, o primeiro Congresso de Pescas e Conservas celebrado em 1927 constituiu um ponto de viragem na organização dos interesses. As várias comunicações revelam diferenças sociais e ecológicas entre regiões que impediriam acordos intrassectoriais. Mas o que ficou claro foi a capacidade dos conserveiros influenciarem as políticas públicas, fazendo aprovar a legislação mais restritiva da iniciativa privada que proibia a entrada de novas empresas conserveiras e de pesca com artes de cerco, bem como a alienação ou modificação das existentes. Esta legislação tem sido apontada como um embrião do “condicionamento industrial” do Estado Novo. O Estado já seria intervencionista antes de ser corporativo²³.

3. A Grande Depressão e o problema das pescas em Portugal.

Os efeitos da Grande Depressão em Portugal terão sido breves, tardios e pouco intensos, como refere a historiografia e os relatos coevos²⁴. Apesar da contração dos

²¹ Veja-se a referência da AIP à *Federación de Fabricantes de Conservas del Litoral Cantábrico* como exemplo de “sindicalismo industrial” (*Relatórios da Direcção...*, 1927) ; ou a tradução pela União de Matosinhos dos estatutos da *Brislingcentral* norueguesa (*A organização da indústria e do comércio de exportação de conservas na Noruega*, s. l.).

²² *Relatórios da Direcção...*, 1926-1931. Para uma síntese teórica da formação e actuação dos grupos de pressão, cf. OLSON, Mancur - *A lógica da acção colectiva: bens públicos e teoria dos grupos*. Oeiras, Celta Editora, 1998, p. 101-120.

²³ *Diário do Governo*, I Série, decretos 15:489, 15:581, 15:729 e 17:251 e BRITO, José Maria Brandão de - *Industrialização portuguesa no pós-guerra (1948-1965): o condicionamento industrial*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989, p. 111 e ss.

²⁴ ROSAS, Fernando - *O estado novo nos anos trinta: Elementos para o estudo da natureza económica e social do salazarismo*. Lisboa, Editorial Estampa, 1986. p. 102-113 e CARDOSO, José Luís - “Ecos da Grande Depressão em Portugal: relatos, diagnósticos e soluções”, *Análise Social*, Vol. XLVII, 203 (2012), p. 370-400. Sobre a evolução das contas públicas e as reformas de Salazar, VALÉRIO, Nuno - *As finanças públicas portuguesas entre as duas guerras mundiais*. Lisboa, Edições Cosmos, 1994. e LAINS, Pedro - *Os progressos do atraso: uma nova história económica de Portugal, 1842-1992*. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2003. p. 156 – 163.

mercados exportadores e das remessas de emigrantes (sobretudo do Brasil), a pequena abertura e o conjunto anterior de reformas económicas e financeiras amorteceram a crise e permitiram beneficiar da redução do custo de importações. Ainda que este quadro seja válido, pretende-se aqui demonstrar como as actividades exportadoras em crise foram um campo de inovação e experimentação institucional.

A situação conjuntural da indústria conserveira voltou a alterar-se no final dos anos vinte, devido a três factores. O primeiro deve-se à extraordinária recuperação das capturas de sardinha, o que aliado às suas condições perecíveis e a uma frágil estrutura empresarial sedenta de operações comerciais, impulsionou o volume de produção e exportação. A estratégia de produzir mais para compensar os rendimentos decrescentes é comum a outras actividades durante a depressão, como a dos agricultores²⁵. Todavia, o aumento da oferta não correspondia à procura externa, pois esta se achava limitada pela redução do poder de compra devido à queda das receitas de exportação e dos protecionismos dos países importadores – também produtores de conservas – sobretudo França e EUA. O aumento das exportações fez-se, por isso, à custa da forte redução de preços e ainda por via da alteração dos sistemas de venda²⁶. A pressão que se colocara sobre os armadores para reduzir o preço da sardinha era agora transferida para os industriais, incitados pelos exportadores a reduzir preços finais – por vezes abaixo do custo – para conseguir vender no exterior, sem alternativa no mercado interno.

Os interesses conserveiros consideraram insuficientes as concessões protecionistas da Ditadura militar para resolver os novos problemas. Enquanto a AIP defendia o acesso às matérias-primas frente à protecção dos produtos coloniais²⁷, a ideia de “cartelização” começou a propagar-se pelos centros conserveiros²⁸. Para Albano de Sousa, industrial moageiro que participara na concentração precoce desse subsector, o “cartel” não significaria apenas a realização de acordos entre empresas para as proteger face às flutuações da procura, mas a oportunidade de realizar um melhor aproveitamento de todos os recursos disponíveis. Numa visão apolínea, referia que um novo “regime de concentração” semelhante às organizações industriais alemãs seria o caminho para ajustar a produção ao consumo e à capacidade de laboração, transformando em lucros os desperdícios e preconizando a integração vertical e horizontal²⁹. A Associação

²⁵ ALDCROFT, Derek Howard - *Europe's Third World the European Periphery in the Interwar Years*. Ashgate Pub., 2006, p. 57.

²⁶ A utilização de consignações não só reduziria os preços de venda como criava dificuldades de liquidação, problema comum em Espanha, Portugal e Noruega. Cf. CARMONA BADÍA - *Competitividad...*, p. 121/122; e JONSSON, Gundmur - “Comparing the Icelandic and Norwegian Fishing Industries's Response to the Economic Crisis of the 1930s” (Paper presented at the XIV International Economic History Congress, Helsinki. 2006. p. 25 -30).

²⁷ Cf. “Representação enviada ao Exmo. Sr. Ministro das Finanças acerca do Decreto nº 14:169, de 11 de Agosto de 1927, sobre importação de azeites e óleos para a indústria das conservas, e das cambiais para esta indústria” in *Relatórios da Direcção...*, 1927.

²⁸ RODRIGUES, Joaquim Vieira - *A Indústria de Conservas de Peixe no Algarve (1865 – 1945)*, dissertação de Mestrado em História do Século XX, Universidade Nova de Lisboa, 1997, p. 214 e ss.

²⁹ SOUSA, Albano de - *Organização Industrial. Conferencia Realizada em Fevereiro de 1931 Na Séde da Associação Comercial e Industrial de Matosinhos*. Papelaria e Tipografia Leixões, 1931. Não deixa de ser curioso que no mesmo período aumentem as críticas aos cartéis da economia alemã para forçarem a descida de preços, depois de terem tido uma influência positiva no crescimento económico e na organização do mercado

Comercial de Lisboa afinava pelo mesmo diapasão, salientando o potencial do “cartel” para resolver o problema da qualidade das exportações³⁰. O “cartel” era, ainda, a possibilidade de concretizar o defeso discutido no Congresso de 1927. Daqui se conclui que, embora não existisse uma associação unívoca entre “cartelização” e intervenção estatal, a generalizada desconfiança sobre a capacidade regulatória do mercado talvez colocasse o subsector à predisposição de novas reformas institucionais.

Uma investigação recente revela o “protagonismo incansável” de Salazar na explicação dos efeitos benignos da crise internacional, reclamando na imprensa diária os créditos pessoais do equilíbrio orçamental, do investimento público e a garantia de estabilidade do escudo³¹. A este propósito, a visita de Salazar aos centros conserveiros em 1931 constituiu certamente uma inflexão. O Ministro das Finanças passava a ocupar-se directamente da principal indústria exportadora, tendo em vista a recuperação de meios de pagamento externos. Nem o “condicionamento industrial” nem os incentivos à exportação pareciam suficientes para reduzir os sintomas de crise no litoral e aquietar a voz dos interesses industriais³².

No relatório da visita publicado na imprensa, Salazar abordou o problema da sobreprodução conserveira e propôs as “condições mínimas” da intervenção governativa. Considerando a concorrência entre produtores nacionais a principal causa do aviltamento de preços, propunha formas eficazes de disciplina (definição dos fabricos, proibição de utilização de peixe de inverno, regulação de acesso a matérias-primas) através da criação de um organismo monopolizador das exportações. Assim se subtrairia a actividade exportadora a terceiros, entregando-a aos industriais que se empenhariam em melhorar os preços através da qualidade. Mas a iniciativa privada - “filhos de um individualismo exagerado, hostis à associação, renitentes ao acordo espontâneo”³³ - já havia dado provas de incapacidade. Frente aos apelos de “cartelização”, o Ministro afirmava-se especialmente premonitório sobre a possibilidade de um novo dirigismo económico:

“Isto quer dizer que as condições sociais portuguesas não permitem nem ir de uma assentada para organizações industriais de tipo complexo, mas absorventes da autonomia dos produtores [...] nem fazer coisa que perdure, independentemente dos actos de autoridade, ou seja da intervenção da lei”³⁴

nas décadas anteriores. Cf. FELDENKIRCHEN, Wilfred - “Germany: the invention of interventionism” in FOREMAN-PECK, James; FEDERICO, Giovanni (eds.), *European Industrial Policy: The Twentieth-Century Experience*. Oxford; New York. Oxford University Press, 1999. p. 105-107.

³⁰ CORREIA, Francisco António - *A Cartelização e o Comércio Exportador*, Associação Comercial, Lisboa, 1931.

³¹ CARDOSO, José Luís - “Ecos...”, p. 388-391.

³² Incentivos em duas direcções: a isenção de direitos de exportação (Dec. 17:735) e a saída em Setembro de 1931 do padrão ouro, acompanhando a desvalorização da libra.

³³ SALAZAR, António de Oliveira - *Estudo; notas sobre a indústria e o comércio de conservas de peixe*. Lisboa, 1953. p. 32

³⁴ *Idem, ibidem*. P. 32/33.

Ainda que o relatório denote sensibilidade e autonomia para resolver problemas industriais, não deve ser confundido com qualquer alteração substancial da política industrial portuguesa. A crise internacional assistiu ao surgimento de uma ideologia industrialista concertada em torno da necessidade de substituir importações, aumentar níveis de emprego e reduzir as dependências energéticas, que não existira nas décadas anteriores³⁵. Mas as propostas de os engenheiros tomarem o leme na superação da conjuntura através do fomento industrial com participação do Estado terá sido considerada “prematura” por Salazar, preocupado sobretudo com imperativos de ordem e estabilidade³⁶.

Em todo o caso, o relatório sobre a indústria de conservas colabora na formação de um nacionalismo económico que procura os seus fundamentos numa reacção à crise internacional, defendendo a primazia da política sobre a economia no processo de construção do Estado, subordinando o comportamento do mercado aos objectivos do interesse nacional e assumindo o carácter marcadamente conflitual do comércio internacional, observado como um confronto entre Estados que requeria o exercício de poder para reter ou adquirir riqueza “nacional”³⁷. O universo das pescas seria um campo fértil de contradições a corrigir: uma longa costa com dificuldades em abastecer o interior, anos de abundância que lançavam armadores e industriais na ruína e a pesada rubrica das importações de bacalhau para satisfazer o gosto dos consumidores. Além da sobreprodução de sardinha, as grandes quantidades de bacalhau islandês importado a preços baixos provocara o envelhecimento dos preços nos mercados de peixe fresco; o sistema de distribuição continuava a apresentar elevadas disparidades entre os valores de primeira venda e consumo e a pesca de arrasto enfrentava problemas estruturais, com uma frota envelhecida e sem estruturas de frio industrial³⁸. O défice comercial das pescarias e o problema social – comunidades dependentes sem alternativas ocupacionais e tradições reivindicativas – levariam à reorganização do sector³⁹. A solução passaria, no essencial, pela valorização dos recursos “nacionais”, garantindo a elevação do preço das conservas e o estímulo à produção de bacalhau.

4. A reacção pré-corporativa: O Consórcio Português de Conservas de Sardinha.

Importa destacar que o relatório a que fizemos referência não sossegou as tensões internas do subsector. Entre clamores ao pragmatismo do Ministro das Finanças,

³⁵ ROLLO, Fernanda - “Indústria” in *Dicionário de História da I República e do Republicanismo* (Lisboa, Assembleia da República, 2014, Vol. II, pp. 431–39).

³⁶ BRITO, J. M. Brandão de - *Industrialização...*, p. 147-156.

³⁷ Sobre o conceito de nacionalismo económico e a sua interpretação contemporânea, cf., respectivamente, GILPIN, Robert - *The Political Economy of International Relations*. Princeton University Press, 1987, p. 26-32.; SALAZAR, António de Oliveira - “Os conceitos económicos da nova Constituição” in *Discursos, I, 1928 - 1934*. Coimbra Editora, 1935, p. 183-211.

³⁸ GARRIDO, Álvaro - *O Estado Novo e a campanha do bacalhau*. Lisboa: Temas & Debates, 2010, p. 82-88.

³⁹ *Idem, ibidem*, p. 88. Contudo, será pertinente rever o défice comercial. Se somarmos à rubrica de exportação “Pescarias” as conservas de peixe de várias espécies (excluindo as matérias-primas importadas), a balança dos produtos da pesca apresentou saldos positivos, com excepção do período 1925-1927. Cf. *Estatística Comercial*, Min. das Finanças, vários anos.

industriais e exportadores mostraram-se relutantes quanto à monopolização das exportações⁴⁰. Nos meses seguintes, a AIP reuniria os interesses da indústria e da pesca da sardinha – a última especialmente atingida pela desvalorização das capturas e imobilização de capitais – sugerindo as “Bases para a Cooperativa Nacional das Conservas”, onde já se previa executar o programa de Salazar com o auxílio de um delegado do Governo. Do outro lado, os exportadores da Associação Comercial de Lisboa apresentavam a proposta “liberal” de formar um Grémio de Exportadores independente, defendendo a sua posição na “cadeia de oferta” de apoio aos pequenos industriais sem organização comercial⁴¹.

A indústria de conservas seria das primeiras a ser submetida à “cartelização pública”: um processo de substituição de acordos entre empresas pela função do Estado, com uma retórica legitimante de reacção à descoordenação da economia internacional e o apelo à formação de uma “cooperativa de industriais”. A nomeação do industrial conserveiro Sebastião Ramires para Ministro do Comércio, Agricultura e Indústria do primeiro governo de Salazar seria a consumação de uma convergência entre interesses privados e a nova solução autoritária “corporativa”. Apesar de exemplar, não é caso único. Além da intervenção no subsector do trigo durante a Ditadura militar, o Estado Novo em construção também respondeu aos interesses organizados (e por vezes divergentes) da “questão do vinho” comum (sobreproduções cíclicas e dificuldades de escoamento interno e externo) e do Porto (quebras de procura externa). Apesar da especificidade de cada produção, os estatutos legais das novas organizações estatais e as estratégias de intervenção serão semelhantes, revelando a coerência de um dirigismo económico e não apenas a tradução dos interesses organizados⁴².

Em Julho de 1932 foi constituído por decreto o Consórcio Português de Conservas de Sardinha - uma “configuração nova”, distinta de uma associação liberal ou sociedade comercial, em que “tudo era imposto”, desde a inscrição obrigatória à nomeação de gerentes, a distribuição de fundos e a possível dissolução (Dec. 21621, Preâmbulo). A “instituição de interesse público” seria incumbida não só da fiscalização do comércio exportador (abandonando-se a proposta de monopolização), mas também da concessão de crédito industrial, da assistência ao operariado e do fabrico e venda de marcas nacionais e subprodutos (óleos e farinhas).

Durante as primeiras reuniões discutiu-se oportunamente se os industriais estariam em condições de desempenhar as actividades de vigilância (inspectores e representantes do CPCS em cada delegação) ou se estes cargos deveriam ser estranhos à indústria. Apesar da hostilização aos interesses dos exportadores, estes serão incluídos no Conselho de Administração a favor de um equilíbrio. A pressão dos centros industriais sobre os representantes no CPCS aumentou à medida que também cresceu a impopularidade da organização nos seus primeiros anos, levando a uma série de exonerações entre

⁴⁰ Cf. *Diário da Manhã* (entrevistas de 09.12.1931 a 29.12.1931).

⁴¹ Sobre esta clara divergência de interesses, cf. DIAS, Da Cunha – *Conservas de peixe: subsídios para o estudo de um problema nacional*. Edições Delta, 1932, p. 90/91.

⁴² Cf. FREIRE, Dulce - *Produzir e beber: a questão do vinho no Estado Novo (1929-1939)*. Lisboa: Âncora Editora, 2010, p. 323-330; e MOREIRA, Vital - *O governo de Baco: a organização institucional do vinho do Porto*. Porto, Edições Afrontamento, 1998.

1934 e 1935⁴³. Em 1935, aludindo à falta de compreensão dos deveres de cooperação e interesses associativos, o legislador determinava que as direcções dos novos grémios não poderiam recusar o cargo:

“à direcção do CPCS reconhece-se definitivamente o seu carácter técnico que a coloca fora do quadro associativo”; “fica a direcção com o máximo de poderes e responsabilidades [...] acompanhada do conselho dos próprios associados, mas sem sofrer pressões de interesses de pessoas ou regiões [...]”⁴⁴

No final de 1933 era criada uma Comissão Delegada e a figura de Secretário-Geral, ambos de nomeação pelo Governo (Dec. 23:198). Em 1936, com a criação do IPCP (Dec. 26:777), as competências executivas ficariam altamente concentradas na Direcção, subalternizando o Conselho Geral. Por sua vez, as deliberações mais importantes do Conselho Geral careceriam sempre de uma informal aprovação ministerial, como se depreende nas actas das sessões. Em suma, foi crescendo o fosso entre a representação institucional e os espaços de decisão cada vez mais centralizados; o Estado criava uma organização mas restringia a sua actuação com uma “arquitectura corporativa” construída por etapas e com prudência⁴⁵.

A análise do período de vida do CPCS requer o conhecimento da sua vida financeira e do pulsar quotidiano face ao comportamento dos mercados internacionais. A primeira constatação é a de um certo desafio financeiro proporcionado pela cobrança da taxa de 25 centavos por quilograma de conservas exportadas. Contudo, a maioria da receita era absorvida pelos custos de pessoal e actividades de fiscalização, o que confirma o peso burocrático da vigilância sobre a produção, em detrimento da “propaganda e publicidade”⁴⁶.

A atribuição de crédito a curto prazo por desconto de *warrants* de mercadorias em depósito terá sido um dos pilares de fidelização do CPCS. Em 1934, 17,49% das existências no país estavam depositados nos 29 armazéns do CPCS, tendo sido realizados 2044 depósitos com um valor superior a 20 mil contos⁴⁷. As operações de *warrantagem* eram rentáveis e particularmente importantes para pequenas empresas que importavam matérias-primas e só conseguiam magros empréstimos na banca privada. Com empréstimos céleres e baixas taxas de juro, a *warrantagem* servia de compensação às novas restrições de defeso de Inverno e a proibição de depósitos e consignações no estrangeiro. A julgar pelo próprio relatório do CPCS, esta e outras medidas terão ajudado a devolver parte do comércio aos produtores⁴⁸.

⁴³ Cf. *A Indústria* – “Uma digna atitude” (28.07.1933) e “Nós e o CPCS” (04.08.1933).

⁴⁴ *Diário do Governo*, I Série, preâmbulo do Dec. 24:947.

⁴⁵ Sobre o conceito de “arquitectura corporativa”, oposto à espontaneidade ou organicismo das corporações, Cf. SCHMITTER, Philippe – *Portugal...*, p. 110/111.

⁴⁶ “*Relatório de Gerência* [...]”, 138-146; e Arquivo do Tribunal de Contas, “Instituto Português das Conservas de Peixe (1937-1938)”.

⁴⁷ “*Relatório de Gerência...*”, p. 153-170.

⁴⁸ A percentagem de vendas dos exportadores (não fabricantes) teria descido de 36,5 % (1929) para 24,8% (1934). Cf. *Ibidem*, p. 290.

Mas nos anos posteriores a 1932, as propostas de reforma do CPCS tiveram de ser substituídas pelas respostas imediatas à crise internacional. Esta problemática central divide-se em duas partes: as novas condições de comercialização nos mercados importadores e o persistente subemprego nos centros conserveiros.

Além da instabilidade monetária e a multiplicação de barreiras alfandegárias, o comércio conserveiro é um bom exemplo de como outras medidas mais sofisticadas cercearam o comércio internacional: contingentamento das importações em França, controle de aquisição de cambiais de exportação na Alemanha e pagamentos a prazo e fiscalização dos níveis de chumbo das latas exportadas para os EUA. Portugal também colabora, dificultando a actuação dos importadores com a restrição dos contratos *remplissage* – fabrico para marcas estrangeiras - a um mínimo de 500 caixas e, a partir de 1938, proibindo a exportação de sardinha para produção de conservas noutros países. A isto se deve somar um incremento da concorrência nos mercados europeus: Espanha e Noruega procuram aumentar as suas quotas de mercado face às severas restrições dos mercados americanos e Marrocos surge como novo e perigoso competidor⁴⁹.

Evolução das exportações de conservas de peixe (em milhares de toneladas).

Anos	Conservas em azeite ou molhos		Conservas em salmoura, prensados e congelados	
	Total	Sardinha	Total	Sardinha
1933	30,4	29,2	-	-
1934	35,4	34,4	-	-
1935	42,2	40	7,1	4,5
1936	44,9	42,6	3,3	2,1
1937	43,7	39,6	9,8	7,5
1938	35,58	32,7	8,5	4,1
1939	46,2	43,7	4	2,2

Fonte: PEREIRA, Hélio P. – *Conservas de peixe: indústria sem futuro?*. Lisboa, 1969, p. 118.

Contudo, não se pode deixar de registar a evolução paradoxal das exportações (acompanhando a tendência de recuperação nacional). Resultado tanto mais surpreendente porquanto Portugal se manteve essencialmente como país produtor e exportador de conservas de sardinha no momento em que a viragem para o mercado interno e a diversificação nos outros países “sardinheiros” mais se intensificou⁵⁰. Esta renovação parece ter duas causas: em primeiro, a multiplicação de destinos (28 países em 1923, 74 em 1933 e 81 em 1938⁵¹) e, em segundo, a capacidade de substituição

⁴⁹ Entre 1927 e 1934, Marrocos decuplicou as exportações de conservas para França em condições muito competitivas que assustavam os industriais portugueses. Cf. BARBOSA, António M. P. - *Sobre a indústria de conservas...*, p. 198 e ss.

⁵⁰ Sem entrar em detalhes, cf. AVIGNEAU, André Marie d' - *L'industrie des conserves de poissons en France métropolitaine*. Rennes, 1957, p. 333-336; CARMONA BADÍA - *Competitividad...*, p. 124-130. (Espanha); JONSSON, “Comparing...”, p. 18/19.

⁵¹ Cálculos nossos a partir da *Estatística Comercial*.

de mercados, evidente no caso de França pela Alemanha, onde circulavam conservas do mesmo formato⁵².

A actuação do CPCS não terá sido indiferente. É provável que tenham existido transformações na oferta induzidas pelo nova fiscalização e controle laboratorial da qualidade. A *warrantagem* permitia esperar pelas melhores cotações nos mercados externos. A expansão de mercados poderá ainda ser tributária das diversas missões comerciais executadas por funcionários do organismo. No entanto, não é verosímil que a recuperação se tenha feito acompanhar da reabilitação dos preços⁵³. No centro desta questão está a tentativa de maior alcance e frustração da “cartelização estatal”: a fixação de preços mínimos de exportação.

A instalação de preços mínimos esteve desde o início impregnada do nacionalismo económico com que Salazar abordara o problema das conservas; seria uma medida “patriótica”, uma *solução corporativa* pronta a corrigir a concorrência entre produtores e as imprudências dos exportadores⁵⁴. Embora, como referiu José Luís Cardoso, as alusões morais e correctivas sobre os preços elaboradas à sombra do conceito de corporativismo carecessem de uma produção analítica e teórica, o CPCS procurou exemplarmente justificar o preço mínimo (com 17 variações segundo formatos e mercados) de acordo com o cálculo de custos de produção⁵⁵. As dificuldades – à partida óbvias – são diversas e podem ser agrupadas em dois problemas: a definição do preço e a sua fiscalização. Em primeiro, e excluindo o carácter dinâmico da procura externa, a definição do preço teria factores altamente variáveis, quer pelas diferenças regionais quer pela imprevisibilidade inerente, como o custo de mão-de-obra e das principais matérias-primas, além do preço do peixe, bem como os fretes, seguros marítimos e as sucessivas alterações cambiais do escudo. Por outro lado, a fiscalização pressupunha uma rede de funcionários nos mercados importadores, o que de facto não existia. Os preços deveriam ser fixados por um longo prazo para dar garantia ao comprador que não haveria especulação, mas a rigidez de preços poderia paralisar as vendas face às rápidas mudanças dos concorrentes internacionais⁵⁶.

Em consequência, as oposições aos preços mínimos não tardaram, de Norte a Sul do país. As tensões internas regressaram: os exportadores exigiam a fixação de uma comissão de venda, enquanto os industriais pediam a fixação do preço da produção,

⁵² Deve ter-se em conta que as medidas protecionistas até poderão ter favorecido as exportações para a Alemanha; algo semelhante ocorre no comércio de peixe fresco da Dinamarca para a Grã Bretanha depois de assinados os acordos de Otava. Cf. REID, Chris; SONDERGAARD, Morten - “Bilateral Trade and Fisheries Development: The Anglo-Danish Trade Agreement, 1933”, *Scandinavian Journal of History*, 2012. 108-128 .

⁵³ O problema decorre das estatísticas do comércio externo reproduzirem o valor das exportações correspondente aos preços mínimos fixados pelo CPCS/IPCP.

⁵⁴ RAMIRES, Sebastião - “Soluções corporativas no comércio e na indústria”, in *Organização Corporativa Nacional: Conferências*, Edições do Sub-secretariado de Estado das Corporações e Previdência Social. Lisboa, 1934.

⁵⁵ Cf., respectivamente, CARDOSO, José Luís - “Corporativismo, instituições políticas e desempenho económico”, in ROSAS, Fernando; GARRIDO, Álvaro (eds.) *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*. Comibra, Almedina, 2012, p. 104.

e “Relatório de Gerência...”, p. 268 e ss.

⁵⁶ Cf. Arquivo da Direcção Geral dos Recursos Marinhos [ADGRM], *Actas do Conselho de Administração do CPCS*, várias sessões.

argumentando que tal medida ajudaria a regularizar os preços da sardinha em lata⁵⁷. O principal obstáculo estaria nos mercados importadores, onde os agentes comerciais vendiam abaixo do preço mínimo sem oposição. Desde 1933 que as fraudes foram a regra, um “descalabro” que em 1936 já representava “uma sanção contra as casas honestas”⁵⁸. A associação compulsiva dos agentes importadores nos principais mercados e a interdição das marcas dos prevaricadores não foi suficiente para erradicar o problema.

E no entanto, porque é que se mantiveram os preços mínimos? Em primeiro, porque a legitimação do novo intervencionismo económico se fundava sobre a desconfiança nos mecanismos de mercado. O controle foi-se generalizando e, nos preços de consumo, afirmou-se como instrumento fundamental de contenção da inflação e dos salários. O tabelamento permitia satisfazer com alguma flexibilidade a heterogeneidade de interesses dos circuitos de produção e coadunava-se com as doutrinas corporativas que apelavam para a contenção da concorrência⁵⁹. Na prática, é presumível que o intervencionismo tenha introduzido distorções em cada sector, dada a incapacidade virtual de regular todo o circuito. Nuno Madureira sugere, para as conservas de peixe, que os preços fixos de exportação levaram os produtores a procurar margens noutras etapas, reduzindo a qualidade⁶⁰. Porém, não só a fiscalização tinha aumentado, como o acesso aos recursos – maior garante de qualidade – foi controlado; o preço mínimo ou “oficial” veio a tornar-se um máximo obtível⁶¹ e uma resposta ineficaz para o aviltamento de preços. O principal motivo parece ser a incapacidade da “solução corporativa” alterar as formas de troca nos mercados externos.

5. A institucionalização da ordem corporativa: mudança ou continuidade?

Quais terão sido as mudanças introduzidas pela Constituição de 1933 e a nova legislação corporativa? Em 1936, o Consórcio deu lugar a uma estrutura de cinco Grémios de Industriais, um Grémio de Exportadores e um novo organismo de coordenação económica, o Instituto Português das Conservas de Peixe (IPCP), que sobreviveria até aos anos setenta⁶². De notar, por um lado, que a remodelação foi acompanhada com sincera expectativa por industriais, enaltecendo a obra do ministro Pedro Teotónio Pereira que repunha “a doutrina corporativa em toda a sua pureza” e entregava a resolução de problemas aos Grémios⁶³. Por outro, esperava-se que a nova “Organização” superasse a ineficácia da intervenção nos mercados importadores⁶⁴.

⁵⁷ *Idem*, 3ª Sessão (08.12.1932). e *Actas da Comissão Delegada*, reunião de 12.09.1934.

⁵⁸ Cf. *Actas do Conselho Geral do CPCP*, Livro nº 3, 12ª Sessão (26.06.1936), fols. 11 e ss.

⁵⁹ Cf., entre outros, LOPES, José Silva - “Intervencionismo Económico”, in *Dicionário de História de Portugal*. Vol. 8, p. 292-294.

⁶⁰ MADUREIRA, Nuno Luís - “Cartelization...”, p. 89.

⁶¹ Ainda assim, a fidelidade dos interesses à “solução corporativa” era demonstrada pelo respeito público aos preços mínimos. Cf as respostas ao questionário enviado aos fabricantes de Matosinhos em *Conservas*, 1937, nº 22.

⁶² *Diário do Governo*, I série, decretos 26:775, 26:776 e 26:777.

⁶³ Cf. “No bom caminho” e “A nova orgânica” in *Conservas*, nº 7, Julho de 1936,.

⁶⁴ Algo semelhante ocorre com a formação da Junta Nacional do Vinho. Cf. FREIRE, Dulce - *Produzir e beber...*, p. 163 e ss.

Ainda que em termos genéricos os organismos de coordenação económica figurassem como “supraestaduais”, alheios à complexa hierarquia de dependências da pirâmide corporativa, os detalhes legais exprimem bem o seu poder e capacidade de subordinar os organismos primários. Esta subordinação era, pelo menos nas conservas, sobretudo financeira, através da arrecadação exclusiva das receitas de exportação e da gestão e distribuição dos fundos, deixando aos Grémios autonomia sobre apenas 15% dos fundos de Previdência Social (Decreto 26:777) ⁶⁵.

Para melhor compreendermos a actuação do IPCP teremos de recuar a uma outra medida emblemática pré-corporativa: o defeso de fabrico de Inverno. A interrupção obrigatória (com inevitáveis consequências na pesca) requeria medidas assistenciais durante a paralisação das fábricas. Desde o início que fora confiado ao CPCS a prática de assistência social como uma medida de colaboração entre classes, sugerindo a fixação de horários e contratos colectivos de trabalho ainda antes da nova ordem constitucional. Os industriais mostraram-se mais relutantes face à restrição de liberdades durante o defeso do que ao esforço assistencialista, preparado meticulosamente por Comissões de Assistência local. Apesar das cedências patronais, o efeito dos contratos colectivos seria lembrado em momentos de perda de competitividade ou simples retração dos mercados. Por outro lado, pediam os industriais que os contratos oferecessem as mesmas condições gerais para evitar a transferência de mão-de-obra entre centros industriais⁶⁶. Já o defeso expunha as divergências regionais. Em Setúbal, com uma população operária numerosa e especializada, a paralisação seria mais exigente que em Matosinhos, onde as condições de mar impunham frequentemente um defeso forçado, e no Algarve, onde operários exploravam pequenas propriedades agrícolas. Acresce que, quer pela crise dos rendimentos agrícolas quer talvez pela amplificação da assistência social, o número de operários continuava a aumentar. A política assistencial procurava conter a despesa pública e lançar infra-estruturas para absorver o desemprego; a solução encontrada pelo Comissariado de Desemprego seria colocar os operários a construir escolas e creches, com subsídios e comparticipação do Estado para o fabrico de latas⁶⁷.

Em 1936 o defeso entrou em ruptura devido à insuficiência das medidas assistenciais mas também às alterações dos mercados internacionais. É nesta dupla conjuntura que o organismo de coordenação económica se torna “produtor”, dirigindo a produção e comércio de conservas de *peixe magro* com marca única (*Gremium*) e introduzindo

⁶⁵ Sobre as características dos organismos de coordenação económica, cf. LUCENA, Manuel de - *A Evolução do sistema corporativo português*. Lisboa, Perspectivas&Realidades, 1976, Vol. I, p. 307 e ss. Note-se que, propositadamente, não se analisa aqui a participação do IPCP no condicionamento industrial por se considerar que os resultados só serão visíveis após a Segunda Guerra. Ainda assim, existiram alguns critérios na apreciação dos processos, como a necessidade de manter o mesmo número de operários face à introdução de novas tecnologias (p.ex. cravadeiras); bem como diversas formas de entrada das empresas em novas regiões, à margem do condicionamento, quer pela compra e ampliação de pequenas unidades industriais, quer pela transferência de fábricas de outros pontos do país. Cf. *Actas do Conselho Geral do IPCP* (vários nrs.).

⁶⁶ Sobre o contexto de adesão das organizações patronais às práticas assistencialistas, cf. PATRIARCA, Fátima - *A questão social no Salazarismo, 1930-1947*, 2 Vols., Impr. Nacional-Casa da Moeda, 1995.

⁶⁷ As condições de assistência e financiamento da previdência social foram dirigidas pelo Subsecretário das Corporações e Previdência Social, como de resto consagrava a lei. Cf. *Actas do Conselho Geral do IPCP*, Livro nº 5, Sessão de 01.05.1937, fol. 2-3. Não sem fortes oposições e acusações de “trabalho escravo” - cf. *Assistência aos Operários da indústria de Conservas de Matosinhos. Esclarecimentos definitivos*, s.d., s.l.

um novo produto industrial, as conservas de biqueirão anchovado. Duas estratégias que procuravam dar resposta às novas condições de competitividade nos mercados sul-americano e italiano (retirada de Espanha em guerra e desvalorização do franco) e a expansão da procura nos mercados asiáticos. Finalmente, a crescente influência do IPCP provocou nova dissensão entre industriais e exportadores. Com uso intensivo do factor trabalho, uma produção largamente deficitária e acumulação de *stocks*, a marca *Gremium* foi fortemente contestada pelos exportadores que a não podiam vender (operação entregue ao Grémio de Setúbal), acusando o IPCP de uma “cooperação adiada”.

6. Conclusão

Os processos de transição de democracias liberais para estruturas autoritárias de poder não equivalem à transformação de tipos ideais de “pluralismo” por um modelo de Estado “corporativo”, como têm demonstrado os exercícios de sociologia histórica. Se as propostas de cartelização se fizeram acompanhar do apelo à intervenção do Estado, esta também se serviu de um nacionalismo económico que se opunha à “anarquia” das associações liberais. Talvez a principal conclusão seja que, num período de transferências entre grupos de pressão e soluções que restringem as liberdades económicas individuais, a conjuntura dos mercados externos seja relevante ao ponto de se constituir uma alavanca para a tomada de decisões. Seria a Grande Depressão a precipitar a cartelização estatal que desde logo procurará uma legitimação na doutrina corporativa. Numa segunda fase, seriam também os mercados externos a determinar os limites do processo de cartelização, num contexto peculiar de barreiras pouco convencionais ao comércio externo nos anos trinta.

Referências Bibliográficas

- ALDCROFT, Derek Howard - *Europe's Third World the European Periphery in the Interwar Years*. Ashgate Pub., 2006, p. 57.
- AVIGNEAU, André Marie d' - *L'industrie des conserves de poissons en France métropolitaine*. Rennes, 1957
- BARBOSA, António M. P. - *Sobre a indústria de conservas em Portugal*. Lisboa, Editorial Império, 1941.
- BRITO, José Maria Brandão de - *Industrialização portuguesa no pós-guerra (1948-1965): o condicionamento industrial*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989.
- CARDOSO, José Luís - “Ecos da Grande Depressão em Portugal: relatos, diagnósticos e soluções”, *Análise Social*, Vol. XLVII, 203 (2012), p. 370–400.
- CARDOSO, José Luís - “Corporativismo, instituições políticas e desempenho económico”, in ROSAS, Fernando; GARRIDO, Álvaro (eds.) *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*. Comibra, Almedina, 2012, p. 104.

- CARMONA BADÍA, Xoán - “Crecimiento y competitividad internacional en la industria española de conservas de pescado 1900 - 1936” [Inédito], Universidad de Santiago de Compostela, 1991, p. 115.
- CORREIA, Francisco António - *A Cartelização e o Comércio Exportador*, Associação Comercial, Lisboa, 1931.
- DESCAMPS, Paul - *Le Portugal, la vie sociale actuelle*. Paris, Firmin-Didot, 1935.
- DIAS, Da Cunha – *Conservas de peixe: subsídios para o estudo de um problema nacional*. Edições Delta, 1932.
- DOBBIN, Frank - “The social construction of the Great Depression: Industrial policy during the 1930s in the United States, Britain, and France”, in *Theory and Society*, 22.1, 1993, 1-56.
- DUBOIS, Xavier - *La révolution sardinière: pêcheurs et conserveurs en Bretagne Sud au XIXe siècle*. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2004.
- FELDENKIRCHEN, Wilfred - “Germany: the invention of interventionism” in FOREMAN-PECK, James; FEDERICO, Giovanni (eds.), *European Industrial Policy: The Twentieth-Century Experience*. Oxford; New York. Oxford University Press, 1999. p. 105-107.
- FREIRE, Dulce - *Produzir e beber: a questão do vinho no Estado Novo (1929-1939)*. Lisboa: Âncora Editora, 2010.
- GARRIDO, Álvaro - *O Estado Novo e a campanha do bacalhau*. Lisboa: Temas & Debates, 2010.
- GILPIN, Robert - *The Political Economy of International Relations*. Princeton University Press, 1987.
- GUEDES, Armando Marques - *Cinco Meses No Governo*. Porto: Liv. Chardron, 1926. p. 282-286.
- JONSSONN, Gundmur - “Comparing the Icelandic and Norwegian Fishing Industries’s Response to the Economic Crisis of the 1930s” (Paper presented at the XIV International Economic History Congress, Helsinki. 2006. p. 25 -30.
- LAINS, Pedro - *Os progressos do atraso: uma nova história económica de Portugal, 1842-1992*. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2003. p. 156 – 163
- LEPIERRE, Charles - “Estudo da Folha de Flandres usada na indústria portuguesa de conservas de peixe”, Separata da Academia das Ciências de Lisboa, 1939.
- LOPES, José Silva - “Intervencionismo Económico”, in *Dicionário de História de Portugal*. Vol. 8, p. 292-294.
- LUCENA, Manuel de - *A Evolução do sistema corporativo português*. Lisboa, Perspectivas&Realidades, 1976.
- MADUREIRA, Nuno L. - *A economia dos interesses: Portugal entre as guerras*. Lisboa, Livros Horizonte, 2002.
- MADUREIRA, Nuno L. - «Cartelization and Corporatism: Bureaucratic Rule in Authoritarian Portugal, 1926-1945’ in *Journal of Contemporary History*, 42.1 (2007), 79-96.
- MOREIRA, Vital - *O governo de Baco: a organização institucional do vinho do Porto*. Porto, Edições Afrontamento, 1998.
- OLSON, Mancur - *A lógica da acção colectiva: bens públicos e teoria dos grupos*. Oeiras, Celta Editora, 1998.
- PATRIARCA, Fátima - *A questão social no Salazarismo, 1930-1947*, 2 Vols., Impr. Nacional-Casa da Moeda, 1995.

- PEREIRA, João Martins - *Para a história da indústria em Portugal, 1941-1965: adubos azotados e siderurgia*. Lisboa, Impr. de Ciências Sociais, 2005)
- PEREIRA, Miriam Halpern - *Diversidade e assimetrias: Portugal nos séculos XIX e XX*. Lisboa, Impr. de Ciências Sociais, 2001.
- POINSARD, Léon - *Le Portugal inconnu*. Paris: aux bureaux de la “Science sociale, 1910.
- RAMIRES, Sebastião - “Soluções corporativas no comércio e na indústria”, in *Organização Corporativa Nacional: Conferências*, Edições do Sub-secretariado de Estado das Corporações e Previdência Social. Lisboa, 1934.
- REID, Chris - “Evolution in the Fish Supply Chain”, in STARKEY, David J; HEIDBRINK, Ingo (eds.) - *History of North Atlantic Fisheries*, Vol. 2, German Maritime Studies, 2012, p. 27 - 58.
- REID, Chris; SONDERGAARD, Morten - “Bilateral Trade and Fisheries Development: The Anglo-Danish Trade Agreement, 1933”, *Scandinavian Journal of History*, 2012. 108-128 .
- REIS, Jaime - “O atraso económico português em perspectiva histórica (1860-1913)”, *Análise Social*, vol. XX (80), 1984, p. 7-28.
- REIS, Jaime - “A Caixa Geral de Depósitos como instrumento de política económica: o período entre as duas guerras” in *Análise Social*, Vol. XXXII, nº 141, p. 263
- RODRIGUES, Joaquim Vieira - *A Indústria de Conservas de Peixe no Algarve (1865 – 1945)*, dissertação de Mestrado em História do Século XX, Universidade Nova de Lisboa, 1997
- ROLLO, Fernanda - “Indústria” in *Dicionário de História da I República e do Republicanismo* (Lisboa, Assembleia da República, 2014, Vol. II, pp. 431–39.
- ROSAS, Fernando - *O estado novo nos anos trinta: Elementos para o estudo da natureza económica e social do salazarismo*. Lisboa, Editorial Estampa, 1986.
- SALAZAR, António de Oliveira - *Estudo; notas sobre a indústria e o comércio de conservas de peixe*. Lisboa, 1953.
- SALAZAR, António de Oliveira - “Os conceitos económicos da nova Constituição” in *Discursos, I, 1928 - 1934*. Coimbra Editora, 1935, p. 183-211.
- SCHMITTER, Philippe C - *Portugal: do autoritarismo à democracia*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 1999.
- SCHWARTZMAN, Kathleen C - *The Social Origins of Democratic Collapse: The First Portuguese Republic in the Global Economy*. Lawrence, , University Press of Kansas, 1989.
- SOUSA, Albano de - *Organização Industrial. Conferencia Realizada em Fevereiro de 1931 Na Séde da Associação Comercial e Industrial de Matosinhos*. Papelaria e Tipografia Leixões, 1931.
- TELO, António J. , *Decadência e queda da I República Portuguesa*. Lisboa, Regra do Jogo, 1980, Vol. II.
- TELO, António J. - *Primeira República. II, Como cai um regime*. Lisboa: Presença, 2011.
- VALENTE, Vasco Pulido - “Os conserveiros de Setúbal (1887-1901)”, *Análise Social*, Vol. XVII, 67/69 (1981), p. 615–78.
- VALÉRIO, Nuno - *As finanças públicas portuguesas entre as duas guerras mundiais*. Lisboa, Edições Cosmos, 1994.

Estudos do Século XX

Características Gerais da Revista, Normas de Arbitragem Científica, da apresentação e da publicação dos originais

1. A revista *Estudos do Século XX* é uma Revista com sistema de arbitragem científica, propriedade do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20, financiado plurianualmente pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. É editada pela Imprensa da Universidade de Coimbra.
2. A Direcção da revista é constituída pelo director e por dois secretários, sendo um deles o coordenador do respectivo número. No entanto, um número da revista poderá eventualmente ter dois coordenadores.
3. O Conselho Editorial da revista é constituído por investigadores estrangeiros, de reconhecido mérito, que forem considerados importantes para garantir o nível científico da revista, e pelos Coordenadores dos Grupos de Investigação. Também poderão participar nesse Conselho os membros ou alguns membros da Comissão Externa Permanente de Aconselhamento Científico (CEPAC) do CEIS20.
4. A revista, essencialmente temática, tem como finalidade primordial dar a conhecer os resultados das investigações que se vão realizando sobre o século XX.
5. Tendo em conta a finalidade referida, colaborarão na revista com artigos científicos, resenhas, notícias ou outro tipo de trabalhos, os membros do CEIS20 e outros investigadores de reconhecida idoneidade científica, que serão expressamente convidados, por proposta do respectivo coordenador da Revista e por decisão do Conselho Editorial. Haverá uma chamada (*call for paper*) a colaborações externas ao CEIS20.
6. Todas as contribuições submetidas à apreciação serão sujeitas a um processo de avaliação por pares (*peer review*). A decisão final sobre a publicação dos textos compete ao coordenador de cada número da revista, depois de considerados os pareceres dos pares (*referees*). Os pareceres e a decisão tomada sobre os trabalhos recebidos serão comunicados aos respectivos autores.
7. Aos autores será facultada apenas a revisão das primeiras provas tipográficas.
8. A Direcção e a Editora reservam-se o direito de alterar as referências, citações, siglas utilizadas em notas e outros elementos formais, adaptando-os ao sistema adoptado na revista.
9. Por cada artigo serão oferecidos 2 exemplares do número da revista em que colaborou.
10. As opiniões expressas nos artigos são da responsabilidade dos autores.
11. A publicação de imagens carece de autorização do seu detentor.

Estudos do Século XX

Journal features, peer review standards and conference presentation and journal article publication rules

1. *Estudos do Século XX* is a journal subject to peer review, which is the property of the Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20 (Centre of 20th century interdisciplinary studies – CEIS20), with multi-annual funding from the Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Foundation for Science and Technology). The journal is published by Imprensa da Universidade de Coimbra (Coimbra University Press).
2. The Board is composed of the Director and two Secretaries, one of whom act as the coordinator of the issue in question. An issue may, however, have two coordinators.
3. The journal's Editorial Committee is composed of renowned foreign researchers, who lend scientific merit to the journal, and the Research Group Supervisors. The Committee may also include some or all members of the CEIS20 External Scientific Advisory Board.
4. Each issue focuses on one theme, the core purpose of the journal being, however, to disseminate the findings of research carried out on the 20th century.
5. In view of such objective, the members of CEIS20 and other researchers of recognized scientific competence, who are expressly invited by the Journal coordinator, may submit scientific papers, recensions, news reports or other writings, which are published by decision of the Editorial Board. The CEIS20 lists a Call for Papers.
6. All submissions undergo peer review. The coordinator of the issue in question selects the texts for publication based on the referees' opinions. The authors will receive notice of the opinions and the acceptance for publication.
7. The authors are required to revise only the first proof sheet.
8. The Board and Publisher have the right to amend references, quotations, acronyms used in notes, and other formal elements of the text, according to the system adopted by the journal.
9. For each article submitted, the author receives 2 copies of the relevant journal issue.
10. The authors are expected to take full responsibility for the opinions expressed in their articles.
11. The publication of images requires permission of the holder.

Estudos do Século XX

Caractéristiques Générales de la Revue, Normes de l'Arbitrage Scientifique, de la Présentation et de la publication des Originaux

1. La revue *Estudos do Século XX* (Etudes du XXe Siècle) est une Revue disposant d'un système d'arbitrage scientifique, propriété du Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20 (Centre d'Etudes Inter-disciplinaires du XXe Siècle de l'Université de Coimbra – CEIS20), financée de façon pluriannuelle par la Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Fondation pour la Science et la Technologie). Elle est éditée par l'Imprensa da Universidade de Coimbra (Presse Universitaire de Coimbra).
2. La Direction de la revue est constituée par le directeur et par les deux secrétaires, l'un d'eux étant le coordinateur du numéro respectif. Toutefois, un même numéro de la revue pourra éventuellement avoir deux coordinateurs.
3. Le Conseil Editorial de la revue est constitué par des chercheurs étrangers, au mérite reconnu, qui sont considérés importants pour assurer le niveau scientifique de la revue, et par les Coordinateurs des Groupes de Recherche. Pourront aussi participer au Conseil, les membres ou certains membres du Comité Externe du Conseil Scientifique du CEIS20.
4. La revue, essentiellement thématique, a pour finalité primordiale de faire connaître les résultats des recherches qui sont effectuées sur le XXe siècle.
5. Etant donné la finalité mentionnée, pourront collaborer à la revue avec des articles scientifiques, des comptes-rendus, des informations ou d'autres types de travaux, les membres du CEIS20 et d'autres chercheurs dont la respectabilité scientifique est reconnue, qui seront expressément invités, à travers une proposition du coordinateur respectif de la Revue et par décision du Conseil Editorial. Il y aura un appel (*call for paper*) à collaborations extérieures au CEIS20.
6. Toutes les contributions soumises à appréciation seront sujettes à une procédure d'évaluation par les pairs (*peer review*). La décision finale à propos de la publication des textes revient au coordinateur de chaque numéro de la revue, après avoir pris en compte les avis des pairs (*referees*). Les avis et la décision prise sur les travaux mentionnés seront communiqués aux auteurs respectifs.
7. Ne sera faculté aux auteurs que la révision des premières épreuves.
8. La Direction et l'Éditeur se réservent le droit de modifier les références, les citations, les sigles utilisés dans les notes et autres éléments formels, en les adaptant au système adopté par la revue.
9. Pour chaque article seront offerts 2 exemplaires du numéro de la revue à laquelle vous aurez collaboré.
10. Les auteurs seront responsables des opinions exprimées dans les articles.
11. La publication des images nécessite une autorisation du titulaire des droits.

Próximo número
Património e Identidades,
Coordenadores
João Paulo Avelãs Nunes e Nuno Rosmaninho Rolo



